

UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS – UniEVANGÉLICA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E AÇÃO
COMUNITÁRIA (PROPPE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE (PPG STMA)

MATILDES JOSÉ DE OLIVEIRA

ECOSSOCIOECONOMIAS EMPRESARIAIS: UMA ABORDAGEM ALINHADA
AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANÁPOLIS-GO

2025

MATILDES JOSÉ DE OLIVEIRA

**ECOSSOCIOECONOMIAS EMPRESARIAIS: UMA ABORDAGEM ALINHADA
AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente da Universidade Evangélica de Goiás-PPGSTM objetivando obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Coorientadora: Profa. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos

ANÁPOLIS-GO

2025

O48

Oliveira, Matildes José de.

Ecosocioeconomias empresariais: uma abordagem alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável / Matildes José de Oliveira

- Anápolis: Universidade Evangélica de Goiás, 2025.

275 p.; il.

Orientador: Prof. Carlos Alberto Cioce Sampaio

Coorientadora: Profa. Profa. Luciane Cristina Ribeiro dos Santos.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Universidade Evangélica de Goiás, 2025.

1. Ecosocioeconomias empresariais. 2. Tipologias socioeconômicas
3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4. Avaliação de impacto territorial. I. Sampaio, Carlos Alberto Cioce Sampaio II. Santos, Luciane Cristina Ribeiro dos. III. Título.

CDU 504

Catálogo na Fonte

Elaborado por Hellen Lisboa de Souza CRB1/1570



Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Tecnologia e
Meio Ambiente

FOLHA DE APROVAÇÃO

ECOSSOCIOECONOMIAS EMPRESARIAIS: UMA ABORDAGEM ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Matildes José De Oliveira

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/ PPG STMA da Universidade Evangélica de Goiás/ UniEVANGÉLICA como requisito parcial à obtenção do grau de **DOUTORA**.

Aprovada em 04 de agosto de 2025.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Territorialidade.

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO
Data: 05/08/2025 13:39:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce
Presidente/Orientador (UniEVANGÉLICA)

Prof.^a Dr.^a Luciane Cristina Ribeiro
Coorientadora / (UniEVANGÉLICA)

Documento assinado digitalmente
gov.br IRANSE OLIVEIRA SILVA
Data: 26/08/2025 14:36:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Iranse Oliveira Silva
Examinador Externo (Universidade de Vassouras)

Documento assinado digitalmente
gov.br GIOVANA GALVAO TAVARES
Data: 26/08/2025 14:54:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Giovana Galvão Tavares
Examinador Interno (UniEVANGÉLICA)

Documento assinado digitalmente
gov.br ISABEL JUREMA GRIMM
Data: 21/08/2025 12:03:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Isabel Jurema Grimm
Examinador Externo (Universidade de Vassouras)

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTA GIRALDI ROMANO
Data: 21/08/2025 23:34:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Roberta Giraldi Romano
Examinador Externo (Universidade Santa Úrsula)

Dedico essa pesquisa aos precursores das ecossocioeconomias, que abriram caminhos para um mundo mais sustentável e justo. Em especial, ao professor Sampaio, por sua orientação inspiradora e compromisso com a transformação social e ambiental.

AGRADECIMENTOS

A jornada que me trouxe até aqui foi repleta de desafios, aprendizados e, acima de tudo, de pessoas especiais que iluminaram meu caminho. Por isso, este momento de gratidão se faz essencial, pois nada teria sido possível sem o apoio, a dedicação e o amor que recebi ao longo dessa caminhada.

Primeiramente, agradeço a **Deus**, por me dar forças nos momentos de incerteza, por guiar meus passos e por me permitir chegar até aqui com fé, coragem e perseverança.

Aos meus **colegas de trabalho**, que compartilharam comigo não apenas o ambiente profissional, mas também companheirismo, incentivo e troca de saberes que enriqueceram minha trajetória. A presença de cada um de vocês tornou esse percurso mais leve e inspirador.

Aos meus **familiares**, minha base e meu porto seguro. Obrigado por cada palavra de incentivo, por cada gesto de carinho e compreensão. Vocês estiveram ao meu lado em todos os momentos, celebrando cada conquista e oferecendo seu apoio incondicional nos desafios.

Aos meus **filhos gêmeos, Lorenzo Gabriel e Heitor Emanuel**, a razão maior do meu viver. Cada olhar de vocês, cada sorriso e cada abraço foram meu combustível nos dias mais difíceis. Vocês são minha maior inspiração e a prova viva de que o amor é a força mais transformadora que existe. Que este trabalho seja, um dia, motivo de orgulho para vocês!

Aos meus **amigos**, que foram meu refúgio e meu alívio em tantos momentos. Vocês vibraram comigo em cada conquista, me incentivaram quando as dificuldades pareciam intransponíveis e me lembraram, sempre, que os bons momentos precisam ser celebrados. A amizade de vocês é um presente valioso, e sou profundamente grato por ter cada um de vocês ao meu lado.

Expresso, por fim, minha mais profunda gratidão ao meu querido **orientador, professor Sampaio**, por sua atenção incansável, paciência infinita e dedicação inspiradora. Seu compromisso com o conhecimento e sua generosidade em compartilhar saberes foram essenciais para a construção desta tese. Você não foi apenas um guia acadêmico, mas um verdadeiro mestre, a quem dedico minha mais sincera admiração e respeito.

E à minha **coorientadora, Luciane Cristina**, minha eterna gratidão por cada perspectiva, por cada troca, por cada aprendizado construído juntos. Sua parceria e sua dedicação foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse, e levarei comigo tudo o que aprendemos nesta caminhada.

A cada um de vocês, minha mais profunda gratidão, repleta de amor, carinho e reconhecimento por tudo que compartilharam comigo nesta caminhada.

"A terra não é uma herança de nossos pais, mas um empréstimo de nossos filhos."

Provérbio indígena

RESUMO

Esta tese tem como objetivo selecionar e analisar experiências ecossocioeconômicas empresariais, sistematizando-as conceitual e metodologicamente para avaliar sua contribuição ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com base em uma abordagem qualitativa, de natureza construtivista e interpretativa, o estudo foi desenvolvido em duas etapas principais: uma fase exploratória, na qual foi elaborado um Estado da Arte sobre ecossocioeconomias, estruturado a partir de revisão sistemática da literatura e análise bibliométrica; e uma fase descritivo-analítica, na qual foram selecionadas e examinadas 14 experiências representativas por meio da aplicação do Formulário de Catalogação de Experiências de Ecossocioeconomias (FCEE). Os dados foram coletados em bases nacionais e internacionais, bem como em fontes documentais, seguindo critérios de seleção definidos pela aderência aos ODS, pela presença de elementos característicos das ecossocioeconomias e pela disponibilidade de informações confiáveis. A análise foi conduzida por meio de análise de conteúdo e triangulação entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas, com apoio experimental e supervisionado de inteligência artificial (ChatGPT 4.0), utilizada exclusivamente como recurso interpretativo complementar e validada integralmente pela pesquisadora, em conformidade ética e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Como principal contribuição metodológica, propõe-se uma matriz analítica composta por três eixos: (i) a tipologia entre Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) e Ecossocioeconomias Empresariais (EE), que permite classificar e diferenciar os tipos de impactos e alcances das experiências analisadas; (ii) a utilização do FCEE como instrumento de sistematização de dados, com categorias como inserção na cadeia produtiva, tipologia institucional, arranjos colaborativos e grau de alinhamento com os ODS; e (iii) um conjunto de nove elementos estruturantes que orientam a análise crítica das experiências, incluindo redes de colaboração, intencionalidade transformadora, processos educativos, valores éticos e contribuição para o bem viver territorial. Os resultados revelaram elevada aderência das experiências aos ODS 1, 2, 5, 8, 12, 13, 15 e 17, evidenciando o potencial das ecossocioeconomias para promover inclusão produtiva, valorização de saberes tradicionais, conservação da biodiversidade, práticas regenerativas e consumo responsável. Constatou-se, ainda, que as experiências mais consolidadas apresentam características como governança participativa, presença de certificações socioambientais, estratégias de mercado sustentáveis e forte ancoragem territorial. Além disso, identificaram-se complementaridades entre as ecossocioeconomias empresariais e organizacionais, reforçando que tais modalidades não são excludentes, mas atuam de forma sinérgica na transição para modelos econômicos mais justos, resilientes e integrados. Conclui-se que a consolidação das ecossocioeconomias empresariais como estratégia de desenvolvimento requer o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, mecanismos de financiamento solidário, instrumentos de certificação e indicadores de impacto socioambiental aplicáveis a diferentes escalas. A matriz analítica proposta configura uma ferramenta metodológica com potencial de aplicação em futuras investigações e avaliações de impacto social em distintos territórios, contribuindo para o avanço científico no campo das ecossocioeconomias e para a efetivação da Agenda 2030 como horizonte civilizatório.

Palavras-chave: Ecossocioeconomias empresariais. Tipologias socioeconômicas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Avaliação de impacto territorial. Matriz analítica.

ABSTRACT

This thesis aims to select and analyze business ecosocioeconomic experiences, systematizing them conceptually and methodologically in order to assess their contribution to achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). Based on a qualitative, constructivist, and interpretivist approach, the study was developed in two main stages: an exploratory phase, in which a State of the Art was conducted on ecosocioeconomies through a systematic literature review and bibliometric analysis; and a descriptive-analytical phase, in which 14 representative experiences were selected and examined using the Ecosocioeconomic Experiences Cataloguing Form (FCEE). Data were collected from national and international databases, as well as documentary sources, following selection criteria related to SDG alignment, the presence of ecosocioeconomic characteristics, and the availability of reliable information. Data analysis was performed through content analysis and triangulation between bibliographic, documentary, and empirical sources, with experimental and supervised support from artificial intelligence (ChatGPT 4.0). The tool was employed exclusively as a complementary interpretive resource, and the researcher fully validated the results, in compliance with ethical principles and the Brazilian General Data Protection Law (LGPD). The main methodological contribution of this research is the proposal of an analytical matrix composed of three axes: (i) a typology distinguishing Organizational Ecosocioeconomies (EO) from Business Ecosocioeconomies (EE), enabling the classification and differentiation of impacts and scopes of the analyzed experiences; (ii) the use of the FCEE as a structured instrument for data systematization, encompassing categories such as productive chain insertion, institutional typology, collaborative arrangements, and SDG alignment levels; and (iii) a set of nine structural elements guiding critical analysis, including collaborative networks, transformative intentionality, educational processes, ethical values, and contributions to territorial well-being. The findings revealed strong adherence of the experiences to SDGs 1, 2, 5, 8, 12, 13, 15, and 17, demonstrating the potential of ecosocioeconomies to promote productive inclusion, enhancement of traditional knowledge, biodiversity conservation, regenerative practices, and responsible consumption. Furthermore, the most consolidated experiences were characterized by participatory governance, socio-environmental certifications, sustainable market strategies, and strong territorial embeddedness. Complementarities between business and organizational ecosocioeconomies were also identified, reinforcing that these modalities are not mutually exclusive, but can act synergistically in the transition toward more just, resilient, and integrated economic models. It is concluded that the consolidation of business ecosocioeconomies as a development strategy requires the strengthening of intersectoral public policies, solidarity-based financing mechanisms, certification instruments, and socio-environmental impact indicators applicable at different scales. The proposed analytical matrix constitutes a methodological tool with potential for application in future investigations and social impact assessment in diverse territories, contributing to scientific advancement in the field of ecosocioeconomies and to the implementation of the 2030 Agenda as a civilizational horizon.

Keywords: Business ecosocioeconomies. Socioeconomic typologies. Sustainable Development Goals. Territorial impact assessment. Analytical matrix.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.	34
Figura 2.	Interseção das Dimensões do Desenvolvimento Sustentável: Ecológico, Social e Econômico e Institucional.	36
Figura 3.	Ampliação da Agenda 2030: Três Novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	38
Figura 4.	Fluxograma do Processo Metodológico da Pesquisa.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Palavras-chave associadas aos elementos estruturantes das ecossocioeconomias empresariais	52
Quadro 2.	Contribuições Diretas e Indiretas de Autores para o Construto das Ecossocioeconomias:	57
Quadro 3.	Contribuições ao Construto das Ecossocioeconomias.....	61
Quadro 4.	Caracterização das Tipologias de Ecossocioeconomia e suas Contribuições.....	71
Quadro 5.	Contribuições ao Estudo da Ecossocioeconomia em Diferentes Contextos Organizacionais e Regionais:	77
Quadro 6.	Estudos sobre Ecossocioeconomia em Diferentes Contextos.....	80
Quadro 7.	Matriz Analítica – metodologia de pesquisa e procedimentos	108
Quadro 8.	Organização das informações coletadas por meio do Formulário de Catalogação de Experiências de Ecossocioeconomias.....	111
Quadro 9.	Experiências de ecossocioeconomias analisadas	114
Quadro 10.	Comparação entre os estudos de Alves (2024) e esse estudo:	118
Quadro 11.	Empresarial – Empresas e negócios sustentáveis com impacto socioambiental.	120
Quadro 12.	Organizacional - Projetos comunitários e gestão sustentável de recursos.	122
Quadro 13.	Mapeamento de Projetos Sustentáveis: Iniciativas Industriais e Agroalimentar	125
Quadro 14.	Síntese Descritiva e Exploratória: Sistematização de Experiências Ecossocioeconômicas e sua correlação com os ODS.....	128
Quadro 15.	Análise Exploratória das Experiências e Metas dos ODS na Agenda 2030.	156
Quadro 16.	ODS com maior aderência por empresa – <i>com base nas metas explicitadas nas análises</i>	174
Quadro 17.	Comparação das empresas correlacionando as iniciativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.	180
Quadro 18.	Contribuições Empresariais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ações, Metas e Impactos	185
Quadro 19.	Análise de Correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Metas na Agenda 2030	188
Quadro 20.	Análise das Experiências Ecossocioeconomias das Organizações: Foco nas Modalidades Empresariais e Ecogastronomia.....	220
Quadro 21.	Correlação entre as Modalidades de Ecossocioeconomias e as Experiências Analisada.	228
Quadro 22.	Matriz Analítica das Ecossocioeconomias Empresariais e Organizacionais.	236
Quadro 23.	Nove elementos analíticos - (Elementos Estruturantes da Análise Crítica)	239

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMMA	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	<i>Coronavirus disease 2019</i>
CNUMAD	ECO-92, ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPSM	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé
DF	Brasília
EO	Ecosocioeconomias Organizacionais
ESG	Environmental, Social and Governance (ambiental, social e governança)
EEA	<i>European Environment Agency</i>
ESG	<i>Environmental, social and governance</i>
ESJ	Ecovila São José
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
GEN	<i>Global Ecovillage Network</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	Organização Internacional para Padronização.
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
NPP	Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RSC	Responsabilidade social empresarial
(RSaC)	Responsabilidade Socioambiental Corporativa
RSPO	Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável
SGM	Social Gastronomy Movement
TBC	Turismo de Base Comunitária
TRC	Turismo Rural Comunitário
UCs	Unidades de Conservação
UE	União Europeia
UEBT	União para o BioComércio Ético
UN	Nações Unidas
WFP	<i>World Food Programme (WFP)</i>

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE SIGLAS.....	12
1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Contextualização.....	15
1.2 Problema.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo geral.....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 Justificativa	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Ecodesenvolvimento	23
2.1.1 Dimensões do ecodesenvolvimento.....	24
2.1.2 Aplicações do ecodesenvolvimento.....	25
2.1.3 Desafios e perspectivas do ecodesenvolvimento.....	26
2.2 Desenvolvimento sustentável	28
2.2.1 Agenda 21	30
2.2.2 Agenda 2030	31
2.3 Ecosocioeconomias	40
2.3.1 Ecosocioeconomias territoriais	74
2.4 Modalidades de Ecosocioeconomias	81
2.4.1 Agenda 21 local - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) /Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	82
2.4.2 Turismo de base comunitária, solidária e sustentável.....	82
2.4.3 Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSaC) / Environmental, Socialand Governance (ESG)	85
2.5 Ecosocioeconomia Empresarial	88
2.5.1 Cadeias produtivas sustentáveis inclusivas	88
2.5.2 Arranjos socioprodutivos territoriais de base comunitária.....	95
2.5.3 Ecogastronomia.....	98
3 METODOLOGIA.....	107
3.1 Etapas metodológicas do processo de construção do conhecimento.....	115
3.2 Análise comparativa das ecosocioeconomias: abordagens de Alves (2024) e Oliveira (2025).....	116
3.3 Comparação entre os estudos de Alves (2024) e esse estudo.....	117
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	120
4.1 Sistematização e análise descritiva de experiências empresariais em ecosocioeconomias	120

4.2	Análises dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	149
4.2.1	Consolidação e Padrões Observados nas Experiências Ecosocioeconômicas	151
4.2.2	Destaques e Inovações Específicas	152
4.3	Contribuição das ecosocioeconomias empresariais para a agenda 2030	153
4.4	Análise exploratória das experiências e metas dos ods na agenda 2030	154
4.4.1	Relação entre Ecosocioeconomias das Organizações e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): impactos, desafios e oportunidades	177
4.4.2	Análise de Correlação entre as empresas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	182
4.4.3	Correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas Metas na Agenda 2030.....	187
4.4.4	Análise das Experiências em Ecosocioeconomias das Organizações: foco nas experiências de base comunitária e empresarial.....	218
4.4.5	Análise das Experiências em Ecosocioeconomias das Organizações: convergências e impactos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	223
4.4.6	Correlação entre as Experiências e as Modalidades de Ecosocioeconomias	227
4.4.7	Principais Conexões e Impactos	229
4.4.8	Classificação das Empresas por Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	232
4.5	Fundamentação da Matriz Analítica com Base em Autores de 2014 a 2024	233
4.5.1	Modalidades de Ecosocioeconomias	238
4.5.2	Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias (FCEE)...	238
4.5.3	Elementos Estruturantes da Leitura Crítica.....	239
4.5.4	Aplicabilidade	240
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	242
5.1	Síntese dos principais achados da pesquisa	242
5.2	Diretrizes estratégicas para o fortalecimento das ecosocioeconomias.....	244
5.3	Limitação da pesquisa e recomendações futuras	246
	REFERÊNCIAS	248
	ANEXO A – Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias.....	274

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O contexto político-econômico contemporâneo, caracterizado pelo avanço do neoliberalismo e da globalização, tem impulsionado transformações significativas nas relações de produção, no mercado de trabalho e nas dinâmicas socioeconômicas. Essas transformações têm demandado novas abordagens empresariais e estatais, promovendo inovações tecnológicas, novos arranjos produtivos e a busca por modelos sustentáveis de desenvolvimento (Scholz, 2020; Standing, 2019; Piketty, 2020). Nesse sentido, a flexibilização produtiva, a digitalização e as demandas por responsabilidade socioambiental impõem desafios e oportunidades para empresas e Estados no contexto globalizado.

Diversos autores contemporâneos analisam os impactos dessas transformações. Piketty (2020) discute as desigualdades econômicas ampliadas pelo capitalismo global, enquanto Standing (2019) destaca a precarização do trabalho decorrente da economia neoliberal e digital. Scholz (2020) propõe a teoria do "trabalho de plataforma", evidenciando como as inovações tecnológicas redefinem as relações laborais. Em um contexto mais amplo, Zuboff (2019) alerta para os desafios da "capitalização da vigilância", na qual os dados pessoais tornam-se um novo recurso econômico, influenciando dinâmicas produtivas e sociais. Essas abordagens contemporâneas reforçam a necessidade de adaptação das estruturas organizacionais a um ambiente em constante transformação.

No campo da sustentabilidade, Raworth (2017) introduz o conceito de Economia Donut, que busca equilibrar crescimento econômico, justiça social e limites ecológicos. Além disso, Hickel (2021) critica a obsessão pelo crescimento econômico a qualquer custo e propõe modelos pós-crescimento baseados na sustentabilidade e na distribuição equitativa de recursos. Essas perspectivas reforçam a necessidade de novos paradigmas econômicos que conciliem inovação e responsabilidade ambiental.

As ecossocioeconomias emergem nesse cenário como uma alternativa inovadora que articula dimensões econômicas, sociais e ambientais para a promoção de um desenvolvimento equilibrado. Esse conceito tem sido explorado por autores como Sampaio e Alcântara (2024), Ribeiro Alves (2024), que discutem a viabilidade de integrar práticas empresariais sustentáveis com desenvolvimento social.

As ecossocioeconomias podem ser classificadas em três principais categorias: organizacionais (EO), territoriais (ET) e empresariais (EE), cada uma com especificidades relacionadas à escala de impacto, aos beneficiários e à natureza dos arranjos institucionais. As ecossocioeconomias organizacionais são direcionadas a coletivos identificáveis, como cooperativas e associações, visando a obtenção de ganhos socioeconômicos e ambientais (Alves, 2024). As ecossocioeconomias territoriais, por sua vez, têm impacto ampliado e não necessariamente vinculado a coletivos específicos, mas sim a territórios definidos (Sampaio; Alcântara; Ribeiro, 2024). As ecossocioeconomias empresariais combinam elementos das EO e ET, abrangendo tanto organizações sociais quanto comunidades dispersas, ampliando seu potencial transformador (Ribeiro; Alcântara; Sampaio, 2024; Alves, 2024).

A ecossocioeconomia territorial, em especial, destaca-se como uma alternativa para o desenvolvimento local sustentável, promovendo a interação entre saberes tradicionais e práticas inovadoras. Estudos como os de Cortez (2008) e Vieira (2011), reforçam a importância de alinhar práticas sustentáveis às especificidades culturais e ecológicas de cada região, destacando o papel da governança local e da participação comunitária na construção de modelos socioeconômicos resilientes.

O atual cenário global, caracterizado por desafios ambientais, desigualdades sociais e instabilidades econômicas, evidencia as limitações do modelo econômico tradicional. As ecossocioeconomias emergem, assim, como uma abordagem inovadora que integra dimensões socioprodutivas, éticas e ambientais, consolidando-se como um caminho para a construção de uma economia mais inclusiva, equilibrada e sustentável.

No entanto, apesar do reconhecimento de sua relevância, ainda há uma carência significativa de sistematização conceitual e metodológica que permita diferenciá-las de outras iniciativas socioeconômicas. Essa lacuna compromete tanto a identificação quanto a ampliação de seu impacto prático, especialmente no que se refere às tipologias organizacionais, territoriais e empresariais.

1.2 Problema

Nas últimas décadas, o avanço das crises ambientais, sociais e econômicas tem evidenciado os limites do modelo hegemônico de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais e na desigualdade social. Diante desse cenário, emergem novas perspectivas teóricas e práticas que propõem alternativas mais integradas, inclusivas e sustentáveis. Entre elas, destacam-se os paradigmas do ecodesenvolvimento, do

desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, das ecossocioeconomias empresariais, que buscam articular valores éticos, justiça social e equilíbrio ecológico na condução das atividades produtivas. Essas abordagens desafiam os modelos tradicionais ao propor uma reorganização das relações entre economia, sociedade e natureza, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às diretrizes da Agenda 2030. **Nesse contexto, surge a necessidade de investigar: como experiências ecossocioeconômicas empresariais podem ser sistematizadas conceitualmente e metodologicamente, a fim de analisar sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo principal deste estudo é selecionar experiências ecossocioeconômicas empresariais sistematizando-as conceitualmente e metodologicamente, para analisar sua contribuição no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar levantamento do estado da arte das ecossocioeconomias empresariais, destacando práticas e desafios atuais.
- Analisar e correlacionar as experiências com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), avaliando como essas práticas contribuem para o alcance das metas da Agenda 2030.
- Propor diretrizes para o fortalecimento e aprimoramento das ecossocioeconomias territoriais e empresariais como estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1.4 Justificativa

Este estudo está alinhado ao projeto-guarda-chuva do orientador, denominado “Cidades e Soluções, Ecossocioeconomias Territoriais: Cadeias socioprodutivas que promovem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, sendo apoiada por editais que incentivam pesquisas voltadas para soluções sustentáveis e inclusivas.

Assim como a tese de Santos (2020), intitulada “*Diretrizes de Gestão Interorganizacional da Cadeia Produtiva Alinhadas ao Produto Orientado à Sustentabilidade*”, e a tese de Alves (2024), “*Das Práticas à Abordagem Teórica das Ecosocioeconomias das Organizações: Experiências para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030*”, ambas contribuem de maneira significativa para o debate sobre sustentabilidade e gestão interorganizacional, oferecendo perspectivas teóricas e aplicadas voltadas à transformação socioeconômica e ambiental. Esse alinhamento com o projeto-guarda-chuva dos ODS reforça o papel das cadeias socioprodutivas no cumprimento das metas globais, promovendo um desenvolvimento que respeita as dimensões sociais, ecológicas e econômicas.

Ademais, este estudo encontra-se articulado ao projeto de pós-doutorado intitulado “*Ecosocioeconomia: Cadeia Socioprodutiva que Contribui para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU)*”, ampliando a compreensão sobre como práticas organizacionais podem fortalecer a integração entre produção, sustentabilidade e impacto social.

Além disso, a proposta complementa a tese de outros pesquisadores do Núcleo de Estudos em Ecosocioeconomias (NEcos), sob o título “*Das Práticas à Abordagem Teórica das Ecosocioeconomias das Organizações: Experiências para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Constituídos na Agenda 2030*” (defendida em 2024) e, “*Ecosocioeconomia das Organizações e Consumo Responsável: Uma Análise a partir do Setor Energético de Painéis Fotovoltaicos*”.

Neste conjunto de esforços interligados, a proposta apresentada visa fortalecer a linha das Ecosocioeconomias Organizacionais, com especial foco nas Ecosocioeconomias Empresariais, evidenciando seu impacto nas práticas empresariais sustentáveis. Ao explorar essa interface, o estudo proposto oferece um olhar profundo sobre como as ecosocioeconomias empresariais e territoriais podem, de fato, contribuir para um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e responsável.

A elaboração deste estudo sobre “*Ecosocioeconomias Territoriais e Empresariais no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030*” revela-se de importância estratégica para a academia e para a sociedade. Tal relevância decorre da necessidade de produzir novos aportes teóricos capazes de problematizar as interações entre sistemas produtivos, territórios e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que fomenta práticas transformadoras orientadas para a inovação social, a justiça ambiental e a integração das dimensões econômica, ecológica e sociocultural. Para a academia o avanço do conhecimento

científico, a pesquisa ofereceu uma base importante para o aprofundamento das dinâmicas relacionadas às ecossocioeconomias territoriais e às cadeias socioprodutivas. Estas últimas são compreendidas como sistemas integrados que abrangem a produção, o processamento, a distribuição e a comercialização de bens e serviços, com ênfase na sustentabilidade ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico. Além disso, as cadeias socioprodutivas valorizam saberes tradicionais, promovem práticas sustentáveis e buscam integrar comunidades vulneráveis, contribuindo para a economia solidária e a equidade (Vasconcelos; Milagres; Nascimento, 2005).

Um caso de destaque é a cadeia de valor da castanha-do-brasil na Amazônia, que envolve mais de 60 mil famílias em um modelo extrativista sustentável, gerido por organizações do terceiro setor. Esse exemplo reflete a capacidade dessas cadeias de fomentar inovação, aumentar a competitividade e promover o desenvolvimento regional de maneira inclusiva (Schultz, 2023). No contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), essas iniciativas impulsionam o avanço do conhecimento científico e ampliam a relevância das estratégias para alcançar um progresso sustentável.

O desenvolvimento desta pesquisa contribuiu para o estímulo à investigação interdisciplinar, uma vez que, ao se situar na interseção de diferentes áreas do conhecimento, fomentou a colaboração entre pesquisadores de distintos campos e possibilitou a construção de abordagens mais abrangentes e soluções mais eficazes. Além disso, a pesquisa configurou-se como um espaço formativo para novos pesquisadores, especialmente estudantes de pós-graduação, ao proporcionar oportunidades de engajamento em um tema contemporâneo e socialmente relevante, favorecendo a consolidação de competências acadêmicas e de habilidades investigativas essenciais.

No âmbito social, o estudo desempenhou um papel relevante ao oferecer informações e subsídios capazes de ampliar a conscientização sobre a importância das ecossocioeconomias territoriais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse processo de sensibilização contribuiu para a formação de uma cultura de responsabilidade coletiva em torno das dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável. Ademais, os resultados obtidos apresentaram potencial de orientação para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à sustentabilidade em níveis local, regional e nacional, favorecendo a promoção de práticas e iniciativas que conciliem, de maneira equilibrada, os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A pesquisa também se destacou pelo estímulo ao empreendedorismo sustentável, ao buscar inspirar e apoiar o desenvolvimento de iniciativas empresariais e empreendimentos

sociais comprometidos com a integração de princípios de sustentabilidade em seus modelos de gestão e de negócios. Esse movimento revelou-se essencial para a geração de impactos positivos tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente, consolidando práticas inovadoras que contribuem para a transformação dos padrões produtivos tradicionais.

De igual modo, o estudo promoveu reflexões voltadas ao desenvolvimento local e regional, na medida em que evidenciou como as ecossocioeconomias territoriais e as cadeias socioprodutivas podem se constituir em instrumentos estratégicos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tal abordagem possibilitou a proposição de perspectivas capazes de fortalecer economias locais e regionais de forma sustentável, favorecendo um desenvolvimento socioeconômico equitativo, inclusivo e em consonância com as dimensões ecológicas e sociais.

O desenvolvimento sustentável e a complexidade dos sistemas naturais e sociais têm sido amplamente debatidos por autores que fundamentaram abordagens inovadoras e interdisciplinares. Schumacher, em *Small is Beautiful* (1970), introduziu a necessidade de uma economia centrada no bem-estar humano e na preservação ambiental, princípios que dialogam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De forma complementar, Hardin, em *The Tragedy of the Commons* (1968), alertou para os riscos do uso inadequado dos recursos comuns, propondo a gestão sustentável como essencial para evitar o esgotamento ecológico. Por sua vez, Meadows *et al.*, em *The Limits to Growth* (1972), evidenciaram os limites ambientais do crescimento econômico, destacando que a sustentabilidade deve ser priorizada em um planeta com recursos finitos.

Myrdal, em *Asian Drama* (1968), investigou as desigualdades nos países asiáticos em desenvolvimento, enfatizando a importância de políticas adaptadas às realidades locais e de abordagens multidisciplinares. Morin, em sua série *O Método*, explorou a interconexão entre os sistemas naturais e sociais. Em *O Método 1: A Natureza da Natureza* (1977), propôs uma abordagem transdisciplinar para compreender a complexidade do mundo natural, enquanto em *O Método 5: A Humanidade da Humanidade* (2008), analisou a multifacetada identidade humana, abordando temas como globalização, multiculturalismo e diálogo intercultural.

Ostrom, em *Governing the Commons* (1990), desafiou a visão tradicional de que a "tragédia dos comuns" é inevitável, demonstrando que comunidades locais podem estabelecer normas e sistemas próprios de governança sustentável. Yunus, em *Banker to the Poor* (1998), destacou o impacto do microcrédito como ferramenta de inclusão social e financeira, enquanto Sen, em *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), redefiniu o conceito de desenvolvimento ao priorizar a expansão das liberdades individuais e a remoção de barreiras estruturais. Raworth,

em *Doughnut Economics* (2017), propôs um modelo econômico que equilibra as necessidades humanas com os limites planetários, oferecendo uma alternativa sustentável ao modelo econômico tradicional. Vieira, ao organizar e traduzir *Rumo à Ecosocioeconomia* (2007), de Sachs, contribuiu para a disseminação de conceitos que integram economia, sociedade e meio ambiente, consolidando a ecosocioeconomia como base teórica para o desenvolvimento sustentável.

A ecosocioeconomia tem se consolidado como um campo de investigação que busca integrar economia, sociedade e meio ambiente em prol do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Sampaio, Henríquez e Fuders (2018), em *Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção*, analisaram a ecosocioeconomia como um processo orientado ao “bem viver”, enfatizando a inter-relação entre dimensões ecológicas, econômicas e sociais. De forma complementar, Alcântara e Grimm (2017), em *A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na Perspectiva do Urbano*, discutiram a mobilidade urbana sustentável como expressão prática desse enfoque, ressaltando o uso da bicicleta como símbolo de práticas urbanas alinhadas à sustentabilidade.

Vieira e Sampaio (2021), em *Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno*, propuseram um projeto civilizatório ecocêntrico fundamentado em princípios transdisciplinares e ético-políticos, enquanto Dantas e Antão (2023), em *Pensar o Envolvimento Sustentável*, refletiram sobre a ecosocioeconomia no contexto da pandemia de COVID-19, defendendo o “envolvimento sustentável” como alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional. Outras investigações, como *Cadeia Produtiva Sustentável: Ecosocioeconomias no Setor Agroalimentar*, exploraram práticas ecosocioeconômicas no setor agroalimentar, ao passo que Sampaio e Dallabrida (2009), em *Ecosocioeconomia das Organizações*, analisaram experiências organizacionais que integram responsabilidade social e ambiental. Nesse conjunto de contribuições, a ecosocioeconomia configura-se como uma abordagem relevante para compreender e enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável, articulando-se às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e propondo soluções inovadoras e inclusivas para os problemas globais contemporâneos. O estudo das Ecosocioeconomias Territoriais, por meio das modalidades Ecosocioeconomias Empresariais e Ecogastronomia, justifica-se por adotar uma perspectiva holística que integra sistemas naturais, econômicos e sociais, condição indispensável para equilibrar o desenvolvimento sustentável com a proteção ambiental e o bem-estar coletivo. Além disso, possibilita a identificação de boas práticas em cadeias socioprodutivas, incentivando a replicação de iniciativas exitosas em diferentes contextos e fortalecendo a produção sustentável, a economia

solidária e o desenvolvimento local. Ao alinhar ações e políticas regionais às metas globais da Agenda 2030, esse enfoque amplia o impacto social, econômico e ecológico, ao mesmo tempo em que promove respostas concretas a problemas estruturais, como pobreza, desigualdade e mudanças climáticas, reafirmando sua relevância na construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Ecodesenvolvimento

O conceito de "Ecodesenvolvimento", reconhecido como "Desenvolvimento Sustentável", foi introduzido por Ignacy Sachs em 1974 como uma resposta crítica aos efeitos adversos da industrialização. Esse conceito propõe uma abordagem alternativa ao desenvolvimento tradicional, enfatizando uma nova dinâmica de interação entre a sociedade e a natureza baseada em uma simbiose co-evolutiva e ajustável (Sachs, 1986).

Apesar de décadas de desenvolvimento e refinamento, o termo continua evoluindo, destacando sua complexidade e a necessidade de adaptação às mudanças ambientais e sociais contínuas. As análises de Samir Amin e André Gunder Frank nas décadas de 1960 e 1970 destacaram as relações de dependência e imperialismo como fatores centrais na economia política internacional. Argumentaram que os conceitos de "subdesenvolvimento" e "desenvolvimento" são interdependentes, emergindo da mesma estrutura de acumulação capitalista global. Amin e Frank criticaram as teorias modernizantes e estruturalistas por não reconhecerem as dinâmicas de poder no sistema global e apontaram o papel das corporações transnacionais na manutenção da dependência econômica (Amin, 1970; Frank, 1967).

Na busca por alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico tradicional, que muitas vezes negligencia os impactos ambientais e sociais, emergiu o conceito de ecodesenvolvimento. Ignacy Sachs, em 1980, definiu o ecodesenvolvimento como um processo que procura atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades (Sachs, 1980). Esse conceito fundamental foi posteriormente expandido e enriquecido por diversos teóricos ao longo das décadas de 1970 e 1980, como evidenciado pelas contribuições de instituições e pesquisadores como o Cired (1986), a Dag Hammarskjöld Foundation (1975), Marc Nerfin (1977), Johan Galtung (1977) e Bernhard Glaeser (1984).

Esses teóricos e organizações promoveram uma abordagem de desenvolvimento que desafiava a lógica predominante do crescimento material irrestrito. Eles advogavam por modelos de desenvolvimento que respeitassem a diversidade dos ecossistemas e culturas, destacando a importância de uma coexistência mais harmoniosa e sustentável. Esse movimento contrastava fortemente com as práticas de desenvolvimento que frequentemente resultavam em exclusão social e homogeneização cultural, enfatizando uma mudança paradigmática na forma

como a sociedade deveria interagir com o ambiente natural (Glaeser, 1984; Nerfin, 1977; Cired, 1986; Dag Hammarskjöld Foundation, 1975).

As iniciativas desses pioneiros demonstraram a necessidade de uma reavaliação das políticas e práticas de desenvolvimento, argumentando que a sustentabilidade ambiental deveria ser integrada ao cerne das estratégias de desenvolvimento econômico, a fim de garantir um futuro viável para todas as comunidades e ecossistemas envolvidos. Os princípios fundamentais do ecodesenvolvimento incluem a ecossocialidade, que trata da integração dos aspectos ecológicos e sociais no planejamento e execução de políticas de desenvolvimento, reforçada por autores como Folke *et al.* (2010), que discutem a resiliência dos sistemas sócio-ecológicos e a necessidade de abordagens integradas. Outro princípio essencial é a interdependência, que reconhece as interrelações entre diferentes regiões e setores da sociedade, conforme explorado por Adger (2000), que destaca a vulnerabilidade social em relação às mudanças ambientais e a importância da interconexão entre diferentes escalas geográficas e sociais.

Além disso, o princípio da prevenção e precaução enfatiza a adoção de práticas que previnam danos ambientais e sociais, sendo uma abordagem defendida por Kates *et al.* (2001), que argumentam pela importância da gestão proativa de riscos ambientais e da construção de capacidade adaptativa em comunidades vulneráveis. A diversidade cultural e biológica também é central ao ecodesenvolvimento, pois valoriza e preserva tanto as culturas locais quanto a biodiversidade. Berkes (2004) destaca a relação entre conhecimento ecológico tradicional e biodiversidade, ressaltando que a preservação de práticas culturais é essencial para a gestão sustentável dos recursos naturais.

Por fim, a participação democrática constitui um princípio-chave, promovendo o envolvimento ativo das comunidades locais no processo de desenvolvimento. Esse aspecto é reforçado pelos trabalhos de Dryzek (2000), que abordam a democracia deliberativa e a importância da participação cidadã na tomada de decisões ambientais. Assim, os princípios do ecodesenvolvimento oferecem um arcabouço para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, equitativos e resilientes, garantindo que as futuras gerações possam usufruir de um planeta equilibrado e viável.

2.1.1 dimensões do ecodesenvolvimento

O ecodesenvolvimento aborda diversas dimensões interligadas, que são essenciais para a construção de um futuro mais sustentável. A dimensão ecológica foca na conservação dos recursos naturais e na redução dos impactos ambientais das atividades humanas. O conceito de "limites planetários", introduzido por Rockström *et al.* (2009), destaca as fronteiras ecológicas

que não podem ser ultrapassadas para garantir a estabilidade do planeta. Steffen *et al.* (2015) ampliaram essa ideia, explorando como esses limites influenciam a governança ambiental global.

A dimensão econômica visa promover um crescimento econômico que seja inclusivo e equitativo. Amartya Sen (1999) contribui para essa discussão ao enfatizar as capacidades e liberdades individuais como indicadores do desenvolvimento. Já Tim Jackson (2009), em *Prosperity without Growth*, defende que o crescimento econômico contínuo é insustentável, propondo alternativas para uma economia que vá além do crescimento material.

Na dimensão social, destaca-se a justiça social e a equidade. Ignacy Sachs (2002) sublinha a importância da inclusão social e da erradicação da pobreza como elementos essenciais do ecodesenvolvimento. De maneira complementar, Kate Raworth (2017), com seu conceito de *Doughnut Economics*, sugere a criação de um espaço seguro e justo para a humanidade, onde as necessidades básicas sejam atendidas sem ultrapassar os limites ecológicos.

Quanto a dimensão cultural valoriza o respeito e a preservação das tradições e conhecimentos locais. Enrique Leff (2001) reforça a relevância dos saberes tradicionais e das práticas culturais na gestão ambiental. Além disso, Jules Pretty (2011) argumenta que a diversidade cultural é um elemento fundamental para garantir a resiliência e sustentabilidade dos sistemas sociais e ecológicos.

2.1.2 Aplicações do ecodesenvolvimento

O ecodesenvolvimento tem sido aplicado em diversas áreas por meio de práticas sustentáveis que buscam equilibrar progresso econômico e preservação ambiental. No âmbito das políticas públicas, iniciativas voltadas para o uso eficiente de recursos e a adoção de energias renováveis têm sido incentivadas. Ostrom (2009) destaca a importância da governança colaborativa e da gestão comunitária de recursos comuns, enquanto Chaffin *et al.* (2014) apontam a relevância da governança adaptativa para o desenvolvimento de políticas sustentáveis.

Na agricultura, práticas como agroecologia e permacultura têm sido adotadas para preservar o solo e a biodiversidade. Altieri (1995) e Gliessman (2007) argumentam que sistemas agroecológicos aumentam a resiliência dos sistemas agrícolas, contribuindo para a segurança alimentar e a soberania (Rosset; Altieri, 2017). Já na gestão de recursos naturais, estratégias sustentáveis buscam respeitar a capacidade de carga dos ecossistemas e promover a regeneração

dos recursos. Ostrom (2009) fornece um quadro teórico robusto para essa gestão, enquanto Berkes e Folke (1998) destacam a importância de sistemas socioecológicos resilientes.

Essas abordagens refletem os princípios fundamentais do ecodesenvolvimento, que incluem sustentabilidade, equidade, participação, precaução e integração, essenciais para garantir um desenvolvimento eficiente, justo e sustentável. Esses princípios se desdobram em dimensões interrelacionadas — ambiental, econômica, social, cultural e institucional — e são enfatizados por autores como Sachs (1980), Sen (1999), Raworth (2017) e Ostrom (2009), que ressaltam a necessidade de integrá-los para atender às gerações presentes sem comprometer as futuras.

A aplicação desses princípios nas políticas públicas, na agricultura sustentável e na gestão de recursos naturais demonstra a viabilidade de um modelo que respeita os limites planetários e promove justiça social (Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015; Sen, 1999). Além de representar uma alternativa ao crescimento econômico irrestrito, o ecodesenvolvimento reforça a importância de práticas sustentáveis para a preservação dos recursos naturais a longo prazo (Jackson, 2009; Sachs, 2002; Raworth, 2017). Como um modelo holístico e adaptativo, ele responde aos desafios do século XXI, promovendo uma coexistência equilibrada entre humanidade e natureza (Leff, 2001; Pretty, 2011).

2.1.3 Desafios e perspectivas do ecodesenvolvimento

Embora o conceito de ecodesenvolvimento ofereça uma visão promissora, sua implementação enfrenta desafios como resistência política, dificuldades econômicas e barreiras culturais (Sachs, 1986; Leff, 2000; Folke *et al.*, 2010). No entanto, a crescente conscientização global sobre sustentabilidade e a pressão da sociedade civil impulsionam mudanças significativas. Daly e Cobb (1989) sugerem que a transição para esse modelo exige uma reestruturação profunda dos sistemas econômicos e sociais. Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU estabelece um quadro global para a ação coletiva. Latour (2018) argumenta pela necessidade de uma nova política de Gaia, que reconheça a interdependência entre humanos e a Terra.

O ecodesenvolvimento se apresenta como um paradigma essencial para enfrentar os desafios contemporâneos. Ao integrar aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais, propõe um caminho para um futuro mais justo e equilibrado. A literatura aponta a necessidade de compromisso global e ação coletiva para transformar esse conceito em realidade (Sachs, 1986; Leff, 2000; Ostrom, 2009). Discutido inicialmente por Ignacy Sachs e ampliado por

diversos teóricos e instituições, surgiu como uma resposta às limitações do modelo de crescimento baseado na industrialização intensiva e na exploração dos recursos naturais (Sachs, 1986; Leff, 2000; Ostrom, 2009).

Sachs foi pioneiro ao introduzir o ecodesenvolvimento na discussão global, propondo uma abordagem que equilibra necessidades humanas com preservação ambiental. O conceito questiona a viabilidade a longo prazo do crescimento econômico tradicional e sugere um modelo que seja ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo (Sachs, 1986; Leff, 2000). Posteriormente, foi ampliado por instituições e acadêmicos como Cired, Dag Hammarskjöld Foundation, Marc Nerfin, Johan Galtung e Bernhard Glaeser. Esses pensadores destacaram a necessidade de integrar culturas locais e ecossistemas, promovendo trajetórias de desenvolvimento adaptadas a cada contexto regional.

As teorias e práticas do ecodesenvolvimento desafiaram a lógica do crescimento ilimitado do capitalismo tradicional. Sachs (1986) ressaltou a importância de respeitar os limites ecológicos e as capacidades regenerativas dos ambientes naturais, enquanto Leff (2000) enfatizou a necessidade de uma relação simbiótica entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Ostrom (2009) propôs a governança colaborativa e a gestão comunitária de recursos comuns como bases para um modelo sustentável e inclusivo. Folke *et al.* (2010) destacam a governança adaptativa como ferramenta essencial para lidar com os desafios de implementação e adaptação a novas realidades ambientais e tecnológicas.

Apesar das décadas de discussão e implementação gradual, o ecodesenvolvimento continua em evolução. Sua relevância cresce diante de desafios globais como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desigualdade social. Leff (2000) e Sachs (1986) enfatizam que esse modelo não apenas atende às necessidades imediatas, mas também garante a sustentabilidade para as futuras gerações. A integração do ecodesenvolvimento nas políticas globais e locais permanece essencial para transformar as práticas de desenvolvimento rumo a um futuro mais equitativo e sustentável (Sachs, 1986; Leff, 2000; Ostrom, 2009; Folke *et al.*, 2010).

Desde sua formulação, contribuições importantes vieram de teóricos e organizações como Cired (1986), Dag Hammarskjöld Foundation (1975), Marc Nerfin (1977), Johan Galtung (1977) e Bernhard Glaeser (1984). Nerfin (1977) destacou o papel das trajetórias de desenvolvimento endógenas, enquanto Galtung (1977) abordou a relação entre ecodesenvolvimento, paz e justiça social. Glaeser (1984) contribuiu com perspectivas sobre a implementação de projetos concretos que sustentem tanto ecossistemas quanto comunidades locais.

A crítica de Sachs (1986) e Leff (1994) ao modelo tradicional de crescimento ressalta a necessidade de equilibrar progresso econômico e conservação ambiental. Embora avanços teóricos tenham sido feitos, a implementação do ecodesenvolvimento enfrenta desafios significativos, como a resistência de estruturas econômicas e políticas estabelecidas e a dificuldade de expandir práticas sustentáveis globalmente. No entanto, a continuidade dos esforços e a adaptação do conceito às novas realidades podem assegurar um futuro sustentável e equitativo para as próximas gerações.

2.2 Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável tem suas raízes no início do século XVIII, com a publicação de *Sylvicultura Oeconomica* por Carlowitz em 1713, que introduziu a ideia de manejo florestal responsável, considerando aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Esta concepção se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII (Pisani, 2006; Grober, 2007). Entre 1750 e 1900, a ciência consolidou-se como ferramenta para o domínio da natureza, mas os efeitos negativos da Revolução Industrial, como desemprego e pobreza, destacaram a necessidade de um desenvolvimento equilibrado (Mebratu, 1998).

A publicação de *Silent Spring* por Rachel Carson em 1962 revitalizou a discussão sobre a necessidade de integrar desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental e social (Pisani, 2006). Nos debates entre 1960 e 1970, os impactos negativos do crescimento econômico sobre o equilíbrio ecológico e a estabilidade econômica global levaram à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, que busca harmonizar progresso e preservação ambiental (Mitcham, 1995).

O termo "desenvolvimento sustentável" ganhou destaque nas décadas de 1980 e 1990, especialmente após o relatório da Comissão Brundtland em 1987, que impulsionou mudanças significativas na política global e na legislação ambiental (Grober, 2007; Adams, 2006). A Conferência Rio 92 foi fundamental para a aceitação global desse conceito, promovendo a responsabilidade compartilhada sobre os recursos naturais. Subsequentemente, as conferências Rio +10 (2002) e Rio +20 (2012) reforçaram compromissos com sustentabilidade, abordando pobreza, justiça social e desenvolvimento econômico (Hofer, 2009; Ríos-Osorio *et al.*, 2013).

Em 1983, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, para reavaliar questões críticas e propor abordagens práticas para um desenvolvimento sustentável (WCED, 1987). O relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, popularizou o conceito ao definir

desenvolvimento sustentável como o processo que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. O documento destacou a interdependência entre políticas econômicas, sociais e ambientais, sublinhando a erradicação da pobreza, o uso sustentável dos recursos naturais, a participação ativa da sociedade e o papel da tecnologia e inovação (Brundtland, 1987).

O relatório enfatizou ainda que a pobreza é uma das principais causas e consequências dos problemas ambientais globais, criticando o modelo de crescimento econômico dos países desenvolvidos por ser insustentável e inviável para replicação em países em desenvolvimento, devido ao rápido esgotamento dos recursos naturais (WCED, 1991). Além disso, introduziu dois princípios fundamentais: o princípio das necessidades, que prioriza a equidade e a atenção às populações mais vulneráveis, e o princípio da limitação, que reconhece as restrições ambientais impostas pela tecnologia e pela organização social (WCED, 1991). A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável pode ser compreendida por meio de marcos históricos, como:

- 1713 – Sylvicultura Oeconomica por Carlowitz: Introdução do manejo florestal responsável (Pisani, 2006; Grober, 2007).
- 1750-1900 – Revolução Industrial: Crescimento econômico acelerado, mas também surgimento de desemprego e degradação ambiental (Mebratu, 1998).
- 1962 – Silent Spring por Rachel Carson: Conscientização sobre impactos ambientais do progresso industrial (Pisani, 2006).
- Décadas de 1960 e 1970 – Debates sobre os impactos do crescimento econômico no meio ambiente e estabilidade global (Mitcham, 1995).
- 1987 – Relatório Brundtland: Popularização do termo "desenvolvimento sustentável" e promoção de um novo modelo de desenvolvimento (WCED, 1987).
- 1992 – Rio 92: Aceitação global do desenvolvimento sustentável e promoção de responsabilidade compartilhada (Grober, 2007; Adams, 2006).
- 2002 – Rio +10: Reforço de compromissos sustentáveis, abordando pobreza e justiça social (Hofer, 2009).
- 2012 – Rio +20: Fortalecimento da interdependência global na agenda ambiental (Ríos-Osorio *et al.*, 2013).

Esses eventos moldaram o conceito de sustentabilidade, destacando a necessidade de equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

A Revolução Industrial trouxe transformações profundas na relação entre sociedade e natureza. Fábricas e engrenagens simbolizam esse período de exploração intensiva dos recursos naturais, gerando poluição e degradação ambiental. A conscientização ambiental cresceu nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada por obras como *Silent Spring* e eventos ambientais alarmantes. A publicação do Relatório Brundtland em 1987 consolidou a visão de um desenvolvimento sustentável globalmente equilibrado. No final do século XX e início do XXI, conferências ambientais, como Rio 92, Rio +10 e Rio +20, reforçaram compromissos e ações para enfrentar os desafios ambientais. Assim, a sustentabilidade tornou-se um princípio central das políticas globais, impulsionada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e por teóricos como Pearce, Markandya e Barbier (1989), que definiram o desenvolvimento sustentável como um processo que melhora a qualidade de vida dentro dos limites ecológicos. Daly (1990) sugeriu uma economia em equilíbrio com a capacidade regenerativa dos ecossistemas, enquanto Jacobs (1999) enfatizou a necessidade de políticas equilibradas entre economia, sociedade e meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável é frequentemente representado pelo tripé econômico, social e ambiental. John Elkington (1997) introduziu o conceito de Triple Bottom Line (TBL), defendendo que o sucesso de uma organização deve ser medido pelo seu impacto econômico, social e ambiental. Meadowcroft (2000) discutiu a evolução do conceito e sua incorporação nas políticas públicas, enquanto Sachs (2015) abordou estratégias globais para sua implementação, destacando a importância da cooperação internacional.

Atualmente, o desenvolvimento sustentável enfrenta desafios como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e desigualdades sociais, mas também oportunidades, como inovação tecnológica e transição para energias renováveis. Rockström *et al.* (2009) introduziram o conceito de "limites planetários", identificando os limites seguros para a atividade humana. Raworth (2017) propôs a Doughnut Economics, um modelo visual que equilibra necessidades humanas e restrições ambientais.

A transição histórica da sustentabilidade é simbolizada por uma fusão entre natureza e tecnologia, destacando a evolução do conceito e suas aplicações. Seu objetivo é facilitar a compreensão da evolução do desenvolvimento sustentável, conectar passado, presente e futuro, sensibilizar o público e demonstrar como inovação e sustentabilidade podem coexistir.

2.2.1 Agenda 21

A Agenda 21 é um plano de ação adotado por 179 governos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável em escala global, nacional e local. Entre os principais autores e contribuições teóricas relacionadas à Agenda 21, destacam-se Gro Harlem Brundtland (1987), que liderou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e produziu o relatório *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland), popularizando o conceito de desenvolvimento sustentável e preparando o caminho para a Cúpula da Terra. Maurice Strong (1992), como secretário-geral da Cúpula da Terra, foi fundamental na elaboração e promoção da Agenda 21, defendendo um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 (1992) é o documento assinado por 179 países e aborda temas como combate à pobreza, saúde, gestão de recursos naturais e fortalecimento de comunidades locais. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), por sua vez, é um conjunto de 27 princípios que delineiam as responsabilidades e direitos dos países em relação ao desenvolvimento sustentável.

Diversos autores discutem a importância e complexidade do desenvolvimento sustentável, enfatizando diferentes abordagens. Brundtland e Redclift (1987) destacam a definição do conceito e suas contradições, enquanto Strong (2000) e Baker/Eckerberg (2008) defendem a cooperação internacional e a governança multinível. Franco (2003) salienta a necessidade de estratégias adaptáveis que integrem aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Meadowcroft (1997) e Selman (1996) enfatizam abordagens intersetoriais e ações locais, e Drexhage e Murphy (2010) refletem sobre a evolução do conceito e os desafios emergentes. Essa diversidade de perspectivas enriquece a compreensão e aplicação prática do desenvolvimento sustentável e da Agenda 21, ressaltando a necessidade de abordagens diversificadas e colaborativas (Brundtland, 1987; Redclift, 1987; Strong, 2000; Baker e Eckerberg, 2008; Franco, 2003; Meadowcroft, 1997; Selman, 1996; Drexhage e Murphy, 2010).

2.2.2 Agenda 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Seu objetivo é erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar a prosperidade global, por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169

metas associadas. Esse plano de ação global resultou de um processo de negociação aberto e inclusivo, envolvendo governos, sociedade civil, setor privado e outras partes interessadas.

Jeffrey Sachs, em *The Age of Sustainable Development* (2015), argumenta que os ODS são fundamentais para políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável global. Para ele, a Agenda 2030 oferece um guia abrangente para enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais contemporâneos. Amartya Sen, em *Development as Freedom* (1999), complementa essa visão ao destacar que o desenvolvimento sustentável deve ir além do crescimento econômico, incorporando a ampliação das liberdades e capacidades individuais. Kate Raworth, em *Doughnut Economics* (2017), propõe um modelo econômico inovador, que respeita os limites planetários e promove a equidade social, argumentando que o equilíbrio entre bem-estar humano e saúde do planeta é essencial para alcançar os ODS.

O relatório do Clube de Roma, *The Limits to Growth* (1972), de Donella Meadows, Dennis Meadows, Jørgen Randers e William Behrens III, teve grande influência na concepção dos ODS, ao alertar sobre as consequências do crescimento econômico descontrolado. O estudo destacou a necessidade de um desenvolvimento equilibrado, respeitando os limites ambientais e promovendo a justiça social. Sachs, em *The Price of Civilization* (2012), também enfatiza a urgência de soluções que alinhem valores éticos e políticas sustentáveis, reforçando o compromisso global com um futuro próspero.

A Agenda 2030 é um esforço colaborativo sem precedentes, envolvendo governos, sociedade civil e setor privado. Além de estabelecer metas ambiciosas, promove um desenvolvimento sustentável e inclusivo, essencial para os desafios do século XXI. A implementação dos ODS é fundamental para garantir um futuro equitativo e sustentável para todas as nações e gerações futuras (United Nations, 2015; Sachs, 2015).

Os trabalhos de Sachs (2015), Sen (1999), Raworth (2017) e do Clube de Roma (1972) convergem na ideia de que o desenvolvimento sustentável deve integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais. Sachs (2015) fornece um plano prático para alcançar os ODS, enquanto Sen (1999) reforça a importância da expansão das liberdades individuais. Raworth (2017) introduz os limites planetários como um componente crítico da sustentabilidade, e o Clube de Roma (1972) alerta sobre os riscos de ignorar as restrições ecológicas.

Quanto aos indicadores de desenvolvimento sustentável são instrumentos essenciais para medir e avaliar o progresso rumo a um desenvolvimento equilibrado. Esses indicadores permitem o monitoramento contínuo de avanços em áreas como saúde, educação, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental (United Nations, 2015).

Moldan, Janoušková e Hák (2012) destacam que esses parâmetros possibilitam a avaliação objetiva das políticas públicas e a alocação eficiente de recursos para atingir os ODS. Smeets e Weterings (1999) reforçam que os indicadores integram os três pilares do desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental, permitindo a formulação de políticas coerentes e eficazes. Bell e Morse (2008) enfatizam o papel da transparência e da participação social no processo, promovendo uma governança mais inclusiva e eficiente.

Assim, os indicadores viabilizam decisões políticas mais informadas e ações estratégicas eficazes. Enquanto Moldan *et al.* ressaltam a importância da mensuração concreta do progresso, Smeets e Weterings destacam a abordagem multidimensional. Bell e Morse, por sua vez, enfatizam que a participação da sociedade fortalece a implementação dos ODS, garantindo um desenvolvimento sustentável mais eficaz, inclusivo e transparente.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um compromisso global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir prosperidade universal até 2030. Esses 17 objetivos, estabelecidos pela ONU, abrangem áreas como educação, igualdade de gênero, energia limpa, trabalho digno, inovação, clima e biodiversidade. Sua interconexão reforça a necessidade de cooperação entre governos, empresas e sociedade civil, visando um mundo mais justo, sustentável e equilibrado.

A Figura 1 mostra a interconexão dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, juntamente com os vários indicadores utilizados para medir o progresso em áreas-chave. Cada um dos 17 ODS é representado por um ícone específico e cores distintas, facilitando a visualização e o entendimento de suas metas interligadas (United Nations, 2015).

Figura 1. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL). Disponível em: <https://pt.quizur.com/trivia/ods-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-SHI1>. Acessado em 01/02/2025.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir prosperidade para todos até 2030. Estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os 17 ODS abrangem áreas essenciais como educação, igualdade de gênero, energia limpa, trabalho digno, inovação, clima e biodiversidade. A interconexão desses objetivos, reforçando a necessidade de colaboração entre governos, empresas e sociedade civil para construir um mundo mais justo, sustentável e equilibrado. Objetivos Representados (United Nations, 2015):

1. Erradicação da Pobreza (ODS 1): Ícones que simbolizam a erradicação da pobreza extrema e a garantia de um nível mínimo de vida para todos.
2. Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2): Representado por ícones relacionados à segurança alimentar e promoção de práticas agrícolas sustentáveis.
3. Saúde e Bem-Estar (ODS 3): Indicadores que monitoram a saúde global, incluindo mortalidade infantil, doenças infecciosas e acesso a serviços de saúde.

4. Educação de Qualidade (ODS 4): Envolve ícones que simbolizam o acesso universal à educação de qualidade em todos os níveis.
5. Igualdade de Gênero (ODS 5): Representa a promoção da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas.
6. Água Potável e Saneamento (ODS 6): Indicadores que monitoram o acesso à água potável e saneamento adequado para todos.
7. Energia Limpa e Acessível (ODS 7): Relacionado ao acesso universal a fontes de energia renováveis e sustentáveis.
8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8): Representa a promoção do crescimento econômico sustentado, emprego pleno e trabalho decente.
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9): Focado no desenvolvimento de infraestrutura resiliente e promoção de inovação industrial.
10. Redução das Desigualdades (ODS 10): Indicadores que monitoram a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e Comunidades sustentáveis (ODS 11): Relacionado ao desenvolvimento de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e Produção responsáveis (ODS 12): Envolve práticas de consumo e produção que promovam a sustentabilidade.
13. Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13): Indicadores que monitoram ações e políticas para combater as mudanças climáticas.
14. Vida na Água (ODS 14): Focado na conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.
15. Vida Terrestre (ODS 15): Relacionado à proteção, restauração e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.
16. Paz, Justiça e Instituições eficazes (ODS 16): Promove sociedades pacíficas e inclusivas, justiça para todos e instituições responsáveis.
17. Parcerias e Meios de Implementação (ODS 17): Focado no fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são projetados de forma integrada e equilibrada, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. As 169 metas que integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram formalmente aprovadas durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, na sede da Organização das

Nações Unidas (ONU), em Nova York. Na ocasião, representantes dos 193 Estados-membros da ONU comprometeram-se com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação global direcionado à erradicação da pobreza, à proteção do meio ambiente e à promoção da prosperidade universal, a ser alcançado até o ano de 2030. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A Figura 2 apresenta as dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), organizadas em quatro grandes áreas: social, ambiental, econômica e institucional. Essa estrutura evidencia a abordagem integrada da Agenda 2030, que busca equilibrar o progresso econômico, a inclusão social e a preservação ambiental. Cada dimensão representa um conjunto de desafios globais interconectados, reforçando a necessidade de ações coordenadas para promover um futuro sustentável e equitativo.

Figura 2. Interseção das Dimensões do Desenvolvimento Sustentável: Ecológico, Social e Econômico e Institucional.



Fonte: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Disponível em: <https://institutoacaodevalor.org.br/areas-de-atuacao/>. Acessado em 21/01/2025.

Os ODS, instituídos pela ONU em 2015, formam uma agenda global com 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030. A iniciativa visa erradicar a pobreza, promover prosperidade, garantir justiça social e proteger o meio ambiente de maneira sustentável. Diante

das necessidades regionais, algumas nações, como o Brasil, propuseram a inclusão de novos objetivos.

Nesse contexto, a publicação do Guia Agenda 2030: Integrando ODS, Educação e Sociedade (2020), resultado de uma parceria entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e a Universidade de Brasília (UnB), sugeriu a inclusão de três novos ODS: ODS 18 - Igualdade Étnico-Racial, ODS 19 - Arte, Cultura e Comunicação, ODS 20 - Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Entre os avanços alcançados, destaca-se a oficialização do ODS 18 como objetivo voluntário junto à Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), reforçando o compromisso do Brasil com a ampliação e adaptação dos ODS às realidades locais, promovendo inclusão, diversidade e valorização cultural.

Destacam-se três novos ODS, que visam abordar aspectos não contemplados diretamente nos objetivos originais e que contemplam demandas brasileiras e, conseqüentemente, do Sul Global:

- ODS 18 – Igualdade Racial: Este objetivo tem como foco a promoção da igualdade racial e o combate a todas as formas de discriminação racial. A proposta reconhece que o enfrentamento do racismo é indispensável para o cumprimento efetivo dos demais objetivos da Agenda 2030, considerando seu impacto estrutural na sociedade.
- ODS 19 – Arte, Cultura e Comunicação: Este objetivo busca garantir a pluralidade cultural, a liberdade de expressão artística e a democratização do acesso à arte e à cultura. Além disso, enfatiza a importância de uma comunicação inclusiva e representativa para mobilizar diferentes grupos sociais em prol de transformações positivas.
- ODS 20 – Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais: Este objetivo propõe assegurar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, promovendo a preservação cultural, a valorização da ancestralidade e a garantia de seus direitos territoriais e sociais. Ele também destaca a importância da inclusão desses povos nas decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

A Figura 3 apresenta os três novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abordam temas fundamentais para a inclusão e diversidade: igualdade étnico-racial, arte, cultura e comunicação, além dos direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais.

Figura 3. Ampliação da Agenda 2030: Três Novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Raízes do Desenvolvimento Sustentável - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://raizesds.com.br/pt/novos-ods/>. Acessado em 16/01/2025.

A incorporação de tais propostas ao debate global pode contribuir significativamente para uma compreensão mais ampla e pluralista do desenvolvimento sustentável, promovendo um alinhamento mais efetivo entre as metas globais e as demandas locais.

Os indicadores são ferramentas essenciais que monitoram e avaliam o progresso em direção a cada um dos ODS (Moldan, Janoušková e Hák (2012). Eles permitem:

- a) Monitoramento: Acompanhamento contínuo do progresso em cada meta específica dos ODS.
- b) Avaliação: Análise da eficácia das políticas e práticas implementadas para alcançar os objetivos.
- c) Identificação de Lacunas: Destaque das áreas que necessitam de maior atenção e alocação de recursos.
- d) Transparência e Responsabilidade: Promovem a transparência e a responsabilidade dos governos e instituições, facilitando uma governança mais inclusiva e participativa.

Os ODS estão interligados e os indicadores são vitais para garantir que o progresso seja medido de maneira eficaz, assegurando que nenhum aspecto importante seja negligenciado. A utilização eficaz desses indicadores facilita a tomada de decisões informadas, promove a alocação eficiente de recursos e reforça que todos os stakeholders estejam envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável" (United Nations, 2015; Moldan; Janoušková; Hák, 2012; Smeets; Weterings, 1999; Bell; Morse, 2008).

A implementação dos ODS tem sido acompanhada por um conjunto robusto de indicadores que permitem monitorar e avaliar o progresso em áreas críticas. Segundo Moldan, Janoušková e Hák (2012), os indicadores de desenvolvimento sustentável são fundamentais para traduzir os objetivos abstratos em medidas concretas e quantificáveis, possibilitando a avaliação do impacto das políticas e práticas adotadas pelos países. Estes indicadores não apenas medem o progresso, mas também destacam áreas que necessitam de mais atenção, facilitando uma alocação mais eficaz de recursos.

Smeets e Weterings (1999) argumentam que os indicadores de desenvolvimento sustentável desempenham um papel essencial na integração de informações sobre os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Eles fornecem uma base sólida para a tomada de decisões informadas, ajudando a alinhar as políticas nacionais e internacionais com os princípios do desenvolvimento sustentável. Além disso, Bell e Morse (2008) enfatizam que esses indicadores promovem a transparência e a responsabilidade, incentivando uma maior participação da sociedade civil e de diversos stakeholders no processo de desenvolvimento sustentável, o que é essencial para alcançar os ODS.

Estudos como o de Gomes Jr. *et al.* (2023) propõem um modelo de mapeamento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em programas de pós-graduação em ciências ambientais no Brasil. Esse estudo destaca a importância de integrar os ODS nas instituições de ensino superior para promover uma formação acadêmica que esteja alinhada com os princípios de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. De maneira semelhante, Ribeiro, Alcântara e Sampaio (2023) analisam a relação entre o turismo no Pantanal e os ODS. Os autores enfatizam a importância de práticas turísticas sustentáveis que preservem o ecossistema local ao mesmo tempo que promovem benefícios socioeconômicos para as comunidades da região.

Apesar dos progressos alcançados desde o lançamento dos ODS, desafios significativos permanecem. O Relatório de Desenvolvimento Sustentável de 2020 da ONU destaca que, embora tenha havido avanços notáveis em áreas como saúde e educação, a pandemia de COVID-19 exacerbou desigualdades e retardou o progresso em várias metas. Além disso, a crise climática continua a representar uma ameaça crítica, exigindo ações urgentes e coordenadas para mitigar seus impactos (United Nations, 2020).

Portanto, enquanto os ODS fornecem uma estrutura abrangente e ambiciosa para o desenvolvimento sustentável, a sua realização depende de um compromisso contínuo e de ações coordenadas em todos os níveis da sociedade. A colaboração global, a inovação tecnológica e a implementação eficaz de políticas baseadas em dados são fundamentais para superar os

desafios e garantir um futuro sustentável para todas as gerações. A integração de princípios de sustentabilidade nas estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambiental é vital para alcançar um equilíbrio que beneficie tanto as pessoas quanto o planeta.

2.3 Eossocioeconomias

O conceito de ecossocioeconomias emerge da interseção entre preocupações ambientais e sociais no campo econômico, refletindo uma visão integrada que busca compreender as interdependências entre economia, sociedade e meio ambiente. As raízes desse pensamento podem ser rastreadas nos trabalhos de diversos autores que, ao longo das décadas, contribuíram para o entendimento dessa complexa relação. Na década de 1950, Custos Sociais das Atividades Econômicas, Karl William Kapp, com sua obra "The Social Costs of Private Enterprise", destacou a necessidade de considerar os custos sociais, como a poluição e a degradação ambiental, na análise econômica. Sua visão pioneira estabeleceu as bases para a integração da economia com o meio ambiente e a sociedade.

Na década de 1970, essa discussão ganha força com o aprofundamento das crises ambientais e econômicas, que evidenciaram a insustentabilidade dos modelos de crescimento baseados na exploração ilimitada dos recursos naturais. Esse período foi marcado por uma crescente reflexão sobre os limites do desenvolvimento e pela publicação do relatório *The Limits to Growth* (1972), elaborado pelo Clube de Roma e apontado por Donella Meadows e outros pesquisadores. O estudo utilizou modelos de simulação para demonstrar as consequências do crescimento econômico e populacional contínuo em um planeta de recursos finitos, alertando para os limites físicos do crescimento e para a necessidade urgente de uma transição rumo a um desenvolvimento sustentável (Meadows *et al.*, 1972).

Na década de 1980, o debate sobre a sustentabilidade e a integração entre economia, sociedade e meio ambiente se intensificou, impulsionado por conferências internacionais e novos aportes teóricos. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Herman Daly, um dos fundadores da Economia Ecológica, que aprofundou a análise sobre os limites biofísicos do crescimento econômico. Sua obra ressaltou a importância de uma economia que respeitasse os limites ecológicos e promovesse o bem-estar humano de forma sustentável. Em 1987, o Relatório Brundtland consolidou essa perspectiva ao introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”.

Na década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou ampla difusão e passou a orientar políticas públicas, pesquisas acadêmicas e agendas internacionais. Popularizado pelo Relatório Brundtland, *Nosso Futuro Comum* (1987), o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Essa década foi marcada pela consolidação da ideia de que crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental são dimensões interdependentes e indissociáveis. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — a Rio-92 — representou um marco histórico ao reforçar a urgência de um modelo de desenvolvimento capaz de equilibrar progresso econômico, justiça social e sustentabilidade ecológica em escala global.

No início do século XXI, novas abordagens como a economia circular e o movimento do decrescimento passaram a ganhar destaque nas discussões sobre sustentabilidade e reconfiguração dos sistemas produtivos. A economia circular, promovida por autores como Walter Stahel e Ellen MacArthur, propõe um modelo econômico regenerativo que busca eliminar o desperdício por meio do design de produtos voltados à reutilização, ao reparo e à reciclagem (Stahel, 2010). Paralelamente, o movimento do decrescimento, defendido por autores como Serge Latouche, questiona a lógica da expansão econômica ilimitada e argumenta que a busca incessante pelo crescimento é insustentável. Essa corrente propõe uma redução planejada e consciente da produção e do consumo, visando restabelecer o equilíbrio ecológico, social e ético das sociedades contemporâneas (Latouche, 2009).

No contexto brasileiro, Heinzmann e Sampaio (2010) aprofundaram a discussão sobre a produção científica relacionada à ecossocioeconomia, evidenciando que, embora o campo ainda se encontre em estágio inicial no país, observa-se um crescente interesse em articular as dimensões socioeconômicas e ecológicas. Os autores defendem que a ecossocioeconomia constitui uma alternativa ao modelo econômico dominante, ao integrar sustentabilidade ambiental, justiça social e viabilidade econômica em uma perspectiva sistêmica e interdependente. Além disso, ressaltam a importância de ampliar o engajamento acadêmico e prático para a consolidação do tema no cenário nacional, destacando os desafios de transpor as bases teóricas para práticas efetivas que promovam transformações concretas na sociedade e nas organizações.

Nesse mesmo contexto, enquanto Heinzmann e Sampaio (2010) enfatizam a necessidade de maior engajamento prático para consolidar a ecossocioeconomia no Brasil, experiências internacionais evidenciam como esses princípios podem ser efetivamente

aplicados. Oliveira *et al.* (2017), por exemplo, analisam o caso da *Cyklistforbundet* — a Federação dos Ciclistas da Dinamarca — como uma expressão concreta de ecossocioeconomia e convivencialidade. A organização promove o ciclismo não apenas como um meio de transporte sustentável, mas como uma ferramenta de mobilização social e fortalecimento da cidadania. Ao longo de sua trajetória, a *Cyklistforbundet* adaptou-se às transformações sociais e políticas do país, contribuindo para a ampliação da participação democrática e o bem-estar coletivo. Os autores destacam que o incentivo ao uso da bicicleta transcende o campo ambiental, configurando-se como uma prática que reforça a convivência solidária, a equidade urbana e a busca por um modelo de desenvolvimento mais justo, humano e sustentável.

Seguindo essa perspectiva, outros estudos têm aprofundado a análise histórica e a aplicação prática da ecossocioeconomia em diferentes contextos e escalas. Ribeiro, Alcântara e Sampaio (2024) investigam a evolução dos paradigmas econômicos e ecológicos desde a Idade Média até o período contemporâneo, evidenciando a transição do modelo agrário e feudal para a economia industrial mecanicista e, posteriormente, para as ecossocioeconomias. Os autores argumentam que, na contemporaneidade, a incorporação de princípios ecológicos e a adoção de práticas sustentáveis são fundamentais para enfrentar as crises socioambientais globais, possibilitando um desenvolvimento mais equilibrado entre ser humano e natureza.

Nessa mesma direção, Pimentel e Sampaio (2023) contribuem para a sistematização de experiências ecossocioeconômicas ao analisarem o caso da Associação Acolhida na Colônia, em Urubici. O estudo destaca a relevância de registrar e compreender práticas concretas que materializam os princípios ecossocioeconômicos, promovendo o fortalecimento das relações comunitárias, a valorização da economia solidária e a integração entre as dimensões social, econômica e ambiental no desenvolvimento local sustentável.

Vieira e Sampaio (2020) analisam as ecossocioeconomias no contexto do Antropoceno, adotando uma perspectiva sistêmica e transdisciplinar que busca compreender as interações complexas entre sociedade e meio ambiente. Os autores argumentam que essa abordagem integrada é fundamental para enfrentar os desafios ambientais e sociais característicos da era contemporânea, marcada pela intensificação das pressões humanas sobre os sistemas naturais. Essa visão amplia o entendimento da ecossocioeconomia como um campo que ultrapassa fronteiras disciplinares, propondo soluções que conciliam sustentabilidade ecológica, equidade social e viabilidade econômica.

A evolução histórica das ecossocioeconomias evidencia, portanto, um reconhecimento progressivo da importância de integrar as dimensões ambiental e social nas políticas e práticas econômicas. Desde os alertas sobre os limites do crescimento até as propostas contemporâneas

de economia circular e de decrescimento, a trajetória desses conceitos revela um compromisso contínuo com a sustentabilidade, a convivencialidade e a justiça social, consolidando as ecossocioeconomias como um paradigma emergente para o desenvolvimento sustentável no século XXI.

Autores pioneiros, como Karl William Kapp (1950) e Ernst Friedrich Schumacher (1973), desempenharam um papel fundamental ao criticar o modelo econômico tradicional e propor abordagens alternativas baseadas na internalização dos custos sociais e ambientais das atividades produtivas. Suas contribuições forneceram uma base teórica essencial para os debates sobre os limites ecológicos do crescimento e a necessidade de repensar os modelos econômicos convencionais.

A partir dessas reflexões iniciais, Herman Daly (1977) e Ignacy Sachs (1986) ampliaram o escopo das discussões ao introduzirem conceitos como economia de estado estacionário e ecodesenvolvimento. Tais abordagens buscam equilibrar crescimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, influenciando políticas públicas e modelos de gestão alinhados aos princípios da sustentabilidade. No âmbito da democratização econômica e da crítica ao capitalismo dependente, Ladislau Dowbor (2002) destacou a necessidade de uma economia mais inclusiva e participativa, fornecendo embasamento para a construção de modelos econômicos mais justos e sustentáveis.

As ecossocioeconomias emergem como uma resposta às limitações do sistema capitalista, desafiando a lógica econômica centrada exclusivamente no lucro e promovendo a conciliação entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Inspiradas nas reflexões de Karl Polanyi (1944, 2000), Karl William Kapp (1950) e Ladislau Dowbor (2002), essas ideias questionam a concepção de um mercado autorregulado que ignora os impactos sociais e ecológicos. Em contraposição, esses autores defendem uma abordagem que prioriza o bem-estar coletivo e reconhece os limites da natureza, incorporando a responsabilidade social e ambiental como pilares essenciais da economia.

A convergência entre suas ideias oferece uma crítica profunda ao sistema de mercado autorregulado e aos seus impactos. Em *A Grande Transformação*, Polanyi (1944, 2000) analisa como a expansão dos mercados reconfigurou a sociedade ao transformar a terra, o trabalho e o dinheiro em mercadorias, processo que gerou desigualdades e enfraqueceu as comunidades. Para ele, esse movimento exige uma reação social — denominada “dupla movimentação” — por meio da qual a sociedade busca se proteger das consequências negativas da mercantilização.

Kapp (1950) reforça essa perspectiva ao argumentar que o capitalismo externaliza custos sociais e ambientais, criando uma “ilusão de eficiência” que oculta os verdadeiros

impactos das atividades econômicas. Em *The Social Costs of Private Enterprise*, o autor explica que as empresas transferem esses custos para o público, o que torna fundamental integrar a economia à ecologia, internalizando os impactos das práticas insustentáveis e assegurando a preservação dos recursos naturais.

Dowbor (2002) complementa essas críticas ao enfatizar que a economia deve ser um meio para o bem-estar humano, e não um instrumento para maximização de lucros a qualquer custo. Ele critica o sistema financeiro atual, que privilegia ganhos de curto prazo e gera uma "economia tóxica", prejudicial ao meio ambiente e à sociedade. Para o autor, é necessária uma transformação estrutural capaz de redefinir o valor econômico com base em suas contribuições para a qualidade de vida coletiva, superando a lógica da mercantilização irrestrita.

A convergência entre Polanyi (1944, 2000), Kapp (1950) e Dowbor (2002) evidencia como cada um deles desafia a concepção de que o mercado é uma entidade natural e autossuficiente. Enquanto Polanyi argumenta pela necessidade de regulamentações que protejam a sociedade, Kapp acrescenta que é essencial internalizar os custos sociais e ambientais, e Dowbor defende que a economia deve priorizar a sustentabilidade e a qualidade de vida, em detrimento da simples maximização do lucro.

Essas reflexões constituem uma base sólida para o desenvolvimento das ecossocioeconomias, ao promoverem uma economia orientada pela sustentabilidade e pelo bem comum. O termo “ecossocioeconomia”, inspirado nas ideias de Kapp (1950), enfatiza a necessidade de incluir os custos sociais e ambientais em cada decisão econômica, integrando de forma indissociável **ecologia** e economia. O prefixo “eco”, derivado do grego *oikos* (casa), reforça essa visão holística, evidenciando a importância de respeitar os limites do planeta e de reconhecer a interdependência entre os sistemas naturais e humanos na construção de um futuro mais justo, equilibrado e sustentável.

Sampaio (2010) destaca que a ecossocioeconomia busca estruturar o desenvolvimento ao integrar diferentes disciplinas do conhecimento, aproximando-se do conceito de ecodesenvolvimento ao incorporar os princípios da ecologia profunda na reconsideração dos estilos de vida modernos. A economia social analisa as implicações sociais das atividades econômicas, enquanto a economia ecológica avalia os custos ambientais, e a ecologia humana enfatiza a interdependência entre os sistemas sociais e ecológicos (Sampaio *et al.*, 2009). Kapp (1963) defende que, ao priorizar a ecossocioeconomia, a gestão organizacional deve superar as limitações do utilitarismo econômico e do darwinismo social, promovendo um modelo que equilibre eficiência produtiva com efetividade socioambiental.

A ecossocioeconomia, portanto, propõe uma transformação nas abordagens de desenvolvimento e na gestão organizacional. Em vez de priorizar exclusivamente o crescimento econômico e a maximização do lucro, as organizações devem adotar práticas voltadas à promoção da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da resiliência econômica. Essa mudança envolve a implementação de políticas de responsabilidade social corporativa, o incentivo a inovações tecnológicas sustentáveis e o fortalecimento da participação comunitária nos processos decisórios. A visão de Kapp (1963) desafia os paradigmas econômicos tradicionais e aponta para um futuro mais equilibrado, no qual o bem-estar humano e a saúde do planeta sejam valores centrais e indissociáveis.

Essa abordagem interdisciplinar torna-se essencial para enfrentar desafios como as mudanças climáticas, a desigualdade social e a degradação ambiental. Raworth (2017) argumenta que um modelo econômico sustentável deve respeitar os limites planetários e garantir a satisfação das necessidades humanas básicas. Da mesma forma, Daly (1977) defende o conceito de economia em estado estacionário, que busca equilibrar o crescimento econômico com a capacidade de carga do meio ambiente, evitando a exaustão irreversível dos recursos naturais. Já o Clube de Roma (1972) alertava para a urgência de reconhecer os limites do crescimento, de modo a prevenir crises ecológicas e sociais decorrentes da exploração desenfreada dos recursos do planeta.

A ecossocioeconomia não se restringe ao campo teórico, mas configura-se como um chamado à ação, incentivando sociedades e organizações a repensarem suas prioridades e práticas. Latouche (2009) propõe o decrescimento como alternativa ao modelo econômico baseado no crescimento contínuo, defendendo uma abordagem que valorize a sustentabilidade, a convivencialidade e a equidade social. De forma complementar, Stahel (2019) apresenta a economia circular como uma estratégia **eficaz** para reduzir o consumo de recursos e minimizar a geração de resíduos, promovendo um sistema econômico mais resiliente e regenerativo.

Para compreender a evolução desse campo, é essencial analisar as contribuições de diversos autores que ampliaram a discussão sobre as relações entre economia, sociedade e meio ambiente. Kapp (1963) evidenciou os custos sociais e ambientais negligenciados pelas economias tradicionais, propondo a integração entre ecologia e economia como condição indispensável para um progresso verdadeiramente sustentável. Sen (1999), em *Development as Freedom*, expandiu essa perspectiva ao defender que o desenvolvimento deve ser medido pela ampliação das liberdades humanas — incluindo o acesso à educação, à saúde e à participação social — como elementos centrais para o bem-estar e a justiça social.

O Clube de Roma (1972), em *The Limits to Growth*, estabeleceu um marco fundamental na discussão sobre sustentabilidade ao alertar para os limites finitos do crescimento econômico e populacional. Utilizando modelos computacionais, os autores demonstraram como o uso indiscriminado dos recursos naturais poderia levar a consequências catastróficas, influenciando de forma decisiva a agenda ambiental global.

Nesse contexto, Daly (1977) propôs o conceito de economia em estado estacionário, defendendo um equilíbrio entre o consumo e a capacidade de regeneração dos recursos naturais. Sua visão desafiou economistas e formuladores de políticas públicas a repensarem o sucesso econômico não apenas em termos de crescimento do PIB, mas também com base na sustentabilidade e na justiça intergeracional. De forma semelhante, Latouche (2009), em *Farewell to Growth*, criticou a obsessão pelo crescimento econômico e propôs um modelo baseado na solidariedade, nas relações humanas e no respeito aos limites ecológicos.

A busca por novas abordagens de desenvolvimento sustentável foi aprofundada por Raworth (2017), que introduziu o modelo do “donut”, combinando as necessidades humanas básicas — como educação, saúde e bem-estar — com os limites ecológicos do planeta, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Sua proposta destaca a importância de uma economia que opere dentro dessa “zona segura e justa”, integrando justiça social e sustentabilidade ambiental, em consonância com as ideias de Daly (1977) e Latouche (2009).

Assim, a ecossocioeconomia surge como uma resposta integrada às crises do século XXI, promovendo um modelo econômico que respeita os limites do planeta e assegura a justiça social. Inspirada nas contribuições de Kapp (1963), Polanyi (2000), Daly (1977), Latouche (2009) e Raworth (2017), essa abordagem reforça a urgência de um paradigma econômico alternativo, capaz de conciliar progresso, equidade e sustentabilidade.

Ampliando essa perspectiva para a aplicação prática dos princípios sustentáveis, Walter Stahel (2019), em *The Circular Economy: A User's Guide*, apresenta uma proposta concreta para a transição de uma economia linear para uma economia circular. Sua abordagem busca prolongar a vida útil dos produtos, reduzir resíduos e maximizar a reutilização de recursos, tornando os sistemas econômicos mais resilientes e alinhados aos desafios ambientais contemporâneos. Suas contribuições complementam as visões de Daly (1977), Latouche (2009) e Raworth (2017), ampliando as possibilidades de integração entre a economia circular e os paradigmas da ecossocioeconomia, com vistas ao aprimoramento das políticas e práticas sustentáveis globais.

Nesse contexto, José Eli da Veiga tem desempenhado um papel fundamental no avanço da ecossocioeconomia ainda que não utilize expressamente o termo ao tratar das interações

entre limites ecológicos, equidade social e desenvolvimento econômico. Em *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI* (2005) e *A Economia Socioambiental* (2006), Veiga questiona os modelos tradicionais de crescimento econômico e enfatiza a necessidade de incorporar sustentabilidade e justiça social nas políticas públicas e nas estratégias de desenvolvimento. Para o autor, reconhecer os limites biofísicos do planeta é essencial à continuidade do progresso humano, uma vez que o esgotamento dos recursos naturais e as mudanças climáticas impõem restrições inegociáveis às práticas econômicas.

Veiga (2006) também argumenta que a equidade social constitui um fator central no desenvolvimento sustentável, destacando que a exclusão e a desigualdade comprometem a viabilidade de qualquer modelo econômico. Para superar essa limitação, propõe abordagens sistêmicas que considerem os impactos de longo prazo e as interdependências entre ecossistemas e sociedades humanas. Sua crítica à visão utilitarista que reduz os problemas ambientais a meras externalidades reforça a necessidade de um planejamento econômico integrado, capaz de equilibrar crescimento, justiça social e preservação ambiental.

No Brasil, o debate sobre economia social e sustentável é ampliado por Ladislau Dowbor e Ricardo Abramovay. Em *A Recriação da Vida: Visões para a Sustentabilidade* (2010) e *O Mosaico Partido: A Economia Além das Equações* (2012), Dowbor discute a transformação dos sistemas econômicos para atender às demandas socioambientais. Por sua vez, Abramovay, em *Muito Além da Economia Verde* (2012) e *Amazônia: Por uma Economia do Conhecimento da Natureza* (2019), explora a relevância dos serviços ecossistêmicos e da economia do conhecimento na construção de modelos econômicos sustentáveis.

Destaca-se também a contribuição de Paulo Freire Vieira (2012), um dos principais nomes brasileiros no campo da ecossocioeconomia. Em *Ecologia Política e Práticas Sustentáveis no Brasil*, o autor enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada que contemple as relações entre economia, meio ambiente e justiça social. Sua obra fornece uma base teórica sólida para o avanço das iniciativas sustentáveis no país.

A relevância da ecossocioeconomia no Brasil é evidenciada por estudos acadêmicos e dados estatísticos. De acordo com Heinzmann e Sampaio (2010), um estudo bibliométrico analisou a produção científica brasileira sobre o tema entre 1999 e 2009, identificando 42 artigos que tratam da ecossocioeconomia que evidencia a consolidação e o crescimento desse campo no cenário acadêmico nacional.

No âmbito socioeconômico, o Índice de Desempenho Socioeconômico (IDS) do Brasil, segundo o IBGE (2023), apresentou crescimento de 12,8% entre 2008 e 2018, refletindo melhorias na qualidade de vida da população, embora persistam desigualdades regionais e

sociais. Além disso, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (2024) tem monitorado indicadores relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subsidiando políticas públicas voltadas à sustentabilidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

Esses dados evidenciam tanto os avanços quanto os desafios da ecossocioeconomia e da sustentabilidade no Brasil, reforçando a necessidade de estratégias mais eficazes para equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. A abordagem interdisciplinar do campo do desenvolvimento sustentável e da ecossocioeconomia conta, assim, com a contribuição de diversos autores e pesquisadores de destaque.

Embora o termo *ecossocioeconomia* não tenha sido utilizado explicitamente por K. William Kapp (1963), suas obras apresentaram reflexões visionárias sobre os custos sociais e os impactos ambientais da economia, posicionando-o como uma referência essencial no tema. Seu pensamento pioneiro permanece relevante, sobretudo em um contexto histórico em que essas preocupações ainda eram incipientes. Assim, a evolução do campo segue consolidando uma economia mais integrada, sustentável e voltada para o bem comum.

Ignacy Sachs, referência no ecodesenvolvimento, contribuiu significativamente para as ecossocioeconomias ao integrar sustentabilidade ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico. Em obras como *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* (2000) e *Lutas Sociais e Ecológicas* (2008), o autor propõe uma abordagem holística e interdependente, adaptada às realidades regionais. Sua visão teórica fundamenta políticas públicas voltadas à justiça social, à preservação ambiental e à redução das desigualdades, consolidando-o como um dos principais pensadores do desenvolvimento sustentável.

A construção do conceito de *ecossocioeconomia* está intrinsecamente relacionada aos desafios enfrentados desde as décadas de 1970 e 1980, quando as crises socioecológicas começaram a evidenciar os limites do crescimento econômico tradicional. Nesse contexto, a ecossocioeconomia surge como uma resposta integrada a essas problemáticas, fundamentando-se em teorias e movimentos pioneiros que alinham as atividades humanas aos processos naturais, promovendo um equilíbrio sustentável e duradouro.

No Brasil, Paulo Henrique Freire Vieira tem se destacado no desenvolvimento da *ecossocioeconomia*, atuando nos campos da sociologia política, da extensão universitária e da economia ecológica. Segundo Lisboa (2023), sua abordagem transdisciplinar e sua interação com alunos e pesquisadores criaram um ambiente participativo e inovador, promovendo a difusão do conceito. Vieira foi um dos pioneiros na promoção da *ecossocioeconomia* e do

ecodesenvolvimento, dialogando com grandes pensadores, como Ignacy Sachs, e contribuindo significativamente para práticas sustentáveis e socialmente inclusivas.

As *ecossocioeconomias* emergem como uma alternativa às racionalidades econômicas hegemônicas, integrando aspectos sociais, econômicos e ambientais a partir de uma visão transdisciplinar. Para Ribeiro, Alcântara e Sampaio (2024), elas representam uma construção teórica inserida em transições paradigmáticas que permeiam a história, desde o feudalismo até o capitalismo contemporâneo. O conceito está intimamente ligado à *economia ecológica*, que valoriza a natureza como um processo educativo essencial para a transição. Essa abordagem propõe novas formas de organização socioeconômica que valorizam a sustentabilidade e a equidade social, desafiando o paradigma desenvolvimentista convencional.

As principais características das *ecossocioeconomias* residem na sua abordagem sistêmica e holística, enfatizando as interações entre os componentes econômicos, sociais e ambientais. De acordo com Ribeiro *et al.* (2024a), essa perspectiva busca superar a fragmentação das ciências econômicas tradicionais. Entre os valores centrais das *ecossocioeconomias* destacam-se a transdisciplinaridade, a valorização socioambiental, a busca por alternativas ao desenvolvimento convencional e o enfoque antipositivista. A transdisciplinaridade implica a integração de diferentes áreas do conhecimento para solucionar problemas complexos, superando a compartimentalização disciplinar e promovendo uma compreensão mais abrangente das inter-relações entre sociedade, economia e natureza. A valorização socioambiental, por sua vez, reflete a priorização das dimensões ambiental e social, reconhecendo a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente como condição essencial para o equilíbrio planetário.

Além disso, a proposição de alternativas ao desenvolvimento convencional revela a necessidade de novos modelos econômicos que desafiem as práticas dominantes do capitalismo, buscando maior equilíbrio entre o crescimento econômico, o bem-estar social e a sustentabilidade ecológica. Por fim, o enfoque antipositivista rompe com abordagens estritamente quantitativas e deterministas, promovendo uma visão crítica, reflexiva e contextualizada da realidade socioeconômica e ambiental, alinhada aos princípios da economia ecológica e da justiça social.

Outro aspecto central das *ecossocioeconomias* é sua **transitoriedade**, entendida como o processo contínuo de transformação paradigmática enfrentado pelas sociedades ao longo da história. Ribeiro *et al.* (2024b) destacam que essa transitoriedade epistemológica implica uma ruptura com os modelos econômicos tradicionais, adotando uma perspectiva dinâmica e evolutiva que permite a adaptação às novas demandas socioambientais. Esse caráter transitório

evidencia a coexistência de múltiplos paradigmas, nos quais elementos do sistema econômico vigente convivem com abordagens alternativas voltadas à sustentabilidade.

A *ecossocioeconomia* configura-se, portanto, a partir de experiências práticas que integram os valores descritos por Ribeiro (2024) e as sete características indicadas por Alves (2024). Em conjunto, essas concepções formam uma base teórica consistente para alternativas ao modelo econômico predominante, promovendo uma visão integrada e sustentável do desenvolvimento. Ao considerar a transitoriedade como uma condição inerente à evolução dos sistemas socioeconômicos, essas abordagens oferecem caminhos concretos para a construção de sociedades mais justas e ambientalmente responsáveis.

A constante transformação e adaptação das *ecossocioeconomias*, impulsionadas pela transitoriedade paradigmática, exigem uma abordagem teórica mais robusta e sistemática. Trabalhos como os de Ribeiro (2023) e Alves (2024) contribuem significativamente para o aprofundamento do conceito e para a formulação de uma estrutura analítica que amplia as perspectivas sobre essas iniciativas. Essas pesquisas consolidam as bases teóricas das *ecossocioeconomias* e identificam elementos essenciais à sua implementação prática, promovendo ações sustentáveis e inclusivas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A tese de Alves (2024), intitulada *Das práticas à abordagem teórica das ecossocioeconomias das organizações: experiências para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituídos na Agenda 2030*, aprofunda o conceito de *ecossocioeconomias*, ampliando sua fundamentação teórica por meio da identificação de sete elementos estruturais. Sampaio *et al.* (2025) sintetizam o esforço de Alves (2024), apontando nove elementos que complementam e expandem sua análise. O estudo propõe uma abordagem integrada e transdisciplinar, destacando a importância de: As **redes de colaboração** referem-se a formas organizadas de articulação entre diferentes atores comunidades, empresas, organizações civis e órgãos públicos que compartilham saberes, práticas, recursos e objetivos. Essas redes favorecem a construção coletiva de soluções, ampliam a capacidade de enfrentamento de desafios locais e fortalecem a resiliência territorial.

A **intencionalidade** implica uma orientação consciente e deliberada das ações e escolhas, fundamentada em propósitos transformadores. No contexto das *ecossocioeconomias*, relaciona-se ao compromisso explícito com a justiça social, a sustentabilidade ecológica e a promoção do *Bem Viver*. A **capacidade de ação concreta** diz respeito à efetivação prática das intenções. Envolve organização, recursos e competências voltadas à implementação de mudanças reais nos territórios, nos sistemas produtivos e nas relações sociais, traduzindo os

valores sustentáveis em práticas tangíveis. Os **processos educativos** compreendem ações formais e informais de aprendizagem que promovem a consciência crítica, o protagonismo comunitário e a apropriação de saberes. Exercem papel central na mobilização social e no fortalecimento da cidadania ecológica. A **concepção de sociedade fundamentada em valores éticos** baseia-se em uma visão de mundo que orienta as práticas ecossocioeconômicas a partir da solidariedade, equidade, justiça intergeracional e respeito à diversidade cultural e ambiental. Essa concepção constitui o alicerce normativo das práticas sustentáveis.

Os **arranjos institucionais e socioprodutivos** referem-se à organização dos atores e dos processos produtivos com base em estruturas cooperativas, associativas ou comunitárias. São fundamentais para garantir governança democrática, circulação justa de recursos e valorização das economias locais. A **integração de diferentes formas de conhecimento e tecnologias apropriadas** evidencia o diálogo entre saberes tradicionais, populares e científicos, bem como a adoção de tecnologias sustentáveis adaptadas ao contexto socioambiental. Essa integração promove soluções mais eficazes, inclusivas e culturalmente adequadas. Os **benefícios para membros diretos e para a sociedade em geral** demonstram que as práticas ecossocioeconômicas buscam gerar impactos positivos que ultrapassam os beneficiários imediatos, criando externalidades sociais, ambientais e culturais duradouras — como a regeneração ambiental, a coesão social e a soberania alimentar. Por fim, a **contribuição para o Bem Viver territorial** refere-se à construção de territórios sustentáveis e justos, em que as condições materiais, espirituais, ecológicas e políticas possibilitam uma vida plena e digna. O *Bem Viver* integra a lógica dos direitos coletivos, do cuidado com a natureza e da autonomia comunitária.

Com base na fundamentação teórica adotada nesta pesquisa, foram sistematizados os principais elementos estruturantes das *ecossocioeconomias empresariais*. Cada um desses elementos expressa dimensões analíticas centrais que orientam as práticas socioeconômicas sustentáveis, destacando aspectos como a colaboração, a ética, a ação concreta e a valorização dos saberes. O Quadro 1 apresenta esses elementos acompanhados de palavras-chave que sintetizam seus significados e contribuem para a interpretação das experiências analisadas, possibilitando uma leitura transversal das dimensões envolvidas.

Quadro 1. Palavras-chave associadas aos elementos estruturantes das ecossocioeconomias empresariais

Nº	Elemento Analítico	Palavras-chave associadas
I	Redes de colaboração	articulação, troca de saberes, cooperação, redes solidárias, interdependência
II	Intencionalidade	propósito, consciência, transformação social, direção ética, compromisso
III	Capacidade de ação concreta	execução, prática sustentável, territorialização, mobilização, realização
IV	Processos educativos	empoderamento, formação crítica, educação popular, aprendizagem social, capacitação
V	Concepção de sociedade fundamentada em valores éticos	equidade, justiça social, ética, solidariedade, sustentabilidade integral
VI	Arranjos institucionais e socioprodutivos	associativismo, cooperativismo, economia solidária, governança local, organização comunitária
VII	Integração de diferentes formas de conhecimento e tecnologias apropriadas	saber tradicional, inovação social, tecnologia social, diálogo de saberes, adaptabilidade
VIII	Benefícios para membros diretos e a sociedade em geral	impacto social, externalidades positivas, bem comum, legado sustentável, inclusão
IX	Contribuição para o Bem Viver territorial	qualidade de vida, equilíbrio socioambiental, autonomia local, territorialidade, dignidade

Fonte: Elaborado pela autora, (2025)

A identificação e a organização desses elementos contribuem para a estruturação de uma matriz interpretativa que orienta a análise das experiências *ecossocioeconômicas empresariais*. As palavras-chave associadas não apenas sintetizam os conceitos abordados, mas também oferecem subsídios para a compreensão da intencionalidade, da operacionalização e dos impactos gerados por essas iniciativas nos territórios em que atuam. Essa sistematização reforça o entendimento de que as práticas sustentáveis não se restringem a aspectos produtivos, mas envolvem valores, processos educativos, redes colaborativas e arranjos institucionais que sustentam a construção de novos paradigmas de desenvolvimento, pautados na equidade, no *Bem Viver* e na justiça socioambiental.

A pesquisa, portanto, fornece subsídios para a formulação de políticas e práticas que favoreçam um desenvolvimento mais justo e sustentável, contribuindo para a sistematização das *ecossocioeconomias* e sua convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Dentre os pesquisadores que vêm aprofundando o estudo das *ecossocioeconomias*, destaca-se Carlos Alberto Cioce Sampaio, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada

pela interdisciplinaridade e pela inovação. Seu trabalho é amplamente reconhecido por integrar as dimensões social, ambiental e econômica no desenvolvimento de modelos organizacionais e territoriais sustentáveis. Dando continuidade ao desenvolvimento do conceito de *ecossocioeconomia empresarial*, Sampaio expandiu suas pesquisas para compreender como os princípios da sustentabilidade, da equidade social e da justiça ambiental podem ser operacionalizados dentro das estruturas organizacionais. Seu trabalho enfatiza a necessidade de integrar dimensões socioeconômicas e ecológicas ao planejamento estratégico das empresas e organizações, destacando a importância das cadeias produtivas sustentáveis e do turismo de base comunitária na América Latina como modelos de aplicação prática.

A pesquisa de Sampaio e Alcântara (2017) fortalece essa abordagem ao sistematizar o conceito de *Bem Viver*, que propõe um modelo de desenvolvimento baseado na resiliência, na inovação social e na ética socioambiental. A partir dessa perspectiva, as reflexões sobre os marcos ambientais *Estocolmo+50* e *Rio+30* reforçam a interdisciplinaridade e a colaboração como pilares essenciais para enfrentar os desafios socioambientais globais. Com base nessa fundamentação, o estudo de Sampaio e Dallabrida (2016) examina como a *ecossocioeconomia* pode ser implementada no contexto organizacional. Os autores apresentam modelos de gestão inovadores que vão além das abordagens tradicionais utilitaristas, incorporando práticas sustentáveis e socialmente responsáveis. Esse estudo sugere alternativas concretas para organizações que buscam alinhar-se aos princípios da sustentabilidade e da justiça social, demonstrando como estratégias ecossocioeconômicas podem gerar impactos positivos tanto para as empresas quanto para a sociedade.

Outro aspecto destacado no trabalho de Sampaio e Dallabrida (2016) é a importância da inovação na gestão, exemplificada por experiências implementadas no Brasil e no Chile. Esses casos evidenciam como a *ecossocioeconomia* pode ser aplicada de forma eficaz, contribuindo para a transformação de modelos econômicos convencionais em sistemas mais sustentáveis. A relevância dessas pesquisas reside em demonstrar que os princípios ecossocioeconômicos podem ser incorporados de modo tangível e eficiente à gestão empresarial, impactando diretamente as operações corporativas e as respostas a desafios ambientais e sociais.

Nesse sentido, Sampaio, Henríquez Zuñiga e Fuders (2018) ampliam o escopo teórico ao integrar as dimensões ecológica, econômica e social em uma proposta de transformação sistêmica. Seu estudo introduz os conceitos de *Bem Viver* e de racionalidade ambiental como respostas concretas às crises ambientais e sociais contemporâneas, promovendo um debate aprofundado sobre a necessidade de reavaliar o modelo econômico tradicional.

A contribuição desses estudos para o campo das *ecossocioeconomias* reside na elaboração de um quadro teórico consistente, capaz de orientar políticas públicas, fomentar iniciativas comunitárias e impulsionar a reestruturação do sistema econômico global em direção à sustentabilidade. A integração dessas perspectivas possibilita que as *ecossocioeconomias* se consolidem como uma alternativa real e viável, promovendo a transição para um modelo econômico mais equitativo e ambientalmente responsável.

Desse modo, o conceito de *ecossocioeconomia* evolui como uma abordagem interdisciplinar e aplicada, fundamentada na articulação entre teoria e prática. Seu avanço depende da cooperação entre a academia, o setor produtivo e as políticas públicas, assegurando que suas propostas sustentáveis sejam implementadas de forma efetiva e contribuam para um futuro econômico e social mais equilibrado.

Vieira e Sampaio (2020), em *Ecossocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: Uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar*, aprofundam a compreensão das *ecossocioeconomias* como resposta integrativa aos desafios contemporâneos do Antropoceno. Os autores defendem que, para enfrentar as crises socioecológicas, é indispensável adotar uma perspectiva sistêmica que reconheça a interdependência entre economia, sociedade e meio ambiente. Essa abordagem transcende soluções isoladas e propõe respostas transdisciplinares que abrangem múltiplas dimensões da sustentabilidade.

A base crítica desse campo teórico apoia-se em autores clássicos como Guimarães (2001), Capra (1982), Meadows *et al.* (1972), Schumacher (1973) e Ehrlich (1968). Guimarães (2001) destaca o *ecodesenvolvimento* como alternativa aos paradigmas econômicos convencionais, enquanto Capra (1982) critica a visão mecanicista que ignora a complexidade dos sistemas ecológicos. Meadows *et al.* (1972) e Schumacher (1973) alertam para a insustentabilidade das práticas econômicas que desconsideram os limites planetários, perpetuando a degradação ambiental. Ehrlich (1968), por sua vez, enfatiza os impactos do crescimento populacional sobre os recursos naturais, reforçando a urgência de novas abordagens capazes de mitigar as pressões ecológicas.

Essas reflexões complementam a obra de Vieira e Sampaio (2020), consolidando a crítica aos modelos econômicos tradicionais e sustentando a proposta de uma *ecossocioeconomia* sistêmica e integrativa, apta a enfrentar os desafios globais de modo sustentável e equitativo. A articulação dessas perspectivas evidencia o potencial transformador da *ecossocioeconomia* ao propor um modelo de desenvolvimento fundamentado na sustentabilidade e na justiça social, superando a fragmentação tradicional entre economia, sociedade e meio ambiente.

O conceito de *ecossocioeconomia*, conforme discutido por Vieira e Sampaio (2020), representa uma evolução teórica voltada à busca de soluções para os desafios do século XXI. A partir das críticas aos modelos econômicos tradicionais e da defesa de novos paradigmas, os autores constroem uma base conceitual sólida para repensar o desenvolvimento, promovendo sociedades mais resilientes e alinhadas aos limites planetários. Sua abordagem enfatiza princípios como a prudência ecológica e a equidade intra e transgeracional, fundamentais para a construção de um futuro sustentável e socialmente justo.

Nessa perspectiva, Zdepski, Grimm e Procopiuck (2018) ampliam a aplicação prática da *ecossocioeconomia* ao investigar a *aprendizagem expansiva na prática artesanal da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba-PR*. O estudo qualitativo demonstra como práticas artesanais em feiras urbanas promovem conscientização socioambiental, fortalecem o compromisso com a sustentabilidade e transformam esses espaços em ambientes de inovação social e valorização artística. A pesquisa exemplifica a aplicabilidade dos princípios ecossocioeconômicos em contextos comunitários e informais, demonstrando que a *ecossocioeconomia* pode se materializar para além dos limites empresariais ou institucionais.

Sampaio *et al.* (2020) aprofundam essa discussão ao relacionar o *Bem Viver* com a *ecossocioeconomia*, propondo o equilíbrio entre subjetividade, bem comum e sustentabilidade ambiental. O estudo desafia a lógica econômica tradicional ao indicar novos caminhos para o bem-estar humano e a justiça ecológica, consolidando a *ecossocioeconomia* como alternativa viável aos modelos convencionais de crescimento.

De forma complementar, Garcia (2014) amplia a abordagem ao aplicar os princípios ecossocioeconômicos à logística urbana, explorando indicadores de sustentabilidade em cadeias de suprimento nas cidades. Essa contribuição reforça a aplicabilidade prática da *ecossocioeconomia* em diferentes setores e escalas, promovendo uma visão integrada entre sustentabilidade socioambiental e inovação econômica, que pode ser adotada tanto em contextos globais quanto locais.

Essas pesquisas revelam que a *ecossocioeconomia* não se limita a um construto teórico, mas se concretiza em práticas capazes de articular sustentabilidade, economia solidária e justiça social. Ao correlacionar os estudos de Vieira e Sampaio (2022) com outras pesquisas no campo, observa-se uma convergência de perspectivas que vão desde a crítica aos paradigmas econômicos convencionais até a formulação de soluções sustentáveis aplicáveis a diferentes realidades. Essa visão sistêmica reforça a necessidade de uma abordagem integrativa, que reconheça a interdependência entre economia, sociedade e meio ambiente como eixo central para o enfrentamento dos desafios do Antropoceno.

Autores como Guimarães (2001), Capra (1982), Meadows *et al.* (1972) e Schumacher (1973) forneceram a base crítica que sustenta essa construção teórica. Guimarães (2001) destaca o *ecodesenvolvimento* como alternativa aos paradigmas econômicos convencionais, enquanto Capra (1982) critica a visão mecanicista que ignora a complexidade dos sistemas ecológicos. Já Meadows *et al.* (1972) e Schumacher (1973) alertam para a insustentabilidade das práticas econômicas que desconsideram os limites planetários, perpetuando a degradação ambiental. Essas contribuições se mantêm atuais ao fundamentar os novos paradigmas propostos pelas *ecossocioeconomias*.

Estudos recentes, como os de Ribeiro, Alcântara e Sampaio (2024), analisam a evolução dos paradigmas econômicos e ecológicos desde a transição do modelo agrário para a economia industrial até o surgimento do paradigma ecossocioeconômico, evidenciando o amadurecimento do pensamento crítico sobre sustentabilidade, justiça social e interdependência entre economia e meio ambiente.

A consolidação desse campo teórico resulta, portanto, de um movimento histórico e interdisciplinar que alia crítica, prática e inovação. As *ecossocioeconomias* configuram-se como uma alternativa real para o desenvolvimento de modelos econômicos mais justos, resilientes e ambientalmente responsáveis.

Apresentam-se, a seguir, as contribuições diretas e indiretas dos principais pesquisadores para o desenvolvimento do construto das *ecossocioeconomias*. A seleção dos autores incluídos no Quadro 2 foi conduzida com base em critérios que asseguram a relevância e a consistência de suas contribuições, considerando fatores como pioneirismo, influência teórica e prática, impacto em políticas públicas, práticas de gestão sustentável, e a articulação entre sustentabilidade, justiça social e economia. Ademais, a interdisciplinaridade e o reconhecimento acadêmico constituíram aspectos decisivos para sua inclusão.

Quadro 2. Contribuições Diretas e Indiretas de Autores para o Desenvolvimento do Construto das Ecosocioeconomias:

Autor	Contribuição Direta	Contribuição Indireta
Karl William Kapp (1950)	Introdução da crítica aos custos sociais e ambientais das atividades econômicas.	Base teórica para debates sobre sustentabilidade e limites ecológicos.
Ernst Friedrich Schumacher (1973)	Defesa de uma economia baseada em valores humanos e sustentabilidade.	Inspiração para economias alternativas e humanísticas.
Herman Daly (1977)	Desenvolvimento da economia de estado estacionário, equilibrando crescimento e limites ecológicos.	Influência em modelos econômicos que integram ecologia e economia.
Ignacy Sachs (1980)	Criação do conceito de ecodesenvolvimento, integrando desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.	Estímulo a políticas públicas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.
Ladislau Dowbor (1982)	Defesa da democratização econômica e análise crítica do capitalismo dependente.	Fundamentação para análises críticas do impacto socioeconômico em ecosocioeconomias.
Manfred Max-Neef (1986)	Desenvolvimento do conceito "Desenvolvimento em Escala Humana", focado nas necessidades fundamentais e sustentabilidade.	Influência em abordagens voltadas ao bem-estar humano e justiça ambiental.
Ricardo Abramovay (1992)	Defesa de uma economia verde e sustentável, integrando crescimento econômico com justiça social.	Contribuição para a popularização do conceito de economia verde.
Paulo Henrique Freire Vieira (2002)	Integração de saberes científicos e tradicionais no desenvolvimento sustentável.	Valorização do conhecimento local em práticas sustentáveis.
José Eli da Veiga (2005)	Análise crítica do desenvolvimento sustentável e suas implicações em políticas públicas e economia ecológica.	Expansão das bases conceituais para debates acadêmicos e governamentais.
Carlos Alberto Cioce Sampaio (2010)	Desenvolvimento da ecosocioeconomia das organizações, propondo novos modelos de gestão sustentável.	Ampliação da integração de práticas socioeconômicas com estratégias empresariais.
Mario Procopiuck (2011)	Integração de práticas econômicas e ecológicas no desenvolvimento sustentável.	Contribuições práticas para o fortalecimento de ecosocioeconomias em contextos urbanos e regionais.

Fonte: Organizado pelos autores (2025).

Dentre os autores apresentados no Quadro 2, destacam-se Karl William Kapp, que introduziu a crítica aos custos sociais e ambientais das atividades econômicas, e **Carlos** Alberto Cioce Sampaio, responsável por propor modelos organizacionais sustentáveis voltados à gestão empresarial. Também merecem destaque Ignacy Sachs e Manfred Max-Neef, cujas contribuições se mostraram fundamentais para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento de *frameworks* aplicáveis ao desenvolvimento sustentável. A interdisciplinaridade foi igualmente um critério essencial na seleção de pesquisadores como José Eli da Veiga, cuja abordagem crítica ao desenvolvimento sustentável dialoga com diferentes áreas do conhecimento.

Alguns autores, entretanto, não foram incluídos na sistematização por apresentarem contribuições mais restritas a campos correlatos, de natureza predominantemente filosófica ou teórica, sem aplicação direta ao campo das *ecossocioeconomias*. Também foram excluídos pensadores cujas obras, embora relevantes para o debate sobre economia do bem-estar e governança dos bens comuns, não se direcionam especificamente à análise de modelos ecossocioeconômicos. Essa delimitação visou assegurar coerência, objetividade e foco analítico ao estudo.

A seleção final privilegiou autores cujas contribuições apresentaram impacto direto e prático na formulação e consolidação das *ecossocioeconomias*, permitindo uma análise estruturada e alinhada às demandas do campo. Ainda que algumas abordagens não tenham sido incluídas de forma explícita, reconhece-se sua relevância indireta para o amadurecimento do conceito e para o avanço do debate sobre sustentabilidade e justiça socioambiental.

A análise das contribuições evidencia a evolução conceitual e prática das *ecossocioeconomias*, consolidando-as como um campo interdisciplinar voltado ao desenvolvimento sustentável. Essa trajetória reflete um processo teórico-progressivo, no qual diferentes autores contribuíram para a formulação de modelos que integram dimensões econômicas, sociais e ambientais, reforçando a busca pelo equilíbrio entre crescimento econômico e justiça socioambiental.

A inserção de abordagens voltadas ao bem-estar humano e à justiça ambiental por Manfred Max-Neef (1986), por meio do conceito de *Desenvolvimento em Escala Humana*, reforça a centralidade das necessidades fundamentais das comunidades, promovendo uma economia orientada pela dignidade humana e pelo equilíbrio ecológico.

No contexto brasileiro, Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga destacam-se pela difusão de perspectivas associadas à economia verde e pela crítica aos limites do desenvolvimento sustentável, influenciando o meio acadêmico e a formulação de políticas públicas. Paulo Henrique Freire Vieira, por sua vez, propõe a valorização dos saberes locais e das práticas sustentáveis, enfatizando a integração entre conhecimentos científicos e tradicionais como base para soluções contextualizadas e viáveis.

Carlos Alberto Cioce Sampaio sobressai pela proposição de modelos de gestão sustentável nas organizações, ampliando a articulação entre práticas socioeconômicas e estratégias empresariais. De forma complementar, Mario Procopiuck evidencia a aplicabilidade das *ecossocioeconomias* em contextos urbanos e regionais, demonstrando sua viabilidade em diferentes escalas e realidades territoriais.

De modo geral, as contribuições analisadas transcendem o âmbito teórico e se refletem em práticas concretas que fomentam a implementação de modelos sustentáveis. A diversidade de abordagens ressalta a importância da interdisciplinaridade na consolidação das *ecossocioeconomias* como campo dinâmico e adaptável aos desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável.

Constata-se, assim, que a construção das *ecossocioeconomias* resulta de um processo contínuo de aprimoramento teórico e prático, no qual a cooperação entre distintas áreas do conhecimento é essencial para promover um desenvolvimento mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável.

Os resultados apontam para a relevância das iniciativas locais na promoção de alternativas socioeconômicas sustentáveis, valorizando a governança participativa, as redes colaborativas e os saberes tradicionais. As organizações envolvidas demonstraram esforços para alinhar suas práticas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), diferenciando-se de estratégias superficiais de sustentabilidade, como o *greenwashing*. O estudo reforça a necessidade de modelos de gestão que superem o paradigma utilitarista e priorizem a inclusão social e a conservação da biodiversidade.

Além disso, destaca-se o papel das *ecossocioeconomias* na formação de redes colaborativas que respeitam a autonomia local e valorizam a diversidade cultural, gerando impactos positivos como a recuperação de biomas e o incentivo ao consumo consciente. Outro aspecto relevante é a *extrarracionalidade*, expressa na integração de tecnologias apropriadas e saberes tradicionais como fundamentos para o desenvolvimento comunitário e a preservação cultural.

A seleção dos trabalhos apresentados no Quadro 3 foi conduzida a partir de critérios específicos que visam garantir a representatividade, a consistência e a relevância das produções analisadas. Os critérios adotados asseguram rigor científico e diversidade metodológica, contribuindo para uma compreensão abrangente das *ecossocioeconomias* como campo de estudo e prática aplicada. Entre os principais critérios, destacam-se a **Relevância temática**: foram incluídos artigos que abordam dimensões centrais das *ecossocioeconomias*, tais como arranjos socioprodutivos sustentáveis, redes de colaboração, inovação social e tecnológica, e processos de gestão participativa. O **Impacto acadêmico e social**: privilegiaram-se publicações que, além de contribuírem para o avanço teórico do campo, demonstram aplicabilidade prática em contextos reais, resultando em experiências e políticas orientadas à sustentabilidade e à equidade socioambiental. A **Qualidade e indexação dos periódicos**: os estudos selecionados foram publicados em periódicos de reconhecida relevância nacional e internacional, garantindo

a disseminação científica e a validação acadêmica do conhecimento produzido. A **Abordagem metodológica**: considerou-se a diversidade de métodos empregados, contemplando estudos de caso, pesquisas empíricas e revisões sistemáticas, o que proporciona uma visão ampla e comparativa sobre as múltiplas formas de aplicação das *ecossocioeconomias* em distintos contextos territoriais e organizacionais.

A escolha desse conjunto de produções fundamenta-se na necessidade de destacar contribuições que evidenciam a consolidação das *ecossocioeconomias* como um paradigma de desenvolvimento sustentável, ressaltando sua aplicabilidade prática e sua capacidade de articular dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Nos últimos dez anos, a produção acadêmica de Carlos Alberto Cioce Sampaio e demais pesquisadores tem desempenhado papel fundamental na implementação prática das *ecossocioeconomias*. Suas pesquisas incluem experiências de fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis em comunidades locais, incorporação de tecnologias sociais apropriadas e formação de redes de cooperação intersetoriais. Esses estudos demonstram como o conceito se traduz em ações concretas, gerando impactos sociais, econômicos e ambientais positivos e duradouros.

A sistematização dessas contribuições aponta não apenas a relevância acadêmica do tema, mas também reforça a necessidade de políticas e práticas públicas e privadas orientadas à sustentabilidade e à justiça social, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Dessa forma, evidencia-se a *ecossocioeconomia* como uma abordagem integradora, capaz de orientar o planejamento estratégico e o desenvolvimento territorial sob uma perspectiva ética, inclusiva e regenerativa.

A seguir, apresentam-se os artigos selecionados que compõem o Quadro 3, os quais detalham as contribuições metodológicas e conceituais resultantes da colaboração de Carlos Alberto Cioce Sampaio e demais autores no período de 2014 a 2024. Esses trabalhos consolidam a evolução teórico-prática do campo, oferecendo subsídios para a compreensão de suas interfaces e potencialidades no âmbito das *ecossocioeconomias empresariais e territoriais*.

Quadro 3. Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
Ecosocioeconomia empresarial	<p>Integra critérios de responsabilidade socioambiental (RSC) e práticas ESG (<i>Environmental, Social, and Governance</i>) em modelos organizacionais, promovendo equilíbrio entre valor econômico e impacto social/ambiental positivo.</p> <p>Contribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistematização de práticas ecosocioeconômicas em associações rurais e empresas solidárias. • Formulação de estratégias organizacionais adaptadas às dinâmicas socioeconômicas e ambientais do Brasil. • Análise de experiências nos Estados Unidos que podem inspirar práticas empresariais no Brasil. 	<p>PIMENTEL, Ricardo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Contribuições para a Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas: Um Estudo na Associação Acolhida na Colônia Urubici. <i>Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science</i>, v. 12, p. 177-193, 2023</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HOPPE, Aurélio F.; DAMM, H. Análise do cenário socioeconômico brasileiro: uma contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais. <i>Revista Mosaicos: Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovações</i>, v. 3, p. 35-51, 2021.</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GRIMM, Isabel J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; PARKS, C. D.; FERNANDES, Valdir. Ecosocioeconomias: análise de experiências no Oeste dos Estados Unidos da América. <i>Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional</i>, v. 16, p. 369-382, 2020.</p> <p>CARNEIRO, Leandro M.; PANHOCA, L.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PACHECO, V. Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. <i>REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</i>, v. 10, p. 3-25, 2014.</p>
		<p>PROCOPIUCK, Mário; FREDER, Schirlei M.; ROSA, Altair; GARCIA, Manon; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Feiras urbanas de rua em Curitiba sob a perspectiva da ecosocioeconomia. <i>Journal of Urban Affairs</i>, p. 1-23, 2022.</p> <p>BRUSAMOLIN JR., Leonardo. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SANTOS, Luciane C. R. Cadeia Curta Agroalimentar Sustentável do Feijão: Sob a Ótica do Movimento Slow Food. <i>Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science</i>, v. 11, p. 112-125, 2022.</p> <p>TURNES, Valério A.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SAUTIER, Denis; GUZZATI, Thaise Costa. A importância de uma marca coletiva na construção de territórios: o caso da Associação Acolhida na Colônia (SC), Brasil. <i>Sociedade e Território</i>, v. 3, p. 135-158, 2021.</p> <p>SANTOS, Luciane C. R.; CANCELIERI Jr., Osiris; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Reflexões sobre a cadeia produtiva de produto orientado à sustentabilidade: produto orientado. <i>Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento</i>, v. 9, p. 214-227, 2020.</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
<p>Planejamento e Gestão territorial</p>	<p>Propõe ferramentas para conectar planejamento estratégico organizacional aos objetivos de desenvolvimento territorial sustentável, respeitando especificidades locais e fortalecendo cadeias produtivas e arranjos socioprodutivos.</p> <p>Contribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de modelos para cadeias curtas agroalimentares baseadas no movimento Slow Food. • Experiências locais que fortalecem territórios rurais e urbanos com marcas coletivas e governança participativa. • Incorporação de ecosocioeconomias em projetos de feiras urbanas, enoturismo e gestão de áreas protegidas 	<p>PELLIN, Valdinho; GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, O. Enoturismo e desenvolvimento: um olhar na orta dos vinhos verdes em Portugal. TURyDES - Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local, v. 28, p. 1-22, 2020.</p> <p>PROCOPIUCK, Mário; SOUSA, Roberta M. M.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Ana Paula P. V. Ecosocioeconomias e desenvolvimento local: Experiências em uma feira de agricultores urbanos na Amazônia brasileira. Local Economy, v. 35, p. 808-830, 2020.</p> <p>ROMANO, Roberta G.; SCHÄFER, Gabriela. SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecoenogastronomia - sustentabilidade e resgate cultural na produção de vinhos na Serra Gaúcha, Brasil. AGORA (UNISC. ONLINE), v. 21, p. 93-105, 2019.</p> <p>SANTOS, Luciane C. R.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Francisca P. S.; PROCOPIUCK, Mário; PANKE, Raquel. Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science, v. 8, p. 397-417, 2019.</p> <p>SANTIAGO, Rita C. C. A.; SILVA, Francisca P. S.; PROCOPIUCK, Mário; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MATTA, Alfredo E. R. Ações educativas numa perspectiva da ecosocioeconomia no antigo Quilombo do Cabula. ARTEFACTUM (RIO DE JANEIRO), v. 16, p. 1-14, 2019.</p> <p>GUZZATI, Thaise Costa; PANKE, Raquel; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A construção de um território rural sustentável em Santa Catarina. REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 5, p. 093, 2018.</p> <p>GOMES, Carla M. P.; FLORIT, Luciano; ABRAHÃO, Cinthia Sena; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Agriculturas e naturezas no território rural: o caso da microbacia do Rio Sagrado em Morretes (PR). GUAJU - REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, v. 1, p. 44-63, 2015.</p> <p>GUZZATI, Thaise Costa; TURNES, V.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. ORGANIZAÇÕES RURAIS E AGROINDUSTRIAIS (UFLA), v. 16, p. 25-45, 2014.</p>
		<p>RIBEIRO, Magno A.; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo e Pantanal: as relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. GEO UERJ, v. 42, p. 1-27, 2023.</p> <p>GOMES Jr., José Carmino; CORBARI, Sandra; KNISS, Cláudia; SILVA, Gércica M. N.; PIONTKIEWICZ, Simone C.; MELO, Maiara S.; CARBONE, Amanda S.; MANTOVANELI Jr.,</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
Métricas como Componente do Construto das Ecosocioeconomias	<p>Desenvolve métricas para avaliar impactos das práticas ecosocioeconômicas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferecendo uma base empírica para mensurar avanços socioambientais.</p> <p>Contribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formulação de indicadores para medir a contribuição das pós-graduações brasileiras em Ciências Ambientais na implementação da Agenda 2030. • Desenvolvimento de metodologias para avaliar impactos sociais no turismo sustentável e em práticas de conservação. 	<p>Oklinger; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI Jr., Arlindo; DUTRA, Ana Regina A.; FERNANDEZ, Felipe; BIRCH, Robert S.; GUERRA, José Baltazar S. A.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Modelo proposto de mapeamento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em programas de pós-graduação em ciências ambientais no Brasil. <i>International Journal of Sustainability in Higher Education</i>, p. 1-22, 2023.</p> <p>ROMANO, Roberta G.; CARBONE, Amanda S.; KNISS, CLÁUDIA; SILVA, Gérsica. M. N.; GOMES Jr., José Carmino; MELO, Maiara G. S.; BARBOSA, Valeska; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI JR, Arlindo; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030 da ONU: desafios e avanços a partir da experiência da formação de clusters temáticos. <i>Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)</i>, v. 58, p. 185-197, 2023.</p> <p>SAMPAIO, CARLOS; KNISS, CLÁUDIA; CORBARI, SANDRA; JUNIOR, ARLINDO; SOBRAL, MARIA. Contribuição da pós-graduação brasileira em Ciências Ambientais na implementação da Agenda 2030. <i>Revista do NUPEM</i>, v. 12, p. 277-299, 2020.</p>
Economia Social e Cooperativismo	<p>Integra princípios de economia social e cooperativismo corporativo, propondo modelos colaborativos e solidários como alternativa aos sistemas econômicos tradicionais.</p> <p>Contribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reflexões sobre o pensamento de Arrizmendiarrieta e a experiência cooperativa de Mondragón como paradigmas de economia solidária. • Implementação de governança participativa em zonas de educação para o ecodesenvolvimento. • Aplicação de princípios de cooperativismo para agregar valor a práticas agrícolas e culturais. 	<p>ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; URIARTE, Leire. Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón. <i>Sociedade e Estado</i>, v. 33, p. 887-914, 2018.</p> <p>ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. O homem cooperativo: pensamento de Arrizmendiarrieta. <i>Estudios sobre las Culturas Contemporáneas</i>, v. 21, p. 177-181, 2015.</p> <p>BEILER, Francielle; LENZ, Talita Cristina Zechener; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Tomada de Decisão na ambiência do Cooperativismo. <i>PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS</i>, v. 9, p. 59-78, 2014.</p> <p>RADWANSKI, Elvira Maria; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOBRAL, M. C. M. AGREGAÇÃO DE VALOR À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. <i>REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)</i>, v. 19, p. 74-96, 2014.</p>
		<p>PALHUK, KELLY CRISTINE PANEGALLI; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; TEIXEIRA, CRISTINA FRUTUOSO; FISCHER, Dailey; FERNANDES, Valdir; LIMONT, Marcelo. O papel da governança territorial como instrumento para a conservação da biodiversidade na Mata</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
<p>Interdisciplinaridade e Colaboração</p>	<p>Conecta diferentes áreas do conhecimento – ciências ambientais, economia social, gestão e planejamento – e fortalece redes colaborativas para ampliar o impacto prático e teórico do construto.</p> <p>Contribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promove a integração de governança territorial e conservação da biodiversidade em estratégias colaborativas • Relaciona paradigmas históricos e contemporâneos para embasar teorias ecológicas e sociais no construto • Amplia o impacto da regionalização de universidades no desenvolvimento sustentável • Oferece métricas para avaliar o impacto ecosocioeconômico na formação acadêmica e em ciências ambientais • Sistematiza a produção científica e redes de interação para fortalecer colaborações entre áreas • Propõe novos modos de vida baseados no "Bem Viver" em resposta aos desafios pós-pandemia • Introduz a ética socioambiental regional como abordagem para o desenvolvimento sustentável • Destaca reflexões sobre marcos ambientais históricos e seus impactos na interdisciplinaridade 	<p>Atlântica: Aprendizado social a partir do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, Brasil. <i>Environmental Science & Policy</i>, v. 153, p. 103667, 2024.</p> <p>RIBEIRO, MAGNO ALVES; ALCÂNTARA, LILIANE CRISTINE SCHLEMER; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Paradigmas e Transitoriedades: Da Idade Média ao Contemporâneo, Ecosocioeconomias e Economia Ecológica. <i>História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)</i>, v. 14, p. 77-105, 2024.</p> <p>BARBOSA, Valeska; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Wellington L. M. O processo de regionalização das universidades e sua relação com o desenvolvimento sustentável. <i>Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente</i>, v. 17, p. 18-40, 2024.</p> <p>ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Avaliação de Impacto Ecosocioeconômico da Pós-Graduação Brasileira. <i>História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)</i>, v. 14, p. 420-460, 2024.</p> <p>ROCHA, Washington J. S. F.; VASCONCELOS, Rodrigo N.; CHAVES, Joselisa M.; BILOTTA, Patrícia; GRIMM, Isabel J.; RIBEIRO, Sônia M. C.; NOBREGA, R. A. A.; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Modelo de análise da produção científica em Programas de Pós-Graduação com base em redes de interação: estudo de caso em Ciências Ambientais. <i>Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)</i>, v. 58, p. 405-416, 2023.</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCANTARA, L. C. S.; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid 19. <i>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)</i>, v. 59, p. 162-180, 2022.</p> <p>FREITAS, Guilherme H.; PEREIRA, Natasha S.; SOUZA, Eduardo F.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Iransé O. Caminho de Cora Coralina: revisão literária sobre o uso de tecnologia em uma rota histórica no Cerrado Brasileiro. <i>Revista Notas Historicas Y Geograficas</i>, v. 28, p. 384-400, 2022.</p> <p>BILOTTA, Patrícia; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; AGUIAR, Patricia D.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Reuso industrial de efluente na gestão integrada de águas urbanas. <i>REVISTA TECNOLOGIA E SOCIEDADE</i>, v. 18, p. 112-133, 2022.</p> <p>VIEIRA, Paulo Henrique Freire; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno. Uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar. <i>História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)</i>, v. 12, p. 168-208, 2022.</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
		<p>KNISS, CLÁUDIA; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI JR, Arlindo; PLONSKI, Guilherme A.; GOLDEMBERG, José; PADUA, José A.; FRANCO, Roberto M.; RICUPERO, Rubens; BRESSAN JR., Almir; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; MAGLIO, Ivan C.; NOBRE, Carlos; ANDREOLI, Cleverson V.; FERNANDES, Valdir; BUCKERIDGE, Marcos; RIBEIRO, Wagner C.; SILVA, Sandro D. e. 50 anos de Estocolmo?72 e 30 Anos da Rio?92: Reflexões sobre o Brasil Contemporânea e os Desafios para um Futuro Sustentável. <i>História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)</i>, v. 12, p. 406-437, 2022.</p> <p>FLORIT, Luciano; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ética Socioambiental Regional como abordagem para o Desenvolvimento Regional. <i>Ambiente & Sociedade (Online)</i>, v. 24, p. 1-22, 2021.</p> <p>ALCÂNTARA, L.C.S.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Decrescimento na Perspectiva das Cidades em Transição: Resiliência e Ética Socioambiental. <i>Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science</i>, v. 10, p. 81-96, 2021.</p> <p>ALCÂNTARA, L.C.S.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de bem viver: pela valorização de identidades culturais. <i>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)</i>, v. 53, p. 78-101, 2020.</p> <p>Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Homenagem a um economista descalço: Manfred Max-Neef. <i>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)</i>, v. 51, p. 370-372, 2019.</p> <p>ABIKO, A. K.; PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; IANNINI, C. A. N.; SOTTO, Débora; RIBEIRO, D. G.; MARINS, K. R. C.; BUCKERIDGE, M. S.; SOBRAL, M. C. M. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. <i>Estudos Avançados</i>, v. 33, p. 61-80, 2019</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PARKS, Craig D.; MANTOVANELI JR, Oklinger; QUINLAN, Robert J.; ALCANTARA, L. C. S. Bem viver e ecosocioeconomia: uma síntese. <i>DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)</i>, v. 47, p. 121-128, 2018.</p> <p>RIBEIRO, Sônia M. C.; SOARES Fo, Britaldo; BACHI, Laura; COSTA, William L.; BILOTTA, Patrícia; SAADI, Allaoua; LOPES, Elaine; ORIORDAN, Tim; HETCH, Susanna B.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Podem os meios de subsistência multifuncionais, incluindo serviços ecossistêmicos recreativos (RES) e produtos florestais não madeireiros (NTFP), manter florestas biodiversas na Amazônia brasileira? <i>Ecosystem Services</i>, v. 31, p. 517-526, 2018.</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
		<p>ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; URIARTE, Leire. Experiência Cooperativa de Mondragon: educação cooperativa para a transformação social. Revista de Economía Pública, social y cooperativa, v. 93, p. 181-209, 2018.</p> <p>GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Mário. Encadeamento ecosocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). NOVOS CADERNOS NAEA, v. 21, p. 35-56, 2018.</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HENRÍQUEZ Zúñiga, Christian; FUDERS, Felix. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. REVISTA FAEEBA, v. 27, p. 13-25, 2018.</p> <p>ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver: uma perspectiva (de) colonial das comunidades indígenas. Rupturas, v. 7, p. 1-31, 2017.</p> <p>ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR), v. 40, p. 231-251, 2017.</p> <p>SILVA, Janaina M. M.; OLIVEIRA, Jorge G. B.; BOHN, Lars; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Cyklistforbundet: da ecosocioeconomia à convivencialidade. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR), v. 41, p. 19-39, 2017.</p> <p>ALCANTARA, L. C. S.; GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JR, Oklinger; FEUSER, Shimene; GARCIA, Manon. Bem viver: discussões teóricas conceituais. Revista Pensamiento Actual, v. 17, p. 66, 2017.</p> <p>SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCANTARA, L.C.S. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecosocioeconomia. Saude e Sociedade, v. 26, p. 40-50, 2017.</p> <p>GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PASCO, Adriana Dias; FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade e práticas educacionais no eco-desenvolvimento: análise da experiência da microbacia do Rio Sagrado - Morretes/PR. AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE), v. 18, p. 115-134, 2015.</p> <p>ALCANTARA, L. C. S.; PELLIN, Valdinho; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento: aproximação da Universidade com a Comunidade. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR), v. 33, p. 129-147, 2015.</p>

Componentes do Construto	Descrição	Contribuições ao Construto das Ecosocioeconomias – Período: 2014 a 2024 realizado por Sampaio e demais autores
		<p>GARCIA, Manon; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GONZALEZ, Alejandro; SILVA, Luan C. S.; FACO, Renata T. Ecosocioeconomia e logística de entregas urbanas: indicadores de sustentabilidade. <i>Revista Espacios</i>, v. 36, p. 18-28, 2015.</p> <p>BUARQUE, C.; FERREIRA, L. C.; JACOBI, P. R.; SOBRAL, M. C. M.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, V. A interdisciplinaridade e o enfrentamento aos desafios da sustentabilidade. <i>Sustentabilidade em Debate</i>, v. 5, p. 183-195, 2014.</p> <p>PELLIN, Valdinho; DALLABRIDA, Ivan Sidney; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Sustentabilidade e gestão consorciada entre municípios no sul do Brasil. <i>LIDER (OSORNO)</i>, v. 25, p. 93-125, 2014.</p>
BORDA DO CONHECIMENTO		
<p>Ecosocioeconomia empresarial <i>A ecosocioeconomia empresarial</i> consolida-se como uma abordagem inovadora ao integrar valor econômico e impacto socioambiental positivo. Todavia, persistem lacunas significativas no campo teórico e aplicado. Observa-se, especialmente, a escassez de estudos voltados à realidade de pequenas e médias empresas, que enfrentam dificuldades concretas para incorporar práticas <i>Environmental, Social and Governance</i> (ESG) de modo acessível e financeiramente viável. As discussões sobre marcos regulatórios, incentivos fiscais e apoio técnico permanecem pontuais e carecem de maior sistematização. Ademais, ainda são incipientes as análises sobre a sustentabilidade econômica de longo prazo dessas práticas em distintos setores produtivos. Para o avanço do campo, torna-se urgente investigar as barreiras operacionais e financeiras à adoção dessas práticas por empreendimentos de menor porte. Estudos comparativos internacionais podem contribuir para mapear arranjos institucionais de apoio e identificar boas práticas. Igualmente, recomenda-se aprofundar a relação entre políticas públicas e práticas empresariais sustentáveis, ampliando o conhecimento sobre instrumentos que favoreçam a consolidação da <i>ecosocioeconomia</i> no ambiente corporativo.</p> <p>Planejamento e Gestão Territorial O planejamento territorial sustentável vem ganhando destaque na interface entre organizações, territórios e comunidades. No entanto, ainda persistem desafios quanto à validação empírica de modelos como as cadeias curtas agroalimentares e os arranjos socioprodutivos locais. Identifica-se também uma lacuna na utilização de tecnologias emergentes como <i>blockchain</i> e plataformas digitais colaborativas para monitorar e otimizar fluxos de produção e consumo. Outro ponto pouco explorado refere-se à percepção dos atores locais diante dos indicadores e modelos de gestão implementados. Recomenda-se o aprofundamento de estudos de caso que avaliem a eficácia real das cadeias curtas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A incorporação da dimensão tecnológica pode ampliar a rastreabilidade e a transparência na governança territorial. Além disso, a construção participativa e a validação dos indicadores de sustentabilidade junto às comunidades envolvidas devem ser priorizadas, a fim de assegurar legitimidade e pertinência social aos modelos adotados.</p> <p>Indicadores de Impacto Social e Avaliação da Sustentabilidade</p>		

A avaliação dos impactos sociais e ambientais constitui elemento central para o fortalecimento das *ecossocioeconomias*. Entretanto, observa-se fragmentação metodológica entre os estudos, com ausência de referenciais padronizados que permitam a comparabilidade entre experiências. Nota-se, ainda, a limitação na escuta das comunidades diretamente envolvidas, bem como a carência de investigações longitudinais capazes de revelar os efeitos duradouros das práticas sustentáveis.

Para superar tais lacunas, propõe-se o desenvolvimento de um *framework* de indicadores alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e adaptável às especificidades territoriais. A adoção de abordagens participativas, que incluam as vozes dos beneficiários, é essencial para conferir legitimidade e precisão às avaliações. Investimentos em estudos de longo prazo permitirão compreender as transformações intergeracionais decorrentes de políticas públicas e práticas ecossocioeconômicas.

Economia Social e Cooperativismo

Embora o cooperativismo e a economia social se apresentem como alternativas viáveis ao modelo econômico hegemônico, sua consolidação ainda enfrenta entraves relevantes. A literatura carece de aprofundamento sobre os desafios enfrentados por cooperativas em ambientes marcados pela competitividade e pela ausência de proteção institucional. Verifica-se também a escassez de diretrizes práticas que orientem a transição de empresas convencionais para modelos mais colaborativos. A articulação entre cooperativismo e políticas públicas permanece incipiente, limitando a escalabilidade dessas experiências.

A superação desses desafios requer o estudo de estratégias que ampliem a competitividade das cooperativas, especialmente por meio da inovação e da qualificação de seus membros. A elaboração de guias metodológicos pode facilitar a conversão de modelos empresariais tradicionais em estruturas baseadas na economia social. Além disso, investigações sobre parcerias público-privadas podem indicar caminhos para institucionalizar e expandir o cooperativismo nas políticas públicas e nos territórios.

Interdisciplinaridade e Colaboração

A interdisciplinaridade, associada à cooperação entre setores e saberes, é componente essencial para o avanço das *ecossocioeconomias*. Contudo, essa dimensão ainda encontra limitações quanto à articulação prática e à integração tecnológica. Faltam estudos que explorem a interface entre ciência de dados, inteligência artificial e sustentabilidade. As redes comunitárias digitais, embora emergentes, permanecem pouco analisadas como ferramentas de mobilização social e de gestão colaborativa. Ademais, o potencial transformador da regionalização universitária — especialmente em contextos de vulnerabilidade — ainda é subexplorado.

A agenda de pesquisa futura deve contemplar a integração das tecnologias emergentes às práticas sustentáveis locais e investigar o papel das redes digitais como infraestruturas comunitárias de inovação. A ampliação de estudos empíricos sobre o impacto da atuação extensionista e regional das universidades pode revelar novas formas de inserção institucional nos processos de transição socioecológica. Finalmente, é imprescindível valorizar epistemologias plurais, como o *Bem Viver*, a fim de construir alternativas de desenvolvimento que transcendam os limites do paradigma capitalista e fortaleçam os princípios da justiça socioambiental.

Entre os anos de 2014 e 2024, a produção acadêmica voltada às ecossocioeconomias tem ampliado significativamente a base conceitual e empírica do campo, articulando dimensões como sustentabilidade, justiça social e governança territorial. Os estudos analisados apresentam três grandes eixos de contribuição: a sistematização de experiências comunitárias sustentáveis, como no caso da Associação Acolhida na Colônia (Pimentel; Sampaio, 2023); a análise do cenário socioeconômico brasileiro com proposições estratégicas para políticas públicas e privadas (Sampaio; Hoppe; Damm, 2021); e a incorporação de experiências internacionais que demonstram a adaptabilidade do conceito a diferentes contextos culturais e produtivos (Sampaio *et al.*, 2020).

Do ponto de vista prático, os estudos de caso abordam a implementação das ecossocioeconomias em empreendimentos solidários, feiras urbanas, cadeias curtas agroalimentares e marcas coletivas, destacando a centralidade da participação social, da identidade territorial e da valorização das redes locais de produção e consumo. Tais experiências demonstram forte convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre), evidenciando contribuições concretas para a segurança alimentar, a conservação ambiental e o fortalecimento de economias circulares e solidárias.

Além disso, a literatura aponta tendências emergentes, como o uso de tecnologias sustentáveis para rastreabilidade e gestão territorial, a promoção da resiliência frente às mudanças climáticas e o papel das universidades na regionalização e no desenvolvimento local. Observa-se, ainda, o destaque à humanização das práticas ecossocioeconômicas, com ênfase no empoderamento das comunidades, na valorização dos saberes tradicionais e na inclusão de populações historicamente vulnerabilizadas como parte estrutural do processo de transição para modelos econômicos mais equitativos e sustentáveis.

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta uma síntese das principais abordagens das ecossocioeconomias, organizadas em três categorias: empresariais, organizacionais e territoriais. Cada categoria contempla componentes específicos do construto, com descrições detalhadas, principais contribuições e as referências bibliográficas que fundamentam os estudos. A estrutura apresentada permite uma análise comparativa e integrada das diferentes abordagens, evidenciando como as práticas de ecossocioeconomia contribuem para o desenvolvimento sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às metas da Agenda 2030. A sistematização dos dados, baseada nos referenciais do

Quadro 3, fortalece a compreensão das relações entre os diversos atores envolvidos e os impactos gerados em diferentes contextos socioeconômicos e ambientais.

Quadro 4. Caracterização das Tipologias de Ecosocioeconomia e suas Contribuições

Tipo de Ecosocioeconomia	Descrição	Contribuições	Referências
Ecosocioeconomias Empresariais (EE)	Integra critérios de responsabilidade socioambiental (RSC) e práticas ESG.	Formulação de estratégias organizacionais adaptadas às dinâmicas socioeconômicas.	PIMENTEL et al. (2023); SAMPAIO et al. (2021); SAMPAIO et al. (2020); CARNEIRO et al. (2014)
Ecosocioeconomias Empresariais (EE)	Promove equilíbrio entre valor econômico e impacto social/ambiental positivo.	Desenvolvimento de modelos baseados em ESG.	PROCOPIUCK et al. (2022); BRUSAMOLIN JR. et al. (2022); TURNES et al. (2021); SANTOS et al. (2020)
Ecosocioeconomias Empresariais (EE)	Análise de experiências internacionais como referência.	Análise de experiências nos Estados Unidos e Brasil.	SANTOS et al. (2019); PELLIN et al. (2020); PROCOPIUCK et al. (2020); ROMANO et al. (2019)
Ecosocioeconomias Empresariais (EE)	Sistematização de práticas ecosocioeconômicas em empresas solidárias.	Sistematização de práticas ecosocioeconômicas em associações rurais.	ALCANTARA et al. (2018); ALCANTARA et al. (2015); BEILER et al. (2014); RADWANSKI et al. (2014)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Propõe ferramentas para conectar planejamento estratégico aos ODS.	Desenvolvimento de modelos para cadeias curtas agroalimentares.	PALHUK et al. (2024); RIBEIRO et al. (2024); BARBOSA et al. (2024); SAMPAIO et al. (2022)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Fortalece cadeias produtivas e arranjos socioprodutivos.	Experiências locais fortalecem territórios rurais e urbanos.	RIBEIRO et al. (2023); GOMES JR. et al. (2023); ROMANO et al. (2023); SAMPAIO et al. (2020)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Experiências locais fortalecem territórios rurais e urbanos.	Criação de marcas coletivas e governança participativa.	ALCANTARA et al. (2020); BEILER et al. (2014); RADWANSKI et al. (2014)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Incorporação de ecosocioeconomias em diversos projetos.	Incorporação de ecosocioeconomias em projetos diversos.	PROCOPIUCK et al. (2020); SANTOS et al. (2019); GUZZATI et al. (2018)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Desenvolve métricas para avaliar impactos ecosocioeconômicos.	Avaliação do impacto das políticas públicas.	SANTIAGO et al. (2019); GUZZATI et al. (2018); GOMES et al. (2015)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Mensura avanços socioambientais com base na Agenda 2030.	Formulação de indicadores para medir contribuição dos ODS.	GOMES JR. et al. (2023); ROMANO et al. (2023); SAMPAIO et al. (2020)
Ecosocioeconomias Organizacionais (EO)	Desenvolvimento de metodologias para avaliar impactos sociais.	Desenvolvimento de metodologias de avaliação.	RIBEIRO et al. (2023); ALCANTARA et al. (2023); GOMES JR. et al. (2023)
Ecosocioeconomias Territoriais (ET)	Avaliação de impactos sociais no turismo sustentável.	Criação de bases empíricas para o desenvolvimento sustentável.	SAMPAIO et al. (2020); PHILIPPI JR. et al. (2019); BILOTTA et al. (2022)

Eossocioeconomias Territoriais (ET)	Implementação de estratégias em áreas protegidas.	Avaliação do impacto de práticas de conservação.	ALCANTARA et al. (2020); SAMPAIO et al. (2018); SOBRAL et al. (2014)
Eossocioeconomias Territoriais (ET)	Uso de indicadores de impacto para práticas conservacionistas.	Aplicação de princípios de economia solidária.	VIEIRA et al. (2022); FREITAS et al. (2022); SILVA et al. (2021)
Eossocioeconomias Territoriais (ET)	Experiência na implementação de ecossocioeconomias em feiras.	Governança participativa em projetos ecossocioeconômicos.	ALCANTARA et al. (2017); PELLIN et al. (2015); PELLIN et al. (2014)
Eossocioeconomias Territoriais (ET)	Integração de iniciativas locais para avaliação de impacto.	Implementação de práticas de turismo sustentável.	SAMPAIO et al. (2018); RIBEIRO et al. (2018); SOBRAL et al. (2014)
Eossocioeconomias Territoriais (ET)	Utilização de práticas colaborativas para desenvolvimento sustentável.	Integração de indicadores socioambientais para monitoramento.	GOMES et al. (2015); PROCOPIUCK et al. (2020); BEILER et al. (2014)

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2025

A análise das tipologias de *ecossocioeconomia* evidencia a diversidade e a complexidade desse conceito, estruturado em três principais perspectivas: empresarial, organizacional e territorial. Essas abordagens buscam soluções integradas e sustentáveis, conciliando dimensões econômicas, sociais e ambientais em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

No âmbito da *ecossocioeconomia empresarial*, Sampaio *et al.* (2023) destacam a sistematização de práticas ecossocioeconômicas em associações rurais e empresas solidárias, bem como a formulação de estratégias organizacionais adaptadas às dinâmicas socioeconômicas brasileiras. A incorporação dos princípios de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSC) e dos critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) tem promovido o equilíbrio entre valor econômico e impacto socioambiental (Pimentel *et al.*, 2023; Turnes *et al.*, 2021; Alcântara *et al.*, 2018; Beiler *et al.*, 2014).

O planejamento e a gestão territorial desempenham papel fundamental no fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Modelos de cadeias curtas agroalimentares, inspirados no movimento *Slow Food*, configuram-se como exemplos de práticas transformadoras (Brusamolín Jr. *et al.*, 2022). A incorporação da *ecossocioeconomia* em iniciativas como feiras urbanas, enoturismo e gestão de áreas protegidas reforça seu potencial inovador, favorecendo a reestruturação dos sistemas produtivos em prol da sustentabilidade (Procopiuck *et al.*, 2022).

Paralelamente, o cooperativismo e a economia social surgem como alternativas consistentes aos sistemas econômicos tradicionais, ao promoverem modelos colaborativos e solidários. Alcântara *et al.* (2018) analisam a experiência cooperativa de Mondragón como referência internacional em economia solidária, enquanto Radwanski *et al.* (2014) ressaltam a relevância da governança participativa em zonas de ecodesenvolvimento, associada à valorização de práticas agrícolas e culturais.

A interdisciplinaridade consolida-se como elemento essencial para o fortalecimento de redes colaborativas e a ampliação dos impactos positivos da *ecossocioeconomia*. Estudos de Palhuk *et al.* (2024) exploram a integração entre governança territorial e conservação da biodiversidade, ao passo que Vieira *et al.* (2022) propõem novas perspectivas do *Bem Viver* no contexto pós-pandemia. De forma complementar, Rocha *et al.* (2023) desenvolvem métricas voltadas à avaliação de impactos na formação acadêmica e no desenvolvimento regional, evidenciando o papel estratégico da educação na consolidação de práticas sustentáveis.

Dessa forma, a *ecossocioeconomia* afirma-se como um arcabouço teórico e prático essencial para o avanço do desenvolvimento sustentável. As contribuições analisadas entre 2014 e 2024 demonstram progressos expressivos na sistematização de práticas empresariais, no planejamento territorial, na criação de indicadores de impacto social e no fortalecimento do cooperativismo, reafirmando seu potencial como paradigma integrador e transformador.

2.3.1 Ecosocioeconomias territoriais

As *ecossocioeconomias*, enquanto campo interdisciplinar, buscam integrar práticas econômicas, sociais e ambientais em uma abordagem que transcende os limites do utilitarismo econômico, considerando os territórios e as organizações como espaços de transformação. Sampaio e Dallabrida (2015) argumentam que, nesse contexto, as organizações são desafiadas a adotar modelos de gestão que priorizem não apenas a eficiência econômica, mas também a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. Essa perspectiva amplia a noção de valor organizacional, incorporando preocupações com o bem-estar coletivo e a preservação dos recursos naturais.

No âmbito territorial, Procopiuck (2017) enfatiza a relevância dos arranjos socioprodutivos e da autogestão comunitária como instrumentos de desenvolvimento sustentável. Sua análise destaca o papel das comunidades locais na formulação de soluções que alinhem sustentabilidade, identidade cultural e particularidades territoriais, promovendo a governança multinível e a resiliência social. Fernandes (2018) reforça a necessidade de uma base teórica sólida que conecte práticas organizacionais e territoriais às demandas contemporâneas por justiça social e equilíbrio ecológico, apontando o cooperativismo como exemplo paradigmático de *ecossocioeconomia* aplicada.

Nesse contexto, as *ecossocioeconomias* organizacionais e territoriais configuram-se como abordagens robustas para enfrentar os desafios impostos pelo modelo econômico predominante. Ao priorizar a integração entre práticas sustentáveis e gestão organizacional, Sampaio e Santos (2021) propõem a conciliação entre cadeias produtivas sustentáveis e arranjos socioprodutivos territoriais, criando alternativas concretas que evidenciam a viabilidade de um paradigma ecossocioeconômico. Assim, esse campo emerge como um eixo fundamental na reconfiguração das práticas organizacionais e territoriais, propondo caminhos inovadores e inclusivos para o desenvolvimento sustentável.

A *ecossocioeconomia das organizações* busca superar os paradigmas do modelo econômico dominante, propondo abordagens que integrem os princípios de sustentabilidade social e ambiental à gestão organizacional. Nesse sentido, Sampaio e Dallabrida (2009), no artigo *Ecossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia*, publicado na *Revista da FAE*, apresentam uma proposta de gestão fundamentada nos princípios ecossocioeconômicos. Os autores destacam a necessidade de práticas que contemplem os impactos sociais e ambientais das atividades organizacionais e sugerem alternativas capazes de enfrentar a resistência cultural e institucional ao paradigma hegemônico, promovendo soluções mais éticas e sustentáveis.

Ampliando a análise para contextos internacionais, o estudo *Ecossocioeconomias: análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América*, de Sampaio, Grimm, Alcântara e Mantovaneli Jr. (2020), publicado na *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, explora experiências ecossocioeconômicas norte-americanas. Os autores examinam como os arranjos produtivos locais integram dimensões sociais, econômicas e ecológicas, propondo tais práticas como alternativas viáveis ao modelo capitalista tradicional. O artigo também discute os desafios enfrentados por essas iniciativas e ressalta sua relevância como modelos de inovação e sustentabilidade.

No artigo *Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia*, publicado na *Saúde e Sociedade* (São Paulo), Sampaio et al. (2017) articulam o conceito de *Bem Viver à ecossocioeconomia*, propondo uma visão de futuro pautada na harmonia entre indivíduo, sociedade e meio ambiente. O estudo enfatiza como a subjetividade e o bem comum podem convergir para promover um desenvolvimento mais sustentável e equitativo, desafiando estruturas que privilegiam apenas interesses econômicos.

Por sua vez, o artigo *O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos*, de Felski, Sampaio e Dallabrida (2010), publicado na revista *Organizações Rurais & Agroindustriais*, aborda a aplicação prática da *ecossocioeconomia* no contexto de uma cooperativa de artesãos. Os autores analisam como a governança colaborativa e a economia solidária podem contribuir para equilibrar objetivos sociais e econômicos, destacando os desafios enfrentados por essas organizações no cenário brasileiro. O estudo reforça a importância da *ecossocioeconomia* como instrumento de transformação organizacional e territorial.

Esses estudos convergem para consolidar a *ecossocioeconomia* como um campo essencial para a construção de práticas organizacionais e territoriais que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental, oferecendo bases teóricas e empíricas consistentes para o avanço do paradigma ecossocioeconômico.

Apresenta-se, a seguir, o quadro com quatro artigos selecionados para discussão. A escolha dos trabalhos utilizados na fundamentação do tema *Ecossocioeconomias das Organizações ou Territoriais* justifica-se por sua contribuição à compreensão ampla e interdisciplinar do campo. Esses estudos abordam a *ecossocioeconomia* em diferentes níveis de análise — organizacional, territorial e subjetivo — proporcionando uma visão abrangente e integradora do tema. Além disso, destacam-se por articular teoria e prática, combinando fundamentos teóricos consistentes com estudos de caso e exemplos aplicados, o que enriquece a análise e a torna mais próxima das realidades empíricas observadas.

Outro aspecto relevante consiste na identificação de lacunas e desafios ainda presentes no campo, como as barreiras institucionais, a resistência cultural e a necessidade de desenvolver ferramentas práticas e políticas públicas capazes de viabilizar a implementação das *ecossocioeconomias*. Essas contribuições indicam caminhos promissores para a inovação e apontam direções estratégicas para a superação das limitações existentes.

Por fim, os artigos analisados permitem estabelecer conexões entre as diferentes dimensões das *ecossocioeconomias*, evidenciando a interdependência entre práticas locais e globais e reforçando a importância da integração entre as escalas organizacional e territorial na construção de modelos sustentáveis.

Quadro 5. Contribuições ao Estudo da Eossocioeconomia em Diferentes Contextos Organizacionais e Regionais:

Artigo/ autores/ revista	Estudos Realizados sobre Eossocioeconomia em Diferentes Contextos	Borda do Conhecimento
<p>Eossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia</p> <p>Autores</p> <p>Carlos Alberto Cioce Sampaio*</p> <p>Ivan Sidney Dallabrida</p> <p>Rev. FAE, Curitiba, v.12, n.2, p.17-33, jul./Dez. 2009 17</p> <p>Revista da FAE</p>	<p>O artigo "Eossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia" explora o conceito de eossocioeconomia aplicado à gestão organizacional, propondo práticas alternativas que priorizam a sustentabilidade social e ambiental. Fundamentado em autores como Karl William Kapp e Herman Daly, o texto defende uma mudança de foco nas organizações, que passam a valorizar o impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, em vez de apenas maximizar o lucro. O artigo também destaca desafios na implementação dessas práticas, como a resistência cultural e institucional ao modelo econômico dominante.</p>	<p>No artigo "Eossocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia" (Sampaio; Dallabrida, 2009), observa-se a proposta de um modelo organizacional baseado em princípios éticos e ecológicos. A partir dessa base, reconhece-se que, embora o texto proponha uma mudança de paradigma, ainda carece de ferramentas aplicáveis que auxiliem organizações a operacionalizar essa transição. Assim, minha contribuição reside em tensionar a lacuna entre teoria e prática, propondo diretrizes metodológicas e indicadores que possibilitem medir a efetividade da eossocioeconomia nas organizações de forma acessível, especialmente em pequenos empreendimentos.</p>
<p>Eossocioeconomias: Análise De Experiências Ao Oeste Dos Estados Unidos Da América</p> <p>Autores</p> <p>Carlos Cioce Sampaio</p> <p>Isabel Jurema Grimm</p> <p>Liliane Cristine Schlemer Alcântara</p> <p>Oklinger Mantovaneli Junior</p> <p>Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional</p> <p>G&DR. V. 16, N. 3, P. 383-396, set-dez/2020. Taubaté, SP, Brasil.</p> <p>ISSN: 1809-239X</p>	<p>O artigo "Eossocioeconomias: Análise de Experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América" explora práticas eossocioeconômicas que integram aspectos sociais, econômicos e ecológicos na região. Inspiradas em autores como Karl William Kapp e Herman Daly, essas iniciativas buscam criar soluções sustentáveis e equitativas, incluindo arranjos produtivos colaborativos e redes de comércio local. O estudo destaca os desafios enfrentados, como a necessidade de maior apoio institucional e a dificuldade de expandir essas práticas. O artigo contribui ao analisar o potencial das eossocioeconomias como uma alternativa ao modelo capitalista dominante.</p>	<p>Na análise de "Eossocioeconomias: experiências ao Oeste dos Estados Unidos" (Sampaio <i>et al.</i>, 2020), o mapeamento de iniciativas sustentáveis destaca a viabilidade de modelos alternativos ao capitalismo. No entanto, o estudo aponta limitações quanto à escalabilidade e ao suporte institucional. Com base nisso, propõe-se, nesta tese, o desenvolvimento de estratégias adaptáveis a diferentes contextos empresariais, bem como a estruturação de políticas públicas indutoras que viabilizem a replicabilidade das práticas analisadas, respeitando as especificidades socioculturais locais.</p>

Artigo/ autores/ revista	Estudos Realizados sobre Ecosocioeconomia em Diferentes Contextos	Borda do Conhecimento
<p>Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecosocioeconomia</p> <p>Autores: Carlos Alberto Cioce Sampaio Craig David Parks Oklinger Mantovaneli Junior Robert Joseph Quinlan Liliane Cristine Schlemer Alcântara Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.1, p.40-50, 2017DOI 10.1590/S0104-1290201716663</p>	<p>O artigo "Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecosocioeconomia" explora o conceito de Bem Viver, que propõe uma vida em harmonia com a natureza e o coletivo, como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico. Integrando as dimensões subjetivas (como bem-estar e felicidade) com a sustentabilidade social e ecológica, o artigo discute como a ecosocioeconomia pode promover um futuro mais equitativo e sustentável. A perspectiva do Bem Viver é apresentada como essencial para unir a subjetividade individual com o bem comum, favorecendo um desenvolvimento que valoriza tanto o bem-estar social quanto ambiental.</p>	<p>O artigo “Bem viver para a próxima geração” (Sampaio <i>et al.</i>, 2017) aprofunda a dimensão subjetiva do desenvolvimento, integrando o Bem Viver às ecosocioeconomias. Essa perspectiva amplia o horizonte ético-político do campo, mas ainda encontra entraves em sua aplicação prática. A partir dessa constatação, defende-se aqui a necessidade de formular metodologias participativas que possibilitem a operacionalização do Bem Viver em contextos organizacionais e territoriais concretos, aliadas à criação de indicadores sensíveis às realidades locais, de modo a tornar o paradigma viável e mensurável.</p>
<p>O processo de tomada de decisão sob o viés da ecosocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos</p> <p>Henrique Felski Carlos Alberto Cioce Sampaio Ivan Sidney Dallabrida Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2010</p>	<p>O artigo "O processo de tomada de decisão sob o viés da ecosocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos" explora como a ecosocioeconomia influencia a tomada de decisões em uma cooperativa, promovendo a integração de aspectos sociais, econômicos e ambientais. O estudo se baseia em teorias de economia solidária e governança colaborativa, destacando a importância da participação democrática e do foco no bem comum. Embora as cooperativas possam ser modelos sustentáveis, o artigo aponta desafios, como a resistência cultural e o equilíbrio entre objetivos sociais e econômicos.</p>	<p>O processo de tomada de decisão sob o viés da ecosocioeconomia” (Felski; Sampaio; Dallabrida, 2010) evidencia as potencialidades das cooperativas como espaços de experimentação ecosocioeconômica. Contudo, os desafios relacionados à resistência cultural e à conciliação de objetivos múltiplos ainda são subexplorados. Neste trabalho, contribui-se com a proposição de ferramentas de mediação e construção coletiva de objetivos sustentáveis, que auxiliem na superação de conflitos entre dimensões econômica, social e ambiental, reforçando o papel das cooperativas como núcleos de inovação social.</p>

Fonte: Organizada pela autora (2025)

Os quatro artigos analisam o conceito de *ecossocioeconomia* em diferentes contextos gestão organizacional, cooperativas, práticas regionais e a filosofia do *Bem Viver*, destacando a necessidade de uma economia que integre dimensões sociais, ambientais e econômicas. Todos convergem na defesa de um modelo alternativo ao capitalismo, em que a sustentabilidade e o bem comum constituem prioridades centrais.

Esses estudos compartilham a preocupação com os desafios da implementação de práticas ecossocioeconômicas em um contexto dominado pela lógica do lucro e do crescimento econômico, bem como pela resistência cultural e institucional. Entretanto, os autores ressaltam o potencial transformador desse modelo, seja por meio de arranjos produtivos colaborativos, da gestão participativa em cooperativas ou da promoção do bem-estar social e ambiental para as futuras gerações. O êxito dessas iniciativas depende do apoio institucional e de uma mudança estrutural na forma de conceber o desenvolvimento.

Os artigos também identificam lacunas no campo, como a necessidade de validação empírica, o desenvolvimento de indicadores de impacto e a criação de estratégias de escalabilidade. Ao delimitar a borda do conhecimento, oferecem subsídios para inovações teóricas e práticas que fortalecem a aplicabilidade das *ecossocioeconomias* em diferentes contextos organizacionais e regionais, contribuindo para sua consolidação como alternativa viável ao paradigma econômico tradicional.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos quatro estudos anteriormente destacados sobre *ecossocioeconomia*, que exploram perspectivas distintas — gestão organizacional, práticas regionais, filosofia do *Bem Viver* e governança cooperativa. Esses artigos permanecem relevantes para novas análises, por fornecerem fundamentos teóricos e empíricos atuais e aplicáveis a diferentes realidades e escalas.

A opção por utilizar os mesmos estudos em análises complementares justifica-se pela profundidade de suas contribuições acadêmicas e pela diversidade de abordagens que oferecem ao campo das *ecossocioeconomias*. Cada artigo apresenta perspectivas específicas sobre a intersecção entre sustentabilidade social, ambiental e econômica, ressaltando a *ecossocioeconomia* como alternativa ao capitalismo tradicional. Além disso, abordam questões críticas, como resistências culturais e institucionais, limitações de escalabilidade e a necessidade de ferramentas práticas para sua efetiva implementação.

Essa escolha ainda se fundamenta na possibilidade de explorar novas leituras a partir dos mesmos estudos, conectando seus conceitos centrais e ampliando a compreensão sobre o tema. Por exemplo, análises comparativas podem evidenciar como organizações, territórios e comunidades enfrentam desafios semelhantes sob paradigmas ecossocioeconômicos. Ao

mesmo tempo, a diversidade de enfoques favorece a integração entre teoria e prática, fornecendo subsídios para soluções inovadoras e aplicáveis aos desafios contemporâneos.

Portanto, os artigos analisados continuam sendo referências valiosas para investigações futuras, ao oferecerem uma visão multifacetada e aprofundada do campo. Eles constituem base sólida para novas interpretações, fomentam debates interdisciplinares e sustentam a formulação de estratégias voltadas à consolidação das *ecossocioeconomias* em diferentes escalas e contextos culturais.

Dessa forma, o Quadro 6 tem como objetivo destacar *Estudos sobre Ecossocioeconomia em Diferentes Contextos* e as contribuições teóricas, práticas e conceituais de diversos autores que ajudaram a moldar e enriquecer o construto das *ecossocioeconomias*. Esse conjunto de artigos analisa a aplicação da *ecossocioeconomia* em gestão organizacional, práticas regionais, filosofia do *Bem Viver* e governança cooperativa. Cada estudo aborda desafios e contribuições específicas, evidenciando como a *ecossocioeconomia* pode oferecer alternativas sustentáveis ao modelo econômico tradicional.

Quadro 6. Estudos sobre Ecossocioeconomia em Diferentes Contextos

Artigo	Contexto/objeto de estudo	Conceito central	Principais desafios	Contribuição ao campo
Ecossocioeconomia das Organizações: Gestão que privilegia uma outra economia	Gestão Organizacional	Aplicação da ecossocioeconomia na gestão organizacional, priorizando sustentabilidade social e ambiental	Resistência cultural e institucional ao modelo econômico dominante	Proposta de uma nova lógica de gestão com foco no impacto positivo na sociedade e meio ambiente
Ecossocioeconomias: Análise de Experiências ao Oeste dos EUA	Análise Comparativa	Soluções ecossocioeconômicas por meio de arranjos produtivos colaborativos e redes de comércio local	Necessidade de maior apoio institucional e dificuldade de expansão	Análise do potencial da ecossocioeconomia como alternativa ao capitalismo
Bem Viver para a Próxima Geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia	Filosofia do Bem Viver	Integração entre bem-estar subjetivo e sustentabilidade social e ecológica	Transição de um modelo centrado no crescimento econômico para o Bem Viver	Discussão sobre a importância do Bem Viver para unir subjetividade individual ao bem comum
O Processo de Tomada de Decisão sob o Viés da Ecossocioeconomia: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos	Gestão Cooperativa	Governança colaborativa e economia solidária aplicadas à gestão de cooperativas	Equilíbrio entre objetivos sociais e econômicos; resistência cultural	Estudo de caso sobre como a ecossocioeconomia influencia a tomada de decisão democrática em cooperativas

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Entre os principais temas, destacam-se a resistência cultural e institucional, a necessidade de apoio estrutural e a busca pelo equilíbrio entre objetivos sociais, ambientais e econômicos. Essas pesquisas contribuem para a formulação de novas abordagens de gestão e desenvolvimento, reforçando a importância da *ecossocioeconomia* na promoção da sustentabilidade e do bem comum.

Os trabalhos analisados revelam a aplicação dos princípios da *ecossocioeconomia* em diferentes contextos, como a gestão organizacional e cooperativa, propondo uma nova lógica econômica voltada à sustentabilidade social e ambiental. O estudo *Ecossocioeconomia das Organizações* (Sampaio, 2010) defende uma gestão orientada pelo impacto positivo na sociedade, enquanto *Ecossocioeconomias: Experiências ao Oeste dos Estados Unidos da América* (Sampaio, 2018) explora arranjos produtivos colaborativos como alternativas ao modelo capitalista tradicional. Já *Bem Viver para a Próxima Geração* (Sampaio, 2019) propõe a integração entre bem-estar subjetivo e bem comum, e *O Processo de Tomada de Decisão em Cooperativas* (Sampaio, 2010) aborda a governança colaborativa baseada no equilíbrio entre objetivos sociais e econômicos. Esses trabalhos convergem na busca por uma economia mais justa e sustentável, enfrentando resistências culturais e institucionais.

A análise dos artigos evidencia a relevância da *ecossocioeconomia* como alternativa ao modelo econômico dominante, integrando sustentabilidade social, ambiental e econômica em diferentes contextos. Os estudos destacam desafios, como a resistência cultural e institucional, e contribuem com propostas inovadoras, como novas lógicas de gestão, arranjos produtivos sustentáveis e práticas que conectam a subjetividade ao bem comum.

Esses trabalhos oferecem uma base teórica e empírica sólida, identificando lacunas que orientam inovações futuras e fortalecem o campo da *ecossocioeconomia*. Ao promover alternativas viáveis ao capitalismo, os artigos ressaltam a importância de unir teoria e prática na superação dos desafios contemporâneos, consolidando a *ecossocioeconomia* como um paradigma essencial para o desenvolvimento sustentável.

2.4 Modalidades de Ecossocioeconomias

As *ecossocioeconomias* abrangem um conjunto diversificado de modalidades que refletem a interseção entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, promovendo práticas sustentáveis em diferentes contextos. Essas modalidades desempenham papel fundamental na consolidação de iniciativas alinhadas aos princípios da sustentabilidade e aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A seguir, apresentam-se as principais modalidades identificadas.

2.4.1 Agenda 21 local - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) /Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Essa modalidade compreende iniciativas derivadas dos compromissos internacionais assumidos por governos e instituições, voltadas ao desenvolvimento sustentável. A *Agenda 21 Local*, assim como os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)* e os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, orienta políticas públicas em âmbitos municipal, regional e nacional, promovendo a governança participativa, a preservação ambiental e a inclusão social (ONU, 2015).

As *ecossocioeconomias* representam um modelo integrado de desenvolvimento sustentável que evoluiu em sintonia com as principais iniciativas globais, como a *Agenda 21 Local*, os ODM e os ODS.

A *Agenda 21 Local*, originada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), destacou a importância da mobilização comunitária e do desenvolvimento sustentável em nível territorial, influenciando práticas empresariais responsáveis e participativas. Posteriormente, os ODM, estabelecidos em 2000, concentraram-se na redução da pobreza, na segurança alimentar e na sustentabilidade ambiental, incentivando práticas econômicas inclusivas e sustentáveis. Com a transição para os ODS, em 2015, o modelo de *ecossocioeconomia* passou a englobar objetivos mais amplos, como consumo responsável (ODS 12), trabalho decente (ODS 8) e conservação dos ecossistemas terrestres (ODS 15).

Atualmente, as *ecossocioeconomias* consolidam-se como uma modalidade estratégica para o alcance das metas da *Agenda 2030*, promovendo práticas como economia circular, certificações éticas, capacitação comunitária e inovação sustentável. Assim, sua abordagem holística conecta dimensões sociais, econômicas e ambientais, ampliando o impacto dessas práticas para além dos mercados locais e contribuindo para o enfrentamento dos desafios globais.

2.4.2 Turismo de base comunitária, solidária e sustentável

O turismo sustentável tem sido amplamente debatido na literatura acadêmica, especialmente no contexto das transformações ambientais, sociais e econômicas impulsionadas pela globalização. Historicamente, sua conceituação esteve associada às diretrizes de desenvolvimento sustentável propostas por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Turismo (OMT). Entretanto, o estudo de Tchmolo *et al.* (2024) inova ao propor uma definição biocêntrica que incorpora os saberes da cidadania global e do desenvolvimento sustentável, ampliando as fronteiras epistemológicas do turismo sustentável.

A revisão sistemática e integrativa realizada por Tchmolo *et al.* (2024) evidenciou uma lacuna significativa na literatura quanto às conexões entre turismo sustentável e cidadania global. Estudos anteriores, como os de Biccum (2020) sobre cidadania global e de Munck e Borim-de-Souza (2013) sobre modelos de desenvolvimento sustentável, oferecem fundamentos teóricos que, articulados, ampliam a compreensão dos impactos e potencialidades do turismo enquanto fenômeno interdisciplinar.

A literatura predominante sobre o tema concentra-se majoritariamente no hemisfério norte e tem como foco as viagens educacionais no ensino superior. Essas pesquisas investigam como as experiências de mobilidade internacional influenciam a percepção dos indivíduos sobre sustentabilidade e cidadania global. No entanto, poucos estudos exploram o turismo sustentável como vetor ativo de transformação social e conscientização ecológica dentro de um paradigma biocêntrico.

Ao articular as perspectivas teóricas existentes com os conceitos de turismo cidadão apresentados por Gastal e Moesch (2007), Tchmolo *et al.* (2024) desenvolvem uma concepção inovadora de turismo sustentável. Esse conceito biocêntrico desloca o foco da exploração econômica dos recursos naturais para um modelo que prioriza a preservação ambiental, o respeito à biodiversidade e a participação cidadã global.

O conceito proposto incentiva novos estudos a abordarem o turismo sustentável de forma interdisciplinar, considerando a integração de diferentes saberes e ampliando a compreensão sobre o papel das práticas turísticas no desenvolvimento de um mundo mais equitativo e ambientalmente responsável.

O estudo de Tchmolo *et al.* (2024) representa um avanço significativo na discussão sobre turismo sustentável ao propor um modelo que transcende as abordagens convencionais e introduz uma perspectiva biocêntrica baseada na cidadania global. Ao evidenciar as lacunas na literatura e propor novos caminhos de investigação, a pesquisa reforça a necessidade de

abordagens interdisciplinares para o avanço do conhecimento científico sobre turismo sustentável.

Nesse contexto, o estudo de Teixeira, Vieira e Mayr (2019), intitulado *Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters*, destaca o *Turismo de Base Comunitária* (TBC) como estratégia essencial para o desenvolvimento local e a sustentabilidade socioeconômica de comunidades, especialmente em regiões periféricas e de elevado valor ambiental e cultural (Coriolano, 2009; Vignati, 2016). A literatura sobre TBC enfatiza a relevância do envolvimento comunitário, da governança participativa e do fortalecimento das capacidades locais para a autogestão do turismo (Bursztyn e Bartholo, 2012). Contudo, desafios estruturais e organizacionais ainda comprometem sua eficácia, como a carência de infraestrutura, a ausência de planejamento estratégico e as dificuldades na comercialização de produtos turísticos comunitários (Mendonça e Pereira, 2020).

O conceito de *cluster*, proposto por Porter (1998), tem sido explorado em diversos setores como modelo de organização produtiva que potencializa a competitividade e a inovação por meio da concentração geográfica de empresas interdependentes. A aplicação desse modelo ao TBC constitui um campo emergente de estudos, considerando que as iniciativas comunitárias frequentemente operam de forma fragmentada e carecem de sinergia entre os diferentes atores envolvidos (Teixeira, Vieira e Mayr, 2019). De acordo com Beni (2003), a estruturação de *clusters* turísticos pode fortalecer a cadeia produtiva local, promovendo integração entre pequenos empreendimentos e facilitando a distribuição de recursos.

A literatura sobre *clusters* turísticos indica que sua implementação pode contribuir para a sustentabilidade e a perenidade do TBC ao incentivar a cooperação interorganizacional, o compartilhamento de infraestrutura e a capacitação contínua dos atores locais (Cunha e Cunha, 2005). No caso específico de Florianópolis (SC), os estudos de Teixeira, Vieira e Mayr (2019) demonstram que a aplicação da análise de *clusters* ao TBC pode auxiliar na estruturação da governança endógena e na criação de parcerias estratégicas com agências de turismo e entidades públicas, favorecendo a sustentabilidade das iniciativas.

Um dos principais desafios apontados pela literatura é a resistência cultural ao cooperativismo e à formação de redes colaborativas, já que a cultura local, muitas vezes, privilegia modelos individualistas de negócios (Teixeira, Vieira e Mayr, 2019). Assim, além de medidas institucionais que favoreçam a formação de *clusters*, faz-se necessário investir em educação empreendedora e sensibilização comunitária para os benefícios da colaboração interorganizacional (Lohmann e Dredge, 2012).

O debate acadêmico sobre a integração da análise de *clusters* ao TBC ainda está em desenvolvimento, mas apresenta grande potencial para mitigar os desafios enfrentados pelas comunidades envolvidas nessa modalidade de turismo. A continuidade das pesquisas sobre essa interface pode fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes, que incentivem a governança colaborativa e a sustentação econômica das iniciativas de TBC no Brasil.

O turismo sustentável tem se consolidado como um campo interdisciplinar em expansão, aproximando-se da cidadania global e da gestão comunitária. A análise dos estudos de Tchmolo *et al.* (2024) e Teixeira, Vieira e Mayr (2019) evidencia a relevância de abordagens biocêntricas e do TBC para o fortalecimento da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. O modelo de *clusters*, conforme proposto por Porter (1998), surge como alternativa promissora para integrar pequenos empreendimentos, fortalecer a governança participativa e impulsionar a inovação no setor — embora desafios estruturais e culturais ainda limitem sua implementação.

Nesse cenário, torna-se essencial a formulação de políticas públicas que incentivem a cooperação interorganizacional, o compartilhamento de infraestrutura e a capacitação dos atores locais, criando condições mais favoráveis ao desenvolvimento sustentável do turismo comunitário. Além disso, o aprofundamento de pesquisas sobre a interseção entre turismo sustentável, cidadania global e gestão colaborativa é fundamental para consolidar bases teóricas e metodológicas robustas, capazes de orientar estratégias mais eficazes. Assim, o turismo sustentável se afirma como vetor de transformação socioeconômica e de preservação ambiental, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equitativo e resiliente.

2.4.3 Responsabilidade Socioambiental Corporativa (RSaC) / Environmental, Social and Governance (ESG)

A responsabilidade socioambiental corporativa (RSaC) representa uma abordagem estratégica que orienta as organizações na adoção de práticas sustentáveis, abrangendo dimensões ambientais, sociais e de governança. Essa modalidade busca a longevidade dos negócios, a transparência corporativa e a mitigação dos impactos socioambientais (PORTER; KRAMER, 2011). Trata-se de um compromisso contínuo das empresas em adotar políticas e práticas que ultrapassem as exigências legais, promovendo impactos positivos sobre o meio ambiente e a sociedade. A RSaC enfatiza a responsabilidade compartilhada entre empresas, governos e sociedade civil, fortalecendo uma gestão ética e sustentável dos negócios (MELO *et al.*, 2018).

Entre as principais práticas associadas à RSaC destacam-se:

- Gestão ambiental envolve a implementação de medidas para reduzir os impactos das operações empresariais, como eficiência energética, controle de emissões e gestão adequada de resíduos. Carroll (1991), em *The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders*, defende que a responsabilidade ambiental constitui parte essencial da responsabilidade social corporativa.
- Engajamento comunitário consiste no desenvolvimento de programas sociais voltados às comunidades locais, promovendo inclusão social e desenvolvimento sustentável. Bowen (1953), em *Social Responsibilities of the Businessman*, destaca que os empresários têm a obrigação de adotar políticas alinhadas aos valores e objetivos da sociedade, o que inclui a atuação responsável junto às comunidades.
- Ética e transparência referem-se à criação de políticas internas que assegurem condutas empresariais éticas, fortalecendo a confiança nas relações com as partes interessadas. Freeman (1984), em *Strategic Management: A Stakeholder Approach*, introduz a teoria dos stakeholders e evidencia a importância da ética e da transparência para o equilíbrio das relações corporativas.
- Essas práticas consolidam-se como pilares da RSaC e expressam uma evolução no entendimento do papel social das empresas. A integração dessa abordagem às estratégias corporativas favorece o alcance dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) e reforça a competitividade das organizações no cenário global (PINHEIRO *et al.*, 2023).
- Os critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*), amplamente difundidos no contexto empresarial e financeiro, oferecem parâmetros para avaliar a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa em três dimensões:
 - Ambiental (Environmental): analisa o impacto das atividades empresariais no meio ambiente, considerando emissões de carbono, gestão de resíduos, conservação de recursos e adaptação às mudanças climáticas (DABUL, 2017).
 - Social (Social): examina a gestão das relações da empresa com funcionários, clientes, fornecedores e comunidades, com foco em diversidade, inclusão, condições de trabalho e direitos humanos (MELO *et al.*, 2018).

- Governança (Governance): aborda as práticas de governança corporativa, como estrutura organizacional, ética nos negócios, transparência e mecanismos de controle e conformidade (MELO *et al.*, 2018).

A convergência entre RSaC e ESG dentro das ecossocioeconomias reforça a necessidade de uma abordagem integrada e holística, baseada nos seguintes eixos:

- Criação de valor compartilhado: empresas que incorporam princípios de RSaC e ESG desenvolvem soluções inovadoras que atendem simultaneamente às demandas sociais e ambientais, gerando valor econômico e social (PORTER; KRAMER, 2011).
- Economia circular: fundamenta-se na reutilização, reciclagem e regeneração de recursos, reduzindo desperdícios e impactos ambientais. Essa perspectiva, defendida por Walter Stahel (2016) e pela Ellen MacArthur Foundation (2013), propõe a transição de um modelo linear para um ciclo produtivo regenerativo.
- Economia social e solidária: abordada por Singer (2002) e Lavelle (2010), propõe práticas econômicas baseadas na cooperação, autogestão e justiça social. Essa modalidade incentiva a organização de cooperativas, associações e redes produtivas, fortalecendo o desenvolvimento local e a redução das desigualdades sociais.
- Gestão de unidades de conservação ambiental: busca conciliar a preservação da biodiversidade com o uso sustentável dos recursos naturais. Segundo o ICMBio (2021), a gestão participativa dessas áreas deve envolver comunidades locais e povos indígenas, assegurando equilíbrio entre conservação e desenvolvimento.
- Gestão urbana sustentável: direciona-se ao planejamento de cidades inclusivas, com políticas de mobilidade eficiente, infraestrutura verde, saneamento e resiliência climática. De acordo com o ONU-Habitat (2020), esse modelo contribui para o fortalecimento da sustentabilidade urbana.
- Movimento slow: constitui uma resposta ao ritmo acelerado da sociedade contemporânea, promovendo práticas que valorizam a produção local, o consumo consciente e a qualidade de vida. O conceito, discutido por Honoré (2004), aplica-se a áreas como alimentação, moda e turismo, reforçando a conexão entre pessoas e natureza.
- Ecovilas: configuram comunidades planejadas com foco na sustentabilidade ecológica, social e econômica. Incorporam princípios de permacultura, bioconstrução e autogestão,

apresentando-se como alternativas viáveis de assentamentos humanos sustentáveis (JACKSON, 2002).

- Tecnologias apropriadas: relacionam-se ao desenvolvimento de soluções sustentáveis adaptadas às realidades locais. Schumacher (1973) defende que tais tecnologias devem priorizar o uso eficiente dos recursos, a acessibilidade econômica e a autonomia comunitária.

As experiências de ecossocioeconomia demonstram que a integração dessas modalidades possibilita soluções inovadoras que conciliam crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental (SANTOS *et al.*, 2021). Essa articulação multidimensional reafirma o papel transformador das práticas socioambientais como instrumentos de transição para um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2.5 Ecossocioeconomia Empresarial

A ecossocioeconomia empresarial visa harmonizar as dimensões econômica, social e ambiental dentro das práticas corporativas, promovendo uma gestão focada na sustentabilidade e no bem-estar social. Essa perspectiva tem sido amplamente debatida no contexto de cadeias produtivas que sejam ao mesmo tempo sustentáveis e inclusivas, onde o foco principal é combinar a eficiência produtiva com a inclusão social, respeitando os limites impostos pelo meio ambiente (Sampaio e Santos, 2021).

2.5.1 Cadeias produtivas sustentáveis inclusivas

As cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas distinguem-se pela integração de grupos sociais historicamente marginalizados como pequenos produtores, trabalhadores de cooperativas e comunidades tradicionais, assegurando-lhes acesso a mercados e oportunidades de desenvolvimento econômico. Essas cadeias adotam práticas que reduzem o impacto ambiental e promovem o desenvolvimento humano em todas as etapas do processo produtivo, desde a extração de recursos até o consumo final (SAMPAIO; SANTOS, 2021).

O estudo de Sampaio e Santos (2021), intitulado *Ecossocioeconomia Empresarial: Conciliando Cadeia Produtiva Sustentável e Arranjo Socioprodutivo Territorial*, apresenta uma análise detalhada sobre a integração entre sustentabilidade ambiental e inclusão social nas cadeias produtivas. Inserido no contexto do desenvolvimento das ecossocioeconomias, o

trabalho enfatiza a necessidade de promover arranjos socioprodutivos territoriais como estratégia para fortalecer economias locais e ampliar a participação de pequenos produtores nas cadeias globais de valor.

Os autores argumentam que a criação desses arranjos possibilita a articulação entre agentes locais e globais, favorecendo um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Tais arranjos facilitam a adoção de práticas produtivas que respeitam os limites ecológicos, assegurando simultaneamente a geração de renda e a melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas. Essa abordagem, fundamentada na integração das dimensões econômica, social e ambiental, demonstra que o fortalecimento das economias locais pode coexistir com a sustentabilidade ecológica.

O estudo também identifica desafios significativos à implementação dessas estratégias, como a insuficiência de infraestrutura, a desigualdade no acesso a mercados e a resistência cultural a modelos de produção alternativos. Sampaio e Santos (2021) destacam que a superação dessas barreiras exige políticas públicas que estimulem práticas produtivas sustentáveis, além de mecanismos voltados à capacitação técnica e à organização coletiva de pequenos produtores.

Uma das principais contribuições do estudo é a proposição de estratégias para integrar cadeias produtivas sustentáveis e arranjos socioprodutivos territoriais de forma eficaz. Entre elas, destacam-se o incentivo à certificação de produtos, o fortalecimento de parcerias público-privadas e a criação de arranjos institucionais que garantam a inserção de pequenos produtores em cadeias globais de valor. Os autores ainda ressaltam a importância de sistemas de governança colaborativa, capazes de promover equidade entre os atores e assegurar a preservação dos recursos naturais.

O trabalho de Sampaio e Santos (2021) reforça a relevância dos arranjos socioprodutivos territoriais para a sustentabilidade econômica e ambiental — uma perspectiva que dialoga com a análise de Markus Erwin Brose (2016). Ao investigar as cadeias produtivas sustentáveis da castanha-do-brasil nos territórios da Bolívia e do Acre, Brose demonstra como as diferenças nas condições de trabalho, nos sistemas de governança e nos impactos socioeconômicos e ambientais influenciam o desenvolvimento territorial.

Assim, ambos os estudos convergem ao evidenciar a importância de modelos integrados que conciliem sustentabilidade e inclusão social, configurando as cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas como instrumentos estratégicos para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento territorial equilibrado.

O livro organizado por Marcovitch e Val (2024), intitulado *Bioeconomia para quem? Bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia*, publicado pela FAPESP, aborda os

desafios e as oportunidades relacionados à construção de uma bioeconomia inclusiva na região amazônica. A obra reúne doze artigos, elaborados por trinta e dois autores vinculados a instituições acadêmicas das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil, que analisam distintas cadeias produtivas e modelos de desenvolvimento sustentável, com ênfase na valorização da biodiversidade e na promoção da inclusão social.

A coletânea destaca a bioeconomia como estratégia fundamental para integrar crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social na Amazônia. Por meio de estudos de caso e análises conceituais, os autores examinam cadeias produtivas, como as do açaí e do cacau, ressaltando a relevância da incorporação dos saberes tradicionais das comunidades locais e da formulação de políticas públicas que incentivem práticas produtivas sustentáveis.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se o acesso limitado ao mercado global, a insuficiência de infraestrutura e a carência de mecanismos institucionais de apoio à competitividade sustentável. Tais obstáculos, conforme os autores, podem ser superados mediante arranjos produtivos colaborativos, investimentos em inovação tecnológica e fortalecimento do protagonismo das comunidades locais no manejo responsável dos recursos naturais.

A contribuição central do livro consiste na proposição de um modelo de bioeconomia orientado pela inclusão social e pela sustentabilidade ambiental. Esse modelo ressalta a importância de ações integradas que promovam a justiça social, a redução das desigualdades e a preservação da biodiversidade. Ademais, a obra apresenta recomendações para formulação de políticas públicas voltadas à consolidação de uma bioeconomia inclusiva como instrumento de desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, *Bioeconomia para quem?* oferece soluções inovadoras e escaláveis para os desafios enfrentados pela região, reforçando a necessidade de integração entre governos, empresas e comunidades locais na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Assim, a obra configura-se como **referência** essencial para pesquisadores, formuladores de políticas públicas e agentes comprometidos com a promoção de práticas sustentáveis na Amazônia.

Os estudos de Marcovitch e Val (2024) e Romano *et al.* (2022) convergem ao analisar modelos sustentáveis que articulam desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental, enfatizando a necessidade de práticas produtivas sustentáveis, manejo responsável dos recursos naturais e inovação tecnológica. Enquanto Marcovitch e Val (2024) exploram soluções inovadoras para a Amazônia a partir da cooperação entre governos, empresas e

comunidades, Romano *et al.* (2022) evidenciam o setor agroalimentar como campo estratégico das ecossocioeconomias, ressaltando a importância das cadeias produtivas sustentáveis na redução de impactos ambientais e na promoção da segurança alimentar.

No âmbito das ecossocioeconomias, os arranjos socioprodutivos territoriais fortalecem as economias locais ao conciliá-las com a conservação ambiental, conforme discutido por Sampaio e Santos (2021). A análise de Brose (2016) sobre a cadeia da castanha-do-brasil na Bolívia e no Acre reforça a necessidade de estratégias de governança inclusivas para assegurar equidade e sustentabilidade. Ademais, a pesquisa de Garcia (2014) amplia o debate ao aplicar os princípios ecossocioeconômicos à logística urbana, demonstrando como cadeias produtivas sustentáveis e políticas públicas bem estruturadas podem fomentar a resiliência socioeconômica.

A obra *Cadeia Produtiva Sustentável: Ecossocioeconomias no Setor Agroalimentar*, organizada por Romano *et al.* (2022), reforça essa perspectiva ao propor políticas públicas e parcerias público-privadas como instrumentos essenciais para o desenvolvimento sustentável, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, a adoção de práticas agroecológicas, a inclusão de pequenos produtores e a governança colaborativa consolidam-se como pilares para a construção de um modelo econômico mais equitativo e ambientalmente responsável.

A obra *Bioeconomia para quem?*, organizada por Marcovitch e Val (2024), aprofunda a compreensão da bioeconomia como vetor estratégico do desenvolvimento sustentável na Amazônia. A coletânea ressalta a valorização da biodiversidade e o papel ativo das comunidades locais na formação de cadeias produtivas inclusivas e ambientalmente responsáveis. A integração entre governos, empresas e comunidades é apontada como elemento indispensável para o enfrentamento dos desafios regionais e globais.

O manejo participativo do pirarucu (*Arapaima gigas*), conduzido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA) na Amazônia Central, é destacado no estudo de Gonçalves e Santos (2025) como exemplo de bioeconomia aplicada, integrando conservação ambiental, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento socioeconômico. Fundamentado no conceito de bioeconomia e nas teorias de governança adaptativa e participativa (Folke *et al.*, 2010; Ostrom, 1990; Sachs, 2002), o estudo demonstra como o uso sustentável dos recursos naturais pode alinhar-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A pesquisa de Gonçalves e Santos (2024) adotou uma abordagem qualitativa, complementada por resultados quantitativos, fundamentada em dados obtidos por meio de

pesquisa-ação com especialistas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM).

Os principais resultados evidenciados incluem: Conservação ambiental, expressa na recuperação da espécie, na preservação dos habitats e no fortalecimento da biodiversidade local; Desenvolvimento socioeconômico, por meio da geração de renda estável e do fortalecimento das comunidades ribeirinhas, integrando saberes tradicionais às estratégias de manejo; Alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre).

Gonçalves e Santos (2024) concluem que o manejo do pirarucu constitui uma prática sustentável e inclusiva, ao integrar as comunidades locais em uma governança colaborativa que fortalece tanto a conservação ambiental quanto a economia regional. Essa experiência demonstra potencial de replicabilidade em outros territórios que enfrentam desafios semelhantes, configurando-se como exemplo de bioeconomia alinhada às metas globais de desenvolvimento sustentável.

Nessa mesma perspectiva, de articulação entre sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico, a aplicação prática dos princípios da ecossocioeconomia empresarial encontra um exemplo concreto na atuação da Natura, multinacional brasileira amplamente reconhecida por sua liderança no setor de cosméticos, higiene pessoal e beleza.

Entre suas iniciativas, destaca-se a linha Natura Ekos, que oferece tratamentos corporais e capilares formulados com bioativos amazônicos. Essa linha representa o compromisso da empresa em integrar sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e inovação em seus processos produtivos e estratégias de comunicação, consolidando um modelo empresarial coerente com os princípios das ecossocioeconomias e os ODS.

A Natura Ekos se destaca por materializar as ideias defendidas por autores como Max-Neef, Sachs, Sampaio e Dowbor, ao adotar um modelo de negócios que transcende o paradigma do crescimento econômico convencional. A empresa promove uma cultura de consumo consciente, alinhada aos valores da ecossocioeconomia, ao integrar a preservação ambiental com a valorização das comunidades locais na cadeia produtiva. Esse modelo exemplifica a possibilidade de transformar práticas empresariais em instrumentos de inclusão social e sustentabilidade, com impacto direto na estruturação de cadeias produtivas que respeitam os limites ecológicos e promovem equidade social.

Os autores ressaltam que um modelo de desenvolvimento sustentável deve articular governos, empresas e comunidades em torno de objetivos comuns. Nessa perspectiva, a dissertação de Thaís Presa Martins (2016), intitulada *As Naturezas de Natura Ekos: Vídeos*

Publicitários Constituindo Sujeitos Consumidores “Sustentáveis”, amplia a discussão ao explorar o papel pedagógico da publicidade na formação de uma nova subjetividade do consumidor. A autora argumenta que, ao empregar recursos visuais, sonoros e narrativos, a campanha publicitária da linha Natura Ekos mobiliza a ideia de “natureza” como uma ferramenta educativa, recodificando o consumo ao associá-lo à sustentabilidade. Essa abordagem evidencia como as estratégias de comunicação podem não apenas promover produtos, mas também moldar comportamentos e atitudes que reforçam valores de conservação ambiental.

Ao vincular o consumo à ideia de bem-estar e reconexão ética com o meio ambiente, a campanha da Natura Ekos exemplifica a integração entre práticas empresariais e os princípios da ecossocioeconomia. A utilização de narrativas e imagens da Amazônia, por exemplo, reforça o papel simbólico e prático da preservação ambiental no desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. Martins (2016) destaca, ainda, a necessidade de um alfabetismo crítico em mídia, que permita questionar as construções idealizadas de natureza e sustentabilidade veiculadas pela publicidade. Essa perspectiva crítica fomenta reflexões mais complexas e integradoras sobre a relação entre humanidade e natureza.

Assim, a atuação da Natura Ekos articula múltiplas áreas do conhecimento como Educação, Sociologia, Filosofia e Comunicação — e demonstra a viabilidade de práticas empresariais alinhadas aos valores da ecossocioeconomia. Ao combinar inclusão social, sustentabilidade ambiental e inovação nas cadeias produtivas, a empresa comprova ser possível estruturar modelos de negócios que promovam um desenvolvimento verdadeiramente integrado e sustentável. Nesse contexto, os estudos analisados reforçam a relevância de práticas empresariais e comunicacionais que transcendam o consumo e promovam uma conexão ética e simbólica com a natureza, contribuindo para a consolidação de uma bioeconomia inclusiva e resiliente.

O artigo *Consumo de Produtos Sustentáveis: Percepções dos Consumidores sobre a Embalagem Natura Ekos de Buriti*, de Priscila Westphal Rodrigues (2019), apresenta uma pesquisa exploratória que investiga as percepções dos consumidores sobre a sustentabilidade das embalagens da linha Natura Ekos, com foco na embalagem do Frescor com óleo de Buriti. O estudo utiliza entrevistas em profundidade para examinar o processo de significação e os significados simbólicos associados ao design sustentável da embalagem.

Os resultados revelam que os elementos simbólicos das embalagens atuam como potentes transmissores de mensagens sustentáveis, influenciando a percepção dos consumidores acerca do comprometimento ambiental da marca. Rodrigues (2019) observa que

intervenções de design, quando coerentes com valores de sustentabilidade, podem fortalecer uma cultura de consumo consciente e voltada ao bem-estar coletivo. O estudo enfatiza o design não apenas como elemento funcional, mas como estratégia comunicativa que reforça valores ambientais e aproxima os consumidores da sustentabilidade no contexto do consumo.

O estudo *Atuação da Empresa Natura: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental*, de Júlia Thaís Moraes (2023), analisa os fundamentos normativos que sustentam a exploração sustentável de recursos naturais pela Natura, especialmente na produção de cosméticos. A autora investiga como o modelo de negócios da empresa concilia o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental, respaldado pela Constituição Federal de 1988 e pela Política Nacional da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), que regulamentam o uso responsável da biodiversidade.

Utilizando o método hipotético-dedutivo, aliado a uma análise bibliográfica e documental, Moraes (2023) examina como os diplomas legais possibilitam que a Natura atue economicamente com base na valorização da biodiversidade, promovendo práticas corporativas responsáveis. O estudo evidencia a contribuição da empresa para a sustentabilidade, especialmente por meio do uso ético de substâncias naturais, e amplia o debate sobre a interação entre legislação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável no setor de cosméticos.

A análise integrada dos estudos de Martins (2016), Rodrigues (2019) e Moraes (2023) revela como a atuação da linha Natura Ekos articula discursos simbólicos, práticas comunicacionais e fundamentos legais para construir uma identidade de marca orientada à sustentabilidade. Sob uma perspectiva interdisciplinar, os trabalhos convergem ao demonstrar que a imagem “verde” da empresa não se sustenta apenas no marketing ambiental, mas se desdobra em estratégias narrativas, percepções sociais e dispositivos jurídicos que consolidam sua legitimidade ecológica.

Do ponto de vista simbólico e comunicacional, observa-se que a publicidade da Natura opera como um instrumento de formação cultural, moldando o consumidor como um sujeito ecologicamente consciente. Essa pedagogia do consumo, analisada por Martins (2016) sob uma perspectiva pós-estruturalista, naturaliza práticas de reconexão com a natureza como gestos éticos, ainda que inseridos em uma lógica de mercado. Essa construção simbólica se desdobra no nível do design, conforme demonstra Rodrigues (2019), ao evidenciar como elementos visuais e materiais das embalagens da linha Ekos intensificam o engajamento do consumidor com os valores ambientais. Nessa dinâmica, o design ultrapassa a função estética e utilitária, tornando-se uma extensão do discurso sustentável da marca, reforçando uma identidade ética, sensorial e emocionalmente conectada ao consumidor.

Por sua vez, Moraes (2023) amplia o escopo de análise ao examinar os fundamentos legais que viabilizam o uso de ativos da biodiversidade pela empresa. Sua investigação demonstra que o discurso de sustentabilidade corporativa também se ancora em marcos regulatórios, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), os quais permitem à marca explorar economicamente os recursos naturais desde que o faça com responsabilidade social e ambiental. Assim, a dimensão institucional se soma às estratégias simbólicas e perceptivas, consolidando a sustentabilidade como eixo transversal da atuação da Natura.

Em conjunto, esses estudos demonstram que a construção da sustentabilidade na linha Natura Ekos não é apenas discursiva, mas se organiza em múltiplas camadas — culturais, estéticas e normativas — que se reforçam mutuamente. Essa análise evidencia tanto os potenciais quanto as contradições da ecossocioeconomia empresarial, ao revelar como a marca traduz, comunica e operacionaliza valores socioambientais dentro de uma estrutura corporativa complexa, tensionada entre as exigências do mercado e os princípios éticos da sustentabilidade.

2.5.2 Arranjos socioprodutivos territoriais de base comunitária

Os arranjos socioprodutivos de base comunitária têm se destacado como um modelo inovador de desenvolvimento territorial sustentável. Essas iniciativas, pautadas na cooperação entre atores locais e na valorização do conhecimento tradicional, demonstram potencial para transformar economias regionais em contextos rurais, urbanos e turísticos. Diversos estudos conduzidos por Sampaio e demais autores analisam como tais arranjos podem promover a autogestão comunitária, fortalecer as **economias** locais e enfrentar as desigualdades socioeconômicas, constituindo alternativas viáveis ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

A compreensão das ecossocioeconomias exige distinguir arranjos institucionais de arranjos socioprodutivos. Os primeiros possuem natureza predominantemente sociopolítica (Fox, 1976), enquanto os segundos são orientados por finalidades econômicas, embora se fundamentem em práticas comunitárias e solidárias (Sampaio *et al.*, 2008). Toda ecossocioeconomia é, por definição, territorial, sendo o vínculo com o território um pressuposto conceitual inegociável (Sampaio, 2010). Por essa razão, a expressão “*ecossocioeconomia territorial*” é considerada pleonástica, pois o território é elemento constitutivo desse conceito.

No contexto mercantil, emerge a ecossocioeconomia empresarial, que designa experiências organizacionais que incorporam arranjos socioprodutivos em cadeias produtivas

empresariais (Sampaio; Santos, 2021). Essa forma híbrida de organização busca compatibilizar a racionalidade econômica com os princípios da sustentabilidade, da justiça social e da valorização dos saberes territoriais, ampliando os horizontes da economia para além do produtivismo tradicional.

O artigo *Arranjos Socioprodutivos para o Turismo de Interesses Especiais no Território Patagônia Verde (Chile): Uma Alternativa para um Desenvolvimento Territorial Sustentável*, de Zuñiga, Habert e Sampaio (2012), discute como os arranjos socioprodutivos de base comunitária podem impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável por meio do turismo de interesses especiais. Focado na região da Patagônia Verde, no Chile, o estudo propõe uma abordagem teórico-metodológica que valoriza a cooperação comunitária e o pragmatismo entre empreendedores locais. A metodologia participativa adotada permitiu identificar e construir encadeamentos produtivos regionais, destacando a importância dos valores cooperativos para o êxito das iniciativas de turismo sustentável.

De modo complementar, Zamignan, Sampaio e Teixeira (2013) analisam o Arranjo Socioprodutivo de Turismo Comunitário do Rio Sagrado, no Paraná, cujo objetivo é fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável de pequenas comunidades rurais. O estudo apresenta o turismo comunitário como instrumento de valorização dos modos de vida locais, organizando a produção artesanal e promovendo a coesão social. A partir de entrevistas abertas com os protagonistas do arranjo, os autores identificam desafios na participação comunitária, mas ressaltam o protagonismo dos moradores locais na formulação de soluções coletivas. A pesquisa evidencia o turismo como um mecanismo de autogestão comunitária e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Na mesma direção, Pellin, Alcântara e Sampaio (2013) analisam a produção científica realizada entre 2006 e 2012 no litoral centro-sul do Paraná, no âmbito da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE), abordando temas relacionados ao ecodesenvolvimento e aos arranjos socioprodutivos de base comunitária (APLs.Com). O estudo identificou a relevância de dissertações, teses e projetos de pesquisa e extensão na promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Os autores destacam o papel estratégico da universidade, por meio de uma abordagem interdisciplinar, no fortalecimento das comunidades locais e na integração entre teoria e prática para fomentar o desenvolvimento em territórios vulneráveis.

Sampaio e Alves (2013) apresentam um estudo sobre o Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com), com foco em um projeto piloto na Microbacia do Rio Sagrado, em Morretes (PR). O artigo busca consolidar o conceito teórico de APL.Com como uma rede de

esforços produtivos comunitários e participativos, fundamentada na valorização do conhecimento tradicional local. Por meio de um diagnóstico comunitário, os autores identificam potenciais socioempreendimentos e destacam a reorganização da Associação Comunitária Candonga como elemento essencial para a estruturação do arranjo, evidenciando a integração entre saberes locais e desenvolvimento territorial sustentável.

No artigo *Ecosocioeconomias Urbanas: Arranjos Socioprodutivos, Autogestão Comunitária e Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Sampaio *et al.* (2018) discutem as desigualdades socioeconômicas e a crise civilizatória resultante da lógica de acumulação capitalista, propondo as ecosocioeconomias como alternativa sistêmica. De natureza qualitativa, o estudo analisa três experiências brasileiras feiras livres no Sul, turismo de base comunitária no Norte e coletivos culturais no Nordeste evidenciando como tais iniciativas promovem autogestão comunitária e fortalecem o desenvolvimento territorial sustentável. Os autores também exploram o papel da governança multinível, demonstrando como essas práticas fomentam economias comunitárias e fortalecem o capital social local.

Os estudos conduzidos por Sampaio e demais autores (2008, 2012, 2013, 2018) estabelecem uma relação direta entre os arranjos socioprodutivos de base comunitária e o desenvolvimento territorial sustentável, abordando diferentes contextos geográficos e temáticos.

Em *Mondragón Corporação Cooperativa*, Sampaio *et al.* (2008) destacam a complementaridade entre arranjos produtivos locais e arranjos institucionais, propondo sua articulação como meio de promover a autogestão comunitária. Essa abordagem é aprofundada por Zuñiga, Habert e Sampaio (2012), que analisam os arranjos socioprodutivos aplicados ao turismo de interesses especiais na Patagônia Verde (Chile). Ambos os estudos convergem ao evidenciar que a cooperação comunitária e a integração de esforços produtivos são fundamentais para o êxito de iniciativas sustentáveis, sejam elas baseadas no cooperativismo ou no turismo comunitário.

De forma complementar, Zamignan, Sampaio e Teixeira (2013) aplicam o conceito de arranjo socioprodutivo ao turismo comunitário no Rio Sagrado (PR), demonstrando como o turismo pode fortalecer o desenvolvimento territorial ao envolver a comunidade na gestão das atividades produtivas. Essa perspectiva dialoga com os estudos de Zuñiga *et al.* (2012) e de Sampaio *et al.* (2008), que associam o cooperativismo e o turismo comunitário a práticas de autogestão local e desenvolvimento sustentável.

O estudo de Pellin, Alcântara e Sampaio (2013) amplia essa discussão ao examinar a produção científica da Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento (ZEE), no litoral centro-

sul do Paraná, destacando a importância dos arranjos socioprodutivos e da pesquisa acadêmica no fortalecimento das economias locais. Os autores ressaltam o papel estratégico da universidade e das metodologias participativas como motores do desenvolvimento territorial sustentável, ponto também reforçado por Sampaio e Alves (2013) em seu estudo sobre o projeto piloto do APL.Com.

Por fim, Sampaio *et al.* (2018) expandem o conceito de arranjos socioprodutivos para o contexto urbano, apresentando as ecossocioeconomias como resposta às crises socioeconômicas contemporâneas. O estudo evidencia que feiras livres, turismo comunitário e coletivos culturais podem ser adaptados a diferentes regiões, promovendo autogestão, solidariedade e sustentabilidade territorial.

Os estudos analisados demonstram que os arranjos socioprodutivos de base comunitária constituem estratégias eficazes para o desenvolvimento territorial sustentável, tanto em contextos rurais quanto urbanos e turísticos, destacando a centralidade da cooperação, da autogestão e da participação comunitária como pilares da ecossocioeconomia territorial.

2.5.3 Ecogastronomia

O conceito de ecogastronomia tem se desenvolvido nas últimas décadas, integrando os princípios da sustentabilidade à prática gastronômica e estabelecendo conexões entre alimentação, cultura e ecologia. Carlo Petrini (1986), fundador do movimento Slow Food, foi um dos pioneiros ao defender a valorização dos alimentos locais e regionais, com respeito ao meio ambiente e às tradições alimentares. O Slow Food propõe que o consumo seja “bom, limpo e justo”, estabelecendo uma das primeiras relações entre gastronomia e sustentabilidade. De modo complementar, Wendell Berry (1977) apresentou uma visão ecológica da agricultura, ressaltando a importância da proximidade com a terra e da manutenção de sistemas alimentares sustentáveis.

Na década de 1990, a chef americana Alice Waters consolidou essa perspectiva ao priorizar ingredientes orgânicos e locais em seu restaurante *Chez Panisse*, evidenciando a relevância da sustentabilidade tanto na produção quanto na preparação dos alimentos. Posteriormente, Michael Pollan (2006), em *The Omnivore's Dilemma*, discutiu os impactos da industrialização alimentar e defendeu o retorno a práticas agrícolas conscientes e éticas. Vandana Shiva (2000) incorporou à discussão a temática da soberania alimentar, ao alertar sobre os efeitos da globalização nos pequenos agricultores e sobre a perda da biodiversidade.

No campo acadêmico, Gilles Fumey (2009) propôs uma abordagem geográfica da alimentação, destacando como a gastronomia é influenciada por condições locais e culturais, e como a sustentabilidade deve respeitar essas especificidades territoriais. Assim, a ecogastronomia evoluiu de uma simples reação ao fast food para um movimento global que busca integrar práticas alimentares ecológicas e socialmente justas. Com o tempo, incorporou princípios da economia circular e da justiça social, promovendo uma relação equilibrada entre ser humano, alimento e meio ambiente.

Esse desenvolvimento é aprofundado no artigo *Ecogastronomia – A busca pela ética e o prazer na alimentação e sua influência na relação homem x natureza*, de Mirian Rejowski e Rebeca Elster Rubim (2012). As autoras apresentam a ecogastronomia como uma abordagem que une ética, sustentabilidade e prazer, retomando o conceito formulado por Carlo Petrini (1986). O movimento propõe o consumo consciente de alimentos “bons, limpos e justos”, valorizando os produtos locais, as tradições culturais e a preservação ambiental.

O artigo realiza uma análise crítica do sistema alimentar globalizado, enfatizando a necessidade de práticas gastronômicas que respeitem o meio ambiente e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Rejowski e Rubim (2012) defendem a ecogastronomia como uma resposta ética ao uso excessivo dos recursos naturais, propondo alternativas sustentáveis de consumo e evidenciando o papel dos chefs na disseminação de práticas alimentares responsáveis, que conectam gastronomia, sustentabilidade e ética alimentar.

O estudo contribui para o debate sobre o papel da alimentação na relação entre humanidade e natureza, enfatizando a ecogastronomia como instrumento de reeducação alimentar e ambiental, capaz de fomentar consciência ecológica e mudanças de comportamento em face das crises ambientais globais.

Essa perspectiva encontra desdobramentos práticos em outros campos, como o turismo sustentável. O artigo *Elementos da Ecogastronomia como Fator de Contribuição para Potencializar o Turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*, de Beleze e Souza (2017), demonstra como a ecogastronomia pode ser aplicada além do setor alimentar, impulsionando o desenvolvimento econômico e cultural de regiões específicas. O estudo, realizado na região de Barreirinhas (MA) uma das principais portas de entrada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), adota uma abordagem quantitativa e evidencia alta aceitação entre turistas em relação às experiências ecogastronômicas. Os resultados indicam que a integração entre ecogastronomia e turismo diversifica o turismo local, gera renda para as comunidades, fortalece as tradições culturais e promove práticas sustentáveis, beneficiando simultaneamente a economia, a cultura e o meio ambiente.

De forma complementar, a dissertação de Horst (2021), intitulada *Impactos da Ecogastronomia na Construção de Percepções para uma Alimentação Sustentável*, aborda as práticas alimentares como reflexo da cultura e da identidade social, marcadas por tradições que resistem às transformações impostas pelos movimentos contemporâneos. A autora destaca que a globalização e a hegemonia da indústria alimentar têm contribuído para a homogeneização dos hábitos de consumo, impondo padrões que frequentemente desconsideram as diversidades regionais e culturais. Nesse contexto, a ecogastronomia é apresentada como uma resposta integradora, que articula cultura, sustentabilidade e saúde coletiva, promovendo uma nova compreensão do ato de comer e de suas implicações sociais, econômicas e ambientais.

Horst (2021) reforça que a ecogastronomia, fundamentada nos princípios do movimento Slow Food, busca reconectar o ser humano ao meio ambiente e às tradições locais, promovendo uma alimentação boa, limpa e justa. Esse conceito amplia a visão do ato de comer, que deixa de ser apenas uma necessidade biológica para se tornar um ato social e político, capaz de influenciar as relações de consumo e os sistemas agroalimentares. A prática fomenta uma consciência coletiva sobre os impactos das escolhas alimentares, incentivando hábitos que respeitam o meio ambiente, valorizam os saberes e sabores locais e promovem a justiça social.

A autora evidencia que a ecogastronomia está diretamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao incentivar a produção local e sazonal de alimentos em respeito à biodiversidade; o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao estimular a educação para o consumo consciente e a redução do desperdício alimentar; e o ODS 15 (Vida Terrestre), ao promover a preservação dos recursos naturais por meio de práticas agroecológicas.

Segundo Horst (2021), as percepções sobre alimentação sustentável vêm sendo transformadas pela introdução de práticas ecogastronômicas, que ressignificam o papel do consumidor como agente de mudança social. Estudos citados pela autora indicam que a educação alimentar, associada à ecogastronomia, permite o resgate de tradições culturais e a formação de novos valores em torno da alimentação. Projetos educativos que valorizam o gosto, os saberes e as práticas tradicionais configuram-se como estratégias eficazes para difundir os princípios da sustentabilidade e fortalecer economias locais.

O estudo de caso desenvolvido por Horst (2021) sobre a criação de um produto ecogastronômico um biscoito artesanal ilustra o potencial da ecogastronomia para unir qualidade sensorial e sustentabilidade. A pesquisa, baseada em entrevistas em profundidade, apresentou resultados significativos: alta satisfação sensorial em relação à textura, aparência, sabor e aceitação geral; e intenção de compra positiva, com cerca de 45% dos participantes

indicando possibilidade de aquisição e 30% demonstrando intenção de compra efetiva. Esses resultados evidenciam a viabilidade da ecogastronomia na criação de produtos que conciliam saberes tradicionais e demandas contemporâneas.

Apesar de seu potencial transformador, Horst (2021) aponta desafios para a consolidação da ecogastronomia, como a necessidade de ampliar a educação alimentar, tornar os produtos sustentáveis economicamente acessíveis e incluir políticas públicas de incentivo à produção e consumo responsável. A autora conclui que a ecogastronomia se configura como uma abordagem holística, ao combinar cultura, sustentabilidade e saúde coletiva, oferecendo uma visão transformadora do ato de comer. Por meio da educação, do resgate de tradições e do fortalecimento das economias locais, a ecogastronomia demonstra potencial para construir percepções mais conscientes e sustentáveis sobre a alimentação. Com investimentos em pesquisa, educação e políticas públicas, pode consolidar-se como uma ferramenta estratégica para o alcance dos ODS, garantindo um futuro bom, limpo e justo para as próximas gerações.

No mesmo contexto, o estudo de Zamignan (2022), intitulado *Impactos da Ecogastronomia na Construção de Percepções para uma Alimentação Sustentável*, investiga como a ecogastronomia influencia as percepções dos consumidores sobre práticas alimentares sustentáveis e consumo consciente. Ambas as pesquisas baseiam-se no conceito de ecogastronomia originado no movimento Slow Food, fundado por Carlo Petrini (1986), que busca reconectar o ser humano ao meio ambiente e às tradições alimentares. O trabalho de Zamignan complementa a análise de Horst ao demonstrar que a ecogastronomia, além de preservar a diversidade cultural, oferece uma resposta à homogeneização dos hábitos alimentares provocada pela globalização e industrialização dos sistemas alimentares.

No estudo *A Ecogastronomia no Fortalecimento da Sociobiodiversidade e Soberania Alimentar: um estudo de caso a partir de experiências situadas na Ilha de Florianópolis (SC) e no Município de Pelotas (RS), Brasil*, Domiciano, Grellert e Lovatto (2022) investigam o conceito de ecogastronomia e sua relação com a sociobiodiversidade e a soberania alimentar a partir de um estudo de caso. As experiências observadas envolvem práticas de chefs de cozinha dessas regiões, que priorizam o uso de alimentos locais e sustentáveis. O estudo evidencia como tais práticas fortalecem as relações de produção e consumo local e contribuem para a preservação da biodiversidade. Além disso, os autores destacam a relevância de políticas públicas e programas educacionais voltados à ampliação do acesso equitativo aos alimentos da sociobiodiversidade, condição essencial para a soberania alimentar e o desenvolvimento sustentável.

De modo complementar, o artigo *Resgate Alimentar da Biodiversidade através dos Alimentos Agroecológicos e da Ecogastronomia: uma revisão*, de Branco, Silva e Barbosa (2024), aponta que a agroecologia e a ecogastronomia desempenham papel fundamental na preservação da biodiversidade e na promoção de dietas sustentáveis. Os autores argumentam que os sistemas alimentares convencionais têm contribuído para a degradação ambiental e a perda da diversidade biológica, enquanto a agroecologia, ao respeitar os ciclos naturais, propõe uma alternativa produtiva mais equilibrada e resiliente. Já a ecogastronomia incentiva o consumo consciente e o resgate de tradições alimentares, unindo saberes culturais e práticas sustentáveis. A sinergia entre ambas pode originar modelos alimentares diversificados, favoráveis à segurança alimentar e à conservação ambiental. Os autores ainda ressaltam a necessidade de transformar padrões de consumo para mitigar os impactos negativos da produção alimentar globalizada.

A análise integrada dos estudos sobre ecogastronomia evidencia uma convergência de princípios ao longo do tempo, com autores como Petrini (1986), Pollan (2006) e Vandana Shiva (2000) introduzindo e consolidando a ecogastronomia como uma prática que valoriza a sustentabilidade, a biodiversidade e o resgate das tradições alimentares. Essa abordagem, inicialmente formulada no âmbito do movimento Slow Food, propõe a integração entre consumo local, preservação ambiental e valorização cultural.

Rejowski e Rubim (2012) ampliam essa discussão ao explorar a relação entre ética, prazer e sustentabilidade na alimentação, demonstrando que a ecogastronomia oferece alternativas viáveis para um consumo ético e consciente diante das crises ambientais globais. Esse entendimento também se reflete no estudo de Horst (2021), que evidencia como a ecogastronomia pode influenciar percepções sobre sustentabilidade e promover o consumo consciente. A autora demonstra que essa prática tem impacto direto na construção de hábitos alimentares mais sustentáveis, conectando consumidores, tradições culturais e valores ambientais.

Por outro lado, pesquisas aplicadas como as de Beleze e Souza (2017) e Domiciano, Grellert e Lovatto (2022) evidenciam a dimensão prática da ecogastronomia em comunidades específicas, como as do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, em Barreirinhas (MA), e das cidades de Florianópolis (SC) e Pelotas (RS). Ambos os estudos destacam o potencial da ecogastronomia para impulsionar o desenvolvimento local, gerar renda e fortalecer a soberania alimentar por meio do turismo sustentável e do uso de alimentos regionais. Esses trabalhos demonstram que a ecogastronomia pode funcionar como uma estratégia integradora, capaz de preservar a sociobiodiversidade e promover um turismo responsável e inclusivo.

Por fim, Branco, Silva e Barbosa (2024) reforçam a sinergia entre agroecologia e ecogastronomia como caminho para a preservação da biodiversidade e a promoção de dietas sustentáveis, alertando para os efeitos negativos da industrialização alimentar. O estudo enfatiza a necessidade de mudanças estruturais nos padrões de consumo para proteger os ecossistemas e assegurar a segurança alimentar, consolidando a ecogastronomia como um instrumento essencial de transição para sistemas alimentares sustentáveis.

Esses estudos, em conjunto, demonstram que a ecogastronomia constitui uma ferramenta poderosa não apenas para promover a sustentabilidade alimentar, mas também para fortalecer economias locais, proteger a biodiversidade e incentivar práticas éticas de produção e consumo.

O estudo *Alimentação, Território e Sustentabilidade: Delimitando as Fronteiras da Ecogastronomia*, desenvolvido por Romano, Sampaio, Procopiuck e Mantovanelli Junior (2022), destaca a ecogastronomia como um campo interdisciplinar que articula alimentação, sustentabilidade e território. Esse campo emerge como uma resposta crítica aos impactos da industrialização dos alimentos, propondo a transformação dos sistemas alimentares a partir da valorização da biodiversidade, dos saberes tradicionais e da justiça social.

A alimentação, compreendida como prática cultural, é apresentada como elemento que reflete identidades territoriais e estabelece vínculos entre produtores e consumidores. Essa relação contribui para o fortalecimento das economias locais e para a promoção de um consumo mais consciente. No âmbito territorial, o estudo enfatiza a importância da agroecologia e de práticas agrícolas sustentáveis como pilares para a preservação dos recursos naturais e a continuidade das culturas alimentares regionais.

Apesar de seu potencial transformador, a ecogastronomia ainda enfrenta desafios estruturais, como a globalização dos sistemas alimentares, que reduz a autonomia local; a restrição de produtos ecogastrônomicos a nichos de mercado, o que dificulta o acesso por populações vulneráveis; e as limitações de escalabilidade dessas práticas em contextos culturais e econômicos distintos.

Por outro lado, o estudo identifica avanços relevantes, como o crescimento de feiras agroecológicas, redes solidárias e iniciativas de turismo gastronômico sustentável. O uso de tecnologias digitais também tem contribuído para ampliar o comércio justo e valorizar produtos locais, conectando consumidores a cadeias alimentares mais responsáveis.

Ainda assim, os autores apontam a necessidade de maior integração interdisciplinar, da criação de métricas de impacto e do desenvolvimento de políticas públicas consistentes que garantam o acesso equitativo a alimentos sustentáveis. Dessa forma, a ecogastronomia

consolida-se como um paradigma integrador que une cultura, território e sustentabilidade, configurando-se como base teórica e prática para a transformação estrutural dos sistemas alimentares e para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Essa visão ampliada da ecogastronomia encontra aplicação prática no estudo de Brusamolín Jr., Sampaio e Santos (2022), que analisa a cadeia produtiva sustentável no setor agroalimentar, tendo como estudo de caso o Restaurante Quintana e o produto feijão. A pesquisa, de natureza interdisciplinar, destaca a integração entre práticas sustentáveis, gestão de cadeias produtivas e desenvolvimento territorial. O caso examinado demonstra como o restaurante prioriza fornecedores locais e agroecológicos, adotando práticas agrícolas que respeitam os limites ambientais e valorizam a biodiversidade.

O feijão, alimento tradicional e estratégico na cultura alimentar brasileira, ocupa papel central na análise, por conectar pequenos produtores e consumidores em uma rede de valor que fortalece economias locais e estimula práticas agroecológicas. Contudo, o estudo também identifica barreiras logísticas, falta de incentivos institucionais e resistências culturais do mercado consumidor, que dificultam a ampliação e a acessibilidade dos produtos sustentáveis.

Entre as principais contribuições, o trabalho ressalta o papel das cadeias produtivas sustentáveis na promoção da sustentabilidade ambiental, da inclusão social e da eficiência econômica, sugerindo um modelo replicável de integração de práticas agroecológicas no setor agroalimentar. O caso do Restaurante Quintana evidencia o potencial das iniciativas locais para transformar sistemas alimentares e reforça a importância de políticas públicas e incentivos estruturantes que ampliem o alcance e o impacto dessas práticas. Assim, o estudo contribui para o avanço do campo das ecossocioeconomias, ao delimitar suas fronteiras conceituais e apontar caminhos para inovações futuras no âmbito da sustentabilidade alimentar.

Assim, a ecogastronomia tem se consolidado como um campo interdisciplinar que integra culinária e sustentabilidade ambiental, promovendo uma relação equilibrada entre produção, consumo de alimentos e meio ambiente. Originada a partir do movimento Slow Food, essa abordagem enfatiza a importância de valorizar ingredientes locais, preservar a biodiversidade e reduzir os impactos ambientais decorrentes da alimentação. Com base em estudos recentes, observa-se a ampliação das contribuições científicas sobre o tema, evidenciando tendências e desafios na adoção de práticas ecogastronômicas.

A pesquisa *Ecogastronomia e Turismo Sustentável*, de Jovicic e Ilic (2019), demonstra que os restaurantes sustentáveis têm se tornado elementos centrais no turismo gastronômico global. Os autores argumentam que a valorização de ingredientes regionais e a adoção de práticas ecologicamente responsáveis não apenas agregam valor à experiência gastronômica,

mas também impulsionam a economia local. Além disso, a crescente conscientização dos consumidores sobre os impactos ambientais da indústria alimentícia tem estimulado a adoção de práticas mais sustentáveis por parte dos empreendimentos gastronômicos.

No estudo *Formação de Chefs e Sustentabilidade na Gastronomia*, Mendes e Oliveira (2022) abordam a inserção de princípios ecogastronômicos na formação acadêmica de futuros profissionais da área, destacando que esse é um dos principais desafios para consolidar a sustentabilidade no setor gastronômico. Os autores ressaltam a importância de uma educação gastronômica orientada ao aproveitamento integral dos alimentos e à redução de desperdícios, incentivando o alinhamento entre arte culinária e práticas ecológicas. O artigo enfatiza, ainda, que o ensino da ecogastronomia deve fomentar criatividade, responsabilidade ambiental e compromisso ético entre os profissionais da gastronomia.

A pesquisa de Abou Zeid (2020), intitulada *Ecogastronomia como Ferramenta de Desenvolvimento Regional*, analisa o papel dos restaurantes ecológicos no turismo egípcio e evidencia como a ecogastronomia pode funcionar como instrumento de desenvolvimento territorial. O estudo demonstra que a implementação de práticas gastronômicas sustentáveis em destinos turísticos contribui para melhorar a imagem do país, fortalecer a identidade cultural e gerar benefícios socioeconômicos para as comunidades locais. O autor destaca ainda que a certificação de restaurantes sustentáveis pode se tornar um diferencial competitivo no mercado turístico global.

Outro estudo relevante, *Educação e Consciência Alimentar na Ecogastronomia*, conduzido por Carter e Thompson (2021), investiga o papel dos programas educacionais em ecogastronomia na ampliação da conscientização sobre a interconexão entre alimentação, cultura e sustentabilidade. A pesquisa analisa iniciativas acadêmicas que aproximam os estudantes das práticas gastronômicas ecológicas, destacando a importância de um pensamento crítico sobre as escolhas alimentares e seus impactos socioambientais. O estudo conclui que a educação voltada à ecogastronomia pode gerar mudanças significativas de comportamento, promovendo hábitos alimentares mais sustentáveis em diferentes contextos sociais e geográficos.

Embora a ecogastronomia tenha alcançado expressivo reconhecimento acadêmico e prático, ainda há desafios para sua consolidação. A literatura aponta a necessidade de políticas públicas que estimulem a produção e o consumo sustentável, incentivos financeiros para negócios gastronômicos ecológicos e campanhas de conscientização voltadas aos consumidores. Segundo Freitas e Alencar (2023), é essencial integrar a ecogastronomia às

cadeias produtivas sustentáveis e adotar uma abordagem inclusiva, garantindo o acesso democrático a alimentos saudáveis e sustentáveis por diferentes grupos sociais.

Os estudos analisados indicam que a ecogastronomia desempenha papel estratégico na construção de sistemas alimentares sustentáveis, gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. Seu impacto transcende o campo da gastronomia, influenciando também o turismo, a educação e o desenvolvimento local. No entanto, para que esse movimento alcance maior escala e efetividade, é indispensável uma articulação conjunta entre governos, iniciativa privada, academia e sociedade civil, a fim de consolidar práticas que integrem gastronomia e sustentabilidade como base para um futuro mais justo e equilibrado.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem construtivista, considerando a complexidade das ecossocioeconomias. Epistemologicamente, fundamenta-se em uma perspectiva qualitativa e interpretativa, que permite uma análise aprofundada das experiências catalogadas. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, composta por uma fase inicial exploratória, comum a estudos dessa natureza, seguida de uma revisão sistemática da literatura, que apresenta o estado da arte sobre o tema das ecossocioeconomias. Em etapa posterior, desenvolve-se a fase descritivo-analítica, na qual são estruturadas e correlacionadas as experiências.

A abordagem metodológica combina uma etapa exploratória inicial, seguida da sistematização de dados empíricos, incluindo análise bibliométrica e revisão bibliográfica para sustentação teórica. O estudo abrange experiências em ecossocioeconomias empresariais, envolvendo indivíduos, grupos, processos e instituições vinculadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico local.

Os dados foram coletados em bases de periódicos nacionais e internacionais, especialmente no Portal de Periódicos da CAPES, bem como em fontes documentais. Os critérios de seleção consideraram a relevância para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a presença de elementos característicos das ecossocioeconomias, a confiabilidade das informações e a diversidade territorial e setorial das experiências.

As informações analisadas provêm de fontes bibliográficas, documentais e de análises indiretas de experiências publicadas. Foram utilizados dados secundários de organizações alinhadas aos ODS. A seleção seguiu critérios rigorosos, considerando a relação das experiências com os ODS, a presença de elementos-chave das ecossocioeconomias e a disponibilidade de dados verificáveis.

Realizou-se a atualização da Base de Dados das Experiências de Ecossocioeconomias, por meio do Formulário de Catalogação (versões 2021/2024), com base no trabalho desenvolvido na tese de Alves (2024). Essa atualização envolveu a transposição dos dados do Excel para uma base online e a análise qualitativa da relação das experiências com os ODS. A pesquisa adotou análise de conteúdo para categorização e interpretação das experiências, e utilizou ferramentas de inteligência artificial, **como o ChatGPT 4.0**, de modo experimental, para a correlação das experiências com os ODS.

Foram empregadas estratégias de triangulação de dados entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas, além de autorrevisão e checagem cruzada, assegurando a precisão das informações. O processo incluiu a leitura crítica do material para identificação de contradições

ou lacunas, a explicação das conclusões a terceiros para testar clareza e coerência e o uso de planilhas comparativas para minimizar erros. A revisão e validação foram conduzidas por pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos, garantindo confiabilidade metodológica.

Como resultado, a pesquisa apresenta a sistematização de experiências relevantes para a Agenda 2030, o desenvolvimento de recomendações para o aprimoramento das iniciativas analisadas e a criação de uma base de dados online acessível para consultas e futuras pesquisas, conforme descrito no Quadro 7:

Quadro 7. Matriz Analítica – metodologia de pesquisa e procedimentos

Elemento	Descrição
1 - Estratégia de Pesquisa	
Posicionamento Ontológico e Epistemológico	A pesquisa adota uma abordagem construtivista, reconhecendo a complexidade da realidade das ecossocioeconomias. Epistemologicamente, a perspectiva é qualitativa e interpretativa, permitindo uma análise detalhada das experiências.
Tipo da Pesquisa	Pesquisa qualitativa e descritiva, com caráter exploratório na fase inicial (revisão sistemática da literatura) e descritivo-analítico na fase posterior (sistematização e correlação das experiências).
Método Global	Abordagem exploratória inicial, seguida de análise descritiva e sistematização de dados empíricos. Inclui análise bibliométrica e revisão bibliográfica para definição do referencial teórico.
Unidade de Análise	Experiências em ecossocioeconomias, envolvendo indivíduos, grupos, processos e instituições do contexto da sustentabilidade e desenvolvimento econômico local.
Local de Coleta dos Dados e Critérios de Seleção	Coleta em bases de periódicos nacionais e internacionais (Portal de Periódicos CAPES) e fontes documentais. Critérios de seleção: relevância para os ODS, presença de elementos das ecossocioeconomias, disponibilidade de informação confiável e diversidade territorial/setorial.
2 - Coleta dos Dados	
Fontes de Dados	Fontes bibliográficas, documentais e entrevistas indiretas a partir da análise de experiências publicadas. Uso de dados secundários de organizações alinhadas aos ODS, valendo-se da sistematização de Alves (2024).
Critérios para Seleção dos Dados	Seleção baseada na relevância das experiências para os ODS, presença de elementos-chave das ecossocioeconomias, disponibilidade de dados confiáveis em periódicos indexados e diversidade territorial e setorial das iniciativas.

Elemento	Descrição
3 - Análise dos Dados	
Estratégia de Análise	Abordagem qualitativa com análise de conteúdo para categorização e interpretação das experiências. Uso do ChatGPT 4.0 para correlação das experiências com os ODS. Para a correlação entre as experiências e os ODS, foi utilizada a ferramenta ChatGPT 4.0, configurada como assistente analítico de apoio interpretativo. A IA foi empregada de forma supervisionada, em ambiente controlado, apenas para: (a) identificar padrões linguísticos e temáticos nas descrições das experiências; (b) sugerir possíveis correlações entre categorias empíricas e os ODS; e (c) conferir coerência semântica entre os dados sistematizados. Todos os resultados gerados pela IA foram validados manualmente pela pesquisadora e revisores especialistas, assegurando rigor científico, rastreabilidade e integridade ética dos dados ¹ .
4 - Critérios para Julgar a Validade da Pesquisa	
Critérios de Validação	Triangulação de dados entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas; revisão por pares das experiências catalogadas; controle de qualidade na transposição dos dados para uma base online estruturada; Autorrevisão e checagem cruzada para garantir precisão, incluindo leitura crítica, explicação das conclusões para terceiros e uso de planilhas para minimizar erros, com validação por pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos.
5 - Critérios para a Geração do Produto	
Diretrizes para o Produto Final	Sistematização de experiências relevantes para a Agenda 2030; desenvolvimento de recomendações para aprimoramento das iniciativas analisadas; criação de uma base de dados acessível online para consulta e futuras pesquisas.

Fonte: Organizada pela autora (2025).

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa, de caráter descritivo, foi desenvolvida com o propósito de explorar e caracterizar experiências no campo das ecossocioeconomias, considerando populações e fenômenos específicos. Além de identificar

¹ Notas metodológicas adicionais sobre o uso da Inteligência Artificial (IA):

Finalidade: a IA (ChatGPT 4.0) foi utilizada exclusivamente como ferramenta de apoio analítico, não como substituto do julgamento científico humano.

Controle e Ética: todas as etapas foram conduzidas sob supervisão da pesquisadora, com verificação humana dos resultados e sem qualquer tratamento de dados pessoais, respeitando os princípios da ética em pesquisa e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018).

Reprodutibilidade: as instruções e parâmetros utilizados no modelo foram documentados, garantindo transparência e reprodutibilidade científica.

Validação: os resultados sugeridos pela IA foram submetidos à validação empírica e teórica, sendo aceitos apenas aqueles confirmados pela análise crítica da pesquisadora.

relações entre variáveis e fatos (Martins, 2002), a estratégia investigativa envolveu diferentes níveis de engajamento acadêmico, fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

A participação de discentes de graduação foi essencial, sobretudo por meio de projetos de iniciação científica, que possibilitaram a revisão de experiências nacionais e a atualização da base de dados existente. De forma complementar, estudantes de pós-graduação nos níveis de mestrado e doutorado desempenharam papel decisivo na catalogação e análise de experiências internacionais. Esses participantes estavam vinculados a disciplinas tematicamente relacionadas, como *Ecosocioeconomia e Território*, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGSTMA), e a outras disciplinas ministradas pelo professor Carlos Alberto Cioce Sampaio em diferentes instituições.

Essa articulação metodológica viabilizou uma análise robusta e multidimensional das experiências, consolidando a base descritiva previamente estabelecida e contribuindo de maneira significativa para os objetivos da pesquisa.

A organização e sistematização das experiências foram realizadas por meio de uma base de dados estruturada em planilha Excel, hospedada na plataforma Microsoft OneDrive e compartilhada com pesquisadores da área. Prevê-se, em etapa posterior, a migração dos dados para uma plataforma online, com suporte técnico do professor Dr. José Carmino Gomes Júnior, responsável pelo desenvolvimento de um aplicativo de acesso aberto. Essa iniciativa tem como finalidade ampliar a disponibilidade pública das informações, facilitando o acesso e o uso dos dados por pesquisadores e demais interessados.

Durante a análise crítica das experiências, constatou-se que algumas se alinham mais a boas práticas do que a ecosocioeconomias em sentido estrito. Diante dessa constatação, propõe-se a adoção de critérios mais rigorosos de inclusão na base de dados, além da definição de responsabilidades institucionais voltadas à atualização contínua e à qualidade das informações.

Com base no Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias (FCEE), foram identificados elementos, dimensões e práticas comuns entre as experiências analisadas. Esses elementos foram relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às suas respectivas metas (objetivo específico 3), bem como correlacionados à Agenda 2030 (objetivo específico 4).

Para apoiar a análise qualitativa, foi utilizado, em caráter experimental, o motor de inteligência artificial ChatGPT 4.0, empregado como recurso complementar de apoio interpretativo. A ferramenta auxiliou na identificação de padrões semânticos e correlações temáticas entre os dados catalogados, acelerando o processo de análise. Entretanto, a validação

dos resultados foi realizada integralmente pela pesquisadora responsável, cujo domínio teórico e empírico sobre o tema assegurou a confiabilidade, coerência e relevância das interpretações.

A pesquisadora esteve diretamente envolvida em todas as etapas de catalogação, revisão e transposição dos dados para o sistema digital, garantindo a integridade e rastreabilidade metodológica do processo.

Neste contexto, apresentam-se os aspectos gerais das experiências analisadas, contemplando sua gênese, ações desenvolvidas e marcos alcançados ao longo de sua trajetória, em consonância com as estratégias delineadas neste estudo.

O Formulário de Catalogação de Experiências de Eossocioeconomias (FCEE) desempenha papel central nesse processo, atuando como instrumento sistemático de registro e análise das experiências catalogadas. O formulário descreve elementos **essenciais** de cada iniciativa origens, ações implementadas e resultados obtidos —, os quais se encontram detalhados no Quadro 8.

Quadro 8. Organização das informações coletadas por meio do Formulário de Catalogação de Experiências de Eossocioeconomias.

Categoria	Aspectos Gerais da Experiência	Gênese da Proposta	Ações Desenvolvidas	Marcos do Projeto (Estratégias)
Informações Básicas	Nome do Projeto Demonstrativo, município/estado/país da experiência, bioma predominante	Problemática inicial que originou o projeto	Principais ações realizadas para implementar o projeto, como capacitações, campanhas de sensibilização, gestão de recursos naturais, entre outras	Identificação de oportunidades externas e pontos fortes internos; ameaças externas e pontos fracos internos
Modalidades Adjacentes	Seleção de modalidades relacionadas: Agenda 21, ODS, Turismo de Base Comunitária, Economia Solidária, entre outras	Objetivos do projeto, especificando o que foi efetivamente resolvido	Implementação de metodologias de trabalho (centralização/descentralização, gestão voluntária/profissional, participação comunitária, entre outras)	Tipologia de gestão organizacional predominante (e.g., associativismo, empreendedorismo, movimento social); conhecimentos tradicionais utilizados
Divulgação e Participação	Homepage, link para vídeo institucional, produção científica relacionada	Como o projeto foi estruturado e iniciado	Mobilização de instituições participantes (coordenadoras, centros de pesquisa, parceiros) e engajamento da comunidade	Metodologias e práticas de trabalho adotadas; ações-chave que garantiram o alcance dos objetivos
Relação com os ODS	Identificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas associadas	Alinhamento inicial com os ODS e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável	Resultados obtidos em relação aos ODS; estratégias para mensurar os indicadores de sustentabilidade	Impactos positivos observados durante e após a implementação do projeto; principais aprendizados para replicabilidade e melhoria contínua

Categoria	Aspectos Gerais da Experiência	Gênese da Proposta	Ações Desenvolvidas	Marcos do Projeto (Estratégias)
Aspectos do Território e Cultura	Localização do território (coordenadas, mapa), características ecológicas, culturais, sociais e econômicas	Relação entre o contexto local e a necessidade de implementação do projeto	Desenvolvimento de práticas adaptadas ao contexto ecológico, social e cultural; preservação e integração da biodiversidade	Estratégias para engajar a comunidade local e integrar as diferentes instituições e setores econômicos no território
Arranjo Institucional e Produtivo	Identificação de fornecedores, distribuidores, organizações de apoio e terceirizadas	Encadeamento vertical e horizontal para estruturar as parcerias necessárias ao funcionamento do projeto	Coordenação de atividades entre diferentes atores institucionais; esquematização de arranjos institucionais e produtivos	Planejamento para sustentabilidade a longo prazo, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os socioculturais e ambientais

Fonte: Organizada pela autora (2025).

Este quadro sintetiza os principais elementos do formulário, facilitando a análise e a organização das informações em cada categoria.

O estado da arte desta pesquisa foi construído com base em um referencial teórico consolidado, que integra autores fundamentais nos campos das ecossocioeconomias, sustentabilidade, economia ecológica e desenvolvimento sustentável. As obras de Karl William Kapp (1950/1963), pioneiro na análise dos custos sociais das atividades econômicas, constituem referência essencial para a crítica às externalidades negativas do sistema produtivo tradicional, fornecendo fundamentos conceituais à economia ecológica. De forma complementar, Herman Daly (1980) propôs a teoria da economia em estado estacionário, defendendo a integração entre equilíbrio biofísico e justiça intergeracional como princípios estruturantes do desenvolvimento sustentável.

Ignacy Sachs (1986), introdutor do conceito de ecodesenvolvimento, enfatiza a importância de estratégias integradas que articulem sustentabilidade, planejamento territorial e interdisciplinaridade. No contexto brasileiro, José Eli da Veiga (2006) relaciona a economia socioambiental às transformações estruturais e sociais, oferecendo uma visão ampla sobre os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável.

As contribuições de Carlos Alberto Cioce Sampaio, publicadas entre 2010 e 2025, ocupam papel central neste estudo, consolidando o conceito de ecossocioeconomias em bases teóricas e empíricas. O autor destaca dimensões práticas como arranjos socioprodutivos territoriais, governança comunitária e sustentabilidade em perspectiva transdisciplinar.

O debate amplia-se com Ricardo Abramovay (2012/2019), que aborda a economia verde e o conhecimento da natureza, e com Walter Stahel (2000), pioneiro na concepção de economia circular e de modelos produtivos regenerativos. Manfred Max-Neef (1991), por meio da teoria

do Desenvolvimento à Escala Humana, evidencia a integração entre sustentabilidade e satisfação das necessidades humanas fundamentais. Elinor Ostrom (2009), por sua vez, contribui com estudos sobre a governança de bens comuns, propondo alternativas colaborativas para a gestão de recursos naturais.

Donella Meadows e o Clube de Roma, em *The Limits to Growth* (1972), introduzem a reflexão sobre os limites planetários e a necessidade de repensar os modelos de crescimento econômico. O Relatório Brundtland (1987) consolida o conceito de desenvolvimento sustentável, ao defender a satisfação das necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Vandana Shiva (2005) acrescenta uma perspectiva crítica sobre biodiversidade e soberania alimentar, reforçando o vínculo entre práticas culturais e sustentabilidade.

No contexto nacional, autores como Paulo Henrique Freire Vieira, Isabel Jurema Grimm e Mário Procopiuck aprofundam o debate sobre práticas ecossocioeconômicas comunitárias, com ênfase em autogestão e sustentabilidade territorial. Em âmbito internacional, Jeffrey Sachs, com suas análises sobre desenvolvimento sustentável global, e Kate Raworth, com a teoria da economia do donut, complementam o arcabouço teórico contemporâneo, ampliando as perspectivas analíticas adotadas nesta pesquisa.

A articulação dessas contribuições teóricas proporcionou um referencial robusto e multidimensional, que fundamenta a análise das experiências empíricas investigadas no campo das ecossocioeconomias. Destaca-se, especialmente, a relevância da obra de Carlos Alberto Cioce Sampaio, cuja abordagem teórico-metodológica estrutura os fundamentos deste estudo e sustenta a compreensão das práticas sustentáveis em contextos locais e globais.

Para a seleção do referencial teórico, realizou-se um estudo bibliométrico, detalhado anteriormente, que permitiu identificar tendências, autores e abordagens mais relevantes à temática. Conforme Medeiros *et al.* (2017), a bibliometria constitui método destinado a mensurar o valor científico das produções bibliográficas, auxiliando na avaliação da relevância das publicações por meio de indicadores quantitativos e qualitativos.

A pesquisa bibliométrica foi conduzida em periódicos nacionais e internacionais, por meio do Portal de Periódicos da CAPES, em outubro de 2021, utilizando palavras-chave relacionadas ao tema. O levantamento inicial contemplou o termo *ecossocioeconomia* e suas variações linguísticas em inglês (*ecosocioeconomy*, *eco-socio-economy*) e espanhol (*ecossocioeconomía*, *ecosocioeconomía*, *ecosocioeconomies*).

Os resultados iniciais revelaram número reduzido de publicações, das quais sessenta (60) apresentavam, ainda que de modo geral, aspectos teóricos pertinentes às

ecossocioeconomias. Considerando o objetivo central da pesquisa analisar experiências de ecossocioeconomias empresariais, com ênfase em suas modalidades, ampliou-se o escopo da investigação mediante a inclusão de novas palavras-chave, como *desenvolvimento*, *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*. Essa ampliação permitiu abranger as diversas dimensões conceituais e evolutivas do tema.

As experiências selecionadas para a análise qualitativa estão apresentadas no Quadro 8. Para cada uma delas, foi elaborada síntese descritiva com aproximadamente 1.500 palavras, cujo conteúdo compõe o capítulo seguinte. Essas sínteses integram a discussão dos resultados, abordando as especificidades de cada modalidade de ecossocioeconomia analisada. O capítulo também examina a relação entre as experiências e as empresas envolvidas, destacando suas contribuições, desafios e características no contexto das ecossocioeconomias, possibilitando uma análise aprofundada e contextualizada do fenômeno estudado.

Quadro 9. Experiências de ecossocioeconomias analisadas

Número	Projeto/Empreendimento	Localização
01	Natura Linha Ekos	Benevides, PA, Brasil
02	Patagonia Work - Roupas e Materiais Esportivos	Ventura, CA, EUA
03	Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura/Danone Brasil	Guaranésia, MG, Brasil
04	Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável (Instituto Renner)	Quilombo Gurutuba, MG, Brasil
05	Mata Atlântica Sustentável (Empresa Jucaí)	Resende, RJ, Brasil
06	Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural	Curitiba, PR, Brasil
07	Olha o Peixe	Pontal do Paraná, PR, Brasil
08	Central do Cerrado: Produtos Ecosociais	Brasília, DF, Brasil
09	Fortaleza do Gergelim Kalunga	Goiás, Brasil
10	Fortaleza do Pequi do Xingu	Terra Indígena Wawi, Povo Kîsêdjê, MT, Brasil
11	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)	Amazonas (Parintins-sede, Barreirinha e Maués). Pará (Itaituba e Aveiro), BRASIL. Terra Indígena Andirá Marau.
12	Cacauway	Medicilândia, Pará, Brasil
13	Chocosol	Ilhéus, Bahia, Brasil
14	Restaurante Permita Ser	Nova Rússia, Blumenau, Santa Catarina - Brasil

Fonte: Organizada pela autora, adaptado de Alves (2024).

A seleção das experiências apresentadas no Quadro 9 evidencia a diversidade de abordagens existentes no campo das ecossocioeconomias, abrangendo setores como

cosméticos, vestuário, alimentação e agricultura regenerativa. Cada iniciativa representa uma contribuição relevante para a consolidação de modelos sustentáveis de desenvolvimento, articulando dimensões sociais, ambientais e econômicas em suas práticas.

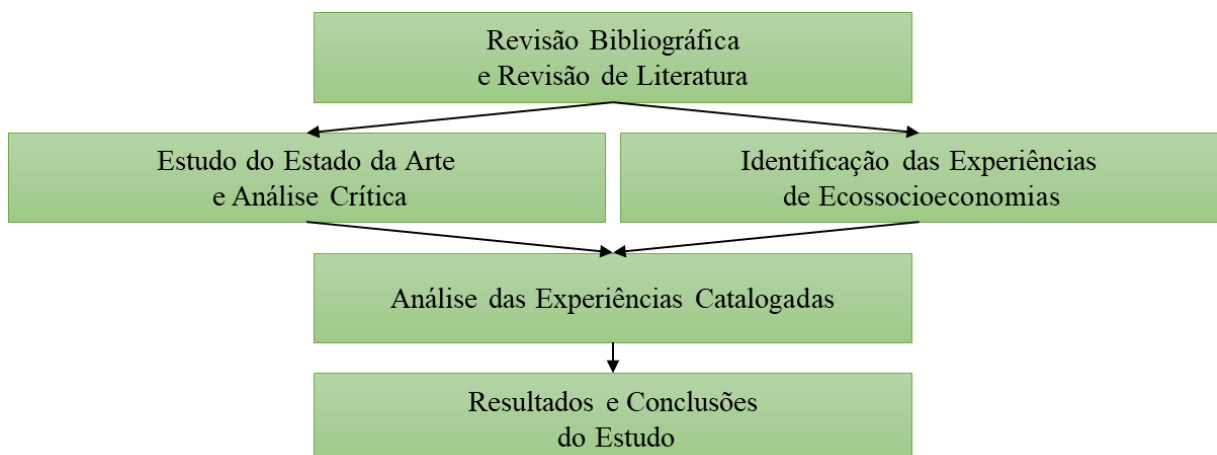
A análise qualitativa dessas experiências foi realizada a partir da elaboração de sínteses descritivas, que destacam os principais desafios, estratégias adotadas e impactos observados. No capítulo seguinte, essas sínteses são aprofundadas, oferecendo uma compreensão detalhada da relação entre as empresas envolvidas e os princípios das ecossocioeconomias.

Além de examinar as especificidades de cada iniciativa, a discussão enfatiza os pontos de convergência e diferenciação entre os projetos analisados, possibilitando uma visão integrada do papel dessas experiências na promoção de cadeias produtivas mais responsáveis e sustentáveis.

3.1 Etapas metodológicas do processo de construção do conhecimento

Por fim, apresenta-se, de forma clara e sistemática, o processo de construção do conhecimento adotado nesta pesquisa. Para tanto, foi elaborado um fluxograma que organiza as etapas metodológicas seguidas. A estrutura proposta integra a revisão bibliográfica e a análise crítica com a identificação e a sistematização das experiências relacionadas ao tema das ecossocioeconomias, culminando na síntese dos resultados e na formulação das conclusões. A Figura 4 ilustra as etapas sequenciais e inter-relacionadas que orientaram o desenvolvimento da investigação.

Figura 4. Fluxograma do Processo Metodológico da Pesquisa



Fonte: Organizado pela autora (2025).

A Figura 4 organiza, de forma sequencial, as etapas metodológicas da pesquisa, evidenciando a inter-relação entre seus diferentes momentos. A revisão bibliográfica inicial constituiu a base para o aprofundamento teórico do tema, enquanto o estudo do estado da arte e a análise crítica possibilitaram o refinamento do escopo e das abordagens empregadas. Na etapa seguinte, a identificação e a análise das experiências selecionadas contribuíram para a consolidação dos resultados e para a formulação das conclusões, em consonância com os objetivos centrais do estudo. Assim, o fluxograma sintetiza de maneira clara e objetiva o percurso metodológico adotado ao longo da investigação.

3.2 Análise comparativa das ecossocioeconomias: abordagens de alves (2024) e oliveira (2025)

Esta tese ampliou e complementou o estudo de Alves (2024), que investigou a relação entre as práticas ecossocioeconômicas organizacionais e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Enquanto a autora analisou diversas modalidades de ecossocioeconomias, a presente pesquisa concentrou-se em duas categorias específicas: Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) e Ecossocioeconomias Empresariais (EE). Essa delimitação esteve alinhada às diretrizes apresentadas por Santos (2020), em *Diretrizes de Gestão Interorganizacional da Cadeia Produtiva Alinhadas ao Produto Orientado à Sustentabilidade*, diferenciando-se, contudo, do enfoque mais amplo adotado por Alves (2024).

As ecossocioeconomias analisadas nesta tese compreenderam duas modalidades principais. As Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) caracterizaram-se pela geração de benefícios que ultrapassaram os limites dos arranjos constituídos, assegurando ganhos equilibrados entre coletivos organizacionais identificáveis. Seus impactos foram direcionados a beneficiários claramente delimitáveis e vinculados diretamente às organizações envolvidas. Já as Ecossocioeconomias Empresariais (EE) referiram-se a iniciativas que integraram arranjos socioprodutivos em cadeias mercantis, produzindo um duplo impacto: fortaleceram as organizações envolvidas e promoveram benefícios para grupos territorialmente dispersos. Diferentemente das EO, cujos efeitos concentraram-se em coletivos organizacionais específicos, as EE apresentaram natureza híbrida, gerando externalidades positivas tanto no nível organizacional quanto no territorial.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada na coleta, sistematização e análise de dados provenientes de experiências ecossocioeconômicas.

O percurso metodológico envolveu três etapas principais: (i) atualização da base de dados referente às experiências de EO e EE, por meio de um formulário estruturado de catalogação; (ii) migração das informações para uma plataforma online, o que possibilitou maior integração, organização e visualização dos padrões emergentes; e (iii) correlação entre as modalidades de ecossocioeconomias e os ODS, mediante ferramentas de análise qualitativa que permitiram identificar impactos, padrões e sinergias com a Agenda 2030.

A partir dessa abordagem, o estudo pretende consolidar o conceito e as aplicações das ecossocioeconomias EO e EE, estabelecendo um arcabouço teórico e prático que contribuiu para compreender como tais modelos favoreceram o desenvolvimento sustentável. O estudo busca não apenas aprimorar a categorização dessas ecossocioeconomias, mas também demonstrar como suas dinâmicas podem ser aplicadas de maneira estratégica para potencializar impactos positivos dentro de cadeias produtivas e territórios.

3.3 Comparação entre os estudos de alves (2024) e esse estudo

Os estudos de Alves (2024) e desta pesquisa analisaram experiências de ecossocioeconomias, porém a partir de abordagens distintas. Alves (2024) investigou um conjunto amplo e diversificado de modalidades ecossocioeconômicas, abrangendo ecovilas, turismo comunitário, gastronomia social, mobilidade sustentável e economia solidária, com ênfase no mapeamento e na classificação dessas práticas.

A presente pesquisa adotou um foco mais específico, concentrando-se na análise de duas modalidades: Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) e Ecossocioeconomias Empresariais (EE). O estudo explorou a aplicação dessas modalidades em cadeias produtivas mercantis, bem como seus impactos organizacionais e territoriais.

Enquanto Alves (2024) ampliou a compreensão sobre a diversidade das ecossocioeconomias, esta pesquisa aprofundou o entendimento sobre o potencial transformador das EO e EE em cadeias produtivas. Nesse sentido, os estudos se mostraram complementares, uma vez que abordaram dimensões distintas, porém convergentes, do fenômeno ecossocioeconômico.

O Quadro 9 apresenta a comparação entre o estudo de Alves (2024) e a presente pesquisa no que se refere às experiências de ecossocioeconomias analisadas. Embora ambos tenham investigado práticas ecossocioeconômicas, diferiram quanto às modalidades estudadas, à abrangência das experiências e ao foco analítico, conforme detalhado a seguir:

Quadro 10. Comparação entre os estudos de Alves (2024) e esse estudo:

Critério	Alves (2024)	Análises realizadas nesse estudo
Foco da Pesquisa	Análise de múltiplas modalidades de ecossocioeconomias organizacionais e territoriais.	Investigação específica das Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) e Ecossocioeconomias Empresariais (EE)
Modalidades de Ecossocioeconomias Estudadas	Diversas modalidades, incluindo Ecovilas, Turismo Comunitário, Gastronomia Social, Mobilidade Urbana Sustentável, Economia Solidária, Ecogastronomia e Responsabilidade Socioambiental Corporativa.	Dois modalidades específicas: (1) EO – com impactos diretos em coletivos organizacionais e (2) EE – que integram arranjos socioprodutivos em cadeias mercantis, ampliando os impactos socioeconômicos.
Número de Experiências Analisadas	35 experiências, distribuídas em diferentes categorias e localizações, com grande diversidade de modelos.	14 experiências, selecionadas com base na integração de arranjos produtivos dentro de cadeias mercantis e impactos em coletivos organizacionais.
Critério de Seleção	Experiências que representem múltiplas abordagens ecossocioeconômicas, promovendo impactos sociais, econômicos e ambientais.	Experiências que demonstrem conexão direta com cadeias produtivas empresariais e possibilitem ganhos simultâneos para organizações e territórios.
Exemplos de Experiências Estudadas	Ecovilas como o <i>IPEC</i> e <i>Findhorn</i> , Gastronomia Social como <i>Gastromotiva</i> e <i>Favela Orgânica</i> , Mobilidade Sustentável (<i>Ecobike Courier</i> , <i>Bike Vitória</i>), e grandes empresas com responsabilidade socioambiental (<i>Natura Ekos</i> , <i>Danone</i> , <i>Starbucks Foundation</i>).	Empresas e projetos com foco em cadeias produtivas sustentáveis, como <i>Natura Linha Ekos</i> , <i>Patagonia Work</i> , <i>Agricultura Regenerativa Danone</i> , <i>Central do Cerrado</i> , <i>Consórcio Sateré-Mawé</i> , <i>Cacauway</i> e <i>Fortalezas Slow Food</i> .
Abordagem Metodológica	Levantamento amplo e sistematização de práticas ecossocioeconômicas em diferentes setores.	Foco na correlação entre ecossocioeconomias e cadeias produtivas empresariais, com análise qualitativa aprofundada.

Fonte: Elabora pela autora (2025), adaptado por Alves (2024)

As principais diferenças entre os estudos referem-se à abrangência, aos critérios de seleção e aos objetivos de pesquisa. Em relação à abrangência, Alves (2024) apresenta um escopo mais amplo e diversificado, enquanto a presente pesquisa aprofunda a análise em duas modalidades específicas, considerando seus efeitos nas cadeias produtivas. Quanto aos critérios de seleção, enquanto Alves (2024) investiga múltiplos modelos ecossocioeconômicos, este estudo contempla somente experiências integradas a cadeias mercantis, priorizando impactos organizacionais e territoriais. No que se refere ao objetivo da pesquisa, o estudo de Alves (2024) busca mapear e classificar diferentes práticas ecossocioeconômicas, ao passo que a presente investigação pretende demonstrar como determinadas ecossocioeconomias podem contribuir para a transformação de cadeias produtivas e gerar resultados escaláveis. Conclui-se que o estudo de Alves (2024) oferece um panorama abrangente e diversificado das

ecossocioeconomias, enquanto esta pesquisa aprofunda a análise da aplicabilidade e do potencial transformador dessas experiências quando inseridas em cadeias produtivas mercantis. Ambas as pesquisas se complementam ao reforçar a importância das ecossocioeconomias para o desenvolvimento sustentável, mas diferem no foco e na aplicabilidade das experiências analisadas.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Sistematização e análise descritiva de experiências empresariais em ecossocioeconomias

Conforme apresentado no Quadro 9, foram analisadas experiências e empresas relacionadas ao campo das ecossocioeconomias, enfatizando suas contribuições e especificidades. Para cada caso estudado, elaborou-se uma síntese descritiva contendo cerca de 1500 palavras (Quadro 14), fundamentada no Formulário de Sistematização de Experiências em Ecossocioeconomias, detalhado nos quadros 14 a 23. Esse procedimento visou assegurar uma análise estruturada e comparativa, evidenciando os aspectos mais relevantes de cada experiência no contexto investigado.

Quadro 11. Empresarial – Empresas e negócios sustentáveis com impacto socioambiental.

Nº	Projeto/ Empreendimento	Localização	Tipologia	Porte da Empresa	Inserção na Cadeia Produtiva
01	Natura Linha Ekos	Benevides, PA, Brasil	Bioeconomia e Comércio Justo	Grande Porte (Multinacional)	Cosméticos sustentáveis e extrativismo
02	Patagonia Work	Ventura, CA, EUA	Moda Sustentável e Economia Circular	Grande Porte (Multinacional)	Moda Circular e cadeia global de vestuário
03	Agricultura Regenerativa - Danone Brasil	Guaranésia, MG, Brasil	Agricultura Regenerativa e Baixo Carbono	Grande (Multinacional)	Alimentos, leite e agricultura regenerativa
04	Mata Atlântica Sustentável (Jucaí)	Resende, RJ, Brasil	Silvicultura Sustentável e Restauração	Média (Regional)	Reflorestamento e crédito de carbono
05	Cacauway	Medicilândia, PA, Brasil	Agroindústria Sustentável e Bioeconomia	Pequena/Média (Regional)	Transformação do cacau e economia local
06	Chocosol	Ilhéus, BA, Brasil	Comércio Justo e Cacau Agroflorestal	Pequena (Comunitária)	Produção de chocolate artesanal e comércio junto

Fonte: Elaboradora pela autora (2025)

O presente levantamento classifica as iniciativas sustentáveis em duas categorias: Empresarial e Organizacional, abrangendo desde empresas inovadoras até projetos comunitários desenvolvidos em territórios específicos. A categoria Empresarial compreende modelos de negócios sustentáveis que geram impactos socioambientais diretos, incorporando

práticas como economia circular, bioeconomia, comércio justo e regeneração ambiental. Nessas iniciativas, as empresas integram princípios de sustentabilidade em suas operações, fortalecem sua atuação no mercado e influenciam cadeias econômicas ao promover inovação e responsabilidade socioambiental. Já a categoria Organizacional reúne ações conduzidas por instituições, coletivos e redes colaborativas que buscam transformar cadeias produtivas e incentivar práticas sustentáveis. Essas organizações articulam atores públicos e privados, ampliam o impacto social e ambiental das iniciativas e fortalecem o desenvolvimento local por meio da promoção de práticas sustentáveis em diferentes territórios.

Empresas sustentáveis desempenham papel fundamental na transformação das cadeias produtivas, contribuindo diretamente para o ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Climática). A correlação entre as iniciativas ecossocioeconômicas analisadas e o ODS 13 pode ser observada em diferentes níveis de intensidade, evidenciando que, embora algumas práticas apresentem maior aderência ao objetivo, todas demonstram esforços relevantes na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

No caso da Natura, especialmente por meio da linha Ekos, a relação com o ODS 13 se estabelece pela adoção de práticas de extrativismo sustentável associadas à valorização de comunidades tradicionais e à conservação da floresta em pé. Essas ações contribuem para o sequestro natural de carbono e evitam o avanço do desmatamento. A empresa também realiza mensuração e compensação de emissões de gases de efeito estufa ao longo de sua cadeia produtiva, reforçando seu compromisso com a mitigação climática e com modelos regenerativos de produção.

A Patagonia Work demonstra forte aderência ao ODS 13 ao incorporar princípios de economia circular e uso de energia renovável em seus processos produtivos, reduzindo significativamente a pegada de carbono na indústria da moda. Como empresa de grande porte inserida em uma cadeia global de vestuário, destaca-se ainda pelo engajamento institucional em campanhas de conservação ambiental e em ações voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas, ampliando sua influência socioambiental.

No caso da Danone Brasil, a iniciativa de agricultura regenerativa desenvolvida em Guaranésia (MG) estabelece correlação direta com o ODS 13. O modelo regenerativo promove a restauração da saúde do solo, aumenta sua capacidade de retenção de carbono e reduz a emissão de gases de efeito estufa, configurando-se como estratégia central de mitigação e adaptação climática no setor agroalimentar.

A experiência Mata Atlântica Sustentável (Jucaí), localizada em Resende (RJ), também apresenta forte alinhamento ao ODS 13. Seus projetos de silvicultura sustentável e restauração

ecológica contribuem para o reflorestamento de áreas degradadas, para a geração de créditos de carbono e para o fortalecimento de ecossistemas mais resilientes aos impactos climáticos. Tais ações promovem o sequestro de CO₂ e reforçam práticas de regeneração ambiental em territórios vulneráveis. A síntese das iniciativas territoriais e comunitárias relacionadas à gestão sustentável de recursos encontra-se apresentada no Quadro 12.

Quadro 12. Organizacional - Projetos comunitários e gestão sustentável de recursos.

Nº	Projeto/ Empreendimento	Localização	Tipologia	Porte da Empresa	Inserção na Cadeia Produtiva
07	Restaurante Quintana Ecogastronomia	Curitiba, PR, Brasil	Ecogastronomia e Consumo Responsável	Pequeno Porte	Restaurante sustentável com foco em produtores
08	Olha o Peixe	Pontal do Paraná, PR, Brasil	Pesca Sustentável e Segurança Alimentar	Pequeno Porte	Iniciativa de comercialização de pescado
09	Central do Cerrado	Brasília, DF, Brasil	Economia Solidária e Cadeias Produtivas Comunitárias	Cooperativa Associação	Rede de cooperativas e associações extrativistas do Cerrado
10	Fortaleza do Gergelim Kalunga	Goiás, Brasil	Agroecologia e Sociobiodiversidade	Associação Comunitária	Organização de agricultores quilombolas produtores de gergelim
11	Fortaleza do Pequi do Xingu	Terra Indígena Wawi, MT, Brasil	Economia Indígena e Manejo Tradicional	Associação Indígena	Articulação territorial indígena para manejo e comercialização
12	Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM)	Amazonas/Pará, Brasil	Bioeconomia Indígena e Comércio Justo	Consórcio Indígena	Produção e comercialização de guaraná nativo orgânico
13	Restaurante Permita Ser	Blumenau, SC, Brasil	Ecogastronomia e Alimentação Saudável	Microempresa	Serviço de alimentação com insumos locais e orgânicos
14	Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável (Instituto Renner)	Quilombo Gurutuba, MG, Brasil	Empreendedorismo Feminino e Comércio Justo	Coletivo de Mulheres	Capacitação e valorização do algodão agroecológico por mulheres quilombolas

Fonte: Elaboradora pela autora (2025).

Ainda que em menor escala, iniciativas como a Cacaaway e a Chocosol, ambas estruturadas em sistemas agroflorestais, contribuem para a conservação do solo, o aumento da

cobertura vegetal e a ampliação da biodiversidade, favorecendo o equilíbrio climático local. A Cacauway, localizada em Medicilândia (PA), promove a transformação sustentável do cacau em nível regional; enquanto a Chocosol, sediada em Ilhéus (BA), produz chocolate artesanal baseado em práticas comunitárias de comércio justo e manejo agroecológico. Em ambas as iniciativas, observa-se contribuição indireta, porém significativa, para a mitigação das mudanças climáticas, decorrente do uso de práticas de baixo impacto ambiental e de processos voltados à regeneração ecológica.

Esses projetos também promovem segurança alimentar, resiliência ecológica e fortalecimento cultural, articulando-se ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ao ODS 15 (Vida Terrestre). Apesar da heterogeneidade organizativa e territorial, as iniciativas analisadas compartilham elementos estruturantes que as vinculam diretamente a esses três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De forma complementar, observa-se ainda interface com o ODS 5 (Igualdade de Gênero), o ODS 10 (Redução das Desigualdades), o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e o ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

O Restaurante Quintana Ecogastronomia, em Curitiba (PR), reforça os princípios da ecogastronomia e do consumo responsável ao priorizar alimentos orgânicos e de base local. Essa prática contribui para os ODS 12 e 13 ao reduzir desperdícios e minimizar a pegada ecológica dos alimentos. Ao fomentar cadeias curtas de abastecimento e valorizar pequenos produtores, a iniciativa também fortalece os ODS 2, 8 e 15.

A iniciativa Olha o Peixe, no litoral do Paraná, promove pesca sustentável e a comercialização de pescado artesanal, fortalecendo a segurança alimentar das comunidades pesqueiras e o uso responsável dos recursos naturais. Dessa forma, contribui para os ODS 2, 12 e 14 (Vida na Água) e, ao promover autonomia econômica local, também incide sobre o ODS 10.

A Central do Cerrado, com sede em Brasília (DF), articula uma rede de cooperativas e associações extrativistas que atuam em cadeias da sociobiodiversidade do bioma Cerrado. Sua atuação integra os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 2, 8, 10, 12, 13 e 15, com destaque para o fortalecimento da economia solidária, a valorização de saberes tradicionais e o extrativismo sustentável que contribui para evitar o desmatamento.

A experiência da Fortaleza do Gergelim Kalunga, desenvolvida por agricultores quilombolas em Goiás, articula agroecologia, identidade cultural e soberania alimentar. Ao fortalecer práticas tradicionais de cultivo de baixo impacto ambiental, a iniciativa contribui para

os ODS 2, 5, 8, 10, 12, 13 e 15, destacando-se como expressão de protagonismo das comunidades remanescentes de quilombos.

Na mesma direção, a Fortaleza do Pequi do Xingu, conduzida por uma associação indígena na Terra Indígena Wawi (MT), incorpora elementos do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) ao promover governança territorial e manejo coletivo dos recursos naturais. A experiência reforça os ODS 2, 8, 10, 12, 13 e 15, ancorada em princípios de economia indígena, soberania alimentar e sustentabilidade.

O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), atuante na Amazônia, apresenta forte contribuição para os ODS 8, 10, 12, 13 e 15. A produção e comercialização do guaraná nativo orgânico, associadas a sistemas agroflorestais tradicionais, protegem a floresta, geram renda justa e fortalecem a autonomia dos povos indígenas, promovendo resiliência ecológica e equidade socioeconômica.

O Restaurante Permita Ser, localizado em Blumenau (SC), reforça os ODS 2, 3 (Saúde e Bem-Estar), 12 e 13 ao oferecer alimentação saudável baseada em insumos locais e agroecológicos. Sua atuação reduz o uso de agrotóxicos, prioriza práticas de compra ética e fortalece a economia local.

O projeto Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável, desenvolvido com mulheres quilombolas no Quilombo Gurutuba (MG), constitui exemplo expressivo de intersecção entre os ODS 2, 5, 8, 10, 12 e 15. Ao promover o empreendedorismo feminino com base na agroecologia e no comércio justo, **contribui** para a valorização dos territórios tradicionais, para a geração de renda e para a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais, fortalecendo simultaneamente justiça social e sustentabilidade ambiental.

As iniciativas organizacionais, como um conjunto, promovem inclusão social, fortalecem cadeias produtivas sustentáveis e contribuem para o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Os projetos apresentados abrangem diversas categorias da ecossocioeconomia bioeconomia, agroecologia, comércio justo, economia solidária, economia circular, ecogastronomia e pesca sustentável. Muitas dessas iniciativas priorizam o manejo sustentável dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade e o fortalecimento de comunidades indígenas e quilombolas. A análise das tipologias evidencia que a sustentabilidade pode ser impulsionada por diferentes frentes: empresas inovadoras ampliam o mercado de produtos sustentáveis; projetos comunitários fortalecem a resiliência ecológica e cultural; e organizações estruturam novas cadeias produtivas e sociais.

Esses modelos são estratégicos para a Agenda 2030, pois consolidam economias mais justas e sustentáveis, baseadas na valorização dos recursos naturais e humanos. Nesse contexto, as ecossocioeconomias agroalimentares e industriais emergem como pilares fundamentais na promoção de modelos produtivos mais responsáveis. Assim, ao examinar as características e os impactos das iniciativas analisadas, torna-se evidente sua contribuição para o desenvolvimento sustentável nas empresas pesquisadas, conforme detalhado no Quadro 13.

Quadro 13. Mapeamento de Projetos Sustentáveis: Iniciativas Industriais e Agroalimentar

Número	Projeto/empreendimento	Grupo
01	Natura Linha Ekos	Industrial
02	Patagonia Work - Roupas e Materiais Esportivos	Industrial
03	Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura/Danone Brasil	Agroalimentar
04	Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável (Instituto Renner)	Industrial
05	Mata Atlântica Sustentável (Empresa Jucaí)	Agroalimentar
06	Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural	Agroalimentar
07	Olha o Peixe	Agroalimentar
08	Central do Cerrado: Produtos Ecosociais	Agroalimentar
09	Fortaleza do Gergelim Kalunga	Agroalimentar
10	Fortaleza do Pequi do Xingu	Agroalimentar
11	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)	Agroalimentar
12	Cacauway	Agroalimentar
13	Chocosol	Agroalimentar
14	Restaurante Permita Ser	Agroalimentar

Fonte: Desenvolvida pela autora (2025)

A análise evidenciou que, das 14 iniciativas avaliadas, 11 (78,57%) pertencem ao setor agroalimentar e 3 (21,43%) ao setor industrial. Os projetos agroalimentares apresentam, de modo geral, a valorização da biodiversidade, o fortalecimento da economia comunitária e o incentivo à produção regenerativa. Iniciativas como a Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura/Danone Brasil e o projeto Mata Atlântica Sustentável destacam-se pelo compromisso com a restauração ambiental e pela inclusão de pequenos produtores. Nesse mesmo eixo, a Central do Cerrado e o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé demonstram o potencial dos produtos ecosociais para o fortalecimento da cultura alimentar local e para a promoção da segurança alimentar.

Os restaurantes analisados, como o Quintana Ecogastronomia Cultural e o Permita Ser, reforçam a conexão entre gastronomia e sustentabilidade. Essas iniciativas evidenciam a

ecogastronomia como instrumento de valorização cultural, educação ambiental e promoção de práticas alimentares responsáveis.

As iniciativas industriais, embora menos numerosas, apresentam elevado compromisso socioambiental. A Natura Linha Ekos constitui um exemplo emblemático de economia circular ao utilizar, de forma responsável, insumos provenientes da biodiversidade brasileira. A Patagonia Work também se destaca por adotar materiais recicláveis e boas práticas trabalhistas na produção de roupas e equipamentos esportivos. O projeto Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável, do Instituto Renner, ressalta a importância da inclusão social e da equidade de gênero na indústria têxtil, contribuindo para a transformação das relações produtivas.

Diante dos desafios ambientais e sociais contemporâneos, iniciativas como essas se apresentam como alternativas viáveis para a construção de um modelo econômico mais equitativo e ecologicamente responsável. A ampliação dessas práticas, associada a políticas públicas adequadas, pode contribuir significativamente para o avanço das metas da Agenda 2030 e para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A integração de práticas ecossocioeconômicas aos ODS tem se consolidado como uma estratégia fundamental para promover um desenvolvimento equilibrado, inclusivo e ambientalmente responsável. A sistematização dessas experiências permite identificar padrões, desafios e oportunidades, facilitando a correlação entre iniciativas locais e as metas globais propostas pela Agenda 2030. Assim, a presente análise adota abordagem descritiva e exploratória com o propósito de organizar e compreender tais experiências, destacando sua relevância na construção de soluções inovadoras e sustentáveis.

Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Alves (2024), ao propor uma articulação consistente entre os fundamentos das ecossocioeconomias e os ODS, ressaltando a importância de considerar não apenas os resultados, mas também os processos que conduzem ao desenvolvimento. Conforme afirmam Mantovaneli Jr. e Sampaio (2008), as ecossocioeconomias referem-se à sustentabilidade política e administrativa, estruturadas por elementos processuais capazes de transformar relações sociais, produtivas e territoriais.

Desse modo, os elementos constitutivos das ecossocioeconomias operam como meios orientados à transformação social, econômica e ecológica. O nono elemento proposto por Mantovaneli Jr., o bem viver territorial, sintetiza essa perspectiva ao enfatizar a construção de um desenvolvimento enraizado nos territórios e em diálogo com seus saberes e práticas socioculturais (SAMPAIO *et al.*, 2019).

Por sua vez, os ODS concentram-se na dimensão finalística do desenvolvimento, estruturando metas e indicadores a serem alcançados pelos países até 2030. Assim, enquanto as

ecossocioeconomias delineiam o processo do desenvolvimento a partir de valores e princípios, os ODS representam os objetivos a serem cumpridos para assegurar uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Essa complementaridade revela que o alcance das metas globais depende da adoção de práticas ecossocioeconômicas que respeitem os contextos socioterritoriais e incorporem a sustentabilidade como prática cotidiana

Quadro 14. Síntese Descritiva e Exploratória: Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas e sua correlação com os ODS.

Experiência	Síntese descritiva
Natura linha Ekos	<p>Identificação da Iniciativa A Natura é uma empresa brasileira de cosméticos reconhecida internacionalmente por incorporar práticas sustentáveis em seu modelo de negócios. Por meio da linha Ekos, a empresa utiliza ativos da biodiversidade brasileira com enfoque em responsabilidade socioambiental e geração de valor compartilhado.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas A linha Ekos baseia-se no uso sustentável de recursos naturais provenientes de comunidades tradicionais da Amazônia. A empresa estrutura cadeias produtivas em parceria com cooperativas e associações locais, promove investimentos em infraestrutura comunitária e realiza ações voltadas à inclusão, educação e saúde. Atua também em inovação sustentável com foco em economia circular e baixo impacto ambiental.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 (Erradicação da Pobreza): Geração de renda para mais de 2.000 famílias amazônicas por meio do extrativismo sustentável. • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): Promoção de modelos produtivos que garantem subsistência alimentar e valorizam saberes tradicionais. • ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): Projetos de acesso à água potável em comunidades ribeirinhas com alta vulnerabilidade. • ODS 4 (Educação de Qualidade): Apoio ao Modelo de Educação de Alternância, com foco na inclusão digital e ensino técnico adaptado ao contexto local. • ODS 5 (Igualdade de Gênero): Valorização do protagonismo feminino em cooperativas como MIIB e COOFRUTA. • ODS 6 (Água Potável e Saneamento): Programa SANEAR, que promove melhorias sanitárias e acesso à água para cerca de 500 famílias. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): Implantação do Ecoparque de Benevides (PA), promovendo empregos sustentáveis. • ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas na sociobiodiversidade. • ODS 10 (Redução das Desigualdades): Inclusão econômica de comunidades tradicionais e distribuição equitativa de valor. • ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): Produção de embalagens com PET reciclado, incentivando a economia circular. <p>Resultados e Impactos A atuação da Natura resultou na estruturação de cadeias produtivas robustas, redução de desigualdades sociais, fortalecimento de comunidades extrativistas, e maior valorização da biodiversidade amazônica. A empresa promove o protagonismo comunitário e feminino, reduz impactos ambientais e influencia políticas empresariais sustentáveis em escala global.</p> <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos A Natura mantém parcerias com mais de 5.600 famílias fornecedoras e organizações como CODAEMJ, AMARU, ATAIC e COMARU. Conta com canais de comercialização inclusivos e logística sustentável (ex: transportadora Patrus com selo B Corp). Recebeu certificações como</p>

	<p>Empresa B, UEBT, Leaping Bunny, RSPO, IBD, FSC e LEED. Integra iniciativas como Pacto Global da ONU, WBCSD, SBT e Fundação Ellen MacArthur.</p> <p>Compromissos com Diversidade e Inclusão A empresa adota políticas ativas de diversidade, com participação em fóruns e programas como Fórum Clima e LGBTI, Iniciativa pela Igualdade Racial e o programa Win-Win em parceria com a OIT</p>
<p>A Patagonia Work - roupas e materiais esportivos (Ventura, CA, EUA)</p>	<p>Identificação da Iniciativa A Patagonia é uma empresa de capital fechado com sede em Ventura, Califórnia (EUA), especializada em vestuário e equipamentos para atividades ao ar livre. Reconhecida por sua forte atuação em responsabilidade socioambiental, a empresa incorpora princípios de sustentabilidade e governança ética em todas as dimensões de sua atuação, sendo referência global em práticas ESG e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas A empresa desenvolve iniciativas integradas nas dimensões ambiental, social e de governança. Seu modelo de negócios adota princípios de economia circular, uso de matérias-primas sustentáveis, ativismo ambiental e justiça social. Além disso, promove uma cultura organizacional voltada ao bem-estar dos trabalhadores e à transparência na cadeia de fornecimento.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): Apoio à agricultura regenerativa em países como Índia e Peru, promovendo o cultivo sustentável de algodão. • ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): Políticas internas de bem-estar para colaboradores, alimentação saudável e creches nas instalações da empresa. • ODS 4 (Educação de Qualidade): Educação ambiental para empreendedores e consumidores por meio de campanhas e programas educativos. • ODS 7 (Energia Limpa e Acessível): Uso de energia 100% renovável nas unidades operacionais da América do Norte. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): Certificação Fair Trade, que garante remuneração justa e condições dignas para trabalhadores em toda a cadeia. • ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): Investimentos em tecnologias sustentáveis para distribuição e manufatura com menor impacto ambiental. • ODS 10 (Redução das Desigualdades): Ações de inclusão e justiça climática que combatem desigualdades estruturais. • ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): Estratégias de reaproveitamento de produtos e descarte responsável. • ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): Economia circular, transparência na cadeia produtiva e campanhas contra o consumo excessivo. • ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima): Adoção de práticas regenerativas, ativismo climático e campanhas de justiça ambiental. • ODS 15 (Vida Terrestre): Preservação de ecossistemas por meio da escolha criteriosa de insumos e apoio a redes regenerativas.

	<p>Resultados e Impactos A Patagonia se consolidou como líder em slow fashion, promovendo uma cultura de consumo consciente e produção responsável. Suas práticas reduziram significativamente os resíduos sólidos e emissões de CO₂. A empresa tem forte presença em campanhas de justiça climática e foi destacada como uma das marcas mais transparentes do setor têxtil global, conforme o índice Fashion Transparency Index.</p> <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos A empresa é certificada como B Corporation, com altos padrões socioambientais. Possui o selo Fair Trade Certified e atua com parceiros como a Regenerative Organic Alliance, Fair Labor Association, e 1% for the Planet. Promove campanhas globais como Climate Justice is Social Justice, Build Back Fossil Fuels e 30 by 30 Resolution to Protect Nature.</p> <p>Compromissos com Diversidade e Inclusão A Patagonia atua com políticas inclusivas e práticas de governança que favorecem a equidade social, o respeito à diversidade e o ativismo em prol dos direitos humanos e ambientais. Tais compromissos são reforçados em suas campanhas públicas e no engajamento com causas sociais.</p> <p>Encadeamento da Cadeia Produtiva Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encadeamento Vertical: Integra mais de 150 agricultores de algodão orgânico na Índia e 63 fábricas certificadas com o selo Fair Trade. A distribuição dos produtos é realizada em lojas próprias, revendedores autorizados e canais digitais. • Encadeamento Horizontal: Colabora com instituições de apoio ético e ambiental, como a Regenerative Organic Alliance, fomentando inovação sustentável e inclusão social.
<p>Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura – Danone Brasil</p>	<p>Identificação da Iniciativa O projeto de Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura, desenvolvido em parceria com a Danone Brasil, é uma iniciativa localizada em Guaranésia, Minas Gerais, que integra práticas agroecológicas para regenerar solos, mitigar emissões de gases de efeito estufa e promover o bem-estar animal. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o projeto busca fortalecer a sustentabilidade produtiva no setor agropecuário.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas O projeto-piloto implementa o modelo de integração pecuária-floresta, promovendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção e regeneração do solo por meio do plantio de árvores nativas e frutíferas entre áreas de pastagem. • Diversificação de fontes de renda através da produção de frutas. • Agricultura sem agroquímicos, preservando a saúde ambiental e humana. • Mitigação de gases de efeito estufa (GEE) com práticas de sequestro de carbono e recuperação de pastagens degradadas. • Aplicação da ferramenta Cool Farm Tool para o mapeamento de emissões de GEE e aprimoramento das práticas de manejo sustentável. <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Produção sustentável de alimentos, integração de culturas e diversificação da renda rural. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico):

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Geração de oportunidades de trabalho local e capacitação técnica por meio do Programa Danleite. ● ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Prioridade ao uso eficiente de recursos e eliminação de agroquímicos. ● ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima): <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução de emissões de GEE e adoção de práticas regenerativas de manejo. ● ODS 15 (Vida Terrestre): <ul style="list-style-type: none"> ○ Recuperação da biodiversidade e restauração de áreas degradadas com espécies nativas. ● ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos): <ul style="list-style-type: none"> ○ Colaboração com instituições como Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), SEBRAE, e universidades internacionais. <p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Recuperação de áreas degradadas e aumento da biodiversidade local. ● Controle natural de erosão e melhoria da fertilidade do solo. ● Promoção do bem-estar animal com pastagens diversificadas e sombreadas. ● Redução dos custos de produção e aumento da eficiência através de práticas naturais de manejo. ● Sequestro de carbono contribuindo para metas climáticas globais. <p>Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fornecedores de Insumos: Produtores locais e integração de práticas agroecológicas na Fazenda Gordura. ● Distribuição e Consumo: Leite e produtos agropecuários destinados à rede de distribuição da Danone Brasil. ● Organizações de Apoio e Pesquisa: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Compassion in World Farming, SEBRAE, Universidade de Yale e institutos colombianos. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fortes parcerias com ONGs e instituições acadêmicas nacionais e internacionais. ● Aplicação de metodologias reconhecidas como a ferramenta Cool Farm Tool para avaliação de impacto ambiental. <p>Principais Ações Implementadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Integração pecuária-floresta em unidades produtivas. ● Plantio de espécies nativas e frutíferas. ● Extensão rural e assistência técnica continuada para os produtores locais. ● Monitoramento e redução de emissões de GEE ao longo da cadeia produtiva. <p>Desafios e Perspectivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desafios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Disseminação das práticas regenerativas em larga escala no setor agropecuário. ○ Sensibilização de outros produtores sobre os benefícios econômicos e ambientais da agricultura regenerativa.
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliação da adoção de práticas regenerativas em outras fazendas da cadeia de fornecedores da Danone. ○ Consolidação do modelo como referência em sustentabilidade para o agronegócio brasileiro. <p>Impacto Social e Ambiental A experiência da Fazenda Gordura representa um modelo de ecossocioeconomia empresarial, integrando conservação ambiental, geração de renda, segurança alimentar e mitigação das mudanças climáticas. Constitui uma prática replicável para outras cadeias agroalimentares interessadas na implementação dos ODS de forma efetiva e estratégica.</p>
<p>Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável/Parceria Instituto Renner (Quilombo Gurutuba, MG)</p>	<p>Identificação da Iniciativa O projeto Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável foi idealizado em 2006 por uma líder comunitária no Quilombo Gurutuba, Minas Gerais, com o objetivo de organizar a produção de algodão orgânico responsável. A iniciativa foi consolidada por meio da Associação Quilombola de Gurutuba, criada em 2002, para promover o reconhecimento da identidade quilombola, resgatar a cultura ameaçada e garantir acesso a políticas públicas, soberania e segurança alimentar. Em 2011, a criação da Associação Comunitária das Mulheres Quilombolas da Comunidade de Malhada Grande, em Catuti/MG, fortaleceu as ações do projeto, abrangendo 33 comunidades no Norte de Minas Gerais.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas O projeto articula produção agroecológica, empoderamento feminino, inserção no mercado de trabalho, resgate cultural e práticas de produção sustentável. A partir de 2017, o Instituto Lojas Renner tornou-se parceiro estratégico pelo Programa Tecendo Autonomia, conectando a produção local à cadeia têxtil nacional. A iniciativa expandiu-se para novas comunidades quilombolas e, em 2022, chegou ao Ceará com apoio do Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR). Resultados como a produção de 1,5 tonelada de algodão agroecológico e a confecção de camisetas sustentáveis consolidaram o impacto positivo da ação.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 (Erradicação da Pobreza): Geração de renda e fortalecimento econômico de famílias quilombolas. • ODS 5 (Igualdade de Gênero): Empoderamento feminino através de capacitação e empreendedorismo. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): Formalização do trabalho e ampliação de oportunidades de renda. • ODS 10 (Redução das Desigualdades): Inclusão social e fortalecimento de comunidades vulneráveis. • ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): Produção orgânica e estímulo ao consumo consciente. <p>Indicadores de Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de algodão orgânico sem uso de agrotóxicos e com controle natural de pragas. • Confecção artesanal de fios e tecidos, com preservação de técnicas tradicionais. • Uso de energia solar e captação de água da chuva nas unidades produtivas. • Produção de sabonetes a partir de óleo extraído do caroço do algodão. • Comercialização em feiras locais, incentivando a geração de renda comunitária. <p>Resultados e Impactos</p>

	<p>O projeto impacta mais de 200 famílias em 81 comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, proporcionando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resgate cultural com fortalecimento da memória afetiva do plantio de algodão. • Formalização de empregos em área de mais de 350 hectares de produção orgânica. • Capacitação de 84 mulheres quilombolas em técnicas de cultivo e confecção. • Produção de 9,6 toneladas de algodão agroecológico e distribuição de 3.000 sabonetes. <p>Arranjo Institucional e Cadeia Produtiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores: Associações comunitárias das mulheres quilombolas (Malhada Grande, São Sebastião e Picada). • Distribuidores: Entrega direta para a Renner e comercialização local. • Consumidores: Lojas Renner e comunidades locais, com produtos certificados e eco-sustentáveis. • Organizações de apoio: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Instituto Lojas Renner e Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR). <p>Desafios e Pontos de Atenção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dependência de contratos comerciais para manutenção da sustentabilidade financeira. • Vulnerabilidade a condições climáticas adversas. • Necessidade de manutenção do engajamento comunitário via incentivos e suporte técnico. <p>Estratégias de Superação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversificação de produtos (sabões, tecidos artesanais). • Fortalecimento de parcerias institucionais e empresariais. • Capacitação técnica contínua das associações comunitárias. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituto Lojas Renner: Infraestrutura, capacitação e monitoramento técnico. • Centro de Agricultura Alternativa (CAA): Apoio no plantio e cultivo agroecológico. • Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR): Apoio técnico no Ceará. • Apoio da academia por meio de estudos e análises que potencializam as práticas sustentáveis. <p>Benefícios e Resultados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambientais: Redução de agrotóxicos, captação de carbono e estímulo à agroecologia. • Econômicos: Renda estável para mulheres quilombolas e aumento da competitividade no mercado têxtil sustentável. • Sociais: Empoderamento feminino, valorização cultural e mitigação da informalidade no trabalho.
<p>Mata Atlântica Sustentável/Empresa Jucaí (Resende, RJ)</p>	<p>Identificação da Iniciativa A Jucaí surgiu em 2007 a partir do Projeto Mata Atlântica Sustentável (Amável), com o objetivo de promover a preservação da Mata Atlântica por meio do uso sustentável do fruto da palmeira-juçara. A iniciativa foi idealizada por um economista proprietário de uma área de 4.500 hectares na Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari. Com apoio de universidades fluminenses e da Embrapa, foi identificado</p>

o potencial do fruto da juçara, semelhante ao açaí amazônico. A polpa congelada de juçara foi lançada no varejo em 2015, e desde então, a empresa triplicou sua capacidade produtiva. A Juçai é certificada como Empresa B, destacando seu compromisso com impactos sociais e ambientais positivos.

Descrição das Ações Desenvolvidas

A Juçai baseia suas operações em um sistema agroflorestal (SAF), no qual apenas dois terços dos frutos maduros são colhidos, preservando o restante para a fauna e para a regeneração natural da palmeira. A empresa investe em práticas de cultivo orgânico, replantio de mudas, educação ambiental e ações de logística reversa, integrando princípios de sustentabilidade em toda a cadeia produtiva.

ODS Prioritários Envolvidos

- **ODS 1 (Erradicação da Pobreza):**
 - Contratação de mão de obra local e remuneração justa, beneficiando 90 famílias e produtores rurais.
 - Programas de educação ambiental para 170 crianças, incluindo a alimentação escolar com suco de juçara.
- **ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável):**
 - Preservação de frutos para a fauna local e replantio de mudas.
 - Produção orgânica e conservação da biodiversidade da Mata Atlântica.
- **ODS 3 (Saúde e Bem-Estar):**
 - Produção sem uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos.
 - Promoção do bem-estar ambiental e alimentar.
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):**
 - Reuso de água, gestão energética eficiente e práticas de reciclagem.
- **ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima):**
 - Implantação de SAFs e educação ambiental para mitigação das mudanças climáticas.
- **ODS 15 (Vida Terrestre):**
 - Recuperação de ecossistemas com plantio de mudas de juçara.
 - Conservação da fauna através da preservação dos frutos na árvore.
- **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação):**
 - Colaboração com ONGs como SOS Mata Atlântica e Instituto Humanize.
 - Apoio a projetos educacionais e de compensação ambiental.

Resultados e Impactos

- Triplicação da capacidade produtiva de polpa congelada de juçara.
- Plantio de mais de **3.500 mudas** entre 2019 e 2021, e conservação de **8.942 árvores**.
- Fortalecimento da economia local com geração de emprego e renda.
- Educação ambiental em escolas públicas, promovendo conscientização desde a infância.
- Redução de emissões de carbono e proteção dos ecossistemas da Mata Atlântica.

Arranjo Institucional e Cadeia Produtiva

	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores: Produtores extrativistas da Mata Atlântica realizam a coleta dos frutos. • Processamento: Os frutos são levados à fábrica em Resende (RJ), onde a polpa é produzida de forma sustentável. • Distribuição: Os produtos são comercializados em polos industriais e distribuídos no Brasil e exterior (Chile e Canadá). <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificações: Empresa B, Certificado Orgânico pelo Instituto Biodinâmico (IBD), selo Eureciclo. • Parcerias: Eureciclo, SOS Mata Atlântica, Instituto Humanize. • Iniciativas: Apoio ao programa de logística reversa Pólen e patrocínio de projetos educacionais.
<p>Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural (Curitiba, PR)</p>	<p>Identificação da Iniciativa O Restaurante Quintana, localizado em Curitiba, Paraná, destaca-se como protagonista na cadeia agroalimentar sustentável, integrando práticas que promovem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua atuação vai da aquisição de produtos da agricultura familiar à oferta de preparações gastronômicas sustentáveis, com impacto positivo na comunidade e no meio ambiente.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas O Quintana prioriza o uso de alimentos orgânicos e de produtores familiares da Região Metropolitana de Curitiba. Desenvolve ações como apoio à diversificação de culturas agrícolas, promoção de espaços de comercialização para agricultores durante a pandemia de COVID-19, estímulo ao consumo de PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) e implementação de práticas de gestão eficiente de resíduos. O restaurante integra práticas gastronômicas, sociais e ambientais em sua operação diária, envolvendo a comunidade local em processos educativos e de fortalecimento da cultura agroalimentar sustentável.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Apoio à produção diversificada de alimentos, com estímulo à preservação de sementes tradicionais. ○ Criação de espaços de comercialização direta para agricultores familiares, indígenas e quilombolas. ○ Programa de marmitas solidárias para famílias em situação de vulnerabilidade. • ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): <ul style="list-style-type: none"> ○ Cardápio baseado em ingredientes frescos, sazonais e locais. ○ Opções alimentares veganas, vegetarianas e sem glúten/lactose, com certificação orgânica. ○ Conscientização sobre alimentação limpa e sustentável. • ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução drástica de resíduos alimentares de 30 kg para 2 kg diários através da compostagem. ○ Reaproveitamento da água da chuva e participação em campanhas de descarte responsável de resíduos (óleo de cozinha, esponjas). ○ Ações educativas como o "Disco Xepa" para o reaproveitamento de alimentos. • ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): <ul style="list-style-type: none"> ○ Parcerias estratégicas com agricultores, artistas, ONGs e cooperativas. ○ Criação de espaço para comercialização de artesanato e produtos culturais locais. ○ Organização de eventos integrando atores da cadeia agroalimentar.

	<p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da produção agrícola familiar e resgate de variedades tradicionais de feijão. • Redução de desperdício de alimentos e promoção de práticas de compostagem e sustentabilidade. • Estímulo ao consumo consciente e fortalecimento da educação alimentar sustentável. • Apoio econômico e cultural a pequenos produtores e artistas locais. • Conexão direta entre produtores e consumidores por meio de feiras e cestas solidárias. <p>Cadeia Agroalimentar Sustentável</p> <p>O Quintana estrutura uma cadeia produtiva que inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares orgânicos: fornecimento de alimentos sazonais e diversificados. • Bancos de sementes e entidades de certificação: apoio à produção agroecológica. • ONGs, cooperativas e redes solidárias: fortalecimento de práticas sustentáveis e integração social. • Consumidores finais: participação ativa por meio de feiras, cestas solidárias e eventos de educação ambiental. • Produção própria: cultivo de hortaliças e produção de mel utilizados no restaurante. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificação orgânica pela Rede Ecovida de Agroecologia. • Participação em projetos como "Óleo não se mistura" e "Reciclando em Curitiba". • Colaboração com organizações sociais e artísticas locais para promoção da sustentabilidade integrada.
Olha o Peixe (Pontal do Paraná, PR)	<p>Identificação da Iniciativa</p> <p>A Olha o Peixe é uma microempresa dedicada à comercialização de pescados oriundos da pesca artesanal, conectando diretamente pescadores a consumidores e restaurantes no litoral e na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. Operando por meio de encomendas online e de um clube de assinaturas, a iniciativa promove uma cadeia curta agroalimentar sustentável, fortalecendo práticas responsáveis, valorizando o trabalho artesanal e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas</p> <p>A empresa estrutura sua atuação em torno do fortalecimento da pesca artesanal, inclusão social e redução de desigualdades. Com a inauguração do Módulo de Beneficiamento de Pescados em 2022, expandiu sua capacidade de agregar valor ao produto e aumentar a renda dos pescadores. Promove práticas de pesca seletiva, uso de embalagens sustentáveis e educação ambiental para consumidores e comunidades. Além disso, fomenta o turismo de base comunitária, ampliando a conscientização sobre modos de vida tradicionais e a conservação dos ecossistemas costeiros.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalecimento da pesca artesanal e ampliação de mercados locais e institucionais. ○ Incentivo à agregação de valor e capacitação para mulheres pescadoras.

- **ODS 10 (Redução das Desigualdades):**
 - Eliminação de atravessadores e aumento da renda líquida dos pescadores.
 - Capacitação técnica para acesso a novos mercados.
 - Inclusão social e valorização cultural das comunidades caiçaras.
- **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis):**
 - Fortalecimento de vínculos rurais e urbanos através da cadeia curta agroalimentar.
 - Fomento ao turismo de base comunitária, especialmente em eventos culturais ligados à pesca tradicional.
 - Educação de consumidores sobre modos de vida tradicionais e sustentabilidade costeira.
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):**
 - Redução do desperdício através de práticas seletivas de captura.
 - Utilização de embalagens sustentáveis como bioplásticos fornecidos por "Já Fui Mandioca" e "OEKO".
 - Comercialização de produtos rastreados e de alta qualidade, sem conservantes.
- **ODS 14 (Vida na Água):**
 - Respeito às legislações ambientais e períodos de defeso para preservação de espécies.
 - Educação ambiental para consumidores, incentivando o consumo consciente de espécies nativas.
 - Garantia de sustentabilidade dos recursos marinhos por meio da pesca seletiva.

Resultados e Impactos

- Geração de mais de **R\$ 400 mil** em renda para **96 famílias** de pescadores artesanais nos primeiros três anos de operação.
- Comercialização de **27 toneladas** de pescados sustentáveis.
- Redução de desigualdades econômicas e fortalecimento da cultura alimentar local.
- Contribuição significativa para a conservação dos ecossistemas marinhos e para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades costeiras.

Conexão com o Turismo de Base Comunitária

A **Olha o Peixe** fortalece o turismo cultural e gastronômico no litoral paranaense. Em parceria com o **Restaurante Quintana**, criou o "Prato da Boa Lembrança" em 2022, promovendo os sabores tradicionais da pesca artesanal e ampliando a visibilidade da cultura caiçara para novos públicos.

Cadeia Produtiva e Logística Sustentável

- **Fornecedores:** Pescadores artesanais que seguem práticas de pesca sustentável.
- **Beneficiamento:** Realizado no Módulo de Beneficiamento inaugurado em 2022.
- **Distribuição:** Produtos entregues diretamente a consumidores, restaurantes e polos gastronômicos regionais.
- **Embalagens:** Uso de bioplásticos para redução do impacto ambiental.

Parcerias, Certificações e Reconhecimentos

- Parcerias com empresas de bioplásticos sustentáveis (Já Fui Mandioca, OEKO).

	<ul style="list-style-type: none"> • Alianças com restaurantes e iniciativas de turismo cultural como forma de valorização dos produtos e cultura local.
<p>Central do Cerrado: Produtos Eossociais (Brasília, DF)</p>	<p>Identificação da Iniciativa A Central do Cerrado surgiu em 2004 como uma central de comercialização solidária para atender desafios históricos enfrentados pela agricultura camponesa e pelo agroextrativismo no Cerrado, especialmente no acesso a mercados. Com apoio inicial do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) e da Fundação Banco do Brasil, consolidou-se como uma cooperativa sem fins lucrativos, formada por 35 organizações comunitárias distribuídas em sete estados brasileiros. Atua promovendo o uso sustentável da biodiversidade do Cerrado, geração de renda e protagonismo social.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas A Central do Cerrado opera como ponte entre pequenos produtores e consumidores, oferecendo produtos como pequi, baru, buriti e mel. Estrutura suas ações nos princípios do comércio justo e solidário, promovendo a inclusão social e a conservação ambiental. Investe em estratégias de marketing, capacitação de produtores, pesquisa de mercado e expansão da presença nacional por meio de loja virtual e parcerias com restaurantes de alta gastronomia. Participa de programas governamentais de aquisição de alimentos e fomenta o fortalecimento das cadeias de sociobiodiversidade.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalecimento da agricultura familiar e do agroextrativismo com acesso a mercados. ○ Inserção de alimentos saudáveis nos programas PAA e Pnae, reforçando a segurança alimentar. • ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): <ul style="list-style-type: none"> ○ Comercialização de produtos naturais e livres de aditivos, promovendo alimentação saudável. ○ Ações educativas para valorização nutricional dos alimentos do Cerrado. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): <ul style="list-style-type: none"> ○ Geração de emprego e renda para cerca de 8 mil famílias. ○ Empoderamento de comunidades tradicionais e fortalecimento da economia local. • ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Incentivo ao uso sustentável da sociobiodiversidade e valorização de práticas tradicionais de extrativismo. • ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): <ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento de parcerias multissetoriais, desde fundações privadas a redes de gastronomia e plataformas digitais de comercialização. <p>Principais Ações Implementadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto Consórcio de Conservação e Uso Sustentável Babaçu Livre: • Desenvolvido em parceria com organizações como a COPPALJ e a ASSEMA, promovendo o uso sustentável das florestas de babaçu no Maranhão e Tocantins, com apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF). • Expansão de Mercados: <ul style="list-style-type: none"> ○ Lançamento de loja virtual nacional com mais de 200 produtos.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Manutenção de box permanente no Mercado de Pinheiros (SP). ○ Parcerias com restaurantes de alta gastronomia para valorização de ingredientes do Cerrado. ● Parcerias com Programas Governamentais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Atuação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). <p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Benefício direto para cerca de 8 mil famílias de agricultores familiares e comunidades tradicionais. ● Inserção de produtos do Cerrado em mercados locais, regionais e internacionais. ● Valorização cultural e econômica das práticas agroextrativistas. ● Ampliação da visibilidade dos produtos do Cerrado para consumidores urbanos e gourmet. <p>Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fornecedores: Comunidades indígenas, quilombolas, agroextrativistas e agricultores familiares. ● Processamento: Realizado pelas organizações parceiras locais. ● Comercialização: Através da loja virtual, box no Mercado de Pinheiros, e parcerias institucionais e comerciais. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fundação Banco do Brasil e ISPN como principais parceiros institucionais iniciais. ● Apoios financeiros e técnicos de organizações nacionais e internacionais para fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade. <p>Desafios e Perspectivas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Desafio: Aumentar o conhecimento do grande público sobre os produtos do Cerrado e seus benefícios nutricionais e ecológicos. ● Estratégias de Superação: <ul style="list-style-type: none"> ○ Investimento contínuo em ações de educação do consumidor. ○ Promoção da sociobiodiversidade como diferencial competitivo. ○ Expansão e fortalecimento das parcerias institucionais e comerciais.
Fortaleza do Gergelim Kalunga (Goiás)	<p>Identificação da Iniciativa</p> <p>A Fortaleza do Gergelim Kalunga está diretamente ligada às comunidades tradicionais do território Kalunga, no norte de Goiás, abrangendo os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Composto por 56 comunidades quilombolas, o território Kalunga é o maior quilombo do Brasil, com 253 mil hectares, sendo reconhecido por sua relevância ecológica e pela preservação do Cerrado. A iniciativa visa fortalecer a produção e a comercialização sustentável do gergelim, integrando conhecimentos tradicionais e práticas agrícolas de baixo impacto.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas</p> <p>A produção agrícola Kalunga, historicamente voltada para a subsistência, é baseada em técnicas ancestrais de manejo sustentável, como a rotação de terras e o cultivo associado de mandioca, milho, arroz e gergelim. O gergelim, introduzido no Brasil no século XVI, tornou-se parte fundamental da agricultura local, contribuindo para o controle biológico de pragas e para a geração de renda. O projeto Fortaleza do Gergelim,</p>

apoiado pelo **Slow Food Brasil** e pela **Central do Cerrado**, promove o fortalecimento cultural e econômico das comunidades, com foco na valorização de práticas sustentáveis e no desenvolvimento de alternativas de geração de renda, como o ecoturismo e o agroextrativismo.

ODS Prioritários Envolvidos

- **ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável):**
 - Promoção de agricultura de subsistência sustentável e incentivo à comercialização de excedentes agrícolas.
- **ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico):**
 - Desenvolvimento de atividades de ecoturismo, agroextrativismo e negócios sustentáveis, gerando oportunidades econômicas locais.
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):**
 - Valorização de práticas agrícolas tradicionais e sustentáveis, promovendo o uso responsável dos recursos naturais.
- **ODS 15 (Vida Terrestre):**
 - Preservação do bioma Cerrado e combate à exploração ilegal de recursos naturais.
- **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação):**
 - Fortalecimento da cooperação multissetorial com organizações como **Slow Food Brasil**, **Central do Cerrado**, e instituições acadêmicas.

Principais Ações Implementadas

- Capacitação de guias turísticos e cozinheiras para recepção de visitantes no território Kalunga.
- Beneficiamento sustentável de frutos do Cerrado como estratégia de agroextrativismo.
- Investimentos em liderança social para negócios sustentáveis e gestão de projetos.
- Desenvolvimento de cadeia socioprodutiva artesanal adaptada aos ciclos locais do gergelim.

Resultados e Impactos

- Preservação da biodiversidade do Cerrado associada à prática agrícola tradicional Kalunga.
- Fortalecimento da identidade cultural das comunidades e geração de alternativas econômicas sustentáveis.
- Comercialização do gergelim Kalunga por meio da **Central do Cerrado**, com distribuição e embalagens adequadas às exigências legais.
- Apoio técnico e logístico da **Associação Slow Food do Brasil** e do **Instituto ATA**, viabilizando a estruturação da cadeia produtiva.

Cadeia Produtiva e Arranjo Institucional

- **Produção:** Cultivo artesanal de gergelim pelas comunidades Kalunga, utilizando práticas de agricultura de baixo impacto.
- **Beneficiamento e Comercialização:** Realizados pela **Central do Cerrado**, garantindo a qualidade e a adequação do produto às normas sanitárias.
- **Apoio Técnico:** Suporte da Associação Slow Food do Brasil e do Instituto ATA no desenvolvimento de capacidades produtivas e estratégias de comercialização.

Desafios e Perspectivas

- **Desafios:**

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pressões sobre o território devido à exploração ilegal de recursos naturais, expansão da pecuária e especulação imobiliária. ○ Necessidade de fortalecer continuamente a organização comunitária frente a ameaças externas. ● Perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Ampliação do ecoturismo como estratégia de geração de renda sustentável. ○ Expansão da comercialização de produtos do Cerrado para novos mercados consumidores, valorizando a biodiversidade e a cultura Kalunga
Fortaleza do Pequi do Xingu (Terra Indígena Wawi, Povo Kisêdjê, MT)	<p>Identificação da Iniciativa O Projeto Fortaleza do Pequi do Xingu, localizado na Terra Indígena Wawi, na região Centro-Oeste do Brasil, integra conservação ambiental, fortalecimento cultural e geração de renda sustentável. Desenvolvido pelos povos indígenas Kisêdjê, o projeto ocupa áreas de significativa biodiversidade que combinam Cerrado e Amazônia, situadas no Parque Indígena do Xingu. A iniciativa fortalece a resistência indígena diante do avanço do desmatamento e da monocultura agrícola na região.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas O projeto nasceu com a recuperação de áreas degradadas por meio do plantio de pequi. Desde 2006, os Kisêdjê cultivam o pequi como estratégia de segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento cultural. A produção do óleo de pequi é feita em instalações locais e organizada de maneira comunitária, com a renda revertida para a Associação Indígena Kisêdjê (AIK). O projeto promove práticas agrícolas sustentáveis, a capacitação de lideranças indígenas e a transmissão intergeracional de saberes tradicionais.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Recuperação ambiental por meio do plantio de pequi e segurança alimentar para a comunidade. ● ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): <ul style="list-style-type: none"> ○ Uso do pequi na alimentação e na proteção ambiental, favorecendo a saúde comunitária. ● ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): <ul style="list-style-type: none"> ○ Geração de renda para as famílias indígenas, com distribuição coletiva dos recursos. ● ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Valorização do consumo de produtos da biodiversidade e promoção de práticas agrícolas tradicionais. ● ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação): <ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações como o Instituto Socioambiental (ISA), Slow Food e Universidade de Brasília (UnB). <p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Recuperação de 63 hectares com cerca de 3.000 pequi. ● Produção de até 315 litros de óleo de pequi por safra, com expectativa de crescimento para até 600 litros. ● Geração de aproximadamente R\$ 30 mil em renda anual para a AIK. ● Fortalecimento da cultura indígena, com ampliação dos usos tradicionais do pequi e valorização de práticas sustentáveis. ● Reconhecimento nacional e internacional da produção indígena sustentável.

	<p>Cadeia Socioprodutiva e Estrutura Organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores: Comunidades indígenas Kísêdjê organizadas em associações. • Processamento: Realizado em instalações comunitárias locais, com aprimoramento técnico. • Distribuição: Venda em restaurantes de alta gastronomia (como o Dalva & Dito), no Mercado Municipal de Pinheiros (SP), exportação para os Estados Unidos e comercialização online via loja do Instituto Socioambiental (ISA). <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificações: Selo Origens Brasil e reconhecimento no movimento Slow Food. • Parcerias Estratégicas: Instituto Socioambiental (ISA), Slow Food, Universidade de Brasília (UnB). • Financiamento: Fundo Amazônia/BNDES, viabilizando a ampliação dos plantios e a melhoria dos processos produtivos. • Reconhecimento Internacional: Participação no evento Terra Madre (Turim, Itália) em 2018, com destaque para a produção do óleo de pequi. <p>Modalidades Ecosocioeconômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia Social e Solidária: Produção coletiva e gestão comunitária dos recursos gerados. • Slow Movement: Integração da produção à filosofia do Slow Food, com foco em alimentação limpa, justa e sustentável. <p>Desafios e Perspectivas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Pressões territoriais devido à expansão agrícola. ○ Necessidade de expandir a produção e o envolvimento de novas aldeias no projeto. • Perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da produção anual de óleo de pequi. ○ Consolidação do projeto como modelo replicável para outras terras indígenas
<p>Produtores Sateré-Mawé (CPSM), Brasil</p>	<p>Identificação da Iniciativa</p> <p>O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) é um projeto de eco-etnodesenvolvimento localizado nos estados do Amazonas e Pará, abrangendo o território indígena Andirá-Marau, com uma área de 789 mil hectares, cerca de 100 aldeias e 13.350 indígenas. O projeto foi criado para proteger o território contra desmatamento, mineração e outras pressões externas, promovendo a sustentabilidade ambiental, cultural e econômica, alinhado a práticas de economia solidária e responsabilidade social.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas</p> <p>Baseado em associativismo e descentralização, o CPSM fomenta a produção sustentável de produtos nativos como guaraná em pó, óleos vegetais e mel, utilizando práticas tradicionais e livres de agrotóxicos. A comercialização é realizada principalmente através do Comércio Justo (Fair Trade), atendendo a mercados éticos globais, especialmente na Europa. O projeto também adota protocolos de certificação ambiental, integrando práticas de gestão participativa que preservam o modo de vida tradicional e garantem a autonomia econômica dos povos Sateré-Mawé.</p>

ODS Prioritários Envolvidos

- **ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável):**
 - Promoção da agricultura tradicional sustentável, assegurando a segurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.
- **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis):**
 - Fortalecimento de comunidades indígenas com práticas sustentáveis de manejo de recursos naturais e preservação cultural.
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):**
 - Produção certificada e comercializada via Comércio Justo, respeitando a biodiversidade e minimizando impactos ambientais.
- **ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação):**
 - Estabelecimento de parcerias multissetoriais com universidades, ONGs, centros de pesquisa e empresas nacionais e internacionais.

Resultados e Impactos

- Preservação do modo de vida tradicional e fortalecimento da autonomia econômica dos Sateré-Mawé.
- Expansão da comercialização de produtos nativos em mercados internacionais, com certificação de práticas sustentáveis.
- Estabelecimento de padrões de preço justo e agregação de valor aos produtos da biodiversidade amazônica.
- Consolidação da gestão participativa como estratégia de proteção territorial e fortalecimento comunitário.

Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional

- **Produção:** Agricultura sustentável e coleta de produtos nativos pelas comunidades indígenas Sateré-Mawé.
- **Processamento:** Realizado localmente, respeitando os protocolos tradicionais de beneficiamento.
- **Comercialização:** Produtos certificados exportados principalmente para a Europa, por meio de parcerias com organizações como **Guayapi (França)** e **CTN-Altromercato (Itália)**.

Parcerias, Certificações e Reconhecimentos

- Parcerias com universidades como **Universidade Federal do Amazonas (UFAM)** e **Universidade do Estado do Amazonas (UEA)**.
- Apoio de ONGs nacionais e internacionais e centros de pesquisa.
- Certificação de Comércio Justo (Fair Trade) e certificações ambientais específicas para produtos nativos.

Desafios e Perspectivas

- **Desafios:**
 - Manter a sustentabilidade financeira diante das pressões do mercado global e garantir a continuidade das práticas tradicionais.
- **Perspectivas:**
 - Buscar maior autonomia econômica para as comunidades indígenas e fortalecer o protagonismo no manejo sustentável dos recursos naturais.
 - Expandir mercados e consolidar ainda mais o CPSM como referência em produtos sustentáveis e éticos de origem indígena.

<p>PROJETO CACAUWAY</p>	<p>Identificação da Iniciativa O Projeto Cacaaway, conduzido pela Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica (Coopatrans), é um exemplo de verticalização da cadeia produtiva do cacau na Amazônia. Sediado em Medicilândia, Pará, o projeto integra práticas sustentáveis e cooperativistas, promovendo a geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico regional. Fundada em 2009, a Coopatrans inaugurou a primeira fábrica de chocolates da Amazônia em 2010, estabelecendo um modelo que valoriza a produção local e reduz a dependência de intermediários.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas A Coopatrans apostou na verticalização da cadeia do cacau como estratégia para agregar valor à matéria-prima, combater a desvalorização local do cacau in natura e fortalecer a economia regional. O projeto implementa Sistemas Agroflorestais (SAFs), preserva rios e nascentes, e incentiva práticas agrícolas sustentáveis que conciliam produção e conservação ambiental. A produção de chocolates e derivados ampliou-se de barras e bombons para mais de 95 produtos, comercializados em mercados locais e internacionais.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 3 (Saúde e Bem-Estar): <ul style="list-style-type: none"> ○ Promoção da inclusão social e melhoria da qualidade de vida via geração de emprego e renda. • ODS 5 (Igualdade de Gênero): <ul style="list-style-type: none"> ○ Inclusão de mulheres na cooperativa, representando mais de 25% dos cooperados. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalecimento da economia local e geração de empregos no setor agroindustrial sustentável. • ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura): <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento de agroindústria moderna e integrada ao ciclo produtivo do cacau. • ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento socioeconômico de Medicilândia e redução do êxodo rural. • ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Estímulo à produção agroflorestal e práticas comerciais responsáveis. • ODS 13 (Ação Climática): <ul style="list-style-type: none"> ○ Redução do desmatamento e promoção de práticas agrícolas sustentáveis para conservação ambiental. <p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento de Medicilândia como Capital Nacional do Cacau. • Implantação de mais de 600 hectares de cacau em Sistemas Agroflorestais. • Geração de empregos e fortalecimento da economia cooperativa local. • Participação em eventos internacionais, como o Salão de Chocolate de Paris, aumentando a visibilidade internacional da marca Cacaaway. • Melhoria da qualidade de vida, redução do êxodo rural e aumento da renda per capita da população envolvida. <p>Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção: Cultivo de cacau em SAFs por produtores familiares cooperados.
-------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Processamento: Beneficiamento local de amêndoas e fabricação de chocolates e derivados em Medicilândia. • Comercialização: Venda em mercados locais, nacionais e internacionais, com presença em eventos especializados. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação em feiras internacionais e reconhecimento por boas práticas agroindustriais. • Fortalecimento de parcerias locais para melhoria da infraestrutura produtiva e comercial. <p>Desafios e Perspectivas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sucessão de jovens na cooperativa. ○ Concorrência com marcas tradicionais no mercado nacional e internacional. • Perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Aproveitamento integral de subprodutos do cacau (cascas, folhas). ○ Expansão da comercialização e melhoramento genético para aumento de produtividade. ○ Implementação de sistemas de rastreabilidade e controle de pragas com tecnologias modernas.
Projeto ChocoSol	<p>Identificação da Iniciativa</p> <p>O Projeto ChocoSol, sediado no campus Salobrinho da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em Ilhéus, Bahia, é a primeira fábrica de chocolate baseada na economia solidária do Brasil. Lançado em 6 de março de 2023, o projeto beneficia agricultores familiares assentados, comunidades indígenas e quilombolas produtores de cacau, promovendo agregação de valor à cadeia produtiva e gerando impactos econômicos, sociais e ambientais positivos no Litoral Sul da Bahia.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas</p> <p>O ChocoSol surgiu como resposta à baixa renda dos produtores de cacau e à ausência de infraestrutura local de beneficiamento. A iniciativa transformou uma fábrica desativada em uma fábrica-escola, oferecendo capacitação técnica em manejo, fermentação e produção de chocolates. Ao fortalecer a economia solidária, o projeto promove a inclusão social e econômica de populações vulneráveis, preservando conhecimentos tradicionais e incentivando práticas agrícolas sustentáveis como o sistema Cabruca.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 (Erradicação da Pobreza): <ul style="list-style-type: none"> ○ Aumento da renda de agricultores familiares, indígenas e quilombolas. • ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável): <ul style="list-style-type: none"> ○ Melhoria da qualidade e produtividade do cacau com práticas agroecológicas. • ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): <ul style="list-style-type: none"> ○ Geração de empregos e fortalecimento da economia solidária por meio da fábrica-escola. • ODS 10 (Redução das Desigualdades): <ul style="list-style-type: none"> ○ Inclusão econômica e social de comunidades historicamente marginalizadas. • ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis):

- Integração urbano-rural através do desenvolvimento sustentável.
- **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis):**
 - Estímulo à produção orgânica e uso eficiente dos recursos naturais.
- **ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima):**
 - Mitigação climática por meio da preservação da Mata Atlântica e sistemas agroflorestais.

Resultados e Impactos

- **Impactos Econômicos:**
 - Capacidade de produção de **1,2 tonelada de chocolate por mês**.
 - Comercialização de chocolates de cinco marcas distintas com potencial de expansão.
- **Impactos Sociais:**
 - Inclusão de agricultores familiares, quilombolas e indígenas na cadeia produtiva de valor.
 - Preservação e valorização de conhecimentos tradicionais e culturais.
- **Impactos Ambientais:**
 - Conservação da Mata Atlântica e promoção de práticas agroecológicas.

Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional

- **Produção:** Cultivo de cacau orgânico em sistemas agroflorestais no Litoral Sul da Bahia.
- **Beneficiamento:** Processamento e fabricação de chocolates em fábrica-escola localizada no campus da UESC.
- **Comercialização:** Produtos vendidos em mercados regionais com perspectivas de expansão para nichos gourmet.

Parcerias, Certificações e Reconhecimentos

- **Coordenação:** Associação Beneficente Josué de Castro (ABJC) e Centro Público de Economia Solidária (CESOL) Litoral Sul.
- **Instituições de apoio:** Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda da Bahia (SETRE) e Associação Embaúba.
- **Parcerias Estratégicas:** Integração com movimentos de economia solidária, agroecologia e turismo comunitário.

Principais Ações Implementadas

- Instalação de uma fábrica moderna com 300 m² e maquinário especializado.
- Realização de cursos de capacitação técnica para agricultores familiares.
- Incentivo à produção de cacau orgânico e desenvolvimento de novos produtos de maior valor agregado.

Desafios e Perspectivas

- **Desafios:**
 - Consolidar a marca **ChocoSol** no mercado de chocolates gourmet.
 - Superar as limitações iniciais de escala produtiva.
- **Perspectivas:**

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Expansão da capacidade produtiva e diversificação de produtos. ○ Replicação da experiência em outros territórios agrícolas. ○ Desenvolvimento de bioprodutos derivados do cacau, como geleias e cosméticos naturais.
<p>Restaurante Permita Ser</p>	<p>Identificação da Iniciativa O Restaurante Permita Ser, localizado em Nova Rússia, Blumenau, Santa Catarina, é uma iniciativa que combina turismo comunitário, solidariedade, sustentabilidade e gastronomia consciente. Cercado pela Mata Atlântica, o projeto integra responsabilidade socioambiental corporativa e princípios da economia social, promovendo alimentação saudável, respeito ambiental e qualidade de vida em um contexto rural e ecológico inovador.</p> <p>Descrição das Ações Desenvolvidas Fundado por Lucas Pavesi e Kaiane após experiências internacionais, o Permita Ser transformou uma antiga pousada familiar em um restaurante voltado à gastronomia sustentável. Com cardápio 100% vegetal e sem glúten no início, o restaurante adaptou seu modelo para atender também a demandas de mercado, oferecendo opções com carne de forma consciente. Além do restaurante, o projeto engloba produção agrícola própria, eventos de lifestyle, delivery de pizzas e a perspectiva de formação de um clube de associados.</p> <p>ODS Prioritários Envolvidos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico): <ul style="list-style-type: none"> ○ Geração de emprego na comunidade local e fortalecimento do turismo rural. ● ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis): <ul style="list-style-type: none"> ○ Cultivo próprio de alimentos, uso de energia renovável e práticas de consumo consciente. ● ODS 15 (Vida Terrestre): <ul style="list-style-type: none"> ○ Preservação da Mata Atlântica e uso sustentável dos recursos naturais. <p>Resultados e Impactos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Fortalecimento da agricultura local com cultivo de saladas, PANCs e flores comestíveis. ● Geração de renda familiar e promoção da economia solidária por meio de fornecedores locais conscientes. ● Incentivo ao consumo de alimentos minimamente processados e sustentáveis. ● Sensibilização ambiental dos clientes através da gastronomia consciente. ● Promoção da identidade cultural da região de Nova Rússia. <p>Cadeia Produtiva e Estrutura Organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Produção: Cultivo interno de hortaliças, ervas e flores comestíveis, seguindo práticas sustentáveis. ● Processamento: Preparação de pratos à base de ingredientes frescos e locais no restaurante. ● Comercialização: Atendimento no local, delivery de pizzas e, futuramente, serviço exclusivo para associados. <p>Parcerias, Certificações e Reconhecimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Colaboração com fornecedores locais de produtos orgânicos e agroecológicos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Integração com iniciativas de turismo rural e sustentável na região do Vale do Itajaí. <p>Principais Ações Implementadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de infraestrutura ecológica: uso de painéis solares, água de poço artesiano e sistema de saneamento por zonas de raízes. • Realização de eventos e experiências de lifestyle focados em sustentabilidade e bem-estar. • Estratégias de adaptação do cardápio para atender diferentes perfis de consumidores, preservando o compromisso com a alimentação consciente. <p>Desafios e Perspectivas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desafios: <ul style="list-style-type: none"> ○ Alto custo operacional, limitando o acesso a diferentes públicos. ○ Necessidade de financiamento e apoio institucional para expansão. ○ Desafios logísticos decorrentes da localização remota. • Perspectivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Expansão do cultivo próprio de alimentos e da linha de delivery. ○ Transformação do restaurante em um clube exclusivo para associados, ampliando a estabilidade econômica. ○ Exploração das oportunidades crescentes no turismo rural e gastronômico sustentável. <p>Impacto Social e Cultural</p> <p>O Permita Ser reforça a identidade cultural e ambiental da região, promovendo o bem-viver e práticas de sustentabilidade no cotidiano dos visitantes. Atua como agente de transformação de comportamento alimentar e modelo replicável de integração entre turismo comunitário e gastronomia sustentável.</p>
--	---

Fonte: organizado pela autora, 2025.

4.2 Análises dos objetivos de desenvolvimento sustentável

A análise do formulário de catalogação e a correlação entre os projetos e empresas destacados e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) evidenciaram sinergias relevantes entre suas práticas, objetivos e impactos. Iniciativas como a Natura Linha Ekos e o Restaurante Permita Ser se destacaram pelo uso sustentável de recursos naturais, fortalecimento de comunidades locais e promoção de modelos de negócios socialmente responsáveis, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. A seguir, apresentam-se as principais correlações identificadas.

- **Sustentabilidade e Biodiversidade (ODS 2, 12 e 15):** Os projetos analisados compartilham o compromisso com o uso sustentável de recursos naturais, a preservação de ecossistemas e o fortalecimento da segurança alimentar. A Natura Linha Ekos utiliza ativos da biodiversidade brasileira adquiridos de cooperativas amazônicas, contribuindo para a manutenção da floresta em pé. A Patagonia Work implementa práticas regenerativas e emprega materiais reciclados, estimulando a agricultura sustentável e o uso eficiente de insumos. A Fortaleza do Gergelim Kalunga adota técnicas agrícolas tradicionais que conservam a biodiversidade do Cerrado, enquanto o Restaurante Permita Ser cultiva Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) e hortaliças por meio de práticas de baixo impacto. Essas iniciativas promovem a conservação de habitats, reduzem resíduos e contribuem para a difusão de práticas agroecológicas.
- **Geração de Trabalho e Redução de Desigualdades (ODS 1, 8 e 10):** As iniciativas promovem geração de renda e inclusão social. A Natura Linha Ekos beneficia mais de duas mil famílias em cadeias produtivas sustentáveis. O projeto Olha o Peixe reduz a dependência de atravessadores e assegura preços mais justos aos pescadores artesanais. A Cacauway fortalece a economia regional ao verticalizar a cadeia produtiva do cacau na Amazônia, enquanto o Restaurante Permita Ser contrata trabalhadores locais em períodos de maior demanda e prioriza fornecedores sustentáveis. Esses exemplos demonstram que a adoção de práticas ecossocioeconômicas pode contribuir para a redução das desigualdades e para a ampliação da justiça econômica.
- **Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12):** A gestão de resíduos e a economia circular são prioridades recorrentes nas iniciativas. A Patagonia

promove o reaproveitamento de materiais e mantém o programa Worn Wear, incentivando a longevidade de seus produtos. O Restaurante Quintana Ecogastronomia reduziu seu volume diário de resíduos de 30 kg para 2 kg por meio de compostagem. A Central do Cerrado valoriza o agroextrativismo sustentável, enquanto o Restaurante Permita Ser incorpora sistemas de saneamento ecológico e incentiva práticas de consumo consciente. Tais ações evidenciam alinhamento com o ODS 12 e reforçam o potencial de cadeias produtivas mais responsáveis.

- **Conservação Ambiental e Ação Climática (ODS 13 e 15):** A conservação ambiental e a recuperação de ecossistemas estão no centro de diversas práticas analisadas. A Juçará implementa sistemas agroflorestais na Mata Atlântica e promove o plantio de palmeiras juçara. A Fortaleza do Pequi do Xingu recupera áreas degradadas e resgata técnicas indígenas de manejo sustentável. A Patagonia Work reduz emissões de CO₂ mediante o uso de algodão regenerativo e materiais reciclados. O Restaurante Permita Ser integra práticas agrícolas sustentáveis e energia solar. Essas ações reforçam soluções baseadas na natureza e contribuem para a mitigação das mudanças climáticas.
- **Saúde, Bem-Estar e Alimentação Sustentável (ODS 3 e 2):** A promoção de alimentos saudáveis e do bem-estar é central em várias iniciativas. A Natura Linha Ekos apoia comunidades ribeirinhas com acesso a água potável e programas de saúde e nutrição. O Quintana Ecogastronomia oferece cardápio saudável e sazonal, promovendo educação alimentar. O Restaurante Permita Ser prioriza alimentos frescos e vegetais, estimulando hábitos alimentares saudáveis. Tais ações contribuem para a redução de doenças alimentares e para o fortalecimento do bem-estar das comunidades atendidas.
- **Valorização Cultural e Identidade Local (ODS 11 e 17):** Diversas iniciativas fortalecem saberes tradicionais e culturas locais. A Fortaleza do Gergelim Kalunga resgata práticas agrícolas ancestrais e reforça o protagonismo quilombola. O Consórcio Sateré-Mawé protege territórios indígenas e comercializa produtos nativos de forte valor cultural. A ChocoSol integra comunidades quilombolas e indígenas na produção de chocolates, valorizando seus conhecimentos tradicionais. O Restaurante Permita Ser incorpora elementos

histórico-culturais ao turismo gastronômico sustentável. Tais iniciativas evidenciam a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável.

- **Parcerias e Redes de Cooperação (ODS 17):** As parcerias são fundamentais para ampliar o alcance e a eficácia das iniciativas. A Natura Linha Ekos mantém cooperações com associações de agricultores e com o Pacto Global da ONU. A Juçai atua em conjunto com organizações como SOS Mata Atlântica e Instituto Humanize. A Central do Cerrado integra redes como o Mercado de Pinheiros e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Restaurante Permita Ser também busca parcerias com investidores e fornecedores comprometidos com a sustentabilidade. Essas redes fortalecem o impacto e o alcance das soluções implementadas.

4.2.1 Consolidação e Padrões Observados nas Experiências Ecosocioeconômicas

Com base na análise dos ODS, esta subseção tem por objetivo consolidar os dados das quatorze experiências de ecosocioeconomias empresariais, identificar padrões recorrentes e aprofundar a reflexão sobre suas contribuições para a Agenda 2030. A sistematização possibilitou observar correlações significativas entre as estratégias adotadas e os ODS priorizados, evidenciando o potencial transformador desses modelos.

A sistematização geral das iniciativas e dos ODS priorizados demonstrou que cada experiência articula diferentes objetivos de forma integrada. As correlações observadas foram:

- **Natura – Linha Ekos:** ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11;
- **Patagonia:** ODS 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15;
- **Mulheres na Cadeia do Algodão:** ODS 1, 5, 8, 10 e 12;
- **Juçai:** ODS 1, 2, 3, 12, 13, 15 e 17;
- **Restaurante Quintana:** ODS 2, 3, 12 e 17;
- **Olha o Peixe:** ODS 2, 10, 11, 12 e 14;
- **Central do Cerrado:** ODS 2, 3, 8, 12 e 17;
- **Fortaleza do Gergelim Kalunga:** ODS 2, 8, 12, 15 e 17;
- **Fortaleza do Pequi do Xingu:** ODS 2, 3, 8, 12 e 17;
- **Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé:** ODS 2, 11, 12 e 17;

- **Cacauway:** ODS 3, 5, 8, 9, 11, 12 e 13;
- **ChocoSol:** ODS 1, 2, 8, 10, 11, 12 e 13;
- **Restaurante Permite Ser:** ODS 8, 12 e 15;
- **Agricultura Regenerativa – Fazenda Gordura (Danone):** ODS 2, 8, 12, 13, 15 e 17.

Esses dados revelam a abrangência dos setores envolvidos e a multiplicidade de impactos gerados pelas práticas analisadas. A análise comparativa permitiu identificar padrões relevantes quanto aos ODS mais recorrentes e às práticas adotadas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais frequentes foram:

- **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis:** contemplado em 13 das 14 iniciativas;
- **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável:** presente em 11 experiências;
- **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** identificado em 10 práticas;
- **ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação:** observado em 8 iniciativas.

Essa predominância demonstra o foco central das ecossocioeconomias empresariais na promoção de práticas produtivas responsáveis, na segurança alimentar, no fortalecimento do trabalho digno e na articulação de alianças estratégicas. As práticas recorrentes observadas incluem:

- verticalização das cadeias produtivas, com geração de valor local;
- promoção da agricultura sustentável e regenerativa;
- valorização de saberes tradicionais e culturas locais;
- adoção de princípios de comércio justo e economia solidária;
- uso de tecnologias sustentáveis;
- empoderamento feminino e inclusão social.

4.2.2 Destaques e Inovações Específicas

Entre as inovações observadas, destacam-se:

- a implementação da agricultura regenerativa nas Fazendas Gordura, apoiada por instituições de pesquisa internacionais, como a Universidade de Yale;
- o ativismo climático integrado ao modelo de negócios da Patagonia;
- o modelo híbrido de gastronomia consciente e turismo sustentável desenvolvido pelo Restaurante Permita Ser.

Essas inovações evidenciam a evolução dos modelos ecossocioeconômicos e sua capacidade de adaptação às demandas sociais, ambientais e econômicas contemporâneas.

4.3 Contribuição das ecossocioeconomias empresariais para a agenda 2030

A sistematização das catorze experiências estudadas evidencia que as ecossocioeconomias empresariais constituem importantes vetores de transformação rumo à concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A diversidade setorial observada abrangendo cosméticos, moda, alimentação, agroindústria e turismo demonstra a aplicabilidade transversal desses modelos, reforçando que práticas sustentáveis podem ser incorporadas em diferentes escalas e arranjos produtivos. Essa multiplicidade revela que as ecossocioeconomias não se configuram como soluções restritas a nichos específicos, mas como estruturas capazes de orientar transições profundas em cadeias produtivas diversas.

A forte incidência sobre o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) confirma o alinhamento dessas iniciativas com princípios de regeneração ecológica, fortalecimento de economias territoriais e promoção de trabalho digno. Observa-se que práticas como a gestão responsável de recursos, a redução de resíduos, a adoção de insumos de base agroecológica e a verticalização de cadeias produtivas contribuem diretamente para a criação de sistemas produtivos mais justos e eficientes. Ademais, a presença recorrente do ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) destaca que a cooperação multissetorial envolvendo comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, empresas e governos — constitui elemento decisivo para a consolidação e expansão das ecossocioeconomias empresariais.

As experiências analisadas revelam ainda que a valorização de culturas tradicionais, o emprego de tecnologias sustentáveis e a conexão entre saberes locais e

inovação científica são estratégias centrais para o fortalecimento das ecossocioeconomias. Práticas como agricultura regenerativa, ativismo ambiental empresarial e integração entre gastronomia, turismo sustentável e educação ambiental demonstram que esses modelos são dinâmicos e capazes de se adaptar às demandas contemporâneas, sem perder sua ancoragem territorial e comunitária. Assim, evidencia-se que as ecossocioeconomias empresariais funcionam como agentes estratégicos na transformação dos sistemas produtivos, constituindo alternativas concretas, replicáveis e escaláveis para a construção de sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis, em consonância com os princípios estruturantes da Agenda 2030.

4.4 Análise exploratória das experiências e metas dos ods na agenda 2030

O presente estudo desenvolve uma análise exploratória das experiências vinculadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando sua relevância como instrumentos capazes de promover estratégias globais orientadas para a sustentabilidade e para o bem-estar social. A Agenda 2030, concebida pela Organização das Nações Unidas (ONU), consolidou-se como um marco referência ao integrar dimensões ambientais, sociais e econômicas em uma visão abrangente e interdependente de desenvolvimento sustentável, fundada em compromissos coletivos e corresponsabilidade entre os países.

Com o propósito de compreender a profundidade e o alcance das práticas estudadas, foram sistematizadas e analisadas as informações previamente organizadas no Quadro 9, que relaciona cada experiência às metas específicas da Agenda 2030. Essa sistematização permitiu visualizar de maneira clara e objetiva como cada iniciativa contribui para o cumprimento das metas globais, identificando avanços concretos, desafios persistentes e impactos gerados em seus respectivos contextos socioterritoriais. O quadro funcionou, portanto, como instrumento metodológico de síntese, facilitando a leitura comparativa das experiências e subsidiando uma discussão crítica acerca de seus potenciais e limites.

As experiências foram avaliadas segundo múltiplas dimensões: adequação às metas dos ODS, relevância dos contextos de aplicação, impactos sociais e ambientais gerados, capacidade de transformação territorial e viabilidade técnica e econômica. Essa abordagem integrada possibilitou identificar padrões, especificidades e lacunas,

contribuindo para a construção de uma análise comparativa consistente. Observou-se que algumas iniciativas apresentam elevado grau de inovação e replicabilidade, enquanto outras demandam maior investimento, fortalecimento institucional ou articulação em redes para ampliar sua eficácia. Esse conjunto de análises permitiu delinear um panorama abrangente das contribuições e desafios das ecossocioeconomias empresariais no contexto da Agenda 2030, reafirmando a importância de modelos sustentáveis orientados pelo território e pela integração entre saberes tradicionais, práticas ecológicas e estratégias produtivas contemporâneas.

Quadro 15. Análise Exploratória das Experiências e Metas dos ODS na Agenda 2030.

Análise Exploratória das Experiências e Metas dos ODS na Agenda 2030	
Experiência	Análise das experiências ODS com as Metas – Agenda 2030
Natura linha Ekos	<p>Localização: Benevides (PA), Brasil Tipologia: Bioeconomia, Comércio Justo e Cadeias Sustentáveis</p> <p>A atuação da Natura, especialmente por meio de sua linha Ekos, revela um modelo empresarial fortemente alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com impactos positivos em dimensões sociais, econômicas e ambientais. A seguir, apresenta-se a análise exploratória das principais contribuições da empresa, organizadas por ODS e respectivas metas da Agenda 2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 – Erradicação da Pobreza <i>Meta 1.2:</i> Redução da pobreza em todas as idades. <i>Meta 1.4:</i> Acesso igualitário a recursos econômicos. A Natura promove a inclusão produtiva de mais de 2.000 famílias da Amazônia, por meio de parcerias com cooperativas e associações, gerando renda e fortalecendo cadeias produtivas sustentáveis. • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumento da produtividade dos pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Sistemas sustentáveis de produção de alimentos. A empresa estimula práticas agroextrativistas sustentáveis e valorização de saberes tradicionais, contribuindo para segurança alimentar e preservação da biodiversidade. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.2:</i> Redução de mortes evitáveis entre crianças. <i>Meta 3.9:</i> Redução de doenças relacionadas à poluição. Iniciativas como o Projeto SANEAR melhoram o acesso a água e saneamento, enquanto o uso de embalagens recicladas e a não realização de testes em animais reduzem impactos à saúde humana e ambiental. • ODS 4 – Educação de Qualidade <i>Meta 4.4:</i> Habilidades técnicas e digitais para jovens e adultos. <i>Meta 4.5:</i> Igualdade de acesso à educação. Com apoio ao Modelo de Educação de Alternância, a empresa promove a capacitação de jovens em comunidades amazônicas, com foco na inclusão digital e formação para o trabalho. • ODS 5 – Igualdade de Gênero <i>Meta 5.5:</i> Participação plena das mulheres na vida econômica. <i>Meta 5.a:</i> Acesso igualitário a recursos econômicos.

	<p>A atuação junto a organizações como o MIIB e a COOFRUTA fortalece a autonomia econômica de mulheres, ampliando sua participação em cadeias produtivas sustentáveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 6 – Água Potável e Saneamento <i>Meta 6.1:</i> Acesso universal à água potável. <i>Meta 6.b:</i> Participação comunitária na gestão hídrica. A Natura atua na instalação de sistemas de saneamento básico e abastecimento, envolvendo comunidades locais na gestão participativa dos recursos hídricos. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Apoio ao empreendedorismo e à inovação sustentável. <i>Meta 8.5:</i> Emprego produtivo e pleno. O Programa Amazônia e o Ecoparque de Benevides geram emprego, renda e fomentam negócios sustentáveis com foco em inovação e valorização da floresta em pé. • ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura <i>Meta 9.4:</i> Modernização sustentável da infraestrutura industrial. <i>Meta 9.b:</i> Desenvolvimento de tecnologias limpas. A empresa investe em tecnologias circulares como álcool orgânico e embalagens recicladas, promovendo inovação com baixo impacto ambiental. • ODS 10 – Redução das Desigualdades <i>Meta 10.1:</i> Crescimento da renda dos 40% mais pobres. <i>Meta 10.2:</i> Inclusão econômica e política de comunidades vulneráveis. A inclusão de povos tradicionais em cadeias globais de valor reduz desigualdades e valoriza saberes e práticas culturais locais. • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis <i>Meta 11.6:</i> Redução dos impactos ambientais nas cidades. <i>Meta 11.a:</i> Integração entre áreas urbanas e rurais. Com o uso de PET 100% reciclado e a conexão de comunidades rurais a mercados urbanos, a empresa reforça a sustentabilidade urbana e territorial. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Uso eficiente dos recursos naturais. <i>Meta 12.5:</i> Redução da geração de resíduos. A rastreabilidade de insumos e a priorização da economia circular evidenciam o compromisso com práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.2:</i> Integração de políticas climáticas corporativas. A adesão a iniciativas como Net Zero e Science Based Targets demonstra o engajamento da Natura na mitigação das mudanças climáticas por meio de metas de redução de emissões. • ODS 15 – Vida Terrestre
--	--

	<p><i>Meta 15.1:</i> Conservação dos ecossistemas terrestres. <i>Meta 15.6:</i> Acesso justo aos benefícios dos recursos genéticos. A promoção do comércio justo, aliada ao modelo produtivo baseado na “floresta em pé”, garante o uso sustentável e a repartição de benefícios com comunidades locais.</p>
<p>A Patagonia Work - roupas e materiais esportivos (Ventura, CA, EUA)</p>	<p>Localização: Ventura (Califórnia), Estados Unidos Tipologia: Moda Sustentável, Economia Circular e Responsabilidade ESG</p> <p>A Patagonia exemplifica um modelo de negócio orientado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, justiça social e responsabilidade corporativa. Suas ações estão fortemente alinhadas às metas da Agenda 2030, promovendo impactos positivos em todas as dimensões dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A seguir, apresenta-se a análise exploratória das principais contribuições da empresa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumentar a produtividade dos pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Promover sistemas agrícolas resilientes e sustentáveis. A empresa adota práticas de agricultura regenerativa, envolvendo mais de 150 pequenos produtores de algodão na Índia, contribuindo para o aumento da produtividade, renda rural e conservação do solo. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.4:</i> Promoção da saúde mental e bem-estar. <i>Meta 3.9:</i> Redução de doenças associadas a produtos químicos perigosos. A substituição de materiais tóxicos por alternativas naturais, como o Yulex®, aliada a políticas internas que promovem o equilíbrio vida-trabalho, demonstra compromisso com o bem-estar dos colaboradores e consumidores. • ODS 4 – Educação de Qualidade <i>Meta 4.7:</i> Educação para o desenvolvimento sustentável. A iniciativa <i>Globalization Trade</i> capacita empreendedores sobre os impactos ambientais dos negócios, promovendo a conscientização e o engajamento com práticas empresariais responsáveis. • ODS 7 – Energia Limpa e Acessível <i>Meta 7.2:</i> Aumentar a participação de energia renovável na matriz global. <i>Meta 7.3:</i> Dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética. A Patagonia utiliza energia 100% renovável em lojas e escritórios e desenvolve centros logísticos com tecnologias limpas, além de apoiar projetos de energia renovável em comunidades locais. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Promoção do empreendedorismo sustentável. <i>Meta 8.5:</i> Emprego pleno e produtivo com igualdade salarial. <i>Meta 8.8:</i> Proteção dos direitos trabalhistas e ambientes de trabalho seguros. Com certificação <i>Fair Trade</i>, garantia de salários durante a pandemia e políticas internas inclusivas, a empresa assegura condições dignas para trabalhadores em toda sua cadeia de valor.

	<ul style="list-style-type: none"> • ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura <i>Meta 9.4:</i> Infraestrutura sustentável e tecnologias limpas. <i>Meta 9.5:</i> Promoção da pesquisa e desenvolvimento sustentável. A empresa investe em inovação com materiais recicláveis, como redes de pesca reutilizadas na produção de vestuário, e infraestrutura energética eficiente em suas operações. • ODS 10 – Redução das Desigualdades <i>Meta 10.1:</i> Crescimento da renda dos mais pobres. <i>Meta 10.2:</i> Inclusão social, econômica e política de grupos vulneráveis. Através do Comércio Justo, doações e campanhas como <i>Climate Justice is Social Justice</i>, a Patagonia atua na redução de disparidades e na valorização de comunidades marginalizadas. • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis <i>Meta 11.6:</i> Redução dos impactos ambientais negativos urbanos. <i>Meta 11.a:</i> Fortalecimento dos vínculos entre áreas urbanas e rurais. Programas como <i>Worn Wear</i>, de reaproveitamento de roupas, e o uso de materiais reciclados contribuem para a economia circular e redução de resíduos sólidos urbanos. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Uso eficiente e sustentável dos recursos naturais. <i>Meta 12.5:</i> Redução substancial da geração de resíduos. A Patagonia prioriza materiais recicláveis e orgânicos, além de implementar práticas de economia circular e campanhas de consumo consciente como <i>Don't Buy This Jacket</i>. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.2:</i> Integração da ação climática nas políticas e estratégias corporativas. A empresa adota materiais regenerativos, reduz emissões em sua cadeia produtiva e promove campanhas contra combustíveis fósseis, integrando a mitigação climática ao seu modelo de negócios. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação de ecossistemas terrestres. <i>Meta 15.2:</i> Gestão sustentável de florestas e solos. Por meio do apoio à agricultura regenerativa e de campanhas como <i>30 by 30 Resolution to Protect Nature</i>, a Patagonia atua ativamente na proteção de solos, florestas e da biodiversidade global.
Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura/Danone Brasil (Guaranésia, MG)	<p>Localização: Guaranésia (MG), Brasil – Operação global Tipologia: Agroindústria Alimentícia e Agricultura Regenerativa</p> <p>A Danone, com presença consolidada no setor alimentício em mais de 120 países, adota um modelo de negócio comprometido com a sustentabilidade ambiental, o bem-estar social e a inovação produtiva. Por meio da certificação como Empresa B e da implementação de seu Plano Nature, a empresa estrutura suas ações em torno de práticas regenerativas e de responsabilidade socioambiental. A seguir, apresenta-se</p>

a análise exploratória das principais contribuições da empresa à Agenda 2030, com destaque ao projeto desenvolvido nas Fazendas Gordura (MG):

- **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável**

Meta 2.3: Aumento da produtividade e renda de pequenos produtores.

Meta 2.4: Promoção de sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes.

A Danone promove a agricultura regenerativa com integração pecuária-floresta, restauração de áreas degradadas, melhoria da fertilidade do solo e capacitação técnica dos produtores. O programa DanLeite fortalece a produção leiteira sustentável, contribuindo para segurança alimentar e conservação da biodiversidade.

- **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico**

Meta 8.3: Fomento ao desenvolvimento produtivo e apoio a pequenas empresas.

Meta 8.4: Eficiência no uso de recursos e dissociação entre crescimento e degradação ambiental.

A empresa incentiva práticas agropecuárias sustentáveis com retorno econômico, promove o pagamento por qualidade, investe em capacitação de produtores e apoia o desenvolvimento de cadeias produtivas resilientes.

- **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura**

Meta 9.5: Ampliação da pesquisa e desenvolvimento sustentável.

Parcerias com universidades e ONGs, como a Universidade de Yale e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), fortalecem a base técnica e viabilizam inovações como a ferramenta *Cool Farm Tool* para mapeamento e mitigação de emissões de carbono na produção leiteira.

- **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis**

Meta 12.2: Gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais.

Meta 12.5: Redução significativa da geração de resíduos.

A Danone adota princípios de economia circular, reduz o desperdício na cadeia produtiva e mantém o selo de certificação Empresa B, garantindo transparência e responsabilidade socioambiental em suas operações.

- **ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima**

Meta 13.1: Fortalecimento da resiliência frente às mudanças climáticas.

Meta 13.3: Conscientização e capacitação sobre mitigação e adaptação climática.

Por meio da agricultura regenerativa, a empresa contribui para o sequestro de carbono, mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e educação técnica de produtores para práticas de baixo impacto climático.

- **ODS 15 – Vida Terrestre**

Meta 15.1: Conservação e uso sustentável de ecossistemas terrestres.

Meta 15.3: Restauração de terras degradadas e combate à desertificação.

A Danone planta árvores nativas, adota o manejo florestal sustentável e promove o controle biológico de pragas. Até 2021, 40 hectares da fazenda estavam regenerados, fortalecendo a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.

- **ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação**

Meta 17.16: Fortalecimento de parcerias multissetoriais para o desenvolvimento sustentável.

Meta 17.17: Estímulo a parcerias eficazes entre setor privado, governo e sociedade civil.

	<p>A atuação conjunta com ONGs, universidades e comunidades rurais consolida arranjos socioprodutivos que sustentam o modelo regenerativo. O Projeto Gota Verde e o Programa DanLeite são exemplos de cooperação técnica, ambiental e social.</p>
<p>Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável/Parceria Instituto Renner (Quilombo Gurutuba, MG)</p>	<p>Localização: Comunidades Quilombolas – Minas Gerais, Brasil Tipologia: Agroecologia, Economia Solidária e Empoderamento Feminino</p> <p>O projeto Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável, desenvolvido em parceria com o Instituto Lojas Renner, constitui uma iniciativa ecossocioeconômica que valoriza o protagonismo feminino, a inclusão socioprodutiva e a sustentabilidade ambiental em comunidades quilombolas. Com base na produção agroecológica de algodão, a experiência contribui para diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 – Erradicação da Pobreza <i>Meta 1.1:</i> Erradicar a pobreza extrema. <i>Meta 1.4:</i> Garantir acesso igualitário a recursos econômicos. O projeto gera renda por meio da produção de algodão orgânico, capacita mulheres quilombolas e promove acesso a equipamentos e recursos financeiros, reduzindo a vulnerabilidade socioeconômica e fortalecendo a autonomia das comunidades tradicionais. • ODS 5 – Igualdade de Gênero <i>Meta 5.1:</i> Eliminar todas as formas de discriminação de gênero. <i>Meta 5.a:</i> Assegurar o acesso das mulheres a recursos produtivos. A qualificação de 84 mulheres para atuação na cadeia produtiva do algodão e o fortalecimento de sua liderança econômica impulsionam a equidade de gênero e o protagonismo feminino em territórios historicamente excluídos. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Fomento ao empreendedorismo e à formalização econômica. <i>Meta 8.5:</i> Trabalho decente para todos, com igualdade de remuneração. A formalização de atividades produtivas em mais de 350 hectares e a criação de associações comunitárias promovem o empreendedorismo e o acesso a condições dignas de trabalho e renda sustentável. • ODS 10 – Redução das Desigualdades <i>Meta 10.2:</i> Inclusão social, econômica e política de grupos marginalizados. <i>Meta 10.3:</i> Igualdade de oportunidades e redução de desigualdades regionais. A inserção de comunidades quilombolas e mulheres em cadeias produtivas têxteis contribui para a redução de disparidades socioeconômicas e regionais, promovendo inclusão e equidade no mercado de trabalho. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Uso sustentável de recursos naturais. <i>Meta 12.5:</i> Redução da geração de resíduos. A produção agroecológica sem agrotóxicos, o reaproveitamento de subprodutos (como óleo de caroço para sabonetes) e a captação de água da chuva evidenciam práticas ambientalmente responsáveis e fortalecem a economia circular. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.1:</i> Fortalecer a resiliência às mudanças climáticas.

	<p>As práticas regenerativas adotadas, como o cultivo orgânico e o uso de energia solar, promovem o sequestro de carbono, a adaptação climática e a mitigação de emissões, ampliando a resiliência das comunidades agrícolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Gestão sustentável de ecossistemas terrestres. <i>Meta 15.3:</i> Restauração de áreas degradadas. A recuperação de solos por meio da agroecologia, a valorização de saberes tradicionais e a preservação da biodiversidade nos territórios quilombolas fortalecem a sustentabilidade dos ecossistemas e a gestão comunitária da terra. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecer parcerias para o desenvolvimento sustentável. <i>Meta 17.17:</i> Estimular parcerias entre setor privado, sociedade civil e comunidades locais. A articulação com o Instituto Lojas Renner, ESPLAR e CAA garante apoio técnico e institucional, promovendo o associativismo, a capacitação produtiva e a integração das comunidades a cadeias produtivas nacionais e internacionais.
<p>Mata Atlântica Sustentável/Empresa Jucaí (Resende, RJ)</p>	<p>Localização: Rio de Janeiro e Espírito Santo, Brasil Tipologia: Agroindústria Sustentável e Sistemas Agroflorestais</p> <p>A empresa Jucaí tem se destacado por seu modelo de negócios voltado à valorização da biodiversidade da Mata Atlântica, promovendo geração de valor econômico aliada à conservação ambiental e inclusão social. Através do projeto Mata Atlântica Sustentável, a empresa adota práticas que contribuem diretamente para várias metas dos ODS, conforme descrito a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 – Erradicação da Pobreza <i>Meta 1.1:</i> Erradicação da pobreza extrema. <i>Meta 1.2:</i> Redução da pobreza em todas as suas dimensões. A Jucaí gera emprego e renda ao contratar trabalhadores e fornecedores locais, apoiar parcerias com pousadas e incluir o suco de juçara na alimentação escolar. Além disso, desenvolve programas de educação ambiental para crianças, ampliando oportunidades e promovendo desenvolvimento local. • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumento da produtividade de pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Sistemas sustentáveis e resilientes de produção de alimentos. Com parcerias com cooperativas e uso de sistemas agroflorestais, a empresa incentiva práticas regenerativas, promove a certificação orgânica da produção e refloresta áreas com mais de 6 milhões de mudas de juçara, equilibrando produção, biodiversidade e sustentabilidade. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.4:</i> Promoção da saúde e bem-estar. <i>Meta 3.9:</i> Redução dos impactos ambientais sobre a saúde. A produção de alimentos orgânicos sem uso de agrotóxicos promove saúde para os consumidores e proteção ambiental, reduzindo riscos associados a práticas agrícolas convencionais.

	<ul style="list-style-type: none"> • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Gestão eficiente dos recursos naturais. <i>Meta 12.5:</i> Redução de resíduos por meio da reciclagem e reutilização. A Jucaí adota estratégias de economia circular, como reutilização de água, eficiência energética, logística reversa e parcerias com o programa Eureciclo para compensação de embalagens, reduzindo o impacto ambiental em todas as etapas da produção. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.1:</i> Aumento da resiliência às mudanças climáticas. Com o uso de sistemas agroflorestais e práticas agrícolas que evitam o desmatamento, a empresa contribui para a captura de carbono, conservação da vegetação nativa e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação e uso sustentável de ecossistemas. <i>Meta 15.3:</i> Recuperação de áreas degradadas. A Jucaí atua na restauração da Mata Atlântica com milhões de mudas de juçara, preservando frutos para a fauna e promovendo a regeneração natural das florestas, reforçando o equilíbrio ecológico e a biodiversidade. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias multissetoriais para o desenvolvimento sustentável. A empresa articula parcerias com organizações como SOS Mata Atlântica, Instituto Humanize, Eureciclo e Pólen, ampliando seu impacto socioambiental e garantindo ações integradas de conservação, educação ambiental e responsabilidade compartilhada.
<p style="text-align: center;">Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural (Curitiba, PR)</p>	<p>Localização: Curitiba (PR), Brasil Tipologia: Ecogastronomia, Agroecologia e Consumo Consciente</p> <p>O Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural se configura como uma experiência ecossocioeconômica exemplar no campo da alimentação sustentável, aliando gastronomia, cultura e responsabilidade socioambiental. Por meio de práticas voltadas à inclusão social, sustentabilidade produtiva e educação alimentar, a iniciativa contribui diretamente para a concretização de diversas metas dos ODS, conforme descrito a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.1:</i> Garantir acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. <i>Meta 2.3:</i> Aumentar a produtividade de pequenos agricultores. <i>Meta 2.4:</i> Estabelecer sistemas alimentares sustentáveis. O restaurante atua em parceria com agricultores familiares e povos indígenas, incentivando o resgate de sementes crioulas, o cultivo agroecológico e a comercialização direta de alimentos frescos. A oferta de marmitas solidárias e a valorização de 15 variedades tradicionais de feijão reforçam a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura local. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.4:</i> Promoção da saúde mental e bem-estar. <i>Meta 3.9:</i> Redução da poluição ambiental que afeta a saúde. As refeições são elaboradas com base em alimentos orgânicos, PANCs e vegetais frescos, promovendo hábitos saudáveis. O restaurante

	<p>também adota práticas sustentáveis como compostagem, descarte correto de resíduos e proibição de agrotóxicos, prevenindo impactos ambientais e sanitários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.3:</i> Redução do desperdício global de alimentos. <i>Meta 12.4:</i> Gestão ambientalmente racional de produtos químicos e resíduos. <i>Meta 12.5:</i> Diminuição da geração de resíduos sólidos. <i>Meta 12.8:</i> Acesso à informação para o desenvolvimento sustentável. Com o controle rigoroso de porções, pesagem de resíduos, reaproveitamento de alimentos e uso de água da chuva, o restaurante reduz desperdícios e promove a economia circular. A compostagem in loco transforma resíduos em adubo para a horta, enquanto campanhas como “Disco Xepa” engajam a comunidade em práticas de consumo consciente. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias multisetoriais. <i>Meta 17.17:</i> Estímulo a colaborações entre sociedade civil, setor privado e público. O Quintana articula uma rede colaborativa que inclui agricultores, artistas, ONGs, certificadoras e organizações sociais, fortalecendo vínculos territoriais e impactos positivos por meio de sinergias culturais, produtivas e comunitária.
Olha o Peixe (Pontal do Paraná, PR)	<p>Localização: Litoral do Paraná, Brasil Tipologia: Pesca Artesanal Sustentável, Economia Solidária e Valorização Cultural</p> <p>A Olha o Peixe é uma microempresa que se configura como um negócio socioambiental voltado à valorização da pesca artesanal no litoral paranaense. Por meio de ações integradas com as comunidades pesqueiras, a iniciativa promove inclusão social, valorização cultural, consumo consciente e sustentabilidade ambiental, contribuindo diretamente para o cumprimento de diversos ODS, conforme apresentado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumentar a produtividade e a renda dos pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Estabelecer sistemas sustentáveis de produção de alimentos. A empresa fortalece a pesca artesanal ao eliminar intermediários e criar acesso direto ao mercado consumidor, elevando a renda dos pescadores. O Módulo de Beneficiamento de Pescados agrega valor à produção e promove práticas seletivas e responsáveis de captura, respeitando a biodiversidade marinha e a legislação ambiental. • ODS 10 – Redução das Desigualdades <i>Meta 10.1:</i> Redução das desigualdades de renda. <i>Meta 10.2:</i> Inclusão social, econômica e política de grupos vulneráveis. A Olha o Peixe assegura preços justos pelos pescados e promove a capacitação e empregabilidade de mulheres pescadoras, ampliando a inclusão econômica e reduzindo disparidades socioeconômicas nas comunidades costeiras. • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis <i>Meta 11.4:</i> Valorização do patrimônio cultural. <i>Meta 11.a:</i> Fortalecimento dos vínculos urbano-rurais. A valorização do modo de vida caiçara, das técnicas tradicionais de pesca e da gastronomia local integra a cultura ao desenvolvimento

	<p>sustentável. A empresa conecta comunidades litorâneas aos centros urbanos, promovendo o Turismo de Base Comunitária e relações solidárias entre campo e cidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.3:</i> Redução do desperdício de alimentos. <i>Meta 12.5:</i> Diminuição da geração de resíduos. <i>Meta 12.8:</i> Acesso à informação para o consumo sustentável. Com práticas de captura seletiva, aproveitamento de subprodutos e uso de embalagens biodegradáveis, como as da “Já Fui Mandioca”, a empresa reduz perdas e resíduos. Informa os consumidores sobre o nome do pescador, local, data e método de pesca, promovendo escolhas conscientes e transparentes. • ODS 14 – Vida na Água <i>Meta 14.4:</i> Regulação da pesca e fim de práticas destrutivas. <i>Meta 14.b:</i> Acesso de pescadores artesanais a recursos e mercados. A empresa atua exclusivamente com pesca artesanal legalizada, promove educação ambiental e estimula a conservação de ecossistemas costeiros. Facilita o acesso dos pescadores a mercados locais e institucionais, fortalecendo a viabilidade econômica da atividade tradicional.
<p>Central do Cerrado: Produtos Eossociais (Brasília, DF)</p>	<p>Localização: Sete estados brasileiros (região do Cerrado) Tipologia: Agroextrativismo, Comércio Justo e Sociobiodiversidade</p> <p>A Central do Cerrado reúne 35 organizações comunitárias e atua como elo entre comunidades agroextrativistas e consumidores, promovendo práticas de conservação ambiental, geração de renda e valorização da cultura tradicional. Suas ações alinham-se fortemente aos princípios das ecossocioeconomias, contribuindo para diversas metas dos ODS com impactos relevantes nas esferas econômica, social, ambiental e cultural.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumentar a produtividade e a renda dos pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Garantir sistemas sustentáveis de produção. <i>Meta 2.5:</i> Preservar a diversidade genética de sementes e espécies. A Central fortalece a agricultura familiar por meio de acesso a mercados institucionais e comerciais, promovendo o uso sustentável de espécies nativas como baru, pequi e babaçu. A valorização de práticas tradicionais garante a conservação da diversidade genética e o uso racional dos recursos naturais do Cerrado. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.4:</i> Redução de doenças relacionadas à alimentação inadequada. <i>Meta 3.9:</i> Redução da contaminação ambiental. Os produtos naturais e nutritivos comercializados pela Central são incorporados em programas de alimentação escolar, enquanto o manejo sustentável reduz impactos ambientais, como o uso de agrotóxicos e a degradação do solo. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Apoio ao empreendedorismo e negócios comunitários. <i>Meta 8.5:</i> Promoção de emprego pleno e produtivo. <i>Meta 8.9:</i> Valorização do turismo sustentável e das economias locais.

	<p>Com mais de 8 mil famílias beneficiadas, a Central estimula o cooperativismo, promove capacitação e cria oportunidades de trabalho digno. Integra o turismo sustentável à valorização cultural e gastronômica das comunidades do Cerrado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.3:</i> Redução do desperdício de alimentos. <i>Meta 12.4:</i> Gestão sustentável de resíduos. <i>Meta 12.8:</i> Promoção da educação para o consumo sustentável. A Central otimiza o uso de recursos naturais e promove a educação dos consumidores sobre a importância dos produtos da sociobiodiversidade, incentivando escolhas alimentares responsáveis e práticas de manejo sustentável. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação de ecossistemas terrestres. <i>Meta 15.6:</i> Repartição justa dos benefícios da biodiversidade. As práticas agroextrativistas promovidas conservam o Cerrado, um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A Central assegura repartição justa dos benefícios econômicos com comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, reconhecendo seus saberes ancestrais. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável. <i>Meta 17.17:</i> Estímulo à cooperação entre governo, sociedade civil e setor privado. A Central articula parcerias com instituições como a Fundação Banco do Brasil, ISPN, ONGs e órgãos públicos. Também se conecta com restaurantes e mercados de alta gastronomia, fomentando o comércio justo e solidário.
<p>Fortaleza do Gergelim Kalunga (Goiás)</p>	<p>Localização: Território Kalunga, Goiás, Brasil Tipologia: Agricultura Tradicional, Ecoturismo Comunitário e Sociobiodiversidade</p> <p>A Fortaleza do Gergelim Kalunga é uma iniciativa localizada em uma das maiores áreas contínuas de Cerrado preservado no Brasil. Desenvolvido pelas comunidades quilombolas Kalunga, o projeto articula práticas produtivas sustentáveis, valorização cultural, turismo comunitário e geração de renda. Suas ações contribuem para a realização de múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme descrito a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 – Erradicação da Pobreza <i>Meta 1.4:</i> Garantia de acesso equitativo a recursos econômicos e à terra. A comercialização do gergelim fortalece a autonomia econômica das famílias Kalunga, promovendo o uso sustentável da terra, a geração de renda e a valorização das práticas produtivas tradicionais. • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumento da produtividade e renda de pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Estabelecimento de sistemas agrícolas sustentáveis. A iniciativa capacita os Kalunga para técnicas de manejo sustentável, com agricultura de baixo impacto e sem uso de agrotóxicos, respeitando os ciclos ecológicos do Cerrado e fortalecendo a resiliência produtiva local. • ODS 4 – Educação de Qualidade <i>Meta 4.7:</i> Educação para o desenvolvimento sustentável e valorização cultural.

	<p>A capacitação em agroextrativismo e ecoturismo fortalece o conhecimento tradicional e promove práticas comunitárias sustentáveis, articulando saberes ancestrais e formação cidadã.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 6 – Água Limpa e Saneamento <i>Meta 6.6:</i> Proteção de ecossistemas relacionados à água. A conservação do bioma Cerrado colabora diretamente para a proteção de nascentes e cursos d'água como o rio Preto, fundamentais para a segurança hídrica das comunidades e da região. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Apoio ao empreendedorismo sustentável e economia local. <i>Meta 8.9:</i> Desenvolvimento do turismo sustentável e valorização cultural. O projeto fomenta o trabalho comunitário e cria novas fontes de renda com a cadeia do gergelim e o ecoturismo cultural, promovendo geração de emprego, autonomia e valorização do patrimônio Kalunga. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Gestão eficiente dos recursos naturais. <i>Meta 12.4:</i> Minimização de impactos ambientais na produção. O cultivo agroecológico do gergelim e o respeito aos ciclos da natureza refletem práticas produtivas de baixo carbono que reduzem a pegada ambiental e preservam o bioma local. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação de ecossistemas e biodiversidade. <i>Meta 15.5:</i> Combate à degradação ambiental e proteção de habitats naturais. A iniciativa protege a biodiversidade do Cerrado por meio de práticas sustentáveis e uso responsável do território, promovendo a permanência dos modos de vida tradicionais em equilíbrio com o meio ambiente. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.14:</i> Coerência entre políticas para o desenvolvimento sustentável. <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias multissetoriais. Com apoio de instituições como o Slow Food Brasil, Central do Cerrado e Universidade de Brasília, a Fortaleza articula redes que integram ações comunitárias, pesquisa, políticas públicas e mercado justo.
<p>Fortaleza do Pequi do Xingu (Terra Indígena Wawi, Povo Kisêdjê, MT)</p>	<p>Localização: Terra Indígena Wawi, Mato Grosso, Brasil Tipologia: Agroextrativismo Indígena, Agricultura Tradicional e Valorização da Biodiversidade</p> <p>A Fortaleza do Pequi do Xingu, liderada pela comunidade indígena Kisêdjê, representa uma experiência de protagonismo territorial, conservação ambiental e geração de renda a partir do uso sustentável da biodiversidade. Com base na produção e comercialização do óleo de pequi, a iniciativa contribui para a valorização dos saberes tradicionais, inclusão produtiva e preservação do Cerrado e da Amazônia, articulando diversas metas dos ODS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumento da produtividade e da renda de pequenos produtores indígenas. <i>Meta 2.4:</i> Promoção de sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes.

	<p>A produção sustentável do óleo de pequi valoriza a cultura local, gera renda anual reinvestida na associação comunitária e contribui para a segurança alimentar. A recuperação de áreas degradadas com o plantio de pequizeiros fortalece a resiliência agroecológica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.9:</i> Redução dos impactos ambientais na saúde. <i>Meta 3.d:</i> Fortalecimento da capacidade comunitária frente a riscos ambientais. A redução da degradação ambiental promove um ambiente mais saudável. O uso do óleo de pequi como repelente natural substitui produtos químicos industriais, reforçando a autonomia e a proteção da saúde indígena. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.2:</i> Aumento da produtividade com inovação e diversificação. <i>Meta 8.5:</i> Emprego produtivo e trabalho digno para todos. <i>Meta 8.9:</i> Valorização do turismo sustentável e de produtos locais. O projeto envolve toda a comunidade na cadeia produtiva do pequi, com capacitação em técnicas de plantio, extração e comercialização, promovendo trabalho digno e geração de renda. A inserção em mercados especializados, como restaurantes renomados, valoriza o produto e a cultura local. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Gestão sustentável dos recursos naturais. <i>Meta 12.3:</i> Redução do desperdício de alimentos. <i>Meta 12.4:</i> Minimização dos impactos ambientais na produção. <i>Meta 12.8:</i> Promoção da educação para o consumo sustentável. A extração respeita os ciclos naturais do pequi, com aproveitamento integral do fruto. A produção limpa e artesanal não utiliza insumos industriais poluentes. Certificações como <i>Slow Food</i> e o <i>Selo Origens Brasil</i> ampliam a conscientização sobre o consumo ético e o papel da sociobiodiversidade. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação de ecossistemas e serviços ambientais. <i>Meta 15.3:</i> Recuperação de áreas degradadas. <i>Meta 15.5:</i> Redução da degradação de habitats. A restauração de 63 hectares com pequizeiros produtivos fortalece os serviços ecossistêmicos, como polinização e conservação do solo, além de proteger a biodiversidade e os habitats naturais da Terra Indígena Wawí. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável. <i>Meta 17.17:</i> Estímulo à cooperação multissetorial e intercultural. O projeto articula redes de apoio com instituições como <i>Slow Food</i>, <i>Instituto Socioambiental (ISA)</i>, <i>Fundo Amazônia/BNDES</i> e empresas privadas, como o Grupo Pão de Açúcar, ampliando a escala e os impactos positivos da iniciativa.
<p>Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), Brasil</p>	<p>Localização: Território Indígena Andirá-Marau, Amazonas, Brasil Tipologia: Agroextrativismo Indígena, Comércio Justo e Conservação Cultural</p>

	<p>O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé representa uma das mais sólidas experiências de agroextrativismo indígena do Brasil, centrado na produção do guaraná nativo e em práticas sustentáveis que integram valorização cultural, conservação territorial e acesso a mercados éticos. Suas ações contribuem diretamente para o alcance de várias metas dos ODS, conforme apresentado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumento da produtividade e da renda de pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Implementação de sistemas de produção sustentáveis. O CPSM promove o fortalecimento da agricultura indígena com técnicas tradicionais e agroecológicas. O acesso ao Comércio Justo e a mercados diferenciados amplia a renda das famílias Sateré-Mawé e reforça sua soberania alimentar. • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis <i>Meta 11.4:</i> Salvaguarda do patrimônio cultural e natural. <i>Meta 11.6:</i> Redução do impacto ambiental negativo. A valorização dos conhecimentos tradicionais, da língua e dos rituais indígenas é central para o consórcio. A produção livre de agrotóxicos e o manejo florestal sustentável promovem uma convivência harmoniosa com o território e reduzem os impactos ambientais. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Uso eficiente dos recursos naturais. <i>Meta 12.4:</i> Gestão ambientalmente correta de resíduos e químicos. <i>Meta 12.8:</i> Educação para estilos de vida sustentáveis. Os produtos são certificados como orgânicos e seguem normas rigorosas de produção sustentável. Através de parcerias e certificações, os produtos do CPSM disseminam uma visão de consumo responsável, reforçando a importância da floresta em pé e da biodiversidade. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.3:</i> Mobilização de recursos financeiros diversos. <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias globais e multissetoriais. O consórcio atua como modelo de articulação entre povos indígenas, universidades, ONGs, governos e cooperativas, viabilizando financiamento, apoio técnico e comercialização em escala internacional com respeito à autonomia indígena. <p>Impactos Integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Econômico: Geração de renda a partir da cadeia do guaraná nativo com agregação de valor e acesso a mercados diferenciados. • Social: Fortalecimento da cultura, dos modos de vida tradicionais e da autodeterminação dos Sateré-Mawé. • Ambiental: Preservação da floresta, manejo sustentável e conservação da biodiversidade no território Andirá-Marau.
PROJETO CACAUWAY	<p>Localização: Medicilândia (PA), Brasil Tipologia: Agroindústria Sustentável, Economia Cooperativa e Verticalização Produtiva</p> <p>O projeto Cacaaway, conduzido pela Coopatrans, é uma experiência exemplar de ecossocioeconomia baseada na verticalização da cadeia do cacau na Amazônia. Com práticas sustentáveis, organização cooperativista e inovação tecnológica, a iniciativa promove geração de renda, inclusão social e conservação ambiental, contribuindo diretamente para o cumprimento de diversas metas da Agenda 2030, conforme descrito a seguir:</p>

- **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável**
Meta 2.3: Aumento da produtividade e renda de pequenos produtores.
Meta 2.4: Estabelecimento de sistemas sustentáveis de produção de alimentos.
 A Coopatrans capacita agricultores familiares para o manejo agroflorestal do cacau, aumentando a produtividade e promovendo renda estável. Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) utilizados conservam o solo, reduzem o desmatamento e garantem a sustentabilidade da produção.
- **ODS 3 – Saúde e Bem-Estar**
Meta 3.4: Promoção de saúde por meio da melhoria das condições de trabalho.
 O projeto gera empregos formais, com condições seguras e qualificação dos cooperados, contribuindo para a saúde física e mental dos trabalhadores ao substituir atividades informais e precárias por trabalho decente.
- **ODS 5 – Igualdade de Gênero**
Meta 5.5: Participação plena e igualitária das mulheres.
 Mais de 25% dos cooperados são mulheres, que ocupam funções estratégicas na cadeia produtiva. O projeto estimula o protagonismo feminino, promovendo a equidade de gênero no contexto rural.
- **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico**
Meta 8.2: Aumento da produtividade por meio da modernização.
Meta 8.3: Promoção do empreendedorismo e formalização econômica.
 A verticalização produtiva, com a implantação da primeira fábrica de chocolates da Amazônia, gera emprego, renda e inovação. O modelo cooperativo fomenta o empreendedorismo e reduz a informalidade no campo.
- **ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura**
Meta 9.3: Acesso das pequenas indústrias a financiamento e mercados.
 A Coopatrans, como pequena agroindústria, foi financiada por políticas públicas (como o PDRS-Xingu), e alcançou mercados internacionais. A estrutura industrial moderna agrega valor ao cacau e amplia as oportunidades econômicas locais.
- **ODS 10 – Redução das Desigualdades**
Meta 10.1: Crescimento da renda dos 40% mais pobres.
 Ao gerar impactos positivos em mais de 5.000 famílias da região, o projeto reduz as desigualdades regionais e melhora a qualidade de vida de agricultores familiares em contextos de vulnerabilidade social.
- **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis**
Meta 11.4: Salvaguarda do patrimônio cultural e natural.
 A valorização da cultura do cacau por meio do Cacau Fest e da integração da tradição com tecnologia preserva o patrimônio imaterial local e incentiva o desenvolvimento territorial sustentável.
- **ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis**
Meta 12.2: Gestão sustentável dos recursos naturais.
Meta 12.3: Redução do desperdício ao longo da cadeia produtiva.
 A produção em SAFs promove o uso eficiente dos recursos naturais e conserva a biodiversidade. A verticalização reduz perdas, evitando o envio da matéria-prima in natura e maximizando o aproveitamento local.

	<ul style="list-style-type: none"> • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.1:</i> Aumento da resiliência climática. O sistema agroflorestal contribui para a mitigação das mudanças climáticas ao sequestrar carbono e evitar o desmatamento, promovendo a adaptação ecológica da produção rural amazônica. <p>Indicadores e Impactos Relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 600 hectares cultivados com cacau em sistemas agroflorestais. • Participação em feiras e salões internacionais, como o Salão do Chocolate de Paris, ampliando o reconhecimento da marca Cacaaway. • Fortalecimento da economia local com impacto direto em mais de 5.000 famílias. • Redução do êxodo rural e melhoria da renda per capita da população de Medicilândia. • Reconhecimento nacional: Medicilândia foi oficialmente nomeada como Capital Nacional do Cacau.
Projeto ChocoSol	<p>Localização: Litoral Sul da Bahia, Brasil Tipologia: Agroecologia do Cacau, Economia Solidária e Valorização da Mata Atlântica</p> <p>O Projeto ChocoSol é uma iniciativa de base comunitária voltada à valorização do cacau cultivado em sistemas sustentáveis por agricultores familiares, comunidades quilombolas e povos indígenas no Litoral Sul da Bahia. Alinhado à lógica da ecossocioeconomia e ao fortalecimento da economia solidária, o projeto contribui para o alcance de diversos ODS, conforme descrito a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 1 – Erradicação da Pobreza <i>Meta 1.2:</i> Reduzir pela metade a proporção de pessoas em situação de pobreza. O projeto gera renda adicional a partir da agregação de valor ao cacau local, promovendo inclusão econômica e redução da pobreza em comunidades historicamente marginalizadas. • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Dobrar a produtividade e a renda de pequenos produtores. <i>Meta 2.4:</i> Implementar sistemas de produção sustentáveis. O cultivo em sistema Cabruca (cacau sob a sombra da Mata Atlântica) promove resiliência ecológica, preserva a biodiversidade e aumenta a produtividade com assistência técnica e práticas agroecológicas. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Apoiar atividades produtivas e empreendedorismo local. O ChocoSol gera trabalho decente com inclusão produtiva de pequenos agricultores em cadeias de valor mais rentáveis, promovendo a formalização e capacitação em chocolates de alto valor agregado. • ODS 10 – Redução das Desigualdades <i>Meta 10.2:</i> Promover inclusão social, econômica e política. A inclusão de grupos historicamente excluídos, como quilombolas e indígenas, contribui para a redução das desigualdades territoriais e sociais e fortalece a justiça econômica.

	<ul style="list-style-type: none"> • ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis <i>Meta 11.a:</i> Fortalecer vínculos entre áreas urbanas e rurais. O projeto conecta produtores rurais a mercados urbanos por meio da comercialização de chocolates em feiras e lojas especializadas, articulando circuitos curtos e solidários de produção e consumo. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Gestão sustentável dos recursos naturais. <i>Meta 12.3:</i> Redução do desperdício ao longo das cadeias produtivas. O aproveitamento de amêndoas que antes tinham baixo valor comercial, a produção limpa e a utilização de recursos de forma eficiente tornam o projeto um exemplo de economia circular em pequena escala. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.3:</i> Conscientização e capacitação para mitigação das mudanças climáticas. O cultivo em Cabruca contribui para a captura de carbono, mitigação climática e manutenção dos serviços ecossistêmicos da Mata Atlântica, aliado a ações de educação ambiental e valorização do bioma. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.2:</i> Gestão sustentável das florestas. <i>Meta 15.5:</i> Redução da degradação dos habitats. A integração entre produção agrícola e conservação florestal fortalece a biodiversidade e assegura a integridade dos ecossistemas locais, evitando o desmatamento e a degradação do solo. <p>Impactos Integrados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Econômico: Geração de emprego e renda com base na produção de chocolates gourmet e na valorização do cacau local. • Social: Fortalecimento de comunidades tradicionais, com foco na autonomia, participação coletiva e justiça social. • Ambiental: Proteção da Mata Atlântica e promoção de práticas agrícolas regenerativas e climáticas inteligentes.
<p>Restaurante Permita Ser</p>	<p>Localização: Região da Mata Atlântica, Brasil Tipologia: Ecogastronomia, Turismo Sustentável e Agricultura Familiar</p> <p>O Restaurante Permita Ser é uma iniciativa que articula alimentação saudável, valorização de ingredientes locais e práticas agroecológicas, promovendo um modelo de negócio baseado nos princípios da sustentabilidade integral. A atuação do empreendimento demonstra alinhamento com diversas metas dos ODS, conforme detalhado a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável <i>Meta 2.3:</i> Aumentar a produtividade de pequenos produtores com práticas sustentáveis. O restaurante prioriza a aquisição de alimentos de agricultores familiares locais e cultiva parte de seus próprios insumos (como PANCs e flores comestíveis), fortalecendo a economia rural, promovendo segurança alimentar e incentivando métodos produtivos sustentáveis. • ODS 3 – Saúde e Bem-Estar <i>Meta 3.4:</i> Promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar integral.

	<p>Com um cardápio baseado em alimentos vegetais, minimamente processados e livres de glúten, o restaurante incentiva práticas alimentares saudáveis. Eventos de bem-estar e retiros também integram alimentação, saúde mental e qualidade de vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> • ODS 7 – Energia Acessível e Limpa <i>Meta 7.2:</i> Ampliação da participação de fontes renováveis na matriz energética. A instalação de painéis solares reflete o compromisso com a transição energética e a redução da pegada de carbono, alinhando a operação à geração de energia limpa. • ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico <i>Meta 8.3:</i> Apoio ao empreendedorismo e à inovação sustentável. A proposta inovadora do restaurante integra gastronomia, turismo e sustentabilidade, gerando empregos diretos e indiretos, especialmente em períodos sazonais, e fortalecendo a cadeia produtiva regional. • ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis <i>Meta 12.2:</i> Uso sustentável de recursos naturais. <i>Meta 12.5:</i> Redução da geração de resíduos. A gestão de resíduos com compostagem, o uso de embalagens biodegradáveis e a adoção de saneamento ecológico evidenciam o compromisso com a economia circular e o consumo consciente. • ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima <i>Meta 13.2:</i> Integração de medidas climáticas nas estratégias empresariais. Ao reduzir o uso de proteína animal e adotar a agricultura local como base do cardápio, o restaurante contribui para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e para práticas alimentares com menor impacto climático. • ODS 15 – Vida Terrestre <i>Meta 15.1:</i> Conservação de ecossistemas terrestres. <i>Meta 15.5:</i> Redução da perda de biodiversidade. Inserido em área de Mata Atlântica, o restaurante adota práticas que preservam o ecossistema local, como o cultivo de PANCs e técnicas agrícolas regenerativas, promovendo a conservação da biodiversidade regional. • ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação <i>Meta 17.16:</i> Fortalecimento de parcerias locais e globais. Ainda em fase de consolidação de redes institucionais, o restaurante já estabelece articulações com produtores locais e demonstra interesse em expandir sua atuação por meio de colaborações futuras com investidores e instituições. <p>Impacto Integrado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Econômico: Estimula a economia local por meio da valorização da produção regional e do empreendedorismo consciente. • Social: Gera emprego, promove a alimentação saudável e fortalece o vínculo com a comunidade. • Ambiental: Reduz impactos ambientais com o uso de energia limpa, manejo ecológico de resíduos e preservação da Mata Atlântica.
--	--

A análise apresentada demonstra que os resultados evidenciados pelas empresas contribuem de forma significativa para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos na Agenda 2030. Ao focalizar os impactos positivos gerados em escalas global, regional e local, o estudo revela como práticas concretas e estratégias empresariais se alinham às transformações econômicas, sociais e ambientais indispensáveis à promoção da sustentabilidade e ao cumprimento das metas globais de desenvolvimento sustentável.

Quadro 16. ODS com maior aderência por empresa – *com base nas metas explicitadas nas análises*)

Nº	Experiência / Empresa	Principais ODS Atendidos	Nº
1	Natura Linha Ekos	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15	13 ODS
2	Patagonia	2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15	11 ODS
3	Danone	2, 8, 9, 12, 13, 15, 17	07 ODS
4	Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável	1, 5, 8, 10, 12, 13, 15, 17	08 ODS
5	Juçái	1, 2, 3, 12, 13, 15, 17	07 ODS
6	Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural	2, 3, 12, 17	04 ODS
7	Olha o Peixe	2, 10, 11, 12, 14	05 ODS
8	Central do Cerrado	2, 3, 8, 12, 15, 17	06 ODS
9	Fortaleza do Gergelim Kalunga	1, 2, 4, 6, 8, 12, 15, 17	08 ODS
10	Fortaleza do Pequi do Xingu	2, 3, 8, 12, 15, 17	06 ODS
11	Projeto Cacaúway – Coopatrans	2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13	09 ODS
12	Projeto ChocoSol	1, 2, 8, 10, 11, 12, 13, 15	08 ODS
13	Restaurante Permita Ser	2, 3, 7, 8, 12, 13, 15, 17	08 ODS
14	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)	2, 11, 12, 17	04 ODS

Fonte: Desenvolvido pela autora (2025)

A partir do quadro, observa-se que os ODS mais recorrentes nas experiências analisadas foram:

- I. ODS 2 — Fome Zero e Agricultura Sustentável: presente em 13 das 14 iniciativas;
- II. ODS 12 — Consumo e Produção Responsáveis: identificado em 13 iniciativas;
- III. ODS 15 — Vida Terrestre: presente em 9 experiências;
- IV. ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico: contemplado em 9 iniciativas;

V. ODS 17 — Parcerias e Meios de Implementação: identificado em 7 iniciativas.

Esse padrão de recorrência demonstra que os modelos ecossocioeconômicos empresariais tendem a priorizar, de forma convergente, práticas produtoras de alimentos sustentáveis, estratégias de consumo responsável, conservação da biodiversidade, promoção do trabalho digno e fortalecimento de alianças institucionais.

No que se refere aos desafios, convergências e limitações comuns, identificaram-se elementos estruturantes que influenciam diretamente a sustentabilidade e a continuidade das iniciativas. Entre os desafios mais recorrentes, destaca-se a dificuldade de escalabilidade e logística, uma vez que muitas experiências enfrentam obstáculos para ampliar suas produções mantendo a coerência com os princípios socioambientais que as fundamentam. Questões como armazenamento, transporte e acesso a mercados também são apontadas como gargalos significativos.

Outro desafio relevante consiste na dependência de apoios externos. Diversas iniciativas dependem de editais, fundações ou instituições públicas e privadas para a manutenção de suas atividades, o que pode comprometer sua autonomia financeira e sua estabilidade de longo prazo. Soma-se a isso a dificuldade de sucessão geracional e de engajamento de jovens, especialmente em contextos rurais, onde a continuidade dos processos produtivos depende da permanência da juventude no território.

Observa-se, ainda, a limitação de acesso a políticas públicas e a crédito, agravada pela ausência de assistência técnica continuada, pelos entraves burocráticos e pela exclusão financeira. Esses fatores restringem a capacidade dos pequenos produtores de acessar programas estruturantes que poderiam fortalecer suas iniciativas e ampliar seus resultados.

A análise das convergências, tendências e contribuições das ecossocioeconomias empresariais para os ODS revela um campo dinâmico e estratégico de práticas que integram sustentabilidade ambiental, justiça social e viabilidade econômica. As experiências estudadas se configuram como modelos alternativos ao desenvolvimento convencional, fundamentados em lógicas de solidariedade, circularidade e regeneração. Esse conjunto de práticas apresenta forte aderência ao ODS 2, ao ODS 12 e ao ODS 15, seguidos pelo ODS 8 e pelo ODS 17, o que evidencia a centralidade da agricultura familiar, do agroextrativismo e das economias territoriais sustentáveis como vetores estruturantes de transformação nos territórios analisados.

Além disso, as experiências demonstram capacidade de fortalecer cadeias produtivas locais, dinamizar circuitos curtos de comercialização, agregar valor por meio da agroindustrialização e promover certificações de qualidade socioambiental. Observa-se um esforço consistente de reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais, especialmente de povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e agricultores familiares, configurando-se como expressões de resistência cultural e resiliência econômica.

A intersecção entre as dimensões econômica, social e ambiental manifesta-se por meio da integração entre produção, consumo e conservação ambiental. As iniciativas promovem segurança e soberania alimentar, educação ambiental, geração de renda digna, equidade de gênero, fortalecimento comunitário e mitigação das mudanças climáticas, contribuindo simultaneamente para diversas metas dos ODS. Contudo, persistem desafios estruturais que limitam a expansão e consolidação dessas práticas, como a fragilidade das políticas públicas, a baixa presença de jovens nas atividades produtivas, os custos de logística e certificação e a dependência de financiamentos externos. Portanto, as ecossocioeconomias empresariais evidenciam tanto o potencial transformador quanto a necessidade de políticas robustas, inovação tecnológica socialmente apropriada e fortalecimento das redes de cooperação multissetorial para viabilizar sua continuidade e replicabilidade territorial.

Os resultados demonstram que as práticas analisadas compartilham características essenciais, como a integração de objetivos intersetoriais, o fortalecimento de parcerias estratégicas e a implementação de inovações sociais. Empresas como Natura, Danone e Patagonia mostram que grandes corporações, quando orientadas por estratégias sustentáveis, podem gerar impactos socioambientais positivos, conciliando crescimento econômico e responsabilidade social. Por outro lado, iniciativas comunitárias, como Olha o Peixe, a Fortaleza do Pequi do Xingu e outras economias territoriais, evidenciam o papel transformador de negócios locais na valorização dos saberes tradicionais e na promoção da autonomia econômica das comunidades envolvidas.

As análises destacam três dimensões fundamentais de impacto Social: Iniciativas relacionadas à capacitação de mulheres, à igualdade de gênero, à geração de emprego e ao fortalecimento de comunidades vulneráveis demonstram que o trabalho digno é elemento essencial para transformar realidades socioeconômicas. Impacto Econômico: A adoção de modelos produtivos baseados em economia circular, cadeias locais e práticas

regenerativas contribui para ampliar a renda, fortalecer o empreendedorismo e reduzir desigualdades em regiões vulneráveis. Impacto Ambiental: A preservação de biomas, o manejo sustentável de recursos naturais, a agricultura regenerativa e a redução de resíduos reforçam o papel central da conservação ambiental na construção do desenvolvimento sustentável.

As boas práticas evidenciadas mostram que a colaboração intersetorial é fator decisivo para o sucesso das iniciativas. Projetos como o Cacaúway demonstram que alianças entre empresas, organizações não governamentais, comunidades locais e governos possibilitam soluções inovadoras que articulam preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Da mesma forma, práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais contribuem para a sustentabilidade dos ecossistemas, fortalecem a soberania alimentar e ampliam a resiliência climática.

Embora os resultados sejam promissores, permanecem desafios importantes, como a ausência de políticas públicas integradas, a resistência inicial a mudanças e as dificuldades de ampliação e replicação de iniciativas bem-sucedidas. Entretanto, esses obstáculos também configuram oportunidades para o fortalecimento de redes de cooperação, ampliação de investimentos e disseminação de modelos eficazes em novos territórios.

A análise reforça que a Agenda 2030 é mais do que um conjunto de metas: constitui um guia estratégico para transformar realidades em múltiplas escalas. As iniciativas estudadas demonstram que é possível integrar inovação, inclusão e conservação ambiental para promover o desenvolvimento sustentável. O êxito dessas práticas depende da articulação entre diferentes atores sociais, do compromisso institucional e da implementação de políticas públicas que estimulem mudanças estruturais. Assim, o estudo evidencia que o desenvolvimento sustentável é não apenas uma possibilidade, mas uma necessidade premente para garantir um futuro socialmente justo, economicamente inclusivo e ambientalmente equilibrado.

4.4.1 Relação entre Ecosocioeconomias das Organizações e o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Impactos, Desafios e Oportunidades

As ecosocioeconomias das organizações têm se consolidado como um modelo eficaz para promover o desenvolvimento sustentável em diferentes contextos geográficos,

contribuindo de maneira significativa para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essas iniciativas integram dimensões econômicas, sociais e ambientais, abordando, de forma holística, desafios globais relacionados à pobreza, desigualdade, mudanças climáticas e degradação ambiental.

No caso das Ecosocioeconomias Empresariais, as experiências analisadas atendem à condição própria dessa modalidade, ao inserirem arranjos socioprodutivos em suas cadeias produtivas, com impactos diretos em diversos ODS. No âmbito da erradicação da pobreza (ODS 1), iniciativas como as desenvolvidas pela Natura e pela Danone asseguram inclusão produtiva e direitos econômicos para comunidades em situação de vulnerabilidade. Esses projetos estruturam cadeias produtivas sustentáveis que geram renda, ampliam a autonomia econômica e fortalecem a participação de mulheres, agricultores familiares e grupos tradicionais. Experiências como a da Jucaí, ao empregar trabalhadores locais e estimular a economia circular, destacam-se como exemplos de enfrentamento à pobreza estrutural em regiões de baixa diversificação econômica.

No contexto do ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), iniciativas como a Central do Cerrado, a Fortaleza do Pequi do Xingu e a Cacaúway implementam sistemas agroflorestais e práticas regenerativas que conciliam produtividade agrícola com conservação ambiental. Essas ações ampliam a renda de pequenos agricultores, fortalecem cadeias de valor locais e promovem segurança alimentar de forma ecologicamente responsável. A preservação da biodiversidade, aliada ao manejo sustentável de espécies nativas como o baru, o pequi e a palmeira-juçara, reforça a resiliência agrícola das comunidades diante das mudanças climáticas.

A geração de trabalho e renda dignos, associada ao incentivo ao empreendedorismo, configura-se como contribuição essencial ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). Fortalezas produtivas e cooperativas, como o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, promovem inclusão social ao fortalecer a economia solidária e ao ampliar a formalização de microempreendimentos. Essas iniciativas geram oportunidades econômicas para populações rurais e urbanas, reduzem desigualdades regionais e impulsionam dinâmicas econômicas sustentáveis.

A promoção do consumo e produção responsáveis (ODS 12) também se destaca entre as ecosocioeconomias analisadas. Iniciativas como o Restaurante Permita Ser e o Quintana Ecogastronomia adotam práticas de economia circular, compostagem e redução

de resíduos, além de sensibilizarem consumidores para escolhas mais conscientes. Ao priorizar insumos locais, cadeias curtas de abastecimento e práticas agrícolas sustentáveis, essas organizações demonstram o potencial transformador da integração entre responsabilidade ambiental e processos produtivos.

Projetos desenvolvidos por empresas como a Danone e a Natura contribuem igualmente para o ODS 13 (Ação Climática), por meio da adoção de práticas que reduzem emissões de gases de efeito estufa e preservam ecossistemas estratégicos. A agricultura regenerativa e o uso sustentável da terra reforçam a resiliência comunitária frente aos impactos climáticos, enquanto iniciativas como a Fortaleza do Gergelim Kalunga e o projeto Olha o Peixe evidenciam a importância da restauração de habitats degradados e da proteção da biodiversidade, elementos centrais para o ODS 15 (Vida Terrestre).

Os projetos analisados demonstram que as ecossocioeconomias das organizações não apenas promovem desenvolvimento sustentável de base territorial, mas também geram benefícios globais ao mitigar os efeitos das crises ambientais e climáticas. Esses modelos são capazes de integrar saberes tradicionais e inovações tecnológicas, fortalecendo a autonomia cultural, produtiva e econômica das comunidades envolvidas.

Assim, evidencia-se que as ecossocioeconomias das organizações constituem um modelo replicável e adaptável a diferentes realidades socioterritoriais. Mostram-se como uma abordagem transformadora para o alcance das metas da Agenda 2030, demonstrando que é possível articular desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social na construção de um futuro sustentável e equitativo.

Quadro 17. Comparação das empresas correlacionando as iniciativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Empresa/Projeto	ODS principais	Metas Relacionadas	Ações Destacadas	Impacto Geral
Natura - Linha Ekos	ODS 1, 2, 5, 8, 12, 15	1.2, 2.3, 5.a, 8.3, 12.5, 15.1	Cadeias produtivas sustentáveis, inclusão econômica de comunidades tradicionais, preservação da biodiversidade, uso de embalagens recicladas, práticas agroextrativistas.	Promove inclusão econômica, preserva a biodiversidade, incentiva o consumo responsável e gera renda sustentável para mais de 2.000 famílias.
Patagonia	ODS 7, 8, 12, 13, 15	7.2, 8.5, 12.3, 13.2, 15.5	Agricultura regenerativa, uso de energia renovável, práticas de economia circular, apoio a pequenos agricultores, materiais reciclados em produtos.	Fomenta práticas agrícolas sustentáveis, reduz impacto ambiental e promove inclusão econômica nas cadeias globais de produção.
Danone	ODS 2, 6, 8, 9, 12	2.4, 6.1, 8.3, 9.4, 12.2	Agricultura regenerativa, otimização do uso da água, redução de emissões de carbono, parcerias público-privadas para eficiência na cadeia produtiva.	Reduz emissões de carbono, fortalece cadeias locais e promove práticas agrícolas resilientes e regenerativas.
Olha o Peixe	ODS 2, 10, 12, 14	2.3, 10.1, 12.5, 14.b	Apoio à pesca artesanal, valorização da cultura local, uso de embalagens biodegradáveis, inclusão social de comunidades pesqueiras vulneráveis.	Conecta comunidades pesqueiras ao mercado, promove práticas sustentáveis e reduz desigualdades econômicas.
Central do Cerrado	ODS 2, 8, 12, 15, 17	2.5, 8.9, 12.3, 15.6, 17.16	Valorização de produtos da sociobiodiversidade, comércio justo, capacitação de produtores locais, conservação de espécies nativas como baru e pequi.	Incentiva práticas agroextrativistas sustentáveis, gera emprego e promove a conservação do Cerrado.
Fortaleza do Pequi	ODS 2, 8, 12, 15	2.4, 8.5, 12.8, 15.3	Produção de óleo de pequi em terras indígenas, manejo sustentável, certificações como Slow Food, recuperação de áreas degradadas com plantio de pequizeiros.	Gera renda para comunidades indígenas, promove inclusão econômica e recupera ecossistemas locais.
Restaurante Permita Ser	ODS 2, 3, 7, 12, 15	2.3, 3.4, 7.2, 12.5, 15.1	Uso de PANCs, agricultura local, saneamento ecológico, energia solar, compostagem e práticas de redução de resíduos.	Integra saúde, bem-estar e sustentabilidade, promovendo práticas gastronômicas conscientes e inclusivas.
Cacauway	ODS 2, 8, 12, 15	2.3, 8.3, 12.2, 15.1	Verticalização da produção de cacau, uso de sistemas agroflorestais, eventos de valorização cultural, capacitação de agricultores familiares.	Fortalece a economia local, promove inclusão social e protege a biodiversidade amazônica.
ChocoSol	ODS 1, 2, 8, 12, 15	1.2, 2.4, 8.3, 12.2, 15.5	Agricultura sustentável com sistemas Cabruca, preservação da Mata Atlântica, produção de chocolate artesanal e capacitação de produtores.	Gera renda e preserva ecossistemas, promovendo práticas agroflorestais que integram produção e conservação ambiental.

Empresa/Projeto	ODS principais	Metas Relacionadas	Ações Destacadas	Impacto Geral
Fortaleza do Gergelim	ODS 2, 8, 12, 15	2.3, 8.9, 12.2, 15.1	Produção de gergelim em comunidades quilombolas, valorização de práticas tradicionais, preservação do Cerrado, turismo sustentável e agroecoturismo.	Gera inclusão social e renda para comunidades Kalunga, preservando práticas culturais e ambientais.
Juçai	ODS 1, 2, 12, 13, 15	1.1, 2.3, 12.2, 13.1, 15.5	Agricultura sustentável, reflorestamento com juçara, produção orgânica, integração com escolas locais e recuperação de áreas degradadas.	Promove conservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável em comunidades da Mata Atlântica.
Consórcio Sateré-Mawé	ODS 2, 11, 12, 15, 17	2.3, 11.4, 12.8, 15.1, 17.16	Produção sustentável de guaraná nativo, valorização cultural, comércio justo e conservação da biodiversidade na Amazônia.	Conecta práticas indígenas à economia global, fortalecendo cultura e sustentabilidade.
Restaurante Quintana	ODS 2, 3, 12	2.3, 3.9, 12.3	Apoio à agricultura familiar, práticas agroecológicas, compostagem, uso de PANCs, redução de desperdício de alimentos e valorização cultural.	Integra gastronomia e práticas sustentáveis, gerando impacto positivo na saúde e na preservação ambiental.
Projeto Cacaaway	ODS 2, 8, 12, 15	2.3, 8.3, 12.2, 15.1	Verticalização da produção de cacau, sistemas agroflorestais, capacitação de agricultores familiares e valorização cultural da cacaucultura.	Reforça o papel da Amazônia na produção sustentável e promove inclusão social.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

4.4.2 Análise de Correlação entre as empresas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A análise sistemática das iniciativas das empresas revela a aplicação prática e integrada de princípios de sustentabilidade, alinhando estratégias corporativas e comunitárias aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essas iniciativas evidenciam o impacto positivo em três dimensões interdependentes econômica, social e ambiental, promovendo transformações estruturais em escalas global, regional e local.

A integração entre iniciativas e ODS demonstra que tais ações compartilham elementos comuns, como o atendimento simultâneo a múltiplos objetivos, a promoção de parcerias estratégicas e a implementação de inovações sociais. Enquanto empresas globais, como Natura, Danone e Patagonia, evidencia o alcance de estratégias abrangentes com expressivos impactos socioambientais, projetos comunitários, como Olha o Peixe e Fortaleza do Pequi, reforçam o papel transformador dos pequenos negócios na valorização de saberes tradicionais e no fortalecimento da autonomia comunitária.

No que se refere às principais dimensões de impacto, destacam-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais. No âmbito social, os projetos analisados abordam questões relacionadas à erradicação da pobreza, à igualdade de gênero e à inclusão social, com destaque para os ODS 1, 5 e 10. A capacitação de mulheres promovida pela Natura e a inclusão econômica de pescadores artesanais no projeto Olha o Peixe exemplificam iniciativas que valorizam populações marginalizadas, promovem o trabalho digno e contribuem para a transformação de realidades socioeconômicas em comunidades vulneráveis.

Sob a perspectiva econômica, a adoção de modelos que combinam economia circular, fortalecimento de cadeias produtivas locais e práticas regenerativas contribui para o empreendedorismo, reduz desigualdades e promove a resiliência econômica em regiões vulneráveis. Projetos como o Cacaúway e o Consórcio Sateré-Mawé demonstram que a verticalização da produção, associada ao comércio justo, gera valor econômico e incentiva práticas inclusivas, atendendo principalmente aos ODS 8 e 9.

Quanto aos impactos ambientais, a preservação dos biomas, o manejo sustentável dos recursos naturais e a promoção da biodiversidade se destacam como elementos centrais nas iniciativas alinhadas aos ODS 12, 13 e 15. A utilização de sistemas

agroflorestais pela Central do Cerrado, a agricultura regenerativa promovida pela Danone e o reflorestamento com juçara realizado pelo projeto Juçai exemplificam como práticas produtivas podem integrar conservação ambiental e mitigação das mudanças climáticas, reforçando o equilíbrio entre produção e preservação ecológica.

Ao analisar as boas práticas inspiradoras, evidencia-se o papel das parcerias intersetoriais como catalisadoras de soluções inovadoras. O caso do Cacaúway demonstra como a articulação entre empresas, governos e organizações não governamentais potencializa a integração entre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental. Além disso, práticas como agroecologia e sistemas agroflorestais emergem como pilares para a soberania alimentar e para o fortalecimento da resiliência climática. Ao analisar os desafios e oportunidades, observa-se que, apesar dos resultados expressivos, persistem obstáculos que podem limitar a expansão das iniciativas, como a ausência de políticas públicas capazes de ampliar a escala e replicar modelos bem-sucedidos, a resistência inicial de algumas comunidades às inovações socioprodutivas e as limitações de recursos financeiros destinados à continuidade e ao fortalecimento das ações. No entanto, esses mesmos desafios configuram oportunidades relevantes, tais como o fortalecimento de parcerias estratégicas e da governança colaborativa, a criação de incentivos públicos que favoreçam modelos sustentáveis e a mobilização de investimentos direcionados à replicação das iniciativas em diferentes contextos geográficos e culturais.

Os resultados reforçam que a Agenda 2030 não constitui apenas um referencial de metas globais, mas um guia estratégico para a transformação de realidades locais. As iniciativas analisadas demonstram que é possível integrar inovação, inclusão social e preservação ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Contudo, o êxito dessas ações requer esforços conjuntos, políticas públicas estruturantes e mecanismos que favoreçam mudanças duradouras.

Dessa forma, os impactos positivos produzidos pelas iniciativas não apenas comprovam a viabilidade do desenvolvimento sustentável como meta concreta, mas também inspiram a continuidade e a replicação de modelos que conciliem crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental, orientando a construção de um futuro mais justo, resiliente e inclusivo.

O alinhamento de iniciativas empresariais socioambientais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representa uma estratégia essencial para a

promoção do desenvolvimento sustentável em escala global. O Quadro 14 sintetiza as principais ações realizadas por diversas empresas e iniciativas, relacionando-as às metas específicas dos ODS e destacando seus impactos gerais. As contribuições apresentadas ilustram a integração de práticas inovadoras e sustentáveis em diferentes setores, promovendo não apenas o crescimento econômico, mas também a inclusão social, a preservação ambiental e a construção de uma sociedade mais equitativa e resiliente.

A seguir, apresentam-se os dados organizados com a finalidade de evidenciar o impacto de cada ação em relação aos ODS pertinentes, com ênfase nas metas globais e nos resultados alcançados.

O Quadro 18 permite visualizar, de maneira estruturada, como diferentes organizações contribuem para os ODS, demonstrando a relevância de iniciativas concretas para promover o desenvolvimento sustentável em escalas global, regional e local. As informações destacam o papel transformador das empresas em áreas como redução da pobreza, segurança alimentar, igualdade de gênero, uso responsável dos recursos naturais, mitigação climática e estabelecimento de parcerias estratégicas:

Quadro 18. Contribuições Empresariais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ações, Metas e Impactos

ODS	Empresas/Projetos	Metas Relacionadas	Ações Destacadas	Impacto Geral
ODS 1	Natura, Juçai, Consórcio Sateré-Mawé, ChocoSol	1.1, 1.2, 1.4	Cadeias produtivas inclusivas, geração de renda sustentável, inclusão econômica de comunidades tradicionais.	Redução da pobreza estrutural e promoção de autonomia econômica.
ODS 2	Natura, Danone, Olha o Peixe, Central do Cerrado, Fortaleza do Pequi, Restaurante Permita Ser, Juçai, Cacauway	2.3, 2.4, 2.5	Agricultura sustentável, aumento da produtividade de pequenos agricultores, práticas agroextrativistas.	Garantia de segurança alimentar, geração de renda e conservação ambiental.
ODS 3	Danone, Restaurante Quintana, Restaurante Permita Ser	3.4, 3.9, 3.d	Saneamento básico, alimentação saudável, práticas de bem-estar.	Promoção da saúde pública, redução de impactos ambientais na saúde e incentivo a estilos de vida saudáveis.
ODS 4	Natura, Juçai	4.4, 4.5	Educação técnica para jovens de comunidades tradicionais e capacitação em cadeias produtivas sustentáveis.	Promoção de habilidades relevantes e inclusão educacional de populações vulneráveis.
ODS 5	Natura, Consórcio Sateré-Mawé, Restaurante Permita Ser	5.1, 5.5, 5.a	Fortalecimento da autonomia feminina, promoção da liderança e igualdade de acesso a recursos econômicos.	Inclusão de mulheres em cadeias produtivas, redução da desigualdade de gênero.
ODS 6	Danone, Natura	6.1, 6.6	Garantia de acesso à água potável e proteção de ecossistemas aquáticos relacionados à produção.	Melhor qualidade de vida, conservação de recursos hídricos e proteção ambiental.
ODS 7	Patagonia, Restaurante Permita Ser	7.2, 7.3	Uso de energias renováveis, como solar, e incentivo à transição energética sustentável.	Redução da pegada de carbono e aumento da eficiência energética.
ODS 8	Natura, Cacauway, Consórcio Sateré-Mawé, Olha o Peixe	8.3, 8.5, 8.9	Geração de empregos dignos, fortalecimento do empreendedorismo e economia local.	Redução de desigualdades regionais, formalização de microempresas e crescimento econômico sustentável.
ODS 9	Danone, Cacauway	9.3, 9.4	Modernização de infraestrutura produtiva e adoção de tecnologias limpas.	Fortalecimento de cadeias produtivas locais e aumento da competitividade sustentável.

ODS	Empresas/Projetos	Metas Relacionadas	Ações Destacadas	Impacto Geral
ODS 10	Olha o Peixe, Danone, Juçai	10.1, 10.2, 10.3	Redução das desigualdades econômicas por meio de preços justos e inclusão social.	Promoção da igualdade econômica e social em comunidades vulneráveis.
ODS 11	Consórcio Sateré-Mawé, Fortaleza do Gergelim	11.4, 11.a	Valorização cultural de comunidades tradicionais e fortalecimento de vínculos econômicos entre áreas urbanas e rurais.	Preservação cultural, integração econômica e desenvolvimento local sustentável.
ODS 12	Patagonia, Natura, Restaurante Quintana, Restaurante Permita Ser, Olha o Peixe	12.2, 12.3, 12.5, 12.8	Economia circular, reciclagem, compostagem e redução de desperdício de alimentos.	Otimização de recursos naturais, redução de resíduos e sensibilização dos consumidores.
ODS 13	Danone, Juçai, Patagonia	13.1, 13.2, 13.3	Mitigação de emissões de carbono, agricultura regenerativa e reflorestamento.	Contribuição direta para a mitigação das mudanças climáticas.
ODS 14	Olha o Peixe	14.4, 14.b	Garantia de acesso de pescadores artesanais aos mercados e regulação sustentável da pesca.	Promoção da pesca artesanal sustentável e preservação de ecossistemas marinhos.
ODS 15	Fortaleza do Pequi, Juçai, Central do Cerrado, Consórcio Sateré-Mawé	15.1, 15.3, 15.5, 15.6	Conservação de biomas, recuperação de habitats e preservação da biodiversidade.	Preservação de ecossistemas locais e fortalecimento da resiliência ambiental.
ODS 17	Consórcio Sateré-Mawé, Central do Cerrado, Natura	17.3, 17.16, 17.17	Parcerias multissetoriais, mobilização de recursos e integração de atores diversos.	Ampliação do impacto das iniciativas por meio de colaborações estratégicas.

Fonte: Organizado pela autora, 2025

Os resultados apresentados evidenciam que diversas iniciativas empresariais estão alinhadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, promovendo impactos significativos nas dimensões social, econômica e ambiental. As ações realizadas por essas empresas demonstram exemplos concretos de inclusão econômica de comunidades vulneráveis, adoção de estratégias de agricultura sustentável, fortalecimento da igualdade de gênero, utilização de energias renováveis e construção de parcerias multissetoriais.

Essas iniciativas revelam não apenas a capacidade das organizações em contribuir diretamente para o alcance das metas globais, mas também a relevância da incorporação da sustentabilidade às estratégias corporativas. Os impactos observados englobam desde a redução da pobreza e a promoção da segurança alimentar até a preservação ambiental e o fortalecimento de cadeias produtivas locais, evidenciando como ações concretas podem gerar transformações em escalas local, regional e global.

Além disso, os resultados destacam a importância das parcerias e do trabalho colaborativo na ampliação dos impactos e na replicabilidade das práticas em diferentes contextos territoriais. O alinhamento entre objetivos empresariais e compromissos globais reforça o papel estratégico das organizações no enfrentamento dos desafios contemporâneos, ao mesmo tempo em que evidencia a interdependência entre desenvolvimento econômico e promoção de justiça social e ambiental.

Por fim, a análise apresentada reforça a urgência de ampliar e consolidar tais práticas, fortalecendo o protagonismo das empresas na transição para um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de atender às demandas globais estabelecidas pela Agenda 2030.

4.4.3 Correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas Metas na Agenda 2030

Os resultados da análise de correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas da Agenda 2030 elucidam como empresas e iniciativas territoriais têm desempenhado papéis relevantes na concretização dos objetivos globais. A partir das ações descritas, foi possível identificar contribuições diretas para o desenvolvimento sustentável, evidenciando a integração de práticas econômicas, sociais e ambientais nas estratégias organizacionais.

O levantamento destaca a diversidade de abordagens adotadas, desde a valorização de culturas locais e o fortalecimento da economia solidária até a implementação de tecnologias inovadoras e de práticas produtivas regenerativas, conforme apresentado a seguir.

Quadro 19. Análise de Correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Metas na Agenda 2030

Análise de Correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas Metas na Agenda 2030	
Experiência	Análise de Correlação entre os ODS e as Metas - Agenda 2030
Natura linha Ekos	<p>A Natutra, em suas estratégias de negócio, apresenta uma abordagem sistemática de alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essa análise científica busca identificar correlações específicas entre as práticas da empresa e as metas dos ODS, abordando os impactos socioeconômicos e ambientais das iniciativas. Abaixo, exploram-se essas correlações com base em evidências.</p> <p>ODS 1: Erradicação da Pobreza Correlação com as Metas 1.2 e 1.4 A Natura impacta diretamente a redução da pobreza por meio da parceria com comunidades amazônicas, promovendo inclusão econômica através de cadeias produtivas sustentáveis. Essa abordagem assegura que os benefícios econômicos sejam distribuídos equitativamente entre as famílias envolvidas, alinhando-se à Meta 1.2 ao reduzir a proporção de indivíduos em situação de vulnerabilidade. A estratégia de valorização da biodiversidade, com comércio justo e geração de trabalho, também se correlaciona com a Meta 1.4, garantindo direitos iguais aos recursos econômicos para essas populações.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Correlação com as Metas 2.3 e 2.4 A promoção de sistemas agroextrativistas sustentáveis pela Natura fortalece a produtividade agrícola das comunidades tradicionais, diretamente associada à Meta 2.3. Ao incentivar práticas que priorizam a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais, a empresa contribui para a Meta 2.4, estabelecendo cadeias produtivas resilientes que garantem a sustentabilidade ambiental e social.</p> <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar Correlação com as Metas 3.2 e 3.9 A mortalidade infantil nas comunidades ribeirinhas amazônicas, frequentemente associada à falta de acesso a água potável e saneamento básico, é reduzida pelo Projeto SANEAR, em conformidade com a Meta 3.2. Ao implementar tecnologias e práticas sustentáveis, como o uso de embalagens recicladas e a eliminação de substâncias químicas prejudiciais, a empresa também atende à Meta 3.9, reduzindo impactos negativos à saúde humana e ao meio ambiente.</p> <p>ODS 4: Educação de Qualidade Correlação com as Metas 4.4 e 4.5 A Natura promove o Modelo de Educação de Alternância, capacitando jovens em comunidades rurais e incluindo mais de 600 famílias na inclusão digital, alinhando-se à Meta 4.4. Esse modelo adapta o conteúdo educacional à realidade das florestas, proporcionando uma formação técnica relevante e prática. Além disso, a empresa elimina disparidades educacionais ao promover a equidade de acesso entre jovens de diferentes gêneros, contribuindo para a Meta 4.5.</p> <p>ODS 5: Igualdade de Gênero Correlação com as Metas 5.5 e 5.a</p>

	<p>Ao capacitar mulheres e criar oportunidades de renda em comunidades tradicionais, a Natura promove a liderança feminina, em consonância com a Meta 5.5. Iniciativas como a parceria com o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MIIB) e cooperativas que empregam mulheres reforçam o compromisso com a Meta 5.a, assegurando o acesso igualitário a recursos econômicos e oportunidades de desenvolvimento.</p> <p>ODS 6: Água Potável e Saneamento Correlação com as Metas 6.1 e 6.b A Natura desempenha papel ativo no fornecimento de acesso à água potável e saneamento básico por meio do Projeto SANEAR, atendendo diretamente à Meta 6.1. A participação comunitária é um elemento-chave nas iniciativas, promovendo a gestão descentralizada e colaborativa de recursos hídricos, em conformidade com a Meta 6.b.</p> <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico Correlação com as Metas 8.3 e 8.5 As iniciativas da Natura, como o Programa Amazônia, fomentam o empreendedorismo e a inovação em comunidades rurais e urbanas, alinhando-se à Meta 8.3. A geração de empregos para mais de 2.000 famílias reflete o compromisso da empresa com a Meta 8.5, garantindo condições de trabalho produtivo e dignidade econômica para comunidades marginalizadas.</p> <p>ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura Correlação com as Metas 9.4 e 9.b A modernização das operações da Natura, incluindo o uso de tecnologia para produção sustentável, está diretamente conectada à Meta 9.4, que incentiva práticas industriais de baixo impacto ambiental. O fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, por meio de inovação e competitividade, promove a transferência tecnológica e o desenvolvimento regional, alinhando-se à Meta 9.b.</p> <p>ODS 10: Redução das Desigualdades Correlação com as Metas 10.1 e 10.2 Ao oferecer oportunidades econômicas para populações marginalizadas, a Natura contribui para o crescimento da renda dos 40% mais pobres, atendendo à Meta 10.1. As cadeias produtivas e as iniciativas de capacitação promovem a inclusão econômica e social de grupos vulneráveis, alinhando-se à Meta 10.2.</p> <p>ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis Correlação com as Metas 11.6 e 11.a As soluções de economia circular da Natura, como o uso de embalagens recicladas, reduzem o impacto ambiental nas cidades, em conformidade com a Meta 11.6. Ao integrar comunidades rurais na cadeia produtiva global, a empresa promove vínculos econômicos e sociais entre áreas urbanas e rurais, contribuindo para a Meta 11.a.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis Correlação com as Metas 12.2 e 12.5 A Natura gerencia seus recursos naturais de forma eficiente, priorizando práticas que evitam o esgotamento dos recursos naturais, como certificações de rastreabilidade e comércio justo, alinhando-se à Meta 12.2. A economia circular é central para suas operações, demonstrada pela redução de resíduos e o reaproveitamento de materiais, em consonância com a Meta 12.5.</p> <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima Correlação com a Meta 13.2 A Natura integra medidas climáticas em suas estratégias corporativas, sendo signatária de iniciativas como o Net Zero e o Science Based Targets. Essas ações demonstram alinhamento com a Meta 13.2, que incentiva a adoção de práticas voltadas para a mitigação das mudanças climáticas.</p> <p>ODS 15: Vida Terrestre</p>
--	---

	<p>Correlação com as Metas 15.1 e 15.6 Ao preservar ecossistemas terrestres e promover práticas de manejo sustentável, a Natura contribui para a Meta 15.1. A valorização dos recursos genéticos das florestas amazônicas e a repartição equitativa de benefícios econômicos entre comunidades estão alinhadas à Meta 15.6, promovendo justiça social e conservação da biodiversidade.</p>
<p>A Patagonia Work - roupas e materiais esportivos (Ventura, CA, EUA</p>	<p>A Patagonia é um exemplo de como empresas podem alinhar suas operações e estratégias corporativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, contribuindo ativamente para as metas globais. Por meio de práticas que englobam dimensões ambientais, sociais e de governança (ESG), a Patagonia reflete um modelo de sustentabilidade e impacto positivo em diversos níveis.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Metas Relacionadas: 2.3 (produtividade agrícola) e 2.4 (sistemas alimentares sustentáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de práticas de agricultura regenerativa, envolvendo mais de 150 pequenos agricultores indianos no cultivo de algodão sustentável. ○ Apoio a sistemas agrícolas resilientes que promovem a segurança alimentar e preservam os recursos naturais. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalece a produtividade agrícola e melhora os meios de subsistência de pequenos agricultores, alinhando-se às metas de aumento da produtividade e resiliência agrícola. <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar Metas Relacionadas: 3.4 (promoção do bem-estar) e 3.9 (redução de doenças relacionadas ao ambiente)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Substituição de materiais tóxicos, como borracha de neoprene, por alternativas sustentáveis, como Yulex®. ○ Políticas internas que promovem equilíbrio entre vida pessoal e profissional, como a política "Let My People Go Surfing". ○ Oferecimento de alimentação orgânica nos refeitórios. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reduz a exposição a produtos químicos perigosos e promove condições de trabalho saudáveis, contribuindo para o bem-estar físico e mental. <p>ODS 4: Educação de Qualidade Metas Relacionadas: 4.7 (educação para o desenvolvimento sustentável)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento da iniciativa Globalization Trade, que educa empreendedores sobre os impactos ambientais nos negócios. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Promove a integração de práticas sustentáveis no ambiente corporativo, ampliando a conscientização e o engajamento em questões ambientais. <p>ODS 7: Energia Limpa e Acessível Metas Relacionadas: 7.2 (aumentar a participação de energia renovável) e 7.3 (melhorar a eficiência energética)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Utilização de energia 100% limpa em lojas e escritórios na América do Norte. ○ Construção de um centro de distribuição com tecnologias de eficiência energética que reduzem o consumo pela metade.

	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Apóia a transição para uma economia de baixo carbono e incentiva a adoção de fontes de energia renováveis. <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico Metas Relacionadas: 8.3 (promoção de políticas de desenvolvimento sustentável) e 8.5 (igualdade salarial e condições decentes de trabalho)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Certificação Fair Trade Certified, garantindo remuneração justa para trabalhadores em sua cadeia produtiva. ○ Licença maternidade e paternidade, além de salários pagos integralmente durante a pandemia. ○ Promoção de condições de trabalho dignas e políticas inclusivas. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Cria um ambiente de trabalho justo e igualitário, promovendo o crescimento econômico inclusivo. <p>ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura Metas Relacionadas: 9.4 (modernizar infraestrutura com tecnologias limpas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Inovação em materiais, como o uso de redes de pesca recicladas para criar vestuário. ○ Investimento em centros de distribuição e fábricas sustentáveis. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Moderniza sua cadeia produtiva com tecnologias que reduzem o impacto ambiental. <p>ODS 10: Redução das Desigualdades Metas Relacionadas: 10.1 (crescimento da renda dos mais pobres) e 10.2 (promoção de inclusão social)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Pagamento de prêmios aos trabalhadores certificados pelo programa Fair Trade Certified, promovendo o crescimento econômico em comunidades vulneráveis. ○ Doação de produtos não vendidos a comunidades necessitadas. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reduz desigualdades econômicas e sociais ao integrar populações marginalizadas em cadeias produtivas globais. <p>ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis Metas Relacionadas: 11.6 (redução do impacto ambiental das cidades)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Economia circular por meio do programa Worn Wear, que incentiva o reparo e reutilização de roupas. ○ Reciclagem de materiais descartáveis, como garrafas PET, para produção de novos produtos. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reduz resíduos urbanos e promove práticas de consumo sustentável. <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis Metas Relacionadas: 12.2 (gestão sustentável dos recursos naturais) e 12.5 (redução da geração de resíduos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Uso de algodão orgânico e materiais reciclados em toda a cadeia produtiva. ○ Campanhas de conscientização, como "Don't Buy This Jacket", para incentivar o consumo consciente. • Impacto:
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelece padrões responsáveis de produção e consumo, reduzindo desperdícios e incentivando práticas sustentáveis. <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima Metas Relacionadas: 13.2 (integrar mudanças climáticas nas políticas corporativas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Campanhas de ativismo climático, como Build Back Fossil Fuels, que promove a redução do uso de combustíveis fósseis. ○ Uso de materiais regenerativos e redução de emissões na cadeia produtiva. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalece ações corporativas para mitigar os impactos das mudanças climáticas. <p>ODS 15: Vida Terrestre Metas Relacionadas: 15.1 (gestão sustentável dos ecossistemas terrestres)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuições da Patagonia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Apoio à agricultura regenerativa, que melhora a qualidade do solo e preserva a biodiversidade. ○ Campanhas como 30 by 30 Resolution to Protect Nature, que busca proteger 30% das terras e águas até 2030. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribui para a conservação de ecossistemas e a recuperação ambiental.
<p style="text-align: center;">Agricultura Regenerativa nas Fazendas Gordura/Danone Brasil (Guaranésia, MG)</p>	<p>A Danone tem alinhado suas operações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 por meio de iniciativas socioambientais que abrangem práticas de agricultura regenerativa, eficiência na cadeia produtiva e promoção de bem-estar social. A seguir, é apresentada a correlação detalhada entre as ações da empresa e as metas dos ODS.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Metas Relacionadas: 2.3 (produtividade agrícola) e 2.4 (sistemas alimentares sustentáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de práticas de agricultura regenerativa nas Fazendas Gordura em Guaranésia (MG), com plantio de árvores, recuperação de solos e integração pecuária-floresta. https://www.produzindocerto.com.br/reg-ia/ ○ Capacitação de pequenos agricultores e incentivo ao bem-estar animal. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Promove aumento da produtividade agrícola com práticas resilientes. ○ Estimula sistemas alimentares sustentáveis que preservam recursos naturais. <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar Metas Relacionadas: 3.4 (promoção do bem-estar) e 3.9 (redução de doenças relacionadas ao ambiente)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Investimentos em nutrição infantil e médica por meio de portfólios de produtos saudáveis. ○ Melhoria das condições ambientais em fazendas fornecedoras, reduzindo uso de agroquímicos e emissões de GEE. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribui para a saúde humana ao oferecer alimentos nutritivos. ○ Reduz riscos ambientais à saúde, como contaminação do solo e do ar. <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico Metas Relacionadas: 8.3 (promoção de políticas de desenvolvimento sustentável) e 8.5 (igualdade salarial e condições de trabalho)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Programa DanLeite, que fornece assistência técnica e gerencial aos produtores, promovendo eficiência econômica e qualidade na produção de leite. ○ Investimentos anuais de R\$ 1 milhão em capacitação e assistência técnica para produtores rurais. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Incentiva práticas agrícolas sustentáveis e melhora a rentabilidade dos produtores. ○ Garante condições dignas de trabalho e inclusão econômica. <p>ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura Metas Relacionadas: 9.4 (modernizar infraestrutura com tecnologias limpas) e 9.5 (inovação e pesquisa científica)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Uso da ferramenta Cool Farm Tool para monitorar emissões de carbono na produção de leite e propor soluções de mitigação. ○ Parcerias com universidades e ONGs para desenvolver técnicas de produção sustentável. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Moderniza a infraestrutura produtiva com tecnologias que reduzem emissões. ○ Estimula inovação por meio de parcerias acadêmicas e investimentos em pesquisa. <p>ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis Metas Relacionadas: 11.6 (redução do impacto ambiental das cidades)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de práticas de economia circular nas fazendas, integrando pecuária e florestas. ○ Recuperação de áreas degradadas, promovendo melhor gestão ambiental nas comunidades. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribui para a redução de emissões de poluentes e preservação de recursos naturais. ○ Promove sustentabilidade em territórios rurais que sustentam populações urbanas. <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis Metas Relacionadas: 12.2 (gestão sustentável dos recursos naturais) e 12.5 (redução de resíduos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Substituição de práticas agrícolas degradantes por métodos regenerativos que priorizam o uso eficiente do solo e da água. ○ Incentivos à qualidade do leite por meio de bônus e suporte técnico aos produtores. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Garante o uso eficiente de recursos naturais na cadeia produtiva. ○ Reduz desperdícios e incentiva práticas de produção responsável. <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima Metas Relacionadas: 13.1 (resiliência a desastres climáticos) e 13.2 (integração da mudança climática nas políticas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mitigação de emissões de GEE nas Fazendas Gordura por meio de práticas de manejo sustentável e sequestro de carbono. ○ Investimento global de € 2 bilhões para reduzir emissões na cadeia de valor. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Reduz emissões de gases de efeito estufa e aumenta a resiliência de sistemas produtivos aos efeitos das mudanças climáticas.
--	--

	<p>ODS 15: Vida Terrestre Metas Relacionadas: 15.1 (gestão sustentável de ecossistemas terrestres) e 15.3 (restauração de terras degradadas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Recuperação de pastagens degradadas e integração de sistemas agroflorestais. ○ Plantio de árvores nativas e exóticas para promover biodiversidade e regenerar áreas degradadas. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuí para a restauração de ecossistemas e a conservação da biodiversidade. ○ Estimula a adoção de práticas que previnem a degradação ambiental. <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação Metas Relacionadas: 17.16 (parcerias público-privadas) e 17.17 (parcerias com a sociedade civil)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações da Danone: <ul style="list-style-type: none"> ○ Colaborações com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), Yale ELTI e outras ONGs para promover sustentabilidade na pecuária e agricultura. ○ Participação no movimento Empresas B, que promove parcerias globais para impacto social e ambiental. • Impacto: <ul style="list-style-type: none"> ○ Fortalece as capacidades locais por meio de parcerias estratégicas e investimentos em desenvolvimento sustentável. ○ Amplia o alcance das metas globais por meio da colaboração intersetorial.
<p>Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável/Parceria Instituto Renner (Quilombo Gurutuba, MG)</p>	<p>O projeto Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável, em parceria com o Instituto Lojas Renner, é uma iniciativa estruturada que promove o empoderamento feminino, sustentabilidade ambiental e inclusão socioeconômica em comunidades quilombolas, alinhando suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A seguir, é apresentada uma análise científica que correlaciona as ações do projeto com as metas dos ODS.</p> <p>ODS 1: Erradicação da Pobreza Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.1: Erradicar a pobreza extrema. • 1.4: Garantir acesso a recursos econômicos e produtivos. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A geração de renda sustentável é um dos pilares do projeto. A produção de algodão agroecológico em comunidades quilombolas oferece alternativas de trabalho e renda estáveis. • Por meio de capacitação técnica e fornecimento de insumos e equipamentos, o projeto garante que as mulheres tenham acesso a recursos econômicos, reduzindo a vulnerabilidade financeira. <p>Impacto Científico: A sustentabilidade econômica das comunidades é promovida pela integração de práticas agrícolas regenerativas que reduzem custos, aumentam a produtividade e fortalecem o acesso aos mercados têxteis.</p> <p>ODS 5: Igualdade de Gênero Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5.1: Acabar com a discriminação de gênero. • 5.a: Garantir acesso igualitário a recursos produtivos e financeiros.

	<p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto prioriza o empoderamento feminino, capacitando 84 mulheres quilombolas para liderarem o cultivo e a comercialização de algodão orgânico. • Ao promover a autonomia econômica feminina, ele combate a discriminação de gênero, garantindo que as mulheres ocupem posições de protagonismo econômico. <p>Impacto Científico: A igualdade de gênero é uma força motriz para o desenvolvimento sustentável. Estudos indicam que iniciativas que empoderam mulheres resultam em melhores resultados socioeconômicos e na redução de desigualdades.</p> <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8.3: Promover políticas de desenvolvimento sustentável e empreendedorismo. • 8.5: Alcançar trabalho decente e equidade salarial. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto formaliza o trabalho agrícola em comunidades quilombolas, promovendo o empreendedorismo feminino e criando oportunidades de trabalho digno. • Por meio de parcerias e assistência técnica, promove uma economia circular sustentável que beneficia diretamente comunidades marginalizadas. <p>Impacto Científico: O modelo de trabalho decente e economia inclusiva apresentado pelo projeto serve como um exemplo para replicação em outras comunidades vulneráveis.</p> <p>ODS 10: Redução das Desigualdades</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10.2: Promover a inclusão social, econômica e política de todos. • 10.3: Garantir igualdade de oportunidades. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto promove a inclusão de mulheres quilombolas na cadeia produtiva do algodão, oferecendo oportunidades econômicas em condições de igualdade. • Reduz desigualdades socioeconômicas ao integrar populações marginalizadas em mercados formais, como o varejo nacional de moda sustentável. <p>Impacto Científico: A inclusão de comunidades tradicionais em cadeias produtivas globais reduz disparidades e gera efeitos multiplicadores que promovem o desenvolvimento regional.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12.2: Alcançar a gestão sustentável dos recursos naturais. • 12.5: Reduzir a geração de resíduos por meio da reciclagem e reutilização. <p>Correlação:</p>
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto utiliza práticas agroecológicas na produção de algodão orgânico, eliminando o uso de agrotóxicos e promovendo a saúde do solo. • Incentiva o reaproveitamento de recursos, como a produção de sabonetes a partir do óleo do caroço de algodão e a captação de água da chuva. <p>Impacto Científico: Essas práticas promovem uma economia circular que reduz desperdícios e gera benefícios ambientais, sociais e econômicos, alinhando-se à transição para modelos de produção sustentável.</p> <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13.1: Fortalecer a resiliência aos impactos climáticos. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As práticas agroecológicas adotadas no projeto ajudam a sequestrar carbono no solo e a melhorar a resiliência às mudanças climáticas, promovendo sustentabilidade ambiental. • O uso de energia solar e sistemas naturais para controle de pragas também contribuem para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa. <p>Impacto Científico: Práticas agrícolas regenerativas têm sido reconhecidas como soluções eficazes para a mitigação das mudanças climáticas e para a adaptação de comunidades vulneráveis aos impactos ambientais.</p> <p>ODS 15: Vida Terrestre</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15.1: Conservar e restaurar ecossistemas terrestres. • 15.3: Combater a desertificação e restaurar terras degradadas. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto recupera terras degradadas por meio do cultivo de algodão orgânico, promovendo a biodiversidade e a sustentabilidade do uso da terra. • Apoiar sistemas agrícolas que preservam o meio ambiente e fortalecem a relação cultural das comunidades quilombolas com seus territórios. <p>Impacto Científico: A conservação de ecossistemas terrestres é essencial para a resiliência ambiental e para a garantia de meios de subsistência das comunidades locais.</p> <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17.16: Fortalecer parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. • 17.17: Incentivar parcerias eficazes entre setores público, privado e sociedade civil. <p>Correlação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O projeto é sustentado por parcerias estratégicas entre o Instituto Lojas Renner, o Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR) e o Centro de Agricultura do Norte de Minas (CAA), que fornecem suporte técnico, financeiro e estrutural. • Promove a colaboração intersetorial como uma estratégia essencial para o desenvolvimento comunitário e o alcance dos ODS.
--	---

	<p>Impacto Científico: A integração de diferentes atores fortalece as capacidades locais e amplia o impacto das ações, promovendo a replicabilidade de boas práticas.</p>
<p>Mata Atlântica Sustentável/Empresa Jucaí (Resende, RJ)</p>	<p>A Empresa Jucaí, inserida na região da Mata Atlântica, promove práticas inovadoras de desenvolvimento sustentável, equilibrando objetivos econômicos, sociais e ambientais. A seguir, é realizada uma análise detalhada de como suas ações estão correlacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, incluindo as metas específicas que suas práticas atendem.</p> <p>ODS 1: Erradicação da Pobreza Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1.1: Erradicar a pobreza extrema. • 1.2: Reduzir pelo menos à metade a pobreza em todas as suas dimensões. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contratação de mão de obra local, com remuneração justa e digna. • Apoio a 90 famílias e produtores rurais na cadeia produtiva da juçara. • Programas de educação ambiental e suplementação alimentar com o suco de juçara em quatro escolas locais, atendendo 170 crianças. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribui para a inclusão social e econômica das comunidades locais. • Reduz a vulnerabilidade socioeconômica e melhora o bem-estar geral. <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.3: Aumentar a produtividade agrícola e os rendimentos de pequenos agricultores. • 2.4: Assegurar sistemas de produção de alimentos sustentáveis e resilientes. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de alimentos orgânicos sem uso de agrotóxicos, utilizando sistemas agroflorestais (SAF). • Reflorestamento com mais de 6 milhões de mudas de palmeira-juçara em áreas da Mata Atlântica. • Conservação de 33% dos frutos para regeneração natural e alimentação da fauna local. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumenta a segurança alimentar, promovendo práticas agrícolas sustentáveis. • Garante a biodiversidade do ecossistema e melhora os rendimentos econômicos das comunidades. <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3.4: Promover saúde mental e bem-estar para todos. • 3.9: Reduzir impactos ambientais prejudiciais à saúde. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de alimentos nutritivos e orgânicos que promovem saúde e bem-estar. • Educação ambiental em comunidades locais, criando uma relação harmoniosa com o meio ambiente. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protege a saúde das comunidades locais ao evitar práticas prejudiciais ao meio ambiente e ao consumo humano. • Incentiva o bem-estar por meio da conscientização e da alimentação saudável.

	<p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12.2: Uso eficiente dos recursos naturais. • 12.5: Reduzir significativamente a geração de resíduos por meio de reciclagem e reutilização. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuso de água no processamento e gestão eficiente de energia na produção. • Parcerias com o programa Eureciclo para logística reversa e reciclagem de embalagens. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduz desperdícios e promove a economia circular em sua cadeia produtiva. • Incentiva o consumo consciente e a reutilização de recursos. <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13.1: Fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas. • 13.2: Integrar medidas climáticas em políticas e estratégias nacionais. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conservação e reflorestamento da Mata Atlântica com sistemas agroflorestais que capturam carbono. • Educação ambiental em toda a cadeia de valor, promovendo práticas climáticas conscientes. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribui para a mitigação das mudanças climáticas, protegendo ecossistemas vulneráveis. • Fortalece a resiliência das comunidades locais frente aos impactos climáticos. <p>ODS 15: Vida Terrestre</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15.1: Garantir a conservação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres. • 15.3: Restaurar terras degradadas e alcançar a neutralidade na degradação da terra. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de terras degradadas e plantio de milhões de mudas de juçara. • Conservação de frutos na árvore para regeneração natural e alimentação da fauna local. <p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoia a restauração da Mata Atlântica, um dos biomas mais ameaçados do Brasil. • Promove a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental em longo prazo. <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17.16: Fortalecer parcerias eficazes para o desenvolvimento sustentável. • 17.17: Incentivar parcerias público-privadas e com a sociedade civil. <p>Ações Correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias estratégicas com organizações como SOS Mata Atlântica, Instituto Humanize e Pólen, ampliando o impacto socioambiental. • Colaboração com cooperativas e comunidades locais para fortalecer a cadeia produtiva.
--	--

	<p>Impacto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As parcerias ampliam a capacidade de implementação de soluções sustentáveis e a replicação de boas práticas. • Integram diferentes setores em prol de objetivos comuns, promovendo inovação e desenvolvimento sustentável.
<p>Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural (Curitiba, PR)</p>	<p>O Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural, em Curitiba, PR, desempenha um papel significativo no alinhamento às metas da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, especialmente em relação a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A seguir, é apresentada a correlação entre as práticas do restaurante e as metas associadas aos ODS supracitados.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2.1: Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. <ul style="list-style-type: none"> ○ A parceria com agricultores familiares e indígenas assegura a oferta de alimentos frescos e nutritivos. Além disso, as marmitas solidárias permitem o acesso a refeições completas para famílias em situação de vulnerabilidade social. • Meta 2.3: Aumentar a produtividade e os rendimentos dos pequenos produtores de alimentos. <ul style="list-style-type: none"> ○ O estímulo ao cultivo de 15 variedades de feijão resgatadas por meio de bancos de sementes e a comercialização direta no restaurante fortalecem a agricultura familiar e geram maior valor agregado para os pequenos agricultores. • Meta 2.4: Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos. <ul style="list-style-type: none"> ○ O restaurante incentiva práticas agroecológicas, promove certificações de baixo custo (Rede Ecovida) e valoriza a biodiversidade agrícola, reforçando a sustentabilidade na produção de alimentos. <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 3.4: Reduzir doenças crônicas através da promoção de saúde mental e bem-estar. <ul style="list-style-type: none"> ○ As preparações gastronômicas equilibradas, ricas em vegetais frescos, PANCs e alimentos orgânicos, contribuem para uma alimentação saudável, promovendo o bem-estar físico e emocional. • Meta 3.9: Reduzir a contaminação do ar, água e solo. <ul style="list-style-type: none"> ○ O restaurante evita o uso de ingredientes com agrotóxicos e promove práticas como o descarte adequado de óleo de cozinha e compostagem de resíduos orgânicos, reduzindo impactos ambientais que afetam diretamente a saúde pública. <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 12.3: Reduzir pela metade o desperdício global de alimentos. <ul style="list-style-type: none"> ○ A pesagem de resíduos, o controle das porções e as campanhas de conscientização reduziram significativamente o desperdício de alimentos no restaurante, sendo um modelo de eficiência no uso de recursos. • Meta 12.4: Gestão ambientalmente responsável de resíduos. <ul style="list-style-type: none"> ○ A compostagem no local transforma resíduos orgânicos em adubo para a horta do restaurante, reduzindo a quantidade de lixo enviado para aterros sanitários. Também promove iniciativas como a "Disco Xepa" para reduzir descartes de alimentos em boas condições. • Meta 12.5: Reduzir a geração de resíduos. <ul style="list-style-type: none"> ○ A adoção de práticas como o reaproveitamento de água da chuva e a reciclagem de materiais contribuem diretamente para a diminuição de resíduos sólidos e o uso racional de recursos naturais. • Meta 12.8: Assegurar que as pessoas tenham informações para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ As ações educativas promovidas pelo restaurante, como a demonstração de práticas sustentáveis e o uso de certificações, aumentam a conscientização dos consumidores sobre o impacto ambiental das escolhas alimentares.

	<p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 17.16: Fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ As parcerias com agricultores, organizações sociais, artistas e consumidores criam uma rede colaborativa que conecta diferentes atores para atingir metas de sustentabilidade. • Meta 17.17: Incentivar parcerias eficazes entre governos, setor privado e sociedade civil. <ul style="list-style-type: none"> ○ O Quintana trabalha com certificadoras públicas e privadas, ONGs e a Rede Ecovida, ampliando os impactos sociais e ambientais positivos por meio da articulação com diversos setores. <p>Práticas Concretas em Destaque</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio à Agricultura Familiar e Sustentável: <ul style="list-style-type: none"> ○ Integração de agricultores familiares e indígenas na cadeia produtiva. ○ Resgate de variedades de feijão e promoção de práticas agroecológicas. 2. Redução de Desperdício e Gestão de Resíduos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de compostagem e separação de recicláveis. ○ Reaproveitamento de alimentos e utilização eficiente de recursos naturais. 3. Educação e Conscientização: <ul style="list-style-type: none"> ○ Promoção de práticas de alimentação sustentável e ações como "Disco Xepa". ○ Envolvimento da comunidade com projetos sociais e culturais. 4. Fortalecimento de Cadeias Locais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Parcerias com fornecedores, artistas e entidades sociais para criar sinergias econômicas e culturais. <p>Impacto Global</p> <p>O Restaurante Quintana exemplifica como negócios locais podem ser alavancas poderosas para a implementação da Agenda 2030, ao promover práticas inovadoras e integradas. Suas ações atendem às metas de forma prática, ampliando os benefícios para além da esfera gastronômica, impactando diretamente os setores ambiental, social e econômico.</p> <p>Essa abordagem reforça a importância de replicar iniciativas similares em outros contextos, contribuindo significativamente para a construção de um futuro mais sustentável e inclusivo.</p>
<p>Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural (Curitiba, PR)</p>	<p>O Restaurante Quintana Ecogastronomia Cultural é um modelo prático de aplicação dos princípios da sustentabilidade no setor gastronômico, evidenciando uma correlação direta e mensurável com várias metas da Agenda 2030 da ONU. A seguir, realiza-se uma análise detalhada e científica da sua atuação em relação aos principais ODS e suas metas.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <p>Meta 2.3: Aumentar a produtividade e a renda de pequenos produtores</p> <p>O Restaurante Quintana, ao priorizar agricultores familiares e produtores indígenas e quilombolas, cria um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico dessas populações. O resgate de sementes tradicionais e a ampliação de variedades de feijão cultivadas (de 4 para 15) evidenciam o impacto direto na diversificação e produtividade agrícola. Esta prática também contribui para a conservação da biodiversidade, um componente essencial da sustentabilidade agroalimentar.</p> <p>Meta 2.4: Garantir sistemas de produção sustentável</p> <p>A integração de certificações agroecológicas, como a Rede Ecovida, é um exemplo claro de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis. Ao oferecer suporte técnico e logístico para produtores, o restaurante promove uma produção livre de agrotóxicos e OGM (organismos geneticamente modificados), consolidando sistemas resilientes e alinhados às mudanças climáticas.</p>

	<p>Evidências Científicas O estímulo ao fortalecimento de cadeias curtas e o acesso direto ao mercado demonstram como negócios sustentáveis podem reduzir a desigualdade econômica e promover a segurança alimentar, conforme observado em estudos sobre circuitos agroalimentares locais.</p> <p>ODS 3: Saúde e Bem-estar Meta 3.4: Reduzir doenças crônicas A composição do cardápio do Quintana, baseada em ingredientes orgânicos, PANCs e proteínas vegetais, é um elemento fundamental na prevenção de doenças não transmissíveis relacionadas à alimentação. A promoção de refeições equilibradas com ingredientes sazonais também fomenta uma relação saudável entre consumidores e alimentos.</p> <p>Meta 3.9: Reduzir a contaminação ambiental O gerenciamento responsável de resíduos orgânicos (compostagem) e a participação em iniciativas de reciclagem (óleo vegetal, esponjas de cozinha) são práticas que mitigam impactos ambientais nocivos, prevenindo a contaminação de solo e corpos d'água, elementos críticos para a saúde pública.</p> <p>Evidências Científicas Pesquisas indicam que as adoções de práticas alimentares sustentáveis, como as promovidas pelo Quintana, impactam positivamente a saúde pública ao diminuir a exposição a resíduos químicos e tóxicos associados à agricultura convencional.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis Meta 12.3: Reduzir o desperdício de alimentos O controle rigoroso de sobras e a reformulação do cardápio reduziram o desperdício de 30 kg para apenas 2 kg de alimentos por dia, um caso emblemático de gestão eficiente de recursos. Esse resultado é alcançado por meio de práticas baseadas em dados, como a pesagem diária de resíduos.</p> <p>Meta 12.4: Gerenciar resíduos de maneira sustentável O restaurante utiliza compostagem para converter resíduos orgânicos em adubo, aplicando o produto em uma horta própria. Essas práticas não apenas fecham o ciclo de nutrientes, mas também promovem a educação ambiental dos clientes, ao integrar ações demonstrativas como a "Disco Xepa".</p> <p>Meta 12.8: Conscientização sobre desenvolvimento sustentável O Quintana integra iniciativas educativas em suas operações, engajando consumidores, agricultores e comunidades locais em práticas de sustentabilidade. A utilização de certificações como o Selo Agir Sustentável reforça o papel do restaurante como referência em consumo responsável.</p> <p>Evidências Científicas Estudos sobre a economia circular destacam que práticas como compostagem e reaproveitamento de recursos, adotadas pelo Quintana, são fundamentais para mitigar os impactos negativos das cadeias produtivas no meio ambiente.</p> <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação Meta 17.16: Fortalecer parcerias multissetoriais O Quintana estabelece conexões com agricultores familiares, instituições de ensino, ONGs e entidades culturais, criando um ecossistema colaborativo. Essas parcerias permitem uma abordagem holística para a promoção de práticas sustentáveis em múltiplas frentes: social, ambiental e econômica.</p>
--	--

	<p>Meta 17.17: Incentivar parcerias eficazes O modelo de negócio do restaurante, que envolve desde a comercialização de produtos de pequenos agricultores até a disponibilização de espaço para artistas e iniciativas culturais, demonstra a eficácia das parcerias na ampliação do impacto positivo em comunidades locais.</p>
<p>Olha o Peixe (Pontal do Paraná, PR)</p>	<p>A Olha o Peixe é uma microempresa socioambiental inovadora, cujo modelo de negócio promove o alinhamento estratégico às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Sua atuação no setor da pesca artesanal e no fortalecimento das comunidades pesqueiras destaca-se pelo impacto positivo em dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais. A seguir, apresenta-se uma análise detalhada de correlação entre as ações da empresa e as metas específicas de cada ODS.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Meta 2.3: Aumentar a produtividade e renda de pequenos produtores A Olha o Peixe proporciona acesso direto ao mercado para pescadores artesanais, eliminando intermediários e agregando valor aos produtos por meio do Módulo de Beneficiamento de Pescados. Isso eleva a produtividade e melhora a renda das comunidades pesqueiras, consolidando a pesca artesanal como atividade economicamente viável.</p> <p>Meta 2.4: Garantir sistemas de produção sustentável A empresa promove práticas de pesca seletiva, respeitando períodos de defeso e incentivando a preservação de espécies marinhas. Essas ações, alinhadas à legislação ambiental, asseguram a sustentabilidade da cadeia produtiva.</p> <p>ODS 10: Redução das Desigualdades Meta 10.1: Reduzir as desigualdades de renda A Olha o Peixe oferece melhores condições financeiras para os pescadores ao garantir preços justos para os pescados, eliminando a dependência de atravessadores ligados à pesca industrial. Isso reduz as desigualdades econômicas dentro das comunidades.</p> <p>Meta 10.2: Promover a inclusão social e econômica Ao valorizar o trabalho de mulheres pescadoras, a empresa contribui para a igualdade de gênero e promove a inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados na atividade pesqueira. Adicionalmente, os treinamentos em beneficiamento e comercialização capacitam as comunidades a acessar novos mercados.</p> <p>ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis Meta 11.a: Fortalecer as relações entre áreas urbanas e rurais A Olha o Peixe conecta comunidades pesqueiras litorâneas a mercados urbanos em Curitiba e na Região Metropolitana, promovendo um modelo de desenvolvimento regional que integra zonas rurais, periurbanas e urbanas.</p> <p>Meta 11.4: Proteger o patrimônio cultural A empresa valoriza a cultura caiçara, promovendo práticas tradicionais como a pesca da tainha e fomentando o Turismo de Base Comunitária. Essas iniciativas destacam o patrimônio cultural das comunidades pesqueiras, fortalecendo sua identidade.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis Meta 12.3: Reduzir o desperdício de alimentos A empresa incentiva práticas de pesca sustentável e reaproveitamento de subprodutos, reduzindo o desperdício ao longo da cadeia produtiva.</p> <p>Meta 12.5: Reduzir a geração de resíduos Ao utilizar bioplásticos e embalagens biodegradáveis, a Olha o Peixe minimiza o impacto ambiental dos resíduos gerados em suas operações.</p> <p>Meta 12.8: Promover a conscientização para práticas sustentáveis A comunicação da empresa informa os consumidores sobre a origem dos pescados, os métodos de captura e as características das espécies, aumentando a conscientização sobre o consumo responsável e sustentável.</p>

	<p>ODS 14: Vida na Água Meta 14.4: Regular a pesca e acabar com práticas destrutivas Os fornecedores da Olha o Peixe segue normas rígidas de pesca sustentável, evitando a captura de espécies ameaçadas e respeitando períodos de defeso. Essas práticas reduzem os impactos negativos da pesca no ecossistema marinho. Meta 14.b: Garantir acesso dos pescadores artesanais a mercados A Olha o Peixe conecta pescadores artesanais a mercados institucionais e consumidores finais, fortalecendo sua participação na economia local e incentivando a continuidade da pesca artesanal. Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais Dimensão Econômica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos três primeiros anos de operação, a Olha o Peixe gerou R\$ 400 mil em renda para 96 famílias de pescadores. • Comercializou 27 toneladas de pescados, demonstrando a eficiência de seu modelo de cadeia curta e sustentável. <p>Dimensão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoveu a capacitação técnica de pescadores e pescadoras, garantindo que as comunidades tenham acesso a mercados mais diversificados e lucrativos. • Valorizou a cultura caiçara e integrou práticas tradicionais ao turismo comunitário, como a pesca da tainha. <p>Dimensão Ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivou práticas de pesca sustentável, respeitando os períodos de defeso e evitando a captura de espécies em extinção. • Reduziu o impacto ambiental das operações por meio do uso de embalagens biodegradáveis e práticas de reaproveitamento.
<p>Central do Cerrado: Produtos Ecosociais (Brasília, DF)</p>	<p>A Central do Cerrado é uma organização que promove o uso sustentável da sociobiodiversidade do bioma Cerrado, fortalecendo a agricultura familiar, o agroextrativismo e a conservação ambiental. Composta por cooperativas de comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, suas ações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A seguir, é apresentada uma análise de como suas metas e práticas se correlacionam com os ODS, destacando suas contribuições para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável Meta 2.3: Aumentar a produtividade e a renda dos pequenos produtores A Central do Cerrado conecta pequenos produtores e agroextrativistas a mercados locais, regionais e nacionais, ampliando oportunidades de comercialização e agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade, como pequi, baru e mel. Além disso, a inserção em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), assegura uma fonte estável de renda para os produtores. Meta 2.4: Garantir sistemas sustentáveis de produção Promovendo o manejo sustentável de recursos naturais, a Central incentiva práticas agroextrativistas que conciliam conservação ambiental com geração de renda, garantindo a sustentabilidade a longo prazo do Cerrado. Meta 2.5: Manter a diversidade genética A valorização de produtos nativos do Cerrado, como o baru e o babaçu, reforça a conservação da biodiversidade e a preservação de espécies endêmicas, garantindo a manutenção da diversidade genética e cultural.</p> <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar Meta 3.4: Reduzir doenças relacionadas à má alimentação</p>

	<p>A Central incentiva a produção e consumo de alimentos naturais e saudáveis, livres de agrotóxicos e aditivos químicos, promovendo uma alimentação equilibrada em programas de alimentação escolar e segurança alimentar.</p> <p>Meta 3.9: Reduzir a contaminação ambiental</p> <p>As práticas agroextrativistas apoiadas pela Central evitam o uso de substâncias químicas prejudiciais, contribuindo para a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades rurais e urbanas.</p> <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>Meta 8.3: Promover o empreendedorismo e inovações sustentáveis</p> <p>A Central apoia o desenvolvimento de cooperativas e negócios comunitários, capacitando as comunidades para melhorar seus processos produtivos, organizacionais e de gestão, promovendo inovação sustentável no Cerrado.</p> <p>Meta 8.5: Alcançar emprego pleno e produtivo</p> <p>Por meio da geração de empregos diretos e indiretos em cadeias produtivas sustentáveis, a Central oferece oportunidades de trabalho decente para milhares de famílias, garantindo inclusão social e econômica.</p> <p>Meta 8.9: Promover o turismo sustentável</p> <p>A valorização cultural das comunidades do Cerrado, aliada à promoção de produtos típicos, integra o turismo sustentável às estratégias de desenvolvimento, fortalecendo as economias locais.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Meta 12.3: Reduzir o desperdício de alimentos</p> <p>A Central promove práticas que evitam desperdícios, tanto na coleta de recursos naturais quanto no processamento e comercialização de alimentos, otimizando o uso dos recursos disponíveis.</p> <p>Meta 12.4: Gerenciar resíduos de forma sustentável</p> <p>O manejo sustentável dos recursos naturais minimiza os impactos ambientais da produção e promove o uso eficiente de insumos, reduzindo a geração de resíduos.</p> <p>Meta 12.8: Garantir conscientização sobre práticas sustentáveis</p> <p>A Central dissemina informações sobre os benefícios dos produtos do Cerrado e incentiva consumidores a adotarem práticas de consumo consciente, aumentando o reconhecimento da importância da sociobiodiversidade.</p> <p>ODS 15: Vida Terrestre</p> <p>Meta 15.1: Conservar ecossistemas terrestres</p> <p>As ações da Central fortalecem o manejo sustentável do Cerrado, promovendo a conservação de um dos biomas mais ameaçados do Brasil, conhecido como "berço das águas".</p> <p>Meta 15.6: Garantir a repartição de benefícios do uso da biodiversidade</p> <p>Ao valorizar os produtos e saberes tradicionais das comunidades do Cerrado, a Central assegura a repartição justa dos benefícios gerados, promovendo inclusão e equidade.</p> <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <p>Meta 17.16: Fortalecer parcerias multissetoriais</p> <p>A Central estabelece parcerias com organizações como a Fundação Banco do Brasil e o ISPN, bem como com programas governamentais e ONGs, para ampliar o impacto de suas ações e fomentar a conservação e desenvolvimento sustentável.</p> <p>Meta 17.17: Incentivar parcerias eficazes</p>
--	--

	<p>Por meio de articulações com mercados de alta gastronomia, plataformas digitais e políticas públicas, a Central conecta produtores a consumidores de forma eficaz, ampliando oportunidades de comercialização e inclusão social.</p> <p>Impactos Gerados</p> <p>Impactos Econômicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 8 mil famílias beneficiadas diretamente pela comercialização de produtos agroextrativistas. • Inserção de agricultores familiares em cadeias de valor de alta gastronomia e programas governamentais, como PAA e Pnae. <p>Impactos Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção do cooperativismo e fortalecimento da identidade cultural das comunidades tradicionais. • Inclusão social de grupos vulneráveis, como mulheres quebradeiras de coco e pequenos produtores agroextrativistas. <p>Impactos Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservação de áreas naturais por meio do manejo sustentável de recursos como babaçu, baru e pequi. • Incentivo ao uso sustentável da sociobiodiversidade para reduzir pressões sobre o Cerrado.
<p>Fortaleza do Gergelim Kalunga (Goiás)</p>	<p>A Fortaleza do Gergelim Kalunga, localizada no território Kalunga em Goiás, exemplifica a implementação de práticas sustentáveis e comunitárias alinhadas às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A seguir, apresentamos a análise detalhada, correlacionando os ODS às metas da empresa:</p> <p>ODS 1: Erradicação da Pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 1.4: Garantir que todos tenham acesso a recursos econômicos, naturais e sociais. <ul style="list-style-type: none"> ○ A Fortaleza promove o fortalecimento da economia local por meio da geração de renda com a comercialização do excedente de gergelim e a preservação da posse comunitária do território. <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2.3: Dobrar a produtividade e renda de pequenos produtores rurais. <ul style="list-style-type: none"> ○ A capacitação dos Kalungas em práticas agrícolas tradicionais e a comercialização do gergelim aumentam a produtividade e geram renda extra. • Meta 2.4: Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e resiliência aos impactos climáticos. <ul style="list-style-type: none"> ○ As práticas agrícolas de baixo impacto, como o manejo do gergelim sem uso de agrotóxicos, promovem a resiliência do território aos ciclos naturais do Cerrado. <p>ODS 4: Educação de Qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 4.7: Assegurar educação para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ As capacitações em agroextrativismo e ecoturismo fornecem conhecimento prático e técnico para as comunidades Kalunga, fortalecendo a sustentabilidade e as competências para o mercado. <p>ODS 6: Água Limpa e Saneamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 6.6: Proteger e restaurar ecossistemas relacionados à água. <ul style="list-style-type: none"> ○ O território Kalunga abriga uma extensa rede de nascentes e rios, como o rio Preto, e a Fortaleza reforça sua conservação ao adotar práticas sustentáveis e evitar a degradação dos recursos hídricos. <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 8.3: Promover políticas que apoiem atividades produtivas e sustentáveis.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ A comercialização do gergelim, aliada ao desenvolvimento de atividades como o ecoturismo, fortalece o empreendedorismo local e diversifica a economia. • Meta 8.9: Promover o turismo sustentável como gerador de empregos e valorizador da cultura local. <ul style="list-style-type: none"> ○ A Fortaleza investe em ecoturismo, capacitando guias e cozinheiras para valorizar o patrimônio cultural Kalunga e gerar oportunidades de trabalho. <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 12.2: Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. <ul style="list-style-type: none"> ○ A produção de gergelim respeita os ciclos naturais do Cerrado, minimizando o impacto ambiental e promovendo o uso eficiente da terra. • Meta 12.4: Reduzir impactos ambientais adversos no manejo de recursos. <ul style="list-style-type: none"> ○ O manejo tradicional do gergelim, sem o uso de insumos químicos, reduz a pegada ambiental da produção agrícola local. <p>ODS 15: Vida Terrestre</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 15.1: Conservar os ecossistemas terrestres e sua biodiversidade. <ul style="list-style-type: none"> ○ A Fortaleza é um modelo de preservação do Cerrado, um dos biomas mais ameaçados, garantindo a integridade do território Kalunga e suas espécies endêmicas. • Meta 15.5: Combater a degradação de habitats e proteger a biodiversidade. <ul style="list-style-type: none"> ○ As práticas agroecológicas ajudam a manter a biodiversidade local e a proteger o território contra a exploração predatória. <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 17.14: Fortalecer a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ A Fortaleza do Gergelim articula políticas públicas e privadas, criando um modelo de desenvolvimento sustentável que alia conservação ambiental, geração de renda e valorização cultural. • Meta 17.16: Reforçar parcerias multissetoriais para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ Parcerias com instituições como Slow Food Brasil, Central do Cerrado e Universidades demonstram a capacidade do projeto de mobilizar recursos e conhecimentos em prol dos ODS. <p>Metas Específicas da Fortaleza do Gergelim e Alinhamento aos ODS</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Preservação Ambiental e Sustentabilidade do Cerrado: <ul style="list-style-type: none"> ○ Corresponde ao ODS 15, promovendo a conservação do bioma, de nascentes e da biodiversidade local. 2. Geração de Renda e Valorização Econômica Local: <ul style="list-style-type: none"> ○ Está alinhada aos ODS 1, 2 e 8, ao criar oportunidades de trabalho por meio da comercialização do gergelim e do ecoturismo. 3. Fortalecimento Cultural e Social: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribui para os ODS 4 e 12, ao disseminar práticas agrícolas ancestrais e promover o consumo responsável. 4. Parcerias e Redes de Colaboração: <ul style="list-style-type: none"> ○ Alinhada ao ODS 17, ao construir articulações multissetoriais para garantir a viabilidade do projeto. <p>Ameaças Identificadas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Exploração ilegal de recursos naturais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Pode impactar negativamente o alcance das metas dos ODS 15 e 6, colocando em risco a biodiversidade e as fontes hídricas do território. • Especulação imobiliária e pecuária:
--	---

	<p>Contrapõe-se ao fortalecimento das práticas agroecológicas e culturais locais promovidas pela Fortaleza, impactando os ODS 2, 12 e 15.</p>
<p>Fortaleza do Pequi do Xingu (Terra Indígena Wawi, Povo Kísêdjê, MT)</p>	<p>O projeto Fortaleza do Pequi do Xingu, desenvolvido pelo povo Kísêdjê na Terra Indígena Wawi, no Mato Grosso, reflete ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A seguir, apresentamos uma análise detalhada da correlação entre os ODS e as metas e impactos do projeto:</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2.3: Aumentar a produtividade e a renda de pequenos produtores. <ul style="list-style-type: none"> ○ O cultivo sustentável de pequi e a produção de óleo geram renda para os Kísêdjê. Em 2018, a produção atingiu 315 litros de óleo, com expectativa de crescimento. A renda anual de aproximadamente R\$ 30 mil é reinvestida na associação indígena, promovendo autossuficiência econômica. • Meta 2.4: Sistemas de produção sustentáveis e práticas agrícolas resilientes. <ul style="list-style-type: none"> ○ A recuperação de 63 hectares de áreas degradadas por fazendas com o plantio de pequizeiros reflete a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental. <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 3.9: Reduzir impactos ambientais nocivos à saúde. <ul style="list-style-type: none"> ○ A restauração de terras degradadas melhora a qualidade ambiental da região, contribuindo para um habitat mais saudável. O óleo de pequi, usado como repelente natural, reduz a dependência de produtos químicos industrializados. • Meta 3.d: Fortalecer a capacidade de resposta a riscos ambientais. <ul style="list-style-type: none"> ○ A gestão comunitária do projeto fortalece a resiliência socioambiental, promovendo práticas sustentáveis e adaptativas. <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 8.2: Aumentar a produtividade econômica e inovação. <ul style="list-style-type: none"> ○ O desenvolvimento de técnicas de extração e comercialização do óleo de pequi, aliado ao financiamento de expansão do plantio, promove a modernização econômica da comunidade. • Meta 8.5: Emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. <ul style="list-style-type: none"> ○ O projeto envolve toda a comunidade, incluindo mulheres e jovens, na cadeia produtiva, fortalecendo o associativismo e promovendo trabalho digno. • Meta 8.9: Promover o turismo sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ A valorização do óleo de pequi em mercados especializados e sua conexão com iniciativas como o Slow Food fortalecem o reconhecimento cultural e econômico da produção. <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 12.2: Uso sustentável de recursos naturais. <ul style="list-style-type: none"> ○ O manejo do pequi respeita os ciclos naturais e promove o uso responsável da biodiversidade. • Meta 12.3: Reduzir desperdício de alimentos. <ul style="list-style-type: none"> ○ A utilização integral do pequi, tanto para consumo in natura quanto para a produção de óleo, reduz o desperdício. • Meta 12.8: Conscientizar sobre práticas sustentáveis. <ul style="list-style-type: none"> ○ Certificações como o Selo Origens Brasil e a participação no movimento Slow Food divulgam práticas éticas e sustentáveis, conectando a produção local a mercados conscientes. <p>ODS 15: Vida Terrestre</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Meta 15.1: Conservação de ecossistemas terrestres. <ul style="list-style-type: none"> ○ A recuperação de áreas degradadas com o plantio de pequizeiros contribui para a conservação da sociobiodiversidade local. • Meta 15.3: Reverter a degradação da terra. <ul style="list-style-type: none"> ○ A restauração de 63 hectares de terras anteriormente ocupadas por fazendas é um exemplo concreto de recuperação ambiental. • Meta 15.5: Reduzir a degradação de habitats. <ul style="list-style-type: none"> ○ O projeto protege os habitats naturais da Terra Indígena Wawi, promovendo a biodiversidade e a resiliência ecológica. <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 17.16: Fortalecer parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. <ul style="list-style-type: none"> ○ O projeto envolve instituições como o Slow Food, Instituto Socioambiental (ISA), Fundo Amazônia/BNDES e Universidade de Brasília, promovendo uma rede de cooperação para o sucesso das iniciativas. • Meta 17.17: Fomentar parcerias eficazes. <ul style="list-style-type: none"> ○ A articulação entre a Associação Indígena Kisêdjê e parceiros locais e internacionais demonstra uma abordagem colaborativa bem-sucedida para o desenvolvimento sustentável. <p>A Fortaleza do Pequi do Xingu apresenta uma relação intrínseca com os ODS, atuando de forma transversal para promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade ambiental (ODS 12 e 15); • Inclusão econômica e social (ODS 8); • Bem-estar comunitário e saúde (ODS 3); • Valorização cultural e segurança alimentar (ODS 2); • Parcerias estratégicas (ODS 17).
<p style="text-align: center;">Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM), Brasil</p>	<p>O CPSM apresenta uma sólida interconexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, sendo uma iniciativa que ilustra como ações locais podem endereçar metas globais. A seguir, a análise detalha as correlações entre os ODS e as metas da Agenda 2030 no contexto do CPSM:</p> <p>ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <p>Metas correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2.3: Dobrar a produtividade e a renda de pequenos agricultores, especialmente familiares e indígenas. • Meta 2.4: Garantir sistemas de produção alimentar sustentáveis e práticas agrícolas resilientes. <p>Análise:</p> <p>O CPSM contribui diretamente para essas metas ao organizar e capacitar 311 famílias indígenas para a produção sustentável e comercialização de guaraná e outros produtos nativos. A implementação de práticas agrícolas tradicionais livres de agrotóxicos aumenta a resiliência e produtividade dos sistemas locais, gerando renda e promovendo a autonomia econômica das famílias.</p> <p>ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis</p> <p>Metas correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 11.4: Salvar o patrimônio cultural e natural. • Meta 11.6: Reduzir o impacto ambiental das comunidades. <p>Análise:</p>

	<p>O consórcio preserva a cultura Sateré-Mawé ao integrar os saberes tradicionais no manejo sustentável do território Andirá-Marau, protegendo a biodiversidade e os rituais associados ao guaraná. Além disso, a certificação orgânica e as práticas extrativistas responsáveis reduzem impactos ambientais, reforçando a sustentabilidade das comunidades locais.</p> <p>ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis</p> <p>Metas correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 12.2: Garantir a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. • Meta 12.4: Gerenciar adequadamente os resíduos e produtos ao longo do ciclo de vida. • Meta 12.8: Promover o conhecimento sobre práticas sustentáveis. <p>Análise:</p> <p>Os protocolos tradicionais de produção do CPSM, alinhados às exigências do Comércio Justo, promovem o uso eficiente e sustentável dos recursos naturais. A produção orgânica e a certificação ambiental garantem o cumprimento de padrões éticos, enquanto a disseminação global dos produtos contribui para conscientizar consumidores sobre práticas sustentáveis.</p> <p>ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação</p> <p>Metas correlacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 17.3: Mobilizar recursos financeiros adicionais. • Meta 17.16: Fortalecer as parcerias globais. <p>Análise:</p> <p>O CPSM é financiado por diversas fontes, incluindo parceiros internacionais (ICEI, Guayapi) e nacionais (UNISOL Brasil, CONAB), demonstrando capacidade de mobilização financeira. Sua ampla rede de cooperação com ONGs, universidades e empresas é um modelo de parceria global, essencial para implementar ações locais com impacto global.</p> <p>Impacto Integrado</p> <p>O CPSM aborda simultaneamente dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável de forma sistêmica. As ações do consórcio demonstram que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Integração de Saberes: A valorização dos conhecimentos tradicionais conecta práticas locais às demandas globais por sustentabilidade. 2. Economia Inclusiva: Ao fomentar a comercialização via Comércio Justo, o CPSM incentiva modelos econômicos que respeitam direitos humanos e ambientais. 3. Sustentabilidade Territorial: A preservação do território Andirá-Marau exemplifica a gestão integrada e participativa dos recursos naturais. <p>O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé é um caso exemplar de implementação prática dos ODS da Agenda 2030, com resultados que vão além da sustentabilidade ambiental, abrangendo aspectos sociais e econômicos. A inter-relação entre as metas e as ações do consórcio evidencia o poder transformador de iniciativas que combinam conhecimento tradicional, cooperação multissetorial e comércio ético</p>
<p>PROJETO CACAUWAY</p>	<p>O Projeto Cacaaway, executado pela Coopatrans, estabelece uma forte conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as metas da Agenda 2030, por meio de ações que promovem a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. A seguir, apresenta-se uma análise detalhada dessa correlação:</p> <p>ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2.3: Aumentar a produtividade e renda dos pequenos agricultores.

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: Capacita agricultores familiares na produção sustentável de cacau, com práticas que elevam a produtividade e geram maior renda por meio de agroflorestas e manejo sustentável. • Meta 2.4: Garantir sistemas agrícolas resilientes e sustentáveis. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: O uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) no cultivo do cacau reduz o desmatamento, promove a biodiversidade e aumenta a resiliência climática da produção agrícola. <p>ODS 3 - Saúde e Bem-Estar</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 3.4: Reduzir as doenças ocupacionais e promover o bem-estar. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: A geração de empregos formais e seguros no setor agroindustrial, com foco em boas práticas agrícolas e de fabricação, melhora a qualidade de vida dos trabalhadores e reduz riscos associados a condições laborais precárias. <p>ODS 5 - Igualdade de Gênero</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 5.5: Garantir a participação plena de mulheres nos processos de decisão. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: A inclusão de mulheres em cargos de liderança e como cooperadas (mais de 25% do quadro) fomenta a igualdade de gênero no setor produtivo e na tomada de decisões. <p>ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 8.2: Aumentar a produtividade econômica por meio da inovação tecnológica. <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição do Projeto: A verticalização da produção, com tecnologia para processamento de amêndoas e produção de chocolate, impulsiona o crescimento econômico da região. • Meta 8.3: Incentivar o empreendedorismo e a formalização de negócios. <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição do Projeto: A cooperativa promove o empreendedorismo local, formaliza pequenos negócios e cria oportunidades econômicas para a comunidade. <p>ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 9.3: Aumentar o acesso de pequenas indústrias ao financiamento e mercados. <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição do Projeto: Com apoio financeiro do PDRS Xingu e outros parceiros, o projeto impulsionou a criação da fábrica Cacaaway e posicionou seus produtos no mercado global, incluindo participação em eventos como o Salão de Chocolate de Paris. <p>ODS 10 - Redução das Desigualdades</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 10.1: Aumentar a renda dos 40% mais pobres. <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição do Projeto: A geração de empregos e o fortalecimento econômico local contribuem para a redução das desigualdades regionais, beneficiando diretamente mais de 5.000 famílias. <p>ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 11.4: Salvar o patrimônio cultural e natural.
--	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição do Projeto: A valorização do cacau como elemento cultural, por meio do <i>Cacau Fest</i> e outras festividades, reforça o patrimônio imaterial da região e incentiva práticas agrícolas sustentáveis. <p>ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 12.2: Garantir a gestão sustentável de recursos naturais. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: A utilização de SAFs e a preservação de rios e nascentes destacam-se como práticas sustentáveis, garantindo o uso eficiente dos recursos naturais. • Meta 12.3: Reduzir perdas e desperdícios ao longo da cadeia produtiva. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: A verticalização da produção na fábrica Cacauway reduz perdas no processamento do cacau e aumenta o valor agregado dos produtos. <p>ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Meta 13.1: Reforçar a resiliência às mudanças climáticas. <ul style="list-style-type: none"> ○ Contribuição do Projeto: As práticas de manejo agroflorestal e sombreamento no cultivo do cacau minimizam impactos ambientais, contribuem para a captura de carbono e promovem a resiliência climática. <p>Indicadores de Sustentabilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Área de cultivo sustentável: 600 hectares em Sistemas Agroflorestais. • Geração de empregos: Mais de 5.000 famílias beneficiadas. • Conservação ambiental: Preservação de rios, nascentes e biodiversidade. • Impactos econômicos: Verticalização que representa 74% da economia local e redução do êxodo rural. <p>Impacto Sistêmico</p> <p>O Projeto Cacauway atua como uma solução integrada que atende simultaneamente às dimensões social, econômica e ambiental. Ao promover o desenvolvimento sustentável de Medicilândia e região, o projeto reforça a importância das cooperativas como agentes de transformação alinhados aos ODS da Agenda 2030.</p> <p>Sua contribuição se destaca como exemplo de ecossocioeconomia, onde produção responsável, valorização cultural e preservação ambiental andam de mãos dadas para atingir metas globais.</p>
<p>Projeto ChocoSol</p>	<p>A empresa ChocoSol, por sua atuação focada na economia solidária e no beneficiamento de cacau por pequenos produtores, promove a integração de objetivos sociais, econômicos e ambientais, diretamente relacionados às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A seguir, apresenta-se uma análise de correlação detalhada:</p> <p>ODS 1 – Erradicação da Pobreza</p> <p>Meta 1.2: Reduzir pelo menos à metade a proporção de pessoas que vivem na pobreza em todas as suas dimensões.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Gera renda adicional para agricultores familiares, quilombolas e indígenas ao permitir que eles processem e comercializem seus produtos de forma independente. • Apoiar comunidades historicamente marginalizadas, oferecendo assistência técnica e estrutura para beneficiamento de cacau. <p>ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável</p>

	<p>Meta 2.3: Dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos.</p> <p>Meta 2.4: Garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos que ajudem a manter os ecossistemas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Incentiva práticas agroecológicas como o cultivo em sistema Cabruca, que combina preservação da Mata Atlântica com o cultivo de cacau. • Oferece suporte técnico para melhorar a qualidade das amêndoas de cacau, aumentando sua produtividade e valor de mercado. <p>ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>Meta 8.3: Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas e geração de empregos decentes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Oferece oportunidades de trabalho para pequenos agricultores e comunidades indígenas, fortalecendo a economia solidária. • Investiu mais de R\$ 500 mil para estruturar uma fábrica-escola que capacita produtores para aumentar sua competitividade no mercado de chocolates gourmet. <p>ODS 10 – Redução das Desigualdades</p> <p>Meta 10.2: Promover a inclusão social, econômica e política de todos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> ○ Integra agricultores familiares, quilombolas e indígenas em uma cadeia produtiva sustentável, valorizando suas práticas e saberes tradicionais. ○ Promove o empoderamento econômico por meio de políticas inclusivas da economia solidária. <p>ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis</p> <p>Meta 11.a: Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas e rurais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Estabelece conexões entre comunidades rurais e mercados urbanos ao viabilizar a venda de chocolates em lojas, shoppings e feiras de economia solidária. • Cria sinergias entre o desenvolvimento comunitário e a preservação ambiental. <p>ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Meta 12.2: Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Incentiva o uso sustentável da terra e a preservação de ecossistemas locais ao promover práticas agrícolas como o sistema Cabruca. • Fomenta o consumo consciente por meio de produtos orgânicos e certificados. <p>ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima</p> <p>Meta 13.3: Melhorar a conscientização e a capacidade humana sobre mitigação das mudanças climáticas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Promove práticas agrícolas que mitigam os impactos climáticos, como o cultivo de cacau em harmonia com a floresta. • Contribui para a captura de carbono e regulação do microclima regional, favorecendo a sustentabilidade ambiental. <p>ODS 15 – Vida Terrestre</p>
--	--

	<p>Meta 15.2: Promover a gestão sustentável das florestas. Meta 15.5: Reduzir a degradação do habitat e preservar a biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contribuição da ChocoSol: <ul style="list-style-type: none"> • Atua diretamente na preservação da Mata Atlântica por meio do cultivo agroflorestal de cacau. • Incentiva práticas de conservação que garantem a coexistência de produção agrícola e biodiversidade. <p>Resultados e Impactos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Econômico: <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da renda de agricultores familiares por meio da agregação de valor à produção de cacau. • Criação de oportunidades de trabalho em setores de alto valor agregado, como a produção de chocolates premium. 2. Social: <ul style="list-style-type: none"> • Empoderamento de comunidades marginalizadas por meio de inclusão em cadeias produtivas. • Promoção da equidade e redução de desigualdades econômicas e sociais. 3. Ambiental: <ul style="list-style-type: none"> • Preservação da Mata Atlântica e dos ecossistemas locais por meio de práticas sustentáveis. • Redução de impactos ambientais negativos associados à produção agrícola intensiva. <p>O modelo de negócio da ChocoSol se alinha de forma significativa aos ODS da Agenda 2030, especialmente nas áreas de erradicação da pobreza, promoção da sustentabilidade ambiental e redução de desigualdades. Através de suas práticas inovadoras e inclusivas, a ChocoSol se destaca como um exemplo de como empresas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável enquanto fortalecem economias locais e preservam o meio ambiente.</p>
<p>Restaurante Permita Ser</p>	<p>O Restaurante Permita Ser é um exemplo prático de como pequenas iniciativas podem atuar localmente para alcançar metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Sua atuação combina turismo, gastronomia consciente e práticas sustentáveis, refletindo o compromisso com diversos ODS. A seguir, analisamos em detalhes a correlação entre os ODS e as ações específicas do restaurante.</p> <p>ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2.3: Aumentar a produtividade e a renda dos pequenos produtores de alimentos por meio de práticas sustentáveis. • 2.4: Garantir a sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes. <p>Análise de Correlação: O restaurante incentiva a produção local e sustentável por meio do cultivo de saladas, PANCs (Plantas Alimentícias Não Convencionais) e flores comestíveis. Também prioriza fornecedores conscientes e de agricultura familiar, como produtores de cogumelos e vegetais na região. Essas práticas não apenas fortalecem a economia local, mas também promovem sistemas agrícolas mais resilientes e sustentáveis.</p> <p>ODS 3: Saúde e Bem-Estar</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3.4: Reduzir doenças não transmissíveis por meio da promoção de estilos de vida saudáveis. <p>Análise de Correlação: O restaurante promove hábitos alimentares saudáveis, oferecendo refeições baseadas em alimentos vegetais e sem glúten, que são alternativas mais nutritivas e alinhadas a um estilo de vida saudável. Além disso, eventos de lifestyle e retiros reforçam a conexão entre alimentação, saúde física e mental, alinhando-se ao bem-estar proposto por este ODS.</p>

	<p>ODS 7: Energia Acessível e Limpa</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7.2: Ampliar a participação de energias renováveis. <p>Análise de Correlação: O uso de energia solar no restaurante demonstra uma adoção de energias renováveis, reduzindo a dependência de fontes não sustentáveis. Essa prática contribui para a mitigação de emissões de carbono e está diretamente alinhada às metas do ODS 7.</p> <p>ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8.3: Promover políticas de desenvolvimento orientadas para o empreendedorismo. • 8.9: Implementar políticas para promover o turismo sustentável. <p>Análise de Correlação: O Permita Ser combina empreendedorismo sustentável e turismo consciente, gerando empregos diretos e indiretos em períodos de alta temporada e fortalecendo a economia local. O foco em experiências gastronômicas e eventos sustentáveis também atrai turistas, promovendo um modelo de turismo de baixo impacto.</p> <p>ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12.2: Alcançar a gestão sustentável dos recursos naturais. • 12.5: Reduzir a geração de resíduos. <p>Análise de Correlação: A adoção de práticas como compostagem, saneamento ecológico por zonas de raízes e o cultivo de alimentos no local demonstra o compromisso do restaurante com a produção responsável. Além disso, o uso de embalagens recicláveis e biodegradáveis minimiza os impactos ambientais.</p> <p>ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13.2: Integrar medidas de combate às mudanças climáticas nas políticas e planejamentos. <p>Análise de Correlação: O restaurante adota ações para reduzir sua pegada de carbono, como o uso de energia solar, a priorização de alimentos vegetais (que possuem menor impacto ambiental do que os de origem animal) e práticas agrícolas sustentáveis. Essas ações refletem uma integração consciente de medidas climáticas no modelo de negócio.</p> <p>ODS 15: Vida Terrestre</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15.1: Conservar os ecossistemas terrestres. • 15.5: Reduzir a degradação de habitats naturais. <p>Análise de Correlação: Localizado na Mata Atlântica, o Permita Ser promove a preservação do bioma por meio de práticas que respeitam os recursos naturais. O cultivo de PANCs e a adoção de tecnologias verdes demonstram um compromisso com a biodiversidade e a redução de impactos no ecossistema local.</p> <p>ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação</p> <p>Metas Relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 17.16: Fortalecer parcerias para o desenvolvimento sustentável. <p>Análise de Correlação: Embora ainda esteja em busca de investidores e parcerias formais, o restaurante já promove colaborações com pequenos produtores locais. No futuro, a ampliação de parcerias poderá fortalecer sua capacidade de impactar ainda mais o desenvolvimento sustentável.</p>
--	---

	<p>O Restaurante Permita Ser é um exemplo vivo de como as pequenas empresas podem contribuir para as metas globais da Agenda 2030. Suas práticas abordam questões essenciais, como a segurança alimentar, o uso de energia limpa, a promoção de saúde e bem-estar e a preservação do meio ambiente. O foco em turismo sustentável, aliado à valorização da produção local e ao uso de tecnologias ecológicas, reforça sua contribuição aos ODS 2, 3, 7, 8, 12, 13, 15 e 17.</p> <p>Principais Destaques:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Práticas Sustentáveis: Cultivo próprio, compostagem e uso de energia solar.2. Impacto Econômico: Geração de empregos e fortalecimento de pequenos produtores locais.3. Educação e Conscientização: Promoção de estilos de vida saudáveis e sustentáveis. <p>Essa correlação destaca como o restaurante pode ser considerado um modelo replicável para iniciativas semelhantes, contribuindo significativamente para a concretização dos objetivos da Agenda 2030.</p>
--	---

Fonte: Organizado pela autora (2025)

Com base nas análises detalhadas apresentadas, é possível identificar observações críticas e indicações relevantes sobre a correlação entre as práticas empresariais sustentáveis e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. As iniciativas analisadas abrangem uma ampla diversidade de setores, o que evidencia a pluralidade das contribuições empresariais ao desenvolvimento sustentável. No setor de beleza e cosméticos, a Natura exemplifica como cadeias produtivas sustentáveis podem promover inclusão econômica e valorização da biodiversidade. Na moda e vestuário, empresas como a Patagonia e o Instituto Renner investem em agricultura regenerativa e práticas de economia circular. No campo da gastronomia sustentável, iniciativas como Quintana Ecogastronomia e Permita Ser valorizam ingredientes locais, reduzem o desperdício de alimentos e promovem educação alimentar. No agronegócio e na produção de alimentos, experiências como Danone e Cacauway aplicam princípios agroecológicos e regenerativos para garantir segurança alimentar. Ademais, na pesca sustentável, o projeto Olha o Peixe fomenta inclusão social e conservação marinha.

Considerando os ODS com maior incidência, destacam-se o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), direcionado ao fortalecimento da agroecologia e de pequenos agricultores; o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ligado à geração de renda e ao empreendedorismo em comunidades vulneráveis; o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), relacionado à economia circular e ao uso responsável dos recursos naturais; e o ODS 15 (Vida Terrestre), que envolve a conservação da biodiversidade e a recuperação de ecossistemas por meio de práticas regenerativas. Outros objetivos, como o ODS 5 (Igualdade de Gênero) e o ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), também são contemplados por iniciativas que promovem o empoderamento feminino e a redução de emissões de carbono.

Observa-se que fatores de sucesso contribuem para a eficácia dessas iniciativas, tais como o estabelecimento de parcerias estratégicas (ODS 17), que ampliam o alcance das ações; a adoção de certificações e mecanismos de rastreabilidade que asseguram credibilidade e transparência; o empoderamento comunitário, por meio da capacitação técnica e inclusão produtiva de populações vulneráveis; e a inovação tecnológica, que otimiza processos e amplia a eficiência das cadeias produtivas.

Apesar dos avanços, persistem desafios que podem limitar a escalabilidade dos modelos sustentáveis, como barreiras ao acesso a financiamentos, dificuldades de adaptação às mudanças climáticas e a necessidade de maior conscientização sobre o consumo responsável. Ainda assim, tendências emergentes apontam para a ampliação da agricultura regenerativa, o fortalecimento da rastreabilidade por tecnologias digitais, o avanço da economia circular e o aprimoramento de políticas públicas que incentivem iniciativas sustentáveis.

Em vista disso, torna-se essencial o aprimoramento contínuo dessas práticas por meio da integração entre empresas e comunidades, ampliação das parcerias público-privadas, investimentos em capacitação e educação, monitoramento efetivo dos impactos socioambientais e ampliação do alcance digital para facilitar a disseminação dos produtos e serviços sustentáveis. Os resultados evidenciam que as iniciativas sustentáveis, quando alinhadas aos ODS, possuem elevado potencial de promover mudanças significativas em múltiplas dimensões do desenvolvimento. Entretanto, para maximizar seu caráter transformador no contexto da Agenda 2030, torna-se imprescindível o fortalecimento de ações colaborativas que articulem crescimento econômico, justiça social e equilíbrio ambiental.

A análise de impacto em dimensões multissetoriais evidencia que as iniciativas empresariais sustentáveis promovem resultados expressivos em três eixos centrais do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental. Na dimensão social, destacam-se ações voltadas à geração de trabalho e à inclusão produtiva, como as realizadas pela Natura e pela Patagonia, que ampliam oportunidades econômicas para comunidades vulneráveis, promovendo trabalho digno e fortalecimento das capacidades locais, em consonância com o ODS 8. Iniciativas que impulsionam o empoderamento de grupos marginalizados, como os projetos desenvolvidos na cadeia do algodão, contribuem para a equidade de gênero e a redução das desigualdades, alinhadas aos ODS 5 e 10. Outro aspecto relevante está relacionado à saúde e à segurança alimentar, como demonstrado por iniciativas gastronômicas sustentáveis, a exemplo do Quintana Ecogastronomia, que incentiva o consumo de alimentos orgânicos e práticas culinárias benéficas à saúde, alinhando-se ao ODS 3.

No que diz respeito à dimensão econômica, observa-se a criação de cadeias produtivas sustentáveis que demonstram a viabilidade econômica da sustentabilidade, como evidenciam os casos ChocoSol e Patagonia, que fortalecem cadeias éticas e de valor agregado. Adicionalmente, certificações como Fair Trade e orgânicos possibilitam o acesso a mercados internacionais e consumidores conscientes, ampliando as oportunidades de negócios. No turismo sustentável, restaurantes como Permita Ser dinamizam a economia local e fomentam a conscientização ambiental e cultural, contribuindo diretamente para os ODS 8 e 11.

Quanto à dimensão ambiental, há iniciativas que preservam ecossistemas e biodiversidade, como as desenvolvidas pela Central do Cerrado e pela Fortaleza do Pequi do Xingu, as quais se apoiam em conhecimentos tradicionais para proteger biomas estratégicos, alinhando-se ao ODS 15. Observam-se também esforços voltados à mitigação das mudanças climáticas, como as metas Net Zero implementadas por empresas como Danone e Natura, que contribuem para a redução da pegada ambiental (ODS 13). Além disso, práticas voltadas à

gestão eficiente dos recursos naturais, como as adotadas pela Patagonia e pelo projeto Olha o Peixe, reforçam o uso responsável de insumos e a minimização de resíduos, integrando os princípios da economia circular previstos no ODS 12.

Apesar dessas relevantes contribuições, desafios importantes ainda se colocam para a ampliação e consolidação desses modelos sustentáveis, em especial a limitação de financiamento, a necessidade de maior conscientização do consumidor e a constante adaptação às mudanças regulatórias. Todavia, tais desafios configuram oportunidades estratégicas de avanço, principalmente no que tange à adoção de tecnologias emergentes, inteligência artificial, expansão da economia circular e aprofundamento de parcerias multissetoriais entre empresas, governos e organizações da sociedade civil.

Para potencializar os impactos alcançados e fortalecer a contribuição das empresas aos ODS, recomenda-se o aprimoramento de políticas públicas e instrumentos regulatórios que incentivem iniciativas sustentáveis; o fortalecimento de mecanismos de financiamento e investimentos verdes; o incentivo à inovação tecnológica a partir da digitalização das cadeias produtivas e do uso de dados para monitoramento de impactos; e o investimento em educação e capacitação para a transformação social, envolvendo tanto comunidades locais quanto consumidores.

Casos inspiradores como o Projeto Cacaaway, que beneficia milhares de famílias e integra de forma exemplar a produção sustentável de cacau; a Patagonia, referência global em moda responsável e economia circular; e o Olha o Peixe, que articula pesca sustentável e preservação cultural, demonstram o potencial transformador dessas iniciativas nas escalas local e global. Assim, a integração de práticas sustentáveis contribui para a resiliência das empresas no mercado contemporâneo, garantindo benefícios como atração de consumidores conscientes, redução de riscos regulatórios e fortalecimento da reputação corporativa. Para que esse potencial seja plenamente alcançado, torna-se imprescindível o esforço conjunto entre setor privado, governos e sociedade civil na construção de um futuro mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável.

4.4.4 Análise das Experiências em Ecosocioeconomias das Organizações: foco nas experiências de base comunitária e empresarial

Nesta etapa, são apresentados os resultados da análise das experiências relacionadas às ecosocioeconomias das organizações, com ênfase nas modalidades de ecosocioeconomias de base comunitária e empresarial. O objetivo central do estudo consistiu em analisar essas

experiências, identificando práticas sustentáveis, contextos de implementação e impactos gerados, bem como correlacioná-las aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Com base nessa análise, buscou-se evidenciar as práticas comuns desenvolvidas por empresas atuantes em diferentes territórios, demonstrando como tais iniciativas têm promovido transformações nas dimensões social, econômica e ambiental. Os resultados foram sistematizados de modo a destacar as ações implementadas, os contextos em que se inserem e os resultados alcançados, permitindo uma compreensão ampla e fundamentada das contribuições dessas experiências para o desenvolvimento sustentável.

A seguir, apresentam-se os dados coletados, de forma a oferecer uma visão estruturada das potencialidades e desafios que caracterizam as ecossocioeconomias em suas diferentes escalas e formas organizacionais.

Quadro 20. Análise das Experiências Ecosocioeconomias das Organizações: Foco nas Modalidades Empresariais e Ecogastronomia.

Empresa/Projeto	ODS correlacionados	Práticas Comuns e Inovadoras	Impactos Destacados
Natura - Linha Ekos	1, 2, 5, 8, 12, 15	Cadeias produtivas sustentáveis; valorização da biodiversidade; capacitação comunitária; economia circular.	Redução da pobreza, preservação ambiental e geração de renda sustentável para comunidades amazônicas.
Patagonia	2, 7, 8, 12, 13, 15	Agricultura regenerativa; uso de energia limpa; políticas internas de bem-estar; práticas de economia circular.	Apoio à transição para energia limpa, incentivo à agricultura sustentável e ativismo climático.
Danone Brasil	2, 3, 8, 12, 13, 15	Agricultura regenerativa; uso de tecnologias para eficiência na produção; parcerias com universidades e ONGs.	Promove segurança alimentar e práticas sustentáveis na cadeia produtiva, além de melhorar a resiliência climática.
Olha o Peixe	2, 10, 12, 14	Beneficiamento de pescados; inclusão social de pescadores; uso de embalagens biodegradáveis; turismo comunitário.	Geração de renda para comunidades pesqueiras, preservação da biodiversidade marinha e fortalecimento cultural.
Central do Cerrado	2, 8, 12, 15	Manejo sustentável de recursos naturais; valorização de produtos locais como baru e pequi; fortalecimento do agroextrativismo.	Conservação do Cerrado, aumento da renda de agricultores familiares e inclusão de produtos em programas governamentais.
Fortaleza do Gergelim Kalunga	1, 2, 8, 12, 15	Agroextrativismo comunitário; ecoturismo; valorização cultural de práticas quilombolas; preservação de nascentes e Cerrado.	Preservação do bioma Cerrado, aumento da renda comunitária e turismo sustentável com foco na cultura local.
Restaurante Quintana	2, 3, 12, 17	Apoio à agricultura familiar; compostagem; resgate de sementes tradicionais; redução do desperdício alimentar.	Integra práticas gastronômicas com educação ambiental, fortalecendo cadeias produtivas locais e minimizando impactos ambientais.
Jucaí	1, 2, 12, 15	Reflorestamento da Mata Atlântica; produção de alimentos orgânicos; educação ambiental para crianças; recuperação de áreas degradadas.	Preserva a Mata Atlântica e promove o desenvolvimento econômico local com impacto positivo na segurança alimentar.
Fortaleza do Pequi do Xingu	2, 3, 8, 12, 15, 17	Produção de óleo de pequi sustentável; recuperação de áreas degradadas; certificações como Slow Food.	Integra saberes indígenas, geração de renda e conservação ambiental.
Consórcio Sateré-Mawé	2, 11, 12, 17	Produção sustentável de guaraná; preservação cultural indígena; certificações internacionais de comércio justo.	Reduz desigualdades econômicas e promove a valorização da sociobiodiversidade amazônica.
Cacauway	2, 8, 12, 15	Produção de cacau em SAFs; verticalização da produção; certificações internacionais.	Integra agricultura sustentável e desenvolvimento econômico com foco na valorização cultural do cacau.

Empresa/Projeto	ODS correlacionados	Práticas Comuns e Inovadoras	Impactos Destacados
ChocoSol	1, 2, 8, 10, 12, 15	Beneficiamento comunitário do cacau; economia solidária; integração de sistemas agroflorestais.	Promove inclusão econômica, preservação ambiental e desenvolvimento local por meio da economia circular.
Restaurante Permita Ser	2, 3, 7, 8, 12, 15	Uso de energia solar; práticas de compostagem; cultivo de PANCs; priorização de fornecedores sustentáveis.	Estimula o turismo sustentável, o bem-estar e práticas gastronômicas conscientes.
Fortaleza do Pequi (Xingu)	2, 8, 12, 15, 17	Agroextrativismo indígena; produção de óleo sustentável; reflorestamento; certificações éticas.	Valorização cultural, conservação da biodiversidade e geração de renda sustentável.

Fonte: Organizado pela autora, 2025

4.3.4 Análise das Experiências em Ecosocioeconomias das Organizações: foco nas modalidades de base comunitária e empresarial

As experiências analisadas evidenciam a relevância das ecosocioeconomias como estratégia para integrar práticas empresariais sustentáveis aos contextos territoriais e culturais em que estão inseridas. Essas iniciativas demonstram como é possível promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Observa-se que as iniciativas destacadas apresentam forte alinhamento com múltiplos ODS, especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza (ODS 1), à segurança alimentar (ODS 2), à sustentabilidade ambiental (ODS 12 e 15) e à promoção do trabalho digno e do crescimento econômico (ODS 8). No cenário internacional, a Patagonia se sobressai ao implementar práticas regenerativas na agricultura e ao utilizar energia limpa, contribuindo com a ação climática (ODS 13). Já no contexto nacional, iniciativas como a Natura – Linha Ekos e a Fortaleza do Gergelim Kalunga reforçam o papel das organizações na preservação ambiental e na valorização cultural de comunidades locais.

As práticas comuns adotadas destacam a inovação empresarial ao articular sustentabilidade ambiental, inclusão social e valorização de saberes tradicionais. A economia circular, como verificada nas operações da Natura – Linha Ekos, do Restaurante Quintana e da Patagonia, promove a redução de resíduos e o reaproveitamento de materiais, fortalecendo a resiliência das cadeias produtivas. Adicionalmente, projetos como Fortaleza do Pequi do Xingu e o Consórcio Sateré-Mawé apresentam o fortalecimento de práticas agroextrativistas sustentáveis e agregam valor econômico e ético às cadeias produtivas por meio de certificações de comércio justo.

Nesse conjunto, a valorização cultural e a preservação ambiental destacam-se como elementos estruturantes. Iniciativas como o Juçuí e a Fortaleza do Gergelim Kalunga contribuem para a recuperação de biomas como a Mata Atlântica e o Cerrado, associando capacitação comunitária ao uso de técnicas tradicionais. Essas experiências integram soluções baseadas na natureza que reforçam a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade.

Os impactos socioeconômicos e ambientais dessas ecosocioeconomias são expressivos. Projetos como o Olha o Peixe e o Restaurante Permita Ser promovem inclusão produtiva e fortalecimento cultural em comunidades tradicionais, gerando renda sustentável e reduzindo desigualdades sociais (ODS 10). A recuperação de áreas degradadas e a

implementação de sistemas agroflorestais, como observados na Juçaí e na Cacauway, demonstram contribuições efetivas para a sustentabilidade ambiental.

Por fim, destaca-se a dimensão educativa dessas iniciativas, presente em experiências como o Restaurante Quintana e o Restaurante Permita Ser, que promovem a conscientização ambiental e a educação para o consumo responsável, ampliando o alcance dos impactos positivos para além dos territórios onde estão inseridas. Essas ações fortalecem a relação entre sustentabilidade e ecogastronomia, integrando saberes tradicionais a práticas agroecológicas na construção de novos valores e comportamentos de consumo.

4.4.5 Análise das Experiências em Ecosocioeconomias das Organizações: convergências e impactos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As ecosocioeconomias das organizações configuram abordagens estratégicas capazes de integrar práticas empresariais e comunitárias sustentáveis em modelos que respeitam a biodiversidade, promovem inclusão social e incentivam a inovação socioeconômica. A análise comparativa de experiências nacionais e internacionais evidencia padrões recorrentes que fortalecem o cumprimento das metas globais estabelecidas pela Agenda 2030, com destaque para a valorização das cadeias produtivas locais, a preservação ambiental, a educação comunitária e o uso de certificações éticas.

As práticas sustentáveis analisadas reforçam a valorização territorial como eixo estruturante das ecosocioeconomias. No contexto nacional, iniciativas como a Natura – Linha Ekos apresentam práticas empresariais robustas ao conectar cadeias produtivas sustentáveis à valorização da biodiversidade amazônica. A inclusão de comunidades locais nas operações produtivas demonstra sinergia com o ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS 15 (Vida Terrestre). De forma complementar, a Danone Brasil alia segurança alimentar (ODS 2) à agricultura regenerativa, ampliando a resiliência climática (ODS 13) por meio de parcerias estratégicas e fortalecimento de cadeias produtivas locais.

A Central do Cerrado e a Fortaleza do Gergelim Kalunga reforçam o potencial transformador de práticas de manejo sustentável, contribuindo para a preservação do Cerrado e o fortalecimento da renda de agricultores familiares. Essas iniciativas integram sustentabilidade e valorização cultural, criando oportunidades econômicas que respeitam os saberes locais e biomas ameaçados.

No campo da ecogastronomia, experiências como o Restaurante Quintana e o Restaurante Permita Ser incorporam práticas conscientes que incluem compostagem, incentivo

à agricultura familiar e redução do desperdício de alimentos. Essas ações alinham-se aos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis), conectando consumidores a hábitos alimentares sustentáveis, por meio da educação ambiental e da promoção de estilos de vida saudáveis.

Iniciativas como o Juçai e a Cacauway evidenciam o impacto positivo das soluções baseadas em sistemas agroflorestais (SAFs), ao promoverem o reflorestamento de biomas, como a Mata Atlântica, simultaneamente à geração de renda para comunidades locais. Essas experiências contribuem para o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 15 (Vida Terrestre), ao integrarem a regeneração ambiental ao fortalecimento das cadeias produtivas.

No cenário internacional, a Patagonia é referência em práticas empresariais regenerativas, articulando o uso de energia limpa, ativismo climático e economia circular. A empresa estabelece relações diretas com os ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 15 (Vida Terrestre), promovendo inovações que podem ser replicadas em diferentes contextos globais e adaptadas às especificidades locais.

Ainda nesse âmbito, iniciativas como o ChocoSol, no Canadá, e o Consórcio Sateré-Mawé, no Brasil, destacam-se pelo uso de certificações éticas, como Fair Trade e Origens Brasil, que agregam valor aos produtos e conectam comunidades locais a mercados globais. Essas certificações garantem transparência, equidade social e preservação ambiental, fortalecendo a relação entre sustentabilidade local e demandas globais de produção responsável.

A capacitação das comunidades locais destaca-se como uma estratégia transversal que permeia todas as iniciativas analisadas, fortalecendo o empoderamento econômico e cultural. Programas de educação ambiental, como os promovidos pelo Restaurante Quintana e pelo Restaurante Permita Ser, evidenciam como a conscientização e o treinamento técnico podem transformar a relação das comunidades com o meio ambiente, promovendo estilos de vida mais sustentáveis e inclusivos.

As ecossocioeconomias territoriais emergem como modelos replicáveis, capazes de integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais em estratégias sinérgicas. A análise das experiências nacionais e internacionais reforça o potencial dessas iniciativas em transformar territórios por meio da valorização de recursos naturais e culturais, em alinhamento às metas globais da Agenda 2030. Entre as melhores práticas identificadas, destacam-se a economia circular, a agricultura regenerativa e o uso de certificações éticas como ferramentas essenciais para conectar práticas locais a padrões globais. Além disso, a preservação da biodiversidade, o

manejo sustentável de recursos naturais e a educação comunitária são componentes fundamentais para garantir a sustentabilidade de longo prazo.

Ao transcender fronteiras e conectar práticas locais a mercados globais, as ecossocioeconomias reafirmam seu papel como instrumentos estratégicos para o enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável, promovendo justiça social, conservação ambiental e inovação econômica de forma integrada e eficiente.

Nesse contexto, observa-se que as ecossocioeconomias organizacionais consolidam-se como uma abordagem integradora que conecta soluções locais aos desafios globais, ampliando o impacto das práticas sustentáveis para além de seus territórios de origem. Essa característica é evidenciada na capacidade das iniciativas analisadas de gerar sinergias entre conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico. No Brasil, projetos como a Fortaleza do Pequi do Xingu e o Consórcio Sateré-Mawé exemplificam como a articulação entre saberes tradicionais e mercados internacionais pode fortalecer a sustentabilidade das cadeias produtivas e promover a inclusão socioprodutiva. Essas iniciativas preservam biomas, valorizam a sociobiodiversidade e garantem geração de renda sustentável. O uso de certificações éticas, como Fair Trade e Origens Brasil, amplia a visibilidade global, fortalece o comércio justo e se alinha diretamente aos ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

A inovação nas cadeias produtivas emerge como um dos principais fatores de sucesso das ecossocioeconomias. Empresas como a Patagonia e a Natura – Linha Ekos demonstram que é possível incorporar práticas regenerativas e circulares nos processos produtivos, gerando benefícios ambientais e econômicos simultaneamente. A Patagonia destaca-se pela adoção da agricultura regenerativa como base de suas operações, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas (ODS 13) e para a conservação da biodiversidade (ODS 15). De maneira semelhante, a Natura – Linha Ekos fortalece cadeias produtivas locais ao valorizar a biodiversidade amazônica, promovendo a inclusão de comunidades em modelos empresariais sustentáveis.

Esses exemplos reforçam a viabilidade de replicar práticas de economia circular, manejo sustentável e agricultura regenerativa em diferentes contextos, adaptando-as às especificidades territoriais. Essa replicação adaptada é fundamental para ampliar o impacto positivo das ecossocioeconomias em escala global e consolidar a transição para modelos socioeconômicos mais justos, inclusivos e ambientalmente responsáveis.

A relação das experiências analisadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) demonstra que as ecossocioeconomias atuam de forma transversal nos

principais desafios da Agenda 2030, com impactos expressivos no enfrentamento das desigualdades sociais, na promoção da segurança alimentar, na conservação da biodiversidade e no fortalecimento de redes colaborativas. Destacam-se contribuições diretas ao ODS 1 (Erradicação da Pobreza), por meio da inclusão econômica de comunidades vulneráveis, como observado na Natura – Linha Ekos e na Fortaleza do Gergelim Kalunga; ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), com a promoção de práticas agrícolas regenerativas e segurança alimentar em iniciativas como a Danone Brasil e a Fortaleza do Pequi do Xingu; ao ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), por meio da economia circular e da gestão eficiente de recursos, exemplificadas pelo Restaurante Quintana e pela Patagonia; ao ODS 15 (Vida Terrestre), com práticas de reflorestamento e conservação dos biomas presentes no Juçuí e no Cacauway; e ao ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), que se materializa na colaboração estratégica entre setores públicos, privados e comunitários, fortalecendo redes globais de sustentabilidade e comércio justo.

Apesar dos avanços observados, os desafios permanecem significativos. Entre eles, destacam-se a necessidade de escalabilidade das iniciativas e a garantia da autenticidade dos processos produtivos, evitando-se práticas de greenwashing que comprometam a credibilidade das ações sustentáveis. Ademais, a complexidade dos arranjos socioterritoriais demanda abordagens adaptativas que considerem as especificidades culturais, sociais e ambientais de cada contexto.

Como perspectiva, aponta-se a ampliação do escopo de análise para a inclusão de novas experiências que possam enriquecer o campo teórico e prático das ecossocioeconomias. O desenvolvimento de frameworks conceituais integradores, capazes de sistematizar os elementos comuns às iniciativas, contribuirá para o fortalecimento do conceito e para a replicação de práticas bem-sucedidas.

Assim, as ecossocioeconomias organizacionais reafirmam-se como modelos replicáveis e transformadores, capazes de articular dimensões sociais, econômicas e ambientais em estratégias sinérgicas orientadas ao desenvolvimento sustentável. As análises realizadas demonstram o potencial dessas iniciativas na promoção de transformações estruturantes por meio da valorização de recursos naturais e culturais em consonância com a Agenda 2030.

Entre as melhores práticas identificadas, destacam-se a economia circular, a agricultura regenerativa e o uso de certificações éticas como ferramentas essenciais para conectar práticas locais a exigências globais de sustentabilidade. A preservação da biodiversidade, o manejo responsável dos recursos naturais e a educação comunitária permanecem como elementos centrais para assegurar a sustentabilidade de longo prazo.

Ao transcender fronteiras e articular práticas locais às dinâmicas dos mercados globais, as ecossocioeconomias fortalecem seu papel como instrumentos estratégicos para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, promovendo justiça social, conservação ambiental e inovação econômica de forma integrada e eficiente. Nesse sentido, configuram-se como uma abordagem sistêmica orientada à promoção de um desenvolvimento mais justo, resiliente e alinhado às metas globais da Agenda 2030. Ao consolidar a valorização dos recursos naturais e culturais como elementos fundamentais de suas estratégias, reafirmam sua relevância como alternativas sólidas para os desafios do século XXI, oferecendo soluções que beneficiam simultaneamente os territórios onde se desenvolvem e o contexto global.

4.4.6 Correlação entre as Experiências e as Modalidades de Ecossocioeconomias

A presente pesquisa investigou duas modalidades específicas de ecossocioeconomias, a partir da análise das experiências sistematizadas ao longo deste estudo. A primeira modalidade refere-se às Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) de base comunitária, caracterizadas por beneficiar diretamente coletivos organizacionais identificáveis, promovendo ganhos estruturados no interior de redes produtivas comunitárias ou interorganizacionais. A segunda modalidade contempla as Ecossocioeconomias Empresariais (EE), que integram arranjos socioprodutivos vinculados a cadeias mercantis, gerando impactos tanto no âmbito organizacional quanto no territorial.

O conjunto de experiências analisadas encontra correspondência nessas modalidades, permitindo observar como diferentes iniciativas se articulam em práticas sustentáveis que fortalecem cadeias produtivas, preservam ecossistemas e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico local. A correlação entre tais experiências e as respectivas modalidades de ecossocioeconomias foi operacionalizada por meio de sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, possibilitando identificar os impactos diretos e indiretos que essas iniciativas geram no contexto da Agenda 2030.

O quadro de experiências analisadas apresenta iniciativas que se encaixam nessas modalidades, correlacionando-as aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas respectivas metas.

Quadro 21. Correlação entre as Modalidades de Ecosocioeconomias e as Experiências Analisada.

Empresa/Projeto	Modalidade	ODS Principais	Ações Destacadas	Impacto Geral
Natura - Linha Ekos	EE	ODS 1, 2, 5, 8, 12, 15	Cadeias produtivas sustentáveis, inclusão econômica de comunidades tradicionais, agroextrativismo.	Fortalece arranjos produtivos locais e promove sustentabilidade ambiental e social.
Patagonia	EE	ODS 7, 8, 12, 13, 15	Agricultura regenerativa, economia circular, uso de energia renovável.	Fomenta cadeias produtivas sustentáveis e reduz impacto ambiental.
Danone	EE	ODS 2, 6, 8, 9, 12	Agricultura regenerativa, otimização do uso da água, redução de emissões de carbono.	Impulsiona sustentabilidade em cadeias produtivas agroalimentares.
Olha o Peixe	EO	ODS 2, 10, 12, 14	Apoio à pesca artesanal, valorização da cultura local, inclusão social de pescadores.	Beneficia diretamente organizações comunitárias pesqueiras.
Central do Cerrado	EO	ODS 2, 8, 12, 15, 17	Comércio justo, capacitação de produtores, conservação da biodiversidade.	Fortalece cadeias produtivas de comunidades agroextrativistas.
Fortaleza do Pequi	EO	ODS 2, 8, 12, 15	Manejo sustentável, certificação Slow Food, recuperação ambiental.	Garante renda sustentável e preservação de ecossistemas.
Restaurante Permita Ser	EO	ODS 2, 3, 7, 12, 15	Uso de PANCs, compostagem, saneamento ecológico.	Promove práticas gastronômicas sustentáveis e saúde alimentar.
Cacauway	EE	ODS 2, 8, 12, 15	Sistemas agroflorestais, capacitação de agricultores familiares.	Conecta produtores rurais ao mercado sustentável.
ChocoSol	EE	ODS 1, 2, 8, 12, 15	Agricultura sustentável, preservação da Mata Atlântica.	Integra sustentabilidade ambiental à cadeia de valor do cacau.
Fortaleza do Gergelim	EO	ODS 2, 8, 12, 15	Produção em comunidades quilombolas, turismo sustentável.	Incentiva práticas culturais e agroecológicas.
Juçai	EE	ODS 1, 2, 12, 13, 15	Agricultura sustentável, reflorestamento, produção orgânica.	Equilibra conservação ambiental e geração de renda.
Consórcio Sateré-Mawé	EO	ODS 2, 11, 12, 15, 17	Produção sustentável de guaraná, comércio justo, valorização cultural.	Conecta práticas tradicionais indígenas a mercados sustentáveis.
Restaurante Quintana	EO	ODS 2, 3, 12	Apoio à agricultura familiar, práticas agroecológicas.	Combina gastronomia e sustentabilidade, promovendo bem-estar alimentar.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

4.4.7 Principais Conexões e Impactos

A análise realizada evidencia conexões relevantes e impactos significativos decorrentes das ecossocioeconomias analisadas, tanto na modalidade organizacional de base comunitária quanto na modalidade empresarial inserida em cadeias produtivas. As Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) de base comunitária promovem benefícios diretos a coletivos organizacionais e redes produtivas locais, fortalecendo a autonomia socioproductiva e os arranjos comunitários. Exemplos como o Olha o Peixe, a Central do Cerrado e a Fortaleza do Pequi demonstram como essas iniciativas estruturam ganhos coletivos, promovem a inclusão social e resgatam práticas produtivas tradicionais articuladas ao consumo sustentável.

Por sua vez, as Ecossocioeconomias Empresariais (EE) representam uma abordagem orientada à transformação das cadeias produtivas ao integrar arranjos socioproductivos sustentáveis dentro de estruturas empresariais. Empresas como Natura, Danone e Patagonia evidenciam essa lógica ao promover inovações ambientais, sociais e econômicas que repercutem tanto no âmbito organizacional quanto territorial.

Os resultados mostram que as EO de base comunitária apresentam maior vínculo com redes locais consolidadas, com forte ênfase na preservação cultural e na promoção da justiça social, enquanto as EE atuam na reestruturação de cadeias mercantis, ampliando os impactos sustentáveis em função do seu maior alcance produtivo, institucional e geográfico. Essa distinção revela que ambas as modalidades possuem contribuições complementares para o desenvolvimento sustentável, fortalecendo a transição para modelos socioeconômicos de baixo impacto ambiental e elevada responsabilidade social.

A correlação entre as experiências analisadas e as modalidades de ecossocioeconomias evidencia como diferentes tipos de iniciativas geram impactos distintos, seja na escala organizacional comunitária ou no contexto das cadeias corporativas. A categorização utilizada nesta pesquisa permitiu compreender com maior precisão como os benefícios se distribuem, sejam eles centrados na base comunitária ou amplificados pelos mecanismos de mercado.

Os resultados também indicam uma distribuição equilibrada das iniciativas entre as modalidades estudadas. As Ecossocioeconomias Organizacionais são representadas por experiências como Olha o Peixe, Central do Cerrado, Fortaleza do Pequi, Restaurante Permita Ser, Consórcio Sateré-Mawé e Restaurante Quintana, que fortalecem redes produtivas locais por meio da valorização cultural, do comércio justo e da conservação ambiental. Já as Ecossocioeconomias Empresariais são observadas em iniciativas como Natura – Linha Ekos, Patagonia, Danone, Cacauway, ChocoSol e Juçaí, as quais demonstram o potencial das cadeias

empresariais para ampliar o alcance das práticas sustentáveis, gerando benefícios para comunidades e territórios diversos.

No que se refere à contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), observa-se forte aderência principalmente aos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 15 (Vida Terrestre). Esse padrão indica que as ecossocioeconomias desempenham papel fundamental na promoção da segurança alimentar, da economia inclusiva e da conservação ambiental. Além disso, destaca-se o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), evidenciando a importância da colaboração intersetorial como catalisadora dos impactos positivos observados.

Enquanto as EO de base comunitária concentram esforços em impactos diretos relacionados à inclusão social, à preservação de saberes tradicionais e à proteção de ecossistemas locais, as EE tendem a ampliar o alcance dessas práticas por meio da inovação e da reestruturação das cadeias produtivas, garantindo maior escalabilidade aos resultados socioambientais alcançados. Assim, ambas as modalidades contribuem de maneira complementar para a implementação da Agenda 2030, reforçando o potencial das ecossocioeconomias como caminho viável e transformador rumo ao desenvolvimento sustentável.

A análise do impacto geral demonstra que as iniciativas estudadas produzem resultados concretos e diferenciados, tanto na escala organizacional quanto territorial. Projetos como Olha o Peixe e Central do Cerrado, caracterizados como Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) de base comunitária, promovem a inclusão socioprodutiva ao inserirem pequenos produtores e populações vulneráveis em mercados por meio de relações comerciais mais justas. Por outro lado, experiências como Natura – Linha Ekos, Patagonia e Danone, enquadradas como Ecossocioeconomias Empresariais (EE), evidenciam que grandes empresas podem incorporar arranjos socioprodutivos sustentáveis às suas cadeias globais, aumentando a escalabilidade e a replicabilidade das boas práticas.

Projetos como a Fortaleza do Pequi e a Fortaleza do Gergelim Kalunga demonstram que a valorização de produtos sociobiodiversos fortalece comunidades tradicionais ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental. Já iniciativas gastronômicas como o Restaurante Permita Ser e o Restaurante Quintana reforçam a relação entre gastronomia sustentável, consumo responsável e preservação de saberes alimentares, por meio do estímulo a circuitos curtos de produção e fortalecimento da agricultura familiar.

Os resultados evidenciam que as modalidades de ecossocioeconomias analisadas não se contrapõem, mas se complementam em termos de alcance, estruturação produtiva e natureza dos impactos gerados. As Ecossocioeconomias Organizacionais (EO) de base comunitária fortalecem redes produtivas locais, enquanto as Ecossocioeconomias Empresariais (EE) conectam esses arranjos às cadeias empresariais de maior alcance.

Essa complementaridade é observada em diferentes aspectos. A interdependência entre pequenos produtores e cadeias empresariais globais, como nos casos da Central do Cerrado (EO) e da Natura (EE), evidencia que a integração comercial pode ocorrer sem prejuízo das práticas tradicionais. Experiências como Cacaúway e ChocoSol demonstram que é possível agregar valor à agricultura familiar sem descaracterizar o modo de vida comunitário. Além disso, enquanto as EO promovem impactos diretos em coletivos organizacionais delimitáveis, as EE ampliam a adoção de soluções sustentáveis para escalas mais amplas ao incorporarem inovação, certificações socioambientais e padrões éticos de produção.

Considerando os resultados obtidos, observa-se que as EO atuam prioritariamente na base da produção, na conservação dos biomas locais e na inclusão social de comunidades vulneráveis, enquanto as EE promovem transformações sistêmicas nas cadeias produtivas, possibilitando maior difusão e consolidação das práticas regenerativas e sustentáveis. A conexão com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforça que essas iniciativas não se limitam a resultados econômicos, mas também promovem justiça social, preservação ambiental e inovação organizacional.

Os principais ODS acionados pelas iniciativas analisadas são: ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), relacionado à segurança alimentar e fortalecimento de pequenos produtores; ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), referente à geração de renda e ao empreendedorismo de base local; ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), vinculado à economia circular e ao manejo sustentável; e ODS 15 (Vida Terrestre), associado à conservação da biodiversidade. Ressalta-se que cadeias produtivas sustentáveis são essenciais para escalar os impactos positivos das ecossocioeconomias, como exemplificado por Natura e Patagonia, que se destacam como agentes de inovação na transição ecológica empresarial.

Assim, tanto as EO quanto as EE demonstram papéis estratégicos na efetivação da Agenda 2030, atuando em diferentes níveis e escalas de transformação. O fortalecimento dessas modalidades por meio de políticas públicas, acesso a financiamento, certificações e inserção em mercados sustentáveis representa um caminho promissor para transformar sistemas produtivos, integrando a valorização cultural, a inclusão social e a regeneração ambiental.

4.4.8 Classificação das Empresas por Atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Com base na correlação entre as modalidades de ecossocioeconomias e as experiências analisadas, apresenta-se uma avaliação comparativa da abrangência de cada iniciativa em relação ao atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essa análise classificou as experiências conforme o número de ODS contemplados, permitindo identificar aquelas com maior transversalidade e amplitude de impactos socioeconômicos e ambientais.

A Natura – Linha Ekos apresentou a maior abrangência, atendendo a 13 ODS (1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15), resultado que evidencia uma atuação empresarial holística, pautada na integração entre inovação mercadológica, sustentabilidade ambiental, valorização da sociobiodiversidade e inclusão socioproductiva de comunidades tradicionais. Tal desempenho destaca o potencial das Ecossocioeconomias Empresariais (EE) para impulsionar transformações estruturais em cadeias produtivas de larga escala.

Também se destacam iniciativas com forte abrangência multissetorial. A Patagonia, contemplando 11 ODS (2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15), apresenta um modelo empresarial alinhado à economia circular, ao uso de energia renovável e ao ativismo climático. A Danone Brasil, com 7 ODS (2, 8, 9, 12, 13, 15 e 17), evidencia práticas de agricultura regenerativa, redução de emissões e fortalecimento de cadeias produtivas alimentares, caracterizando um modelo híbrido entre responsabilidade corporativa e compromisso socioambiental.

Entre as Ecossocioeconomias Organizacionais (EO), a iniciativa Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável, com 8 ODS (1, 5, 8, 10, 12, 13, 15 e 17), destaca-se por promover o empoderamento feminino em comunidades quilombolas, fortalecendo práticas agroecológicas e estimulando a inclusão econômica de mulheres e povos tradicionais. A Central do Cerrado, atendendo a 6 ODS (2, 3, 8, 12, 15 e 17), demonstra o potencial das redes colaborativas para a conservação do Cerrado e valorização da sociobiodiversidade via economia solidária.

Outras iniciativas com impacto relevante incluem: Restaurante Permita Ser – 7 ODS (2, 3, 7, 8, 12, 13 e 15), com ações de ecogastronomia sustentável, uso de energia renovável, compostagem e promoção da saúde por meio da alimentação. Projeto Juçai – 7 ODS (1, 2, 3, 12, 13, 15 e 17), com produção sustentável da juçara, reflorestamento da Mata Atlântica e geração de renda para comunidades locais. Projeto ChocoSol – 8 ODS (1, 2, 8, 10, 11, 12, 13 e 15), com foco em práticas agroflorestais foco na produção artesanal de chocolate, conservação da biodiversidade e inclusão econômica. Cacaaway – Coopatrans – 9 ODS (2, 3, 5, 8, 9, 10, 11,

12 e 13), articulando sistemas agroflorestais com equidade de gênero e valorização da agricultura familiar.

No grupo intermediário, com quatro a cinco ODS atendidos, situam-se iniciativas como Olha o Peixe, Fortaleza do Pequi do Xingu, Fortaleza do Gergelim Kalunga e o Consórcio Sateré-Mawé. Essas EO possuem forte enraizamento territorial e fundamentam sua atuação no manejo sustentável dos recursos naturais, na articulação comunitária e na preservação de saberes tradicionais.

A Quintana Ecogastronomia Cultural, contemplando três ODS (2, 3 e 12), representa uma microempresa com ênfase em gastronomia sustentável e apoio a agricultores locais, evidenciando como ações de menor escala também contribuem para os objetivos da Agenda 2030.

Os dados analisados demonstram que tanto as Ecosocioeconomias Empresariais (EE) quanto as Organizacionais (EO) possuem papéis complementares e fundamentais na promoção dos ODS. As EE, a exemplo da Natura, Patagonia e Danone, operam com potencial de escalar boas práticas e influenciar cadeias produtivas globais. Já as EO, como as redes quilombolas, indígenas e extrativistas, são essenciais para a regeneração territorial, a valorização cultural e a construção de alternativas econômicas inclusivas e sustentáveis.

Assim, é possível perceber que o estímulo e o fortalecimento dessas ecosocioeconomias requerem políticas públicas integradas, acesso a mercados éticos, certificações socioambientais e mecanismos de financiamento adequados. A articulação entre Estado, setor privado e sociedade civil é imprescindível para garantir a consolidação e expansão dessas práticas, assegurando seu papel como instrumentos estratégicos no cumprimento dos ODS e na construção de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente justo, resiliente e sustentável.

Nesse contexto, torna-se necessário apresentar de forma sistematizada o instrumento central desenvolvido nesta pesquisa: a matriz analítica das ecosocioeconomias. Esse instrumento organiza os referenciais teóricos e metodológicos discutidos, permitindo operacionalizar a análise das experiências selecionadas e interpretar seus impactos socioterritoriais à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4.5 Fundamentação da Matriz Analítica com Base em Autores de 2014 a 2024

A construção da matriz analítica proposta nesta pesquisa foi influenciada por um conjunto de autores que, entre 2014 e 2024, contribuíram para consolidar o campo das

ecossocioeconomias como um referencial teórico-metodológico robusto e interdisciplinar. Entre esses autores, destaca-se Carlos Alberto Cioce Sampaio, cujas obras oferecem fundamentos essenciais para a compreensão das dimensões organizacionais, empresarias e sistêmicas das ecossocioeconomias.

Sampaio foi responsável por sistematizar práticas ecossocioeconômicas em diferentes contextos, desde empresas solidárias até associações rurais, incorporando os princípios da economia solidária, da governança participativa e da sustentabilidade territorial como eixos estruturantes de análise. Dentre suas principais contribuições, destacam-se: A formulação de tipologias de ecossocioeconomias empresariais e organizacionais, com base na inserção em cadeias produtivas e arranjos territoriais. O desenvolvimento de modelos metodológicos com foco em certificações, redes de cooperação e práticas regenerativas. A proposição de indicadores de impacto socioambiental aplicáveis a diferentes escalas, como demonstrado em suas análises no Brasil e nos Estados Unidos, A integração entre o paradigma do Bem Viver e as dimensões subjetivas e coletivas do desenvolvimento sustentável.

Essas contribuições foram incorporadas na matriz analítica apresentada nesta tese, especialmente na definição das nove categorias de leitura crítica, como *intencionalidade transformadora, processos educativos, valores éticos e Bem Viver territorial*.

Além de Sampaio, diversos autores contemporâneos complementam o referencial teórico da matriz analítica: Alcântara *et al.* (2018) e Romano *et al.* (2022) contribuíram para o entendimento dos arranjos socioprodutivos e da governança colaborativa; Ribeiro *et al.* (2024) reforçam o papel das práticas regenerativas e da lógica antipositivista nas análises qualitativas de impacto; Palhuk *et al.* (2024) enfatizam a articulação entre governança territorial e inclusão socioprodutiva; e Vieira *et al.* (2022) e Rocha *et al.* (2023) fundamentam a importância dos processos educativos, da justiça social e da intencionalidade transformadora.

A matriz analítica é, portanto, resultado de uma consolidação teórica progressiva que une fundamentos históricos das ecossocioeconomias com inovações metodológicas desenvolvidas nos últimos dez anos. A partir das obras de Sampaio e de seus interlocutores acadêmicos, esta pesquisa estrutura um modelo integrado de análise que respeita a complexidade e a diversidade das experiências sustentáveis.

A validação da matriz é sustentada pela convergência entre os estudos de Sampaio (2014–2024) e as contribuições de Santos (2020) e Alves (2024), articulada à sistematização desenvolvida nesta pesquisa, que dialoga com a produção teórica mais recente e responde às lacunas metodológicas identificadas no campo. Dessa forma, a matriz consolida-se como um

instrumento teórico-prático aplicável, adaptável e replicável, com relevância científica e potencial transformador no contexto das ecossocioeconomias.

A matriz analítica proposta nesta pesquisa tem como objetivo central operacionalizar um instrumento teórico-metodológico capaz de sistematizar, interpretar e comparar experiências ecossocioeconômicas empresariais em diferentes territórios, correlacionando-as aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Sua fundamentação tem em **Carlos Alberto Cioce Sampaio (2014–2024) o principal autor-referência**, cuja produção contribui para a compreensão integrada das dimensões organizacionais, empresariais e sistêmicas das ecossocioeconomias. A esse aporte somam-se as contribuições de Santos (2020) e Vieira (2024), que avançam na aplicação e no aprimoramento das categorias analíticas utilizadas para interpretar práticas sustentáveis em cadeias socioprodutivas interorganizacionais.

A matriz desenvolvida estrutura-se em três eixos interdependentes, alinhados às bases conceituais das ecossocioeconomias e às exigências de uma análise multiescalar, conforme preconizado por autores como Sampaio, Henríquez e Fuders (2018) e Sachs (2007). Esses eixos são:

- I. **Modalidades de Ecossocioeconomias (EE e EO):** este eixo permite a distinção entre iniciativas de natureza empresarial e aquelas de caráter organizacional/coletivo, possibilitando identificar a inserção das práticas nos mercados formais (cadeias produtivas) ou em redes de base comunitária (territórios). A diferenciação entre Ecossocioeconomias Empresariais (EE) e Ecossocioeconomias Organizacionais (EO), já trabalhada por Santos (2020) e Alves (2024), oferece base para a tipificação e a análise dos impactos socioambientais, destacando tanto a escala quanto a forma de organização produtiva.
- II. **Formulário de Catalogação de Experiências (FCEE):** o segundo eixo metodológico refere-se ao instrumento de coleta de dados desenvolvido para esta pesquisa. Estruturado a partir de categorias previamente validadas, o FCEE organiza informações sobre arranjos institucionais, estratégias produtivas, formas de governança, articulação territorial, impactos e metas dos ODS associadas. Esse instrumento contribui para a replicabilidade da análise e o fortalecimento da comparabilidade entre diferentes contextos empíricos.
- III. **Elementos Estruturantes da Análise Crítica:** por fim, a matriz incorpora um conjunto de nove elementos analíticos sistematizados a partir da revisão teórica e das experiências catalogadas. Tais elementos como redes de colaboração, intencionalidade

transformadora, valores éticos, processos educativos, capacidade de inovação, ancoragem territorial, práticas regenerativas, inclusão socioproductiva e Bem Viver possibilitam uma leitura ampliada dos impactos qualitativos das práticas analisadas, conforme discutido por autores como Sampaio (2020, 2021, 2022, 2025), Vieira (2012), Polanyi (2000) e Raworth (2017).

Essa triangulação entre tipologias, instrumento estruturado e categorias interpretativas confere robustez à matriz analítica, respondendo à necessidade de uma abordagem integrada, contextualizada e aplicável a diferentes realidades. A proposta metodológica dialoga com a abordagem interpretativa e construtivista adotada neste estudo, além de se articular aos princípios do ecodesenvolvimento de Sachs (1986) e aos referenciais das ecossocioeconomias propostos por Sampaio *et al.* (2017, 2018, 2021). Assim, a matriz analítica representa não apenas um instrumento técnico de análise, mas também uma ferramenta epistemológica e política que contribui para a consolidação das ecossocioeconomias como paradigma alternativo de desenvolvimento. Sua aplicação em estudos empíricos futuros poderá aprofundar a compreensão sobre as contribuições efetivas das experiências sustentáveis no enfrentamento das desigualdades, na regeneração ecológica e na construção de alternativas econômicas mais justas, colaborativas e territorializadas.

Quadro 22. Matriz Analítica das Ecossocioeconomias Empresariais e Organizacionais.

Dimensão	Categoria Analítica	Descrição	Contribuições Interpretativas
I. Modalidades de Ecossocioeconomias	Ecossocioeconomias empresariais (EE)	Iniciativas privadas que integram sustentabilidade, responsabilidade social e engajamento territorial, e por isso se caracterizam por uma natureza pública.	Permite verificar o grau de institucionalização e inserção em cadeias produtivas sustentáveis, avaliando sua capacidade de escalar impactos socioambientais (Sampaio <i>et al.</i> , 2020; Ribeiro <i>et al.</i> , 2024).
	Ecossocioeconomias organizacionais (EO)	Iniciativas associativas, cooperativas e redes ou grupos sociais com foco em objetivos coletivos e de natureza pública.	Evidencia o enraizamento territorial e o fortalecimento de redes colaborativas baseadas em governança solidária e economia do bem viver (Sampaio <i>et al.</i> 2020; Vieira <i>et al.</i> , 2022; Alcantara <i>et al.</i> 2023; Alves, 2024;).
II. Instrumento de Sistematização	Formulário de Catalogação de Experiências (FCEE)	Estrutura composta por campos relativos a: missão institucional, arranjos produtivos,	Viabiliza a organização comparável das experiências, fortalecendo a análise de recorrências, inovações e lacunas. Possibilita replicabilidade

		estratégias de atuação, grau de alinhamento aos ODS, práticas regenerativas e indicadores de impacto.	e validação interterritorial (Rocha et al., 2023; Romano et al., 2022).
III. Elementos Estruturantes da Análise Crítica	Redes de colaboração	Atores interligados por objetivos comuns, trocas de saberes e corresponsabilidade.	Avalia o nível de articulação institucional e comunitária, influenciando a sustentabilidade e continuidade das ações (Radwanski et al., 2014).
	Intencionalidade transformadora	Propósito explícito de gerar impacto ecossocioeconômico.	Identifica se a iniciativa possui um horizonte de mudança sistêmica ou meramente adaptativo (Vieira et al., 2022).
	Valores éticos e justiça socioambiental	Princípios orientadores das práticas institucionais.	Permite distinguir o compromisso com equidade, transparência e responsabilidade intergeracional (Palhuk et al., 2024).
	Processos educativos e formativos	Atividades de sensibilização, capacitação e formação cidadã.	Indica o potencial das experiências em ampliar capacidades locais e fortalecer a autonomia territorial (Rocha et al., 2023).
	Capacidade de inovação social	Desenvolvimento de soluções criativas a partir de recursos locais.	Reflete a adaptabilidade e a resiliência diante de desafios sociais, ecológicos e econômicos (Gomes Jr. et al., 2023).
	Ancoragem territorial	Grau de enraizamento nas especificidades do território.	Avalia o reconhecimento dos saberes tradicionais, vínculos comunitários e usos sustentáveis dos recursos locais (Sampaio & Vieira, 2021).
	Práticas regenerativas	Ações voltadas à restauração e preservação ambiental.	Indica o nível de compromisso com a restauração ecológica e sustentabilidade de longo prazo (Gonçalves & Santos, 2025).
	Inclusão socioprodutiva	Integração de populações vulneráveis em processos econômicos e decisórios.	Reflete a capacidade de gerar oportunidades equitativas, promovendo justiça econômica e social (Vieira e Sampaio, 2020; Dantas & Antão, 2023).
	Bem viver territorial	Visão integrada de bem-estar coletivo, qualidade de vida e autonomia.	Sintetiza os efeitos qualitativos das práticas sobre os modos de vida e identidades locais (Sampaio et al., 2018; Alcantara (2020) Ribeiro et al., 2024).

Fonte: Desenvolvida pela autora (2025)

A matriz analítica elaborada neste estudo foi operacionalizada por meio da análise de conteúdo das experiências catalogadas, com especial atenção ao cruzamento entre os dados

sistematizados e as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua estrutura categorial apresenta caráter flexível, permitindo adaptações conforme as especificidades territoriais, institucionais e setoriais das experiências analisadas. O desenvolvimento e a aplicação da matriz baseiam-se em uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa, sustentada pela triangulação metodológica entre revisão bibliográfica, estudo de caso e utilização do Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias (FCEE) como instrumento central de coleta e organização das informações.

A presente pesquisa propõe, como contribuição metodológica original, uma matriz analítica de sistematização e análise crítica de experiências ecosocioeconômicas, orientada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Essa matriz foi concebida a partir da ampliação e do aprofundamento dos estudos de Sampaio (2014–2024), Santos (2020) e Alves (2024), sendo estruturada em três dimensões interdependentes: as quais articulam a tipologia das ecosocioeconomias (EO e EE), o Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias (FCEE) e um conjunto de nove elementos estruturantes de leitura crítica.

4.5.1 Modalidades de Ecosocioeconomias

A primeira dimensão da matriz diferencia duas categorias principais:

- **Ecosocioeconomias Empresariais (EE):** caracterizam-se por práticas implementadas no âmbito privado que integram sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e inserção em cadeias mercantis. São experiências híbridas, com impactos que se estendem para além dos limites organizacionais, promovendo externalidades socioambientais positivas nos territórios em que atuam.
- **Ecosocioeconomias Organizacionais (EO):** referem-se a arranjos coletivos e associativos voltados ao fortalecimento de redes comunitárias e socioprodutivas. Possuem forte ancoragem territorial e são orientadas por valores de solidariedade, autogestão e justiça social, com impactos concentrados em grupos diretamente vinculados às organizações envolvidas.

Essa tipologia possibilita a categorização das experiências segundo sua natureza institucional, seu grau de inserção territorial e seu alcance em relação aos ODS.

4.5.2 Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias (FCEE)

O **FC EE** constitui o segundo eixo da matriz e representa o instrumento técnico de coleta, sistematização e análise dos dados empíricos. É composto por campos estruturados que abrangem:

- VI. A identificação institucional e o setor de atuação;
- VII. A tipologia da experiência (EO ou EE);
- VIII. As estratégias de sustentabilidade e os mecanismos de governança;
- IX. A inserção na cadeia produtiva e os arranjos colaborativos estabelecidos;
- X. O alinhamento com os ODS e respectivas metas específicas;
- XI. Os indicadores de impacto socioambiental;
- XII. As práticas regenerativas e as inovações sociais adotadas.

A padronização desse instrumento possibilita comparabilidade, replicabilidade e análise transversal das experiências, mesmo quando situadas em diferentes contextos territoriais.

4.5.3 Elementos Estruturantes da Leitura Crítica

A terceira dimensão é composta por **nove elementos analíticos** que orientam a interpretação das práticas:

Quadro 23. Nove elementos analíticos - (Elementos Estruturantes da Análise Crítica)

Nº	Elemento Analítico	Contribuição
I	Redes de colaboração	Avalia articulação interinstitucional, troca de saberes e construção coletiva.
II	Intencionalidade transformadora	Examina o propósito ético e transformador das ações socioeconômicas.
III	Capacidade de ação concreta	Verifica se há efetivação das intenções em ações sustentáveis no território.
IV	Processos educativos	Analisa ações de formação crítica e empoderamento comunitário.
V	Valores éticos e justiça social	Identifica princípios de solidariedade, equidade e sustentabilidade integral.
VI	Arranjos institucionais e socioprodutivos	Observa estruturas associativas/cooperativas e dinâmicas organizacionais democráticas.
VII	Integração de saberes e tecnologias apropriadas	Destaca o diálogo entre saber tradicional, científico e tecnológico.
VIII	Benefícios sociais diretos e difusos	Mede externalidades positivas para além dos membros envolvidos.
IX	Contribuição para o Bem Viver territorial	Integra indicadores de qualidade de vida, autonomia e equilíbrio socioambiental.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

4.5.4 Aplicabilidade

A matriz analítica sistematizada configura-se como um instrumento teórico-metodológico de análise multiescalar, articulando os níveis organizacional, comunitário e territorial. Sua aplicação em estudos empíricos futuros permitirá ampliar a compreensão sobre o potencial das ecossocioeconomias como modelo alternativo de desenvolvimento, sustentado pela justiça social, pela regeneração ecológica e pela transformação institucional.

A matriz analítica possibilita a construção de indicadores e métricas para avaliação de impactos em sintonia com os ODS, atendendo ao chamado por avaliações mais situadas, participativas e transdisciplinares. A validação da matriz proposta nesta pesquisa encontra respaldo nas teses de Santos (2020) e Alves (2024), bem como no presente estudo, que, em conjunto, constituem um corpo teórico-metodológico coeso e complementar. Essas teses foram desenvolvidas no âmbito do mesmo grupo de pesquisa, compartilhando referenciais epistemológicos e metodológicos que fortalecem a consistência e a aplicabilidade da matriz.

- I. **As contribuições de Sampaio (2014–2024):** fundamentam a matriz analítica ao consolidar o conceito de ecossocioeconomias como paradigma alternativo de desenvolvimento. O autor oferece bases teóricas para a distinção entre modalidades (EO e EE), para a análise das relações socioprodutivas e territoriais e para a integração das iniciativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, sua produção assegura consistência conceitual e aplicabilidade metodológica à matriz proposta nesta pesquisa.
- II. **Contribuições da tese de Santos (2020):** Santos (2020) apresenta uma análise aprofundada das Ecossocioeconomias Organizacionais (EO), destacando a importância das redes de colaboração, da intencionalidade transformadora e dos processos educativos como elementos centrais para a sustentabilidade e a justiça social. A autora propõe uma tipologia das ecossocioeconomias baseada na natureza institucional e na inserção territorial das iniciativas, fornecendo subsídios fundamentais para a primeira dimensão da matriz analítica.
- III. **Contribuições da tese de Alves (2024):** Alves (2024) foca nas Ecossocioeconomias Empresariais (EE), explorando como práticas sustentáveis são incorporadas em organizações privadas. A tese enfatiza a relevância dos arranjos institucionais, da capacidade de inovação social e da integração de saberes e tecnologias apropriadas. Esses aspectos são integrados à segunda e à terceira dimensões da matriz analítica, enriquecendo sua aplicabilidade em contextos empresariais.

- IV. **Contribuições do presente estudo:** Este estudo integra e amplia as contribuições das teses anteriores, propondo uma matriz analítica estruturada em três dimensões: as modalidades de ecossocioeconomias (EO e EE), o Formulário de Catalogação de Experiências de Ecossocioeconomias (FCEE) e os elementos estruturantes da leitura crítica. A matriz é aplicada em estudos de caso, demonstrando sua eficácia na sistematização e análise de experiências ecossocioeconômicas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- V. **Validação conjunta da matriz analítica:** A convergência das abordagens metodológicas e teóricas nas teses de Santos (2020), Alves (2024) e no presente estudo confere uma validação robusta à matriz analítica. As três pesquisas compartilham fundamentos na economia solidária, na sustentabilidade territorial e na justiça socioambiental, assegurando a coerência e a relevância da matriz para a análise das ecossocioeconomias em diferentes contextos.
- VI. **Aplicabilidade e relevância:** A matriz analítica validada por essas teses oferece uma ferramenta eficaz para pesquisadores e profissionais interessados na avaliação e no fortalecimento de práticas ecossocioeconômicas. Sua estrutura permite a adaptação a distintas realidades territoriais e organizacionais, promovendo uma compreensão integrada das dimensões sociais, econômicas e ambientais das iniciativas sustentáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 Síntese dos principais achados da pesquisa

As análises realizadas evidenciam que o ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável e as ecossocioeconomias configuram um campo articulado de paradigmas transformadores, capazes de responder aos desafios socioambientais do presente. O ecodesenvolvimento, formulado por Sachs (1986), fundamenta um modelo de desenvolvimento que reconhece a interdependência entre dimensões ecológicas, sociais, econômicas, culturais e institucionais. Tal abordagem foi ampliada pelo conceito de desenvolvimento sustentável (WCED, 1987), posteriormente consolidado na Agenda 2030 da ONU, que estabelece metas e diretrizes globais para a promoção da sustentabilidade.

Nesse cenário, as ecossocioeconomias sejam na modalidade organizacional de base comunitária ou empresarial manifestam-se como práticas concretas desses referenciais ao integrarem inclusão socioproductiva, regeneração ecológica e inovação institucional. Tais iniciativas demonstram ser possível compatibilizar eficiência econômica com justiça social e resiliência ambiental, desde que orientadas por governança participativa e cooperação intersetorial.

A análise integrada das obras de Kapp (1950), Daly (1977), Sen (1999), Raworth (2017) e Sampaio (2014–2024) reforça a necessidade de um paradigma de desenvolvimento adaptativo, democrático e territorializado, especialmente diante das desigualdades estruturais, da crise climática e da perda crescente de biodiversidade. A partir desse referencial, observa-se que as ecossocioeconomias contribuem para reconfigurar as relações entre sociedade, economia e natureza, ao promoverem uma ética de corresponsabilidade planetária e intergeracional.

Os resultados empíricos apontam que iniciativas empresariais e comunitárias como Natura, Patagonia, Danone, Cacauway, Central do Cerrado e Olha o Peixe apresentam contribuições consistentes para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), gerando impactos positivos em diferentes dimensões do desenvolvimento: na esfera social, ao promover inclusão produtiva e fortalecimento de grupos vulneráveis; na esfera econômica, ao impulsionar arranjos produtivos territoriais sustentáveis; na dimensão ambiental, ao contribuir para a conservação de ecossistemas, mitigação climática e uso responsável dos recursos naturais; na dimensão territorial e cultural, ao valorizar identidades, saberes locais e práticas agroecológicas; e, por fim, na esfera institucional, ao ampliar redes de cooperação e parcerias multissetoriais. Verificou-se, ainda, que as Ecossocioeconomias Organizacionais

(EO) atuam no fortalecimento socioprodutivo dos territórios, onde se inserem, ao passo que as Ecosocioeconomias Empresariais (EE) potencializam a escala dos impactos ao integrarem tais arranjos a cadeias mercantis sustentáveis. Essas evidências demonstram que a efetivação das ecosocioeconomias, enquanto estratégia de transformação territorial, demanda articulação contínua entre empresas, sociedade civil organizada e poder público.

Apesar das potencialidades observadas, reconhecem-se desafios relacionados à institucionalização, escalabilidade, financiamento e replicabilidade das iniciativas. Ainda assim, tais desafios constituem oportunidades para a expansão do campo por meio de instrumentos de governança renovados, tecnologias sociais e políticas públicas estruturantes.

Desse modo, a avaliação comparativa realizada nesta pesquisa confirma que o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não depende apenas do porte ou da natureza institucional das iniciativas, mas da capacidade de articular inovação produtiva, justiça socioambiental e enraizamento territorial. As Ecosocioeconomias Empresariais, como Natura (13 ODS), Patagonia (11 ODS), Cacauway/Coopatrans (9 ODS), ChocoSol (8 ODS) e Danone Brasil (7 ODS), demonstraram maior capilaridade institucional e poder de influência nas cadeias mercantis globais, impulsionando transformações estruturais em distintos setores. Paralelamente, Ecosocioeconomias Organizacionais como Mulheres na Cadeia do Algodão Responsável (8 ODS), Central do Cerrado (6 ODS), Restaurante Permita Ser (7 ODS) e Projeto Jucaí (7 ODS) evidenciaram forte densidade comunitária e protagonismo territorial, com impactos diretos na conservação da biodiversidade, no empoderamento social e na valorização dos saberes tradicionais. Ademais, iniciativas territorializadas como Olha o Peixe, Fortaleza do Pequi do Xingu, Fortaleza do Gergelim Kalunga e o Consórcio Sateré-Mawé reafirmam o papel estratégico de experiências que, mesmo com atendimento intermediário aos ODS, garantem a regeneração socioecológica e a soberania alimentar nos territórios onde se desenvolvem.

Assim, observa-se que a efetivação das ecosocioeconomias depende da complementaridade entre EE e EO: as primeiras ampliam a escala de difusão das boas práticas e influenciam mercados globais, enquanto as segundas consolidam impactos qualitativos e profundos no território. A articulação estruturada entre Estado, setor privado e sociedade civil com políticas públicas integradas, certificações socioambientais, financiamento adequado e acesso a mercados éticos, tornam-se imprescindíveis para a expansão, replicabilidade e sustentabilidade dessas iniciativas.

As ecosocioeconomias configuram instrumentos estratégicos para a efetivação da Agenda 2030, ao promoverem um modelo de desenvolvimento justo, regenerativo, inclusivo e alinhado ao Bem Viver, no qual a economia seja orientada pela preservação da vida e pelo

equilíbrio socioambiental. Os achados desta pesquisa evidenciam que tais iniciativas constituem alternativas concretas de transição para sistemas sustentáveis, fortalecendo o ecodesenvolvimento e a sustentabilidade integral em diferentes escalas territoriais.

A fundamentação apresentada permitiu consolidar os referenciais teóricos que estruturam a matriz analítica proposta. Constatou-se que, entre 2014 e 2024, o campo das ecossocioeconomias avançou de forma expressiva, destacando-se as contribuições de Sampaio, cuja produção sistematizou práticas socioprodutivas sustentáveis, delineou tipologias organizacionais e empresariais e incorporou dimensões éticas, territoriais e regenerativas ao debate sobre desenvolvimento. Esse arcabouço teórico é fortalecido pelas contribuições de Alcântara *et al.* (2018) e Romano *et al.* (2022), que aprofundam a compreensão dos arranjos socioprodutivos e da governança colaborativa; de Ribeiro *et al.* (2024), que ressaltam o papel das práticas regenerativas e de abordagens antipositivistas na avaliação dos impactos qualitativos; de Palhuk *et al.* (2024), que enfatizam a articulação entre governança territorial e inclusão socioprodutiva; e de Vieira *et al.* (2022) e Rocha *et al.* (2023), que destacam a centralidade dos processos educativos, da justiça social e da intencionalidade transformadora na consolidação de iniciativas sustentáveis.

Em diálogo com as contribuições de Santos (2020), Alves (2024) e outros autores contemporâneos, conformou-se um referencial interdisciplinar robusto, sustentado em metodologias participativas, colaborativas e territorializadas. Essa convergência teórico-metodológica fundamentou a formulação das três dimensões da matriz analítica — a tipologia das ecossocioeconomias, o Formulário de Catalogação das Experiências (FCEE) e os elementos estruturantes da leitura crítica — assegurando coerência epistemológica e consistência operacional.

Assim, conclui-se que a matriz analítica formulada nesta tese representa uma contribuição científica relevante e inovadora para o campo, ao configurar-se como instrumento teórico-prático capaz de sistematizar, interpretar e comparar experiências ecossocioeconômicas em múltiplos contextos. Sua aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforça sua aplicabilidade e potencial de utilização por gestores públicos, empresas e organizações comunitárias comprometidas com a transição para modelos de desenvolvimento justo, regenerativo e territorialmente integrado.

5.2 Diretrizes estratégicas para o fortalecimento das ecossocioeconomias

Com base nas análises e conclusões apresentadas, propõem-se as seguintes diretrizes estratégicas para o fortalecimento e aprimoramento das ecossocioeconomias territoriais e empresariais como mecanismos eficazes de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- I. Valorização dos Arranjos Produtivos Locais e dos Saberes Tradicionais: Incentivar políticas públicas e instrumentos de apoio que reconheçam, valorizem e fortaleçam os conhecimentos tradicionais, práticas culturais e cadeias produtivas territoriais sustentáveis, assegurando a autonomia das comunidades locais e o respeito à diversidade sociocultural.
- II. Ampliação das Parcerias Multissetoriais e Redes de Cooperação: Estimular alianças entre empresas, comunidades, governos, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa para potencializar impactos, promover inovação social e viabilizar a replicabilidade das boas práticas em diferentes contextos geográficos.
- III. Fomento à Economia Circular e à Agricultura Regenerativa: Promover incentivos à adoção de práticas regenerativas, como sistemas agroflorestais, reaproveitamento de resíduos, compostagem e uso de energias renováveis, integrando produção e consumo responsáveis (ODS 12) com mitigação das mudanças climáticas (ODS 13) e conservação da biodiversidade (ODS 15).
- IV. Criação de Mecanismos de Financiamento Sustentável: Desenvolver linhas de crédito específicas, fundos verdes e mecanismos de microfinanciamento voltados para ecossocioeconomias territoriais e empresariais, facilitando o acesso a capital para pequenos produtores, empreendimentos comunitários e empresas comprometidas com práticas socioambientais.
- V. Adoção e Disseminação de Certificações Éticas e de Origem Sustentável: Ampliar o uso de selos como Fair Trade, Origens Brasil e certificações orgânicas para agregar valor aos produtos, garantir a rastreabilidade e facilitar o acesso a mercados globais comprometidos com critérios socioambientais e de comércio justo.
- VI. Educação Ambiental e Capacitação Comunitária: Investir na formação contínua de comunidades, empreendedores e gestores públicos e privados, promovendo a educação ambiental, a conscientização sobre os ODS e o fortalecimento de capacidades locais para gestão sustentável dos recursos naturais.
- VII. Criação de Indicadores Territoriais de Sustentabilidade e Monitoramento de Impactos: Implantar sistemas de avaliação e monitoramento com indicadores qualitativos e quantitativos específicos que permitam mensurar os impactos sociais, econômicos e

ambientais das ecossocioeconomias, orientando decisões e políticas de forma transparente e baseada em evidências.

- VIII. Fortalecimento de Políticas Públicas Integradas e Intersetoriais: Formular e implementar políticas públicas integradas que articulem desenvolvimento econômico, inclusão social e conservação ambiental, alinhadas aos ODS e às demandas territoriais, promovendo a institucionalização e a perenização das ecossocioeconomias no planejamento estratégico do Estado.

5.3 Limitação da pesquisa e recomendações futuras

Apesar da abrangência teórica e da diversidade empírica explorada ao longo desta tese, é importante reconhecer algumas limitações que condicionam os resultados obtidos. Em primeiro lugar, a natureza qualitativa da abordagem adotada, ainda que essencial para a compreensão profunda dos paradigmas do ecodesenvolvimento, do desenvolvimento sustentável e das ecossocioeconomias empresariais, implica limites quanto à generalização dos achados. As análises realizadas concentraram-se em estudos de caso e experiências exemplares, o que, embora ofereça subsídios valiosos para a identificação de tendências e boas práticas, não permite inferências estatísticas sobre a totalidade do fenômeno.

Além disso, a delimitação geográfica e setorial das experiências analisadas restringiu-se, em sua maioria, a contextos específicos da América Latina e de países com estruturas institucionais mais abertas à inovação socioambiental, o que pode limitar a aplicabilidade dos resultados a outras realidades com contextos sociopolíticos, culturais e econômicos distintos. Também se reconhece a escassez de dados sistematizados sobre impactos de longo prazo das ecossocioeconomias, especialmente no que tange à mensuração integrada de seus efeitos sociais, ambientais e econômicos — lacuna que reforça a necessidade de investimentos em monitoramento contínuo e desenvolvimento de indicadores apropriados.

No campo teórico, ainda que tenha sido realizada uma articulação consistente entre autores clássicos e contemporâneos, a construção conceitual das ecossocioeconomias segue em processo de amadurecimento e consolidação, carecendo de consensos mais amplos na literatura acadêmica. Tal condição exige constante atualização e aprofundamento crítico das categorias analíticas utilizadas, sobretudo diante da dinamicidade dos debates sobre sustentabilidade e das transformações aceleradas provocadas pela crise climática e pelas mudanças nos padrões de governança global.

Por fim, destaca-se que as políticas públicas e os marcos institucionais mencionados como fundamentais para a expansão das ecossocioeconomias encontram-se, muitas vezes, em estágio inicial de formulação ou implementação incipiente, o que impõe desafios adicionais para a transposição das propostas apresentadas nesta tese para o campo das ações concretas.

Essas limitações, entretanto, não comprometem a relevância do estudo, mas indicam caminhos promissores para pesquisas futuras, especialmente aquelas voltadas à análise comparativa entre contextos territoriais diversos, à avaliação longitudinal dos impactos das ecossocioeconomias e à experimentação de modelos de governança multiescalar capazes de sustentar uma transição efetiva rumo a paradigmas de desenvolvimento mais justos, regenerativos e integrados.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K.; PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; IANNINI, C. A. N.; SOTTO, Débora; RIBEIRO, D. G.; MARINS, K. R. C.; BUCKERIDGE, M. S.; SOBRAL, M. C. M. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 61-80, 2019
- ABOU ZEID, M. Green Restaurants as a Tool to Develop Eco-gastronomy Tourism in Egyptian Destination. *Journal of Tourism and Hospitality Management*, v. 8, n. 2, p. 123-139, 2020.
- ABRAMOVAY, R. *Amazônia: Por uma Economia do Conhecimento da Natureza*. Elefante Editora, 2019.
- ABRAMOVAY, R. *Muito Além da Economia Verde*. Editora Planeta, 2012.
- ADAMS, W. M. *The Future of Sustainability: Re-thinking Environment and Development in the Twenty-first Century*. Report of the IUCN Renowned Thinkers Meeting, 2006.
- ADGER, W. N. Social and ecological resilience: are they related? *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 3, p. 347-364, 2000.
- AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.
- ALBACH, Valéria M.; SANTOS, Luciane C. R.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Negócios socioambientais de turismo na Grande Reserva Mata Atlântica: projeto natureza empreendedora. *Gestión Turística*, v. 39, p. 29-49, 2023.
- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos). ISBN 8511351167.
- ALCANTARA, L. C. S.; FEUSER, Shimene; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo de base comunitária: uma experiência na Zona de Educação para o ecodesenvolvimento do Rio Sagrado (Morretes, Paraná). *Turismo e Sociedade*, v. 8, p. 342-359, 2015.
- ALCANTARA, L. C. S.; GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JR, Oklinger; FEUSER, Shimene; GARCIA, Manon. Bem Viver: discussões teórico conceituais. *Revista Pensamiento Actual*, v. 17, p. 66, 2017.
- ALCANTARA, L. C. S.; PELLIN, Valdinho; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes. Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento: aproximação da Universidade com a Comunidade. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 33, p. 129-147, 2015.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 40, p. 231-251, 2017.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem viver: uma perspectiva (de) colonial das comunidades indígenas. *Rupturas*, v. 7, p. 1-31, 2017.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. O homem cooperativo: pensamento de Arrizmendiarieta. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, v. 21, p. 177-181, 2015.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo rural en la costa sur de Brasil: rumbo al desarrollo territorial. *CADERNO VIRTUAL DE TURISMO (UFRJ)*, v. 17, p. 80-94, 2017.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; URIARTE, Leire. Análise socioambiental: Zona de Educação para Ecodesenvolvimento e Experiência Cooperativa de Mondragón. *Sociedade e Estado*, v. 33, p. 887-914, 2018.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; URIARTE, Leire. Experiência Cooperativa de Mondragon: educação cooperativa para a transformação social. *Revista de Economía Pública, social y cooperativa*, v. 93, p. 181-209, 2018.

ALCÂNTARA, L. S.; GRIMM, S. A. A ecossocioeconomia e o bem viver na perspectiva do urbano. *Revista Relações de Saberes e Culturas*, 2017. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/450/226>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Avaliação de Impacto Ecosocioeconômico da Pós-Graduação Brasileira. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 14, p. 420-460, 2024.

ALCÂNTARA, L.C.S.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Decrescimento na Perspectiva das Cidades em Transição: Resiliência e Ética Socioambiental. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 10, p. 81-96, 2021.

ALCÂNTARA, L.C.S.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Indicadores de bem viver: pela valorização de identidades culturais. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 53, p. 78-101, 2020.

ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALTIERI, M. A. *Agroecology: The Science of Sustainable Agriculture*. Westview Press, 1995.

ALVES, Alan R.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; NITSCHKE, Leticia B.; VALDUGA, Valduga. As colônias de imigrantes e o Turismo de Base Comunitária como medida mitigadora do seu risco de desaparecimento. *Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo*, v. 6, p. 18-34, 2017.

ALVES, Flávia Keller, 2024. Da prática à abordagem teórica das ecossocioeconomias das organizações: experiências para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituídos na Agenda 2030 / Flávia Keller Alves – Blumenau, 2024.

AMIN, Samir. *L'accumulation à l'échelle mondiale*. Paris: Anthropos, 1970.

AMIN, Samir. *Le développement inégal*. Paris: Minuit, 1973.

BAKER, Susan; ECKERBERG, Katarina. *In Pursuit of Sustainable Development: New Governance Practices at the Sub-national Level in Europe*. Routledge, 2008.

BARBIER, E. B. The Concept of Sustainable Economic Development. *Environmental Conservation*, v. 14, n. 2, p. 101-110, 1987.

BARBOSA, Valeska; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Wellington L. M. O processo de regionalização das universidades e sua relação com o desenvolvimento sustentável. *Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, v. 17, p. 18-40, 2024.

BARRETO, William S.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Turismo comunitário indígena na Amazônia: uma crítica à sujeição da cultura local. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v. 5, p. 1-10, 2018.

Bauman, Z. (1998). *Globalização: As Consequências Humanas*. Polity Press. Disponível em https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/9558/sociologia_3D.pdf Acessado em: 14/01/2025.

BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J. Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: An enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 2018.

BEILER, Francielle; LENZ, Talita Cristina Zechener; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Tomada de Decisão na ambiência do Cooperativismo. *PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS*, v. 9, p. 59-78, 2014.

BELEZE, Ronaldo Luiz; SOUZA, Joniery Rubim de. Elementos da ecogastronomia como fator de contribuição para potencializar o turismo no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. *Applied Tourism*, v. 2, n. 1, p. 95-110, 2017.

BELL, S.; MORSE, S. *Sustainability indicators: Measuring the immeasurable?* Earthscan, 2008.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.

BERKES, F. Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*, v. 18, n. 3, p. 621-630, 2004.

BERKES, F.; FOLKE, C. *Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience*. Cambridge University Press, 1998.

BERRY, Wendell. *The Unsettling of America: Culture & Agriculture*. São Francisco: Sierra Club Books, 1977.

BEVERVANÇO, F. Z.; GRIMM, I. J.; PROCOPIUCK, M. Aprendizagem expansiva e ecossocioeconomias na prática artesanal da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba-PR. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 52, p. 26-43, 2018. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2018.v27.n52.p26-43.

BÍBLIA. Nova Versão Internacional (NVI). Sociedade Bíblica Internacional, 2001. Gênesis 2:15.

- BICCUM, A. (2020). *Global Citizenship and the Legacy of Empire*. Routledge.
- BILOTTA, Patrícia; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; AGUIAR, Patricia D.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Reuso industrial de efluente na gestão integrada de águas urbanas. *REVISTA TECNOLOGIA E SOCIEDADE*, v. 18, p. 112-133, 2022.
- BOWEN, H. R. *Social Responsibilities of the Businessman*. University of Iowa Press, 1953.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Dados produzidos pelo MCTI são utilizados para monitorar indicadores de ODS de ação climática no Brasil. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- BROSE, Markus Erwin. Cadeias produtivas sustentáveis no desenvolvimento territorial: a castanha na Bolívia e no Acre, Brasil. *Interações, Campo Grande, MS*, v. 17, n. 1, p. 77-86, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016108>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- BRUNDTLAND, G. H. (Ed.). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. Oxford University Press, 1987.
- BRUSAMOLIN Jr., L. A.; SAMPAIO, C. A. C.; SANTOS, L. C. R. dos. Cadeia produtiva sustentável no setor agroalimentar: o caso do Restaurante Quintana e o produto feijão. In:
- BRUSAMOLIN JR., Leonardo.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SANTOS, Luciane C. R. Cadeia Curta Agroalimentar Sustentável do Feijão: Sob a Ótica do Movimento Slow Food. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 11, p. 112-125, 2022.
- BUARQUE, C.; FERREIRA, L. C.; JACOBI, P. R.; SOBRAL, M. C. M.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, V. A interdisciplinaridade e o enfrentamento aos desafios da sustentabilidade. *Sustentabilidade em Debate*, v. 5, p. 183-195, 2014.
- BURSZTYN, M.; BARTHOLO, R. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- BUSARELLO, M. T. B. Gestão com responsabilidade socioambiental: o caso das empresas B. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, v. 6, n. 1, p. 112-130, 2020. DOI: 10.18616/rdsd.v6i1.5722.
- CAMPO, F. M.; LEMME, C. F. Incorporação das questões ambientais e sociais nos investimentos no mercado de capitais: análise do desempenho de índices internacionais e fundos de ações nacionais baseados no conceito de investimento socialmente responsável. In: *Anais do XXXII Encontro da ANPAD*, 2008. [CD-ROM].
- CAPES. **Relatório de Avaliação da Área de Ciências Ambientais**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https://www.capes.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- CAPRA, F. *The Turning Point: Science, Society, and the Rising Culture*. New York: Simon and Schuster, 1982.
- CARNEIRO, Leandro M.; PANHOCA, L.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PACHECO, V. Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva

institucional. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, v. 10, p. 3-25, 2014.

CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. DOI: 10.1016/0007-6813(91)90005-G.

CARTER, L.; THOMPSON, R. REAPing the Benefits of France, Cheese, and EcoGastronomy. *Sustainable Food Systems Review*, v. 5, p. 67-82, 2021.

CARVALHO, P. R. A revolução industrial e o meio ambiente. Porto Alegre: Editora Z, 2003.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Blackwell Publishing, 1996. Disponível em:

[https://memotef.web.uniroma1.it/sites/default/files/file%20lezioni/Manuel%20Castells%20%20The%20Rise%20of%20the%20Network%20Society,%20With%20a%20New%20Preface%20Volume%20I%20The%20Information%20Age%20Economy,%20Society,%20and%20Culture%20\(Information%20Age%20Series\)%20\(2010,%20Wiley-Blackwell\)%20-%20libgen.lc_.pdf](https://memotef.web.uniroma1.it/sites/default/files/file%20lezioni/Manuel%20Castells%20%20The%20Rise%20of%20the%20Network%20Society,%20With%20a%20New%20Preface%20Volume%20I%20The%20Information%20Age%20Economy,%20Society,%20and%20Culture%20(Information%20Age%20Series)%20(2010,%20Wiley-Blackwell)%20-%20libgen.lc_.pdf). Acessado em 14/01/2025.

CASTRO, M. C.; PEREIRA, D. M. Responsabilidade social empresarial e sua relação com a sustentabilidade: uma revisão crítica. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 8, n. 3, p. 245-260, 2021. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CHAFFIN, B. C.; GOSNELL, H.; COSENS, B. A. A decade of adaptive governance scholarship: synthesis and future directions. *Ecology and Society*, v. 19, n. 3, p. 56, 2014.

CIREDE. Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement. Paris: CIREDE, 1986.

CLUB OF ROME. *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Universe Books, 1972.

CORAL, Elisa. Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CORBARI, Sandra D.; AZEVEDO, Natália T.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SERAFINI, Thiago Z. Entre a periferia do prazer e a zona de sacrifício: o turismo como argumento na arena de um conflito socioambiental no litoral do Paraná. *Turismo. Visão e Ação*, v. 24, p. 112-134, 2022.

CORBARI, Sandra D.; AZEVEDO, Natália T.; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. A emergência da ecologia política no turismo: uma alternativa de análise teórico-crítica. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online)*, v. 19, p. 383-391, 2021.

CORBARI, Sandra D.; AZEVEDO, Natália T.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. O turismo como meio de acumulação de capital: a constituição das periferias do prazer e impactos socioambientais. *REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL*, v. 8, p. 480-501, 2021.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVEIRA, R. L. Turismo de Base Comunitária: desafios e oportunidades. Fortaleza: EdUECE, 2020.

CORIOLOANO, L. N. M. **Turismo comunitário e desenvolvimento local**. Fortaleza: Ed. UFC, 2009.

CORTEZ, H. Diversos artigos e publicações no portal EcoDebate sobre temas de sustentabilidade e ecossocioeconomia. Disponível em: EcoDebate.

COSTANZA, R. An Introduction to Ecological Economics. St. Lucie Press, 1997.

COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; DE GROOT, R.; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; VAN DEN BELT, M. The Value of the World's Ecosystem Services and Natural Capital. *Nature*, v. 387, n. 6630, p. 253-260, 1997.

COUTINHO, Gabriel C. T. P.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; RODRIGUES, Ligia. Fatores motivacionais e impactos sociais do turista comunitário. *Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 4, p. 77-87, 2014.

COUTINHO, Gabriel C. T. P.; THOMAZ, Guilherme M.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)*, v. 15, p. 35-51, 2015.

CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. **Redes e arranjos produtivos locais: uma abordagem alternativa para o desenvolvimento**. Curitiba: Champagnat, 2005.

DABUL, M. S. A comunicação da responsabilidade social corporativa: desafios e tendências. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2017. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2017/M%C3%A1rcia%20Silva%20Dabul%20.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION. What Now: Another Development. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1975.

DALY, H. E. *Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and Moral Growth*. San Francisco: W.H. Freeman, 1980.

DALY, H. E. *Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and Moral Growth*. San Francisco: W.H. Freeman, 1977.

DALY, H. E. Toward some operational principles of sustainable development. *Ecological Economics*, v. 2, n. 1, p. 1-6, 1990.

DALY, H. E.; COBB, J. B. *For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment, and a Sustainable Future*. Boston: Beacon Press, 1989.

DALY, H. *The Steady-State Economy*. Island Press, 1987.

DANTAS, J. O.; ANTÃO, J. E. DA R. Pensar o "envolvimento sustentável": reflexões sobre a ecossocioeconomia em meio à pandemia do SARS-CoV-2. *Revista Ciência e Sustentabilidade*, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/cienciasustentabilidade/article/view/575/783> .
Acesso em: 15 jan. 2025.

DIAMOND, J. Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed. New York: Viking Press, 2005.

DIAS, R. A transformação do trabalho humano na era industrial. São Paulo: Editora T, 2008.

DOWBOR, L. A era do capital e do conhecimento. São Paulo: Editora P, 2002.

DOWBOR, L. A Era do Capital Improdutivo. Autonomia Literária, 2019.

DOWBOR, L. A Recriação da Vida: Visões para a Sustentabilidade. Vozes, 2010.

DREXHAGE, John; MURPHY, Deborah. Sustainable Development: From Brundtland to Rio 2012. Background Paper prepared for consideration by the High Level Panel on Global Sustainability at its first meeting, 19 September 2010.

DRYZEK, J. S. Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations. Oxford University Press, 2000.

DUDLEY, N. Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland: IUCN, 2013.

EHRlich, P. R. The Population Bomb. New York: Ballantine Books, 1968.

ELKINGTON, J. Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Capstone, 1997.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Towards the Circular Economy: Economic and Business Rationale for an Accelerated Transition. Ellen MacArthur Foundation, 2013.

FELSKI, H.; SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 12, n. 1, p. 83-97, 2010.

FERNANDES, Valdir. Da socioeconomia para a ecossocioeconomia: a experiência paradigmática do cooperativismo de Mondragón. Revista de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 85-100, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 3 jan. 2025.

FERNANDES, Valdir. Ecossocioeconomia: um primeiro olhar na produção científica brasileira sobre o tema. Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 25-40, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 3 jan. 2025.

FERREIRA, A. B.; LIMA, R. S. Adoção da responsabilidade socioambiental pelas empresas: uma análise dos impactos sobre o desempenho financeiro. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 22, n. 1, p. 67-83, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FLORIT, Luciano; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ética Socioambiental Regional como abordagem para o Desenvolvimento Regional. *Ambiente & Sociedade (Online)*, v. 24, p. 1-22, 2021.

FOLKE, C.; CARPENTER, S. R.; WALKER, B.; SCHEFFER, M.; CHAPIN, T.; ROCKSTRÖM, J. Resilience thinking: integrating resilience, adaptability and transformability. *Ecology and Society*, v. 15, n. 4, p. 20, 2010.

FOLKE, C.; HAHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. Adaptive governance of social-ecological systems. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 35, p. 441-473, 2010.

FRANCO, Maria João C. *Sustainable Development: Concepts, Rationalities and Strategies*. Peter Lang, 2003.

FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.

FREEMAN, R. Edward. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Cambridge University Press, 1984.

FREITAS, Guilherme H.; PEREIRA, Natasha S.; SOUZA, Eduardo F.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Iransé O. Caminho de Cora Coralina: revisão literária sobre o uso de tecnologia em uma rota histórica no Cerrado Brasileiro. *Revista Notas Historicas Y Geograficas*, v. 28, p. 384-400, 2022.

FREITAS, M.; ALENCAR, T. Celebrating 10 Years of EcoGastronomy. *Journal of Environmental Gastronomy*, v. 6, n. 3, p. 89-102, 2023.

FREITAS, R. S.; ALMEIDA, J. P. A importância do ESG no mercado financeiro global: tendências e desafios. *Sustainable Finance Review*, v. 11, n. 2, p. 215-230, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 2020.

FUMEY, Gilles. *La géographie des goûts alimentaires*. Paris: Belin, 2009.

FUMEY, Gilles. *La géographie du goût: De l'espace aux papilles*. Paris: CNRS Éditions, 2009.

FUNDACIÓN MANFRED MAX-NEEF. **Informe Anual de Sustentabilidad**. Santiago, 2019. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/desarrollo-areas-urbanas> Acesso em: 22 jan. 2025.

G1. Brasil fica em 81º lugar no Índice de Desempenho Ambiental. *Jornal Nacional*, 1 jun. 2022. Disponível em: . Acesso em: 27 nov. 2024.

GALTUNG, Johan. Development, Environment and Technology: Towards a Technology for Self-reliance. In: MILES, David (Ed.). *Development, Environment and Technology: Towards a Technology for Self-reliance*. Nova York: United Nations, 1977. p. 99-113.

GARCIA, M. *Ecosocioeconomia urbana: indicadores da logística sustentável de cargas fracionadas em Curitiba*. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade

Católica do Paraná, Curitiba, 2014. Orientador: Carlos Alberto Cioce Sampaio. Co-orientador: Alejandro Daniel González. Bibliografia: f. 132-142.

GARCIA, Manon; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GONZALEZ, Alejandro; SILVA, Luan C. S.; FACO, Renata T. Ecosocioeconomia e logística de entregas urbanas: indicadores de sustentabilidade. *Revista Espacios*, v. 36, p. 18-28, 2015.

GASTAL, S., MOESCH, M. (2007). *Turismo e Ciência: Diálogos Interdisciplinares*. Contexto.

GLAESER, Bernhard. *Ecodevelopment: Concepts, Projects, Strategies*. Oxford: Pergamon Press, 1984.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems*. CRC Press, 2007.

GOLDSMITH, E.; ALLEN, R.; ALLABY, M.; DAVOLL, J.; LAWRENCE, S. *A Blueprint for Survival*. Penguin Books, 1972.

GOMES Jr., José Carmino; CORBARI, Sandra; KNISS, Cláudia; SILVA, Gérsica M. N.; PIONTKEWICZ, Simone C.; MELO, Maiara S.; CARBONE, Amanda S.; MANTOVANELI Jr., Oklinger; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI Jr., Arlindo; DUTRA, Ana Regina A.; FERNANDEZ, Felipe; BIRCH, Robert S.; GUERRA, José Baltazar S. A.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Proposed mapping and evaluation model of sustainable development goals in graduate programs in environmental sciences in Brazil. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, p. 1-22, 2023.

GOMES Jr., José Carmino; CORBARI, Sandra; KNISS, Cláudia; SILVA, Gérsica M. N.; PIONTKEWICZ, Simone C.; MELO, Maiara S.; CARBONE, Amanda S.; MANTOVANELI Jr., Oklinger; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI Jr., Arlindo; DUTRA, Ana Regina A.; FERNANDEZ, Felipe; BIRCH, Robert S.; GUERRA, José Baltazar S. A.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Modelo proposto de mapeamento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em programas de pós-graduação em ciências ambientais no Brasil. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, p. 1-22, 2023.

GOMES, Carla M. P.; FLORIT, Luciano; ABRAHÃO, Cinthia Sena; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Agriculturas e naturezas no território rural: o caso da microbacia do Rio Sagrado em Morretes (PR). *GUAJU ¿ REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL*, v. 1, p. 44-63, 2015.

GOMES, Patrícia Pereira Vasques; BERNARDO, André; BRITO, Gilson. Princípios de sustentabilidade: uma abordagem histórica. In: XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de nov de 2005. ENEGEP 2005 – ABEPRO, 2005.

GONÇALVES, A. C. T.; SANTOS, L. C. R. Bioeconomia na Amazônia Central: Manejo participativo de pirarucu (*Arapaima gigas*). *Revista de Administração Contemporânea*, v. 28, n. 6, e240195, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240195.por>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Crise ambiental, política climática e o turismo: algumas reflexões. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)*, p. 95-112, 2017.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Organizações solidárias e comunidades tradicionais: promovendo o turismo comunitário e o desenvolvimento sustentável. *Escritos (Curitiba)*, v. 11, p. 20-30, 2015.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. *CADERNO VIRTUAL DE TURISMO (UFRJ)*, v. 16, p. 62-78, 2016.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCANTARA, L. C. S. Turismo em cenários de mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 12, p. 1-22, 2018.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; BETTI, Patrícia. Incubação de Empreendimentos Turísticos Solidários para o Desenvolvimento nas Comunidades Tradicionais em Guaraqueçaba (PR). *REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL*, v. 4, p. 149-167, 2017.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PASCO, Adriana Dias; FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade e práticas educacionais no eco-desenvolvimento: análise da experiência da microbacia do Rio Sagrado - Morretes/PR. *AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE)*, v. 18, p. 115-134, 2015.

GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Mário. Encadeamento ecossocioeconômico e gestão urbana: um estudo das feiras livres na cidade de Curitiba (PR). *NOVOS CADERNOS NAEA*, v. 21, p. 35-56, 2018.

GROBER, U. *Deep Roots of Sustainability*. 2007.

GROBER, U. *Die Entdeckung der Nachhaltigkeit: Kulturgeschichte eines Begriffs*. Kunstmann, 2007.

GUIMARÃES, R. P. *Ecodesenvolvimento: uma perspectiva epistemológica da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GUZZATI, Thaise Costa; PANKE, Raquel; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A construção de um território rural sustentável em Santa Catarina. *REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, v. 5, p. 093, 2018.

GUZZATI, Thaise Costa; TURNES, V.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França. *ORGANIZAÇÕES RURAIS E AGROINDUSTRIAIS (UFLA)*, v. 16, p. 25-45, 2014.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Creating sustainable value. *The Academy of Management Executive*, v. 17, n. 2, p. 56-67, 2003. DOI: 10.5465/ame.2003.10025194.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, 2005.
Disponível: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/364813/mod_resource/content/0/Ponto%2001%20-%202024-09-2014%20-%20HARVEY%2C%20David%20-

[%20Neoliberalismo%20hist%C3%B3ria%20e%20implica%C3%A7%C3%B5es%20-%20pg%2011%20a.pdf](#). Acessado em 14/01/2025.

HEINZMANN, L. M.; SAMPAIO, C. A. C. Ecosocioeconomia: um primeiro olhar na produção científica brasileira sobre o tema. *Academia.edu*, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4133/4088>. Acesso em: 15 jan. 2025

HEINZMANN, Lígia Maria; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecosocioeconomia: um primeiro olhar na produção científica brasileira sobre o tema. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 9, n. 17, p. 97-113, 2º sem. 2010.

HICKEL, J. *Less is More: How Degrowth Will Save the World*. London: Windmill Books, 2021.

HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFER, K. *Sustainability: What It Is and How to Measure It*. MIT Press, 2009.

HORST, Carla Regina. Impactos da ecogastronomia na construção de percepções para uma alimentação sustentável. 2021. Dissertação (Mestrado em Sistemas Ambientais Sustentáveis) – Universidade do Vale do Taquari – Univates, Lajeado, 2021. Disponível em: <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/ed305e2c-7cc9-43cf-b116-af706b97dfbb/content>. Acesso em: 22 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). POF: Índice de Desempenho Socioeconômico para o Brasil cresce 12,8% entre 2008 e 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2024.

JACKSON, T. *Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet*. Earthscan, 2009.

JACOBS, J. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACOBS, M. *Sustainable Development: A Geographical Perspective*. Oxford: Blackwell, 1999.

JOVICIC, D.; ILIC, A. Eco-gastronomy, Tourism and Sustainability: The Rise of Sustainable Restaurants in the World. *International Journal of Tourism Studies*, v. 7, n. 4, p. 98-112, 2019.

KALLIS, G. *Degrowth*. Agenda Publishing, 2018.

KAPP, K. W. *The Social Costs of Private Enterprise*. Cambridge: Harvard University Press, década de 1950.

KAPP, K. W. *The Social Costs of Private Enterprise*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

KASPER, D. Redefining Community in Ecovillages. *Human Ecology Review*, v. 15, n. 1, p. 12-24, 2008.

KATES, R. W.; PARRIS, T. M.; LEISEROWITZ, A. A. What is sustainable development? Goals, indicators, values, and practice. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, v. 47, n. 3, p. 8-21, 2001.

KNISS, CLÁUDIA ; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce ; PHILIPPI JR, Arlindo ; PLONSKI, Guilherme A. ; GOLDEMBERG, José ; PADUA, José A. ; FRANCO, Roberto M. ; RICUPERO, Rubens ; BRESSAN JR., Almir ; SOBRAL, Maria do Carmo Martins ; MAGLIO, Ivan C. ; NOBRE, Carlos ; ANDREOLI, Cleverson V. ; FERNANDES, Valdir ; BUCKERIDGE, Marcos ; RIBEIRO, Wagner C. ; SILVA, Sandro D. e . 50 anos de Estocolmo?72 e 30 Anos da Rio?92: Reflexões sobre o Brasil Contemporânea e os Desafios para um Futuro Sustentável. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 12, p. 406-437, 2022.

LANDES, D. S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que Algumas São Tão Ricas e Outras Tão Pobres*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

LATOUCHE, S. *Degrowth*. Década de 2000.

LATOUCHE, S. *Farewell to Growth*. Cambridge: Polity Press, 2009.

LATOUR, B. *Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime*. Polity, 2018.

LAVILLE, J.-L. *The Solidarity Economy: An International Perspective*. Zed Books, 2010.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LISBOA, Armando de Melo. *Paulo Freire Vieira (1946-2022), "Pelé" da UFSC: Flashes de um socioeconomista*. *Ambientes*, v. 5, n. 1, p. 331-335, 2023. ISSN: 2674-6816. Disponível em: https://file:///C:/Users/User/Desktop/SUELLEN/17.+Obitu%C3%A1rio+Paulo+Vieira_Volum+5_N%C3%BAmero+1.pdfAcesso em: 08 jan. 2025.

LISBOA, Flávia de Oliveira. A responsabilidade socioambiental corporativa: o diferencial competitivo que promove o desenvolvimento sustentável. ResearchGate, 2024. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/11455>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LOHMANN, G.; DREDGE, D. **Tourism in Brazil: Environment, Management and Segments**. London: Routledge, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 1, n. 2, p. 45-60, 2006.

LOVINS, A. B. *Reinventing Fire: Bold Business Solutions for the New Energy Era*. Chelsea Green Publishing, 2011.

LOVINS, A. B. *Soft Energy Paths: Toward a Durable Peace*. New York: Harper & Row, 1977.

M. B. A relação histórica Homem/Natureza e sua importância para construção de ambientes saudáveis. *Geosul*, v. 29, n. 57, p. 7-26, 2014.

MARCOVITCH, Jacques; VAL, Adalberto (orgs.). **Bioeconomia para quem? bases para um desenvolvimento sustentável na Amazônia**. São Paulo: Com-Arte, 2024. 387 p.: il. color. ISBN 978-65-89321-44-6 (físico); ISBN 978-65-89321-45-3 (digital). Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcde.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/1337/1219/4688>.

Acessado em: 03 jan. 2025.

MARTINS, G. de A. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 134 p.

Martins, T. P. (2016). *As Naturezas de Natura Ekos: Vídeos Publicitários Constituindo Sujeitos Consumidores "Sustentáveis"*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

MAX-NEEF, M. A. Human Scale Development: Conception, Application and Further Reflections. Apex Press, 1991.

MAX-NEEF, M. Desenvolvimento à Escala Humana. Dag Hammarskjöld Foundation, 1991.

MEADOWCROFT, J. Exploring the Evolution of Sustainable Development Policies and Their Integration into Public Policies, 2000.

MEADOWCROFT, J. Sustainable Development: A New(ish) Idea for a New Century? Political Studies, v. 48, n. 2, p. 370-387, 2000.

MEADOWCROFT, James. Planning for Sustainable Development: Insights from the Literatures of Political Science. European Journal of Political Research, v. 31, n. 4, p. 427-454, 1997.

MEADOWS, D. H.; RANDERS, J.; MEADOWS, D. L. Limits to Growth: The 30-Year Update. Chelsea Green Publishing, 2004.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen. The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. Nova York: Universe Books, 1972.

MEBRATU, D. Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review. Environmental Impact Assessment Review, v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MELO, M. F. S. de; PIÃO, R. C. S.; CAMPOS-SILVA, W. L.; AMATO NETO, J. Responsabilidade social corporativa: adaptação e validação de uma escala em multinacionais brasileiras. Revista Metropolitana de Sustentabilidade (RMS), v. 8, n. 2, p. 20-40, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/2223/pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MELO, M. F. S. de; YARYD, R. T.; SOUZA, R. C.; CAMPOS-SILVA, W. L. Responsabilidade social corporativa e competitividade: uma análise bibliométrica da evolução do tema. Revista Metropolitana de Sustentabilidade (RMS), v. 7, n. 3, p. 100-120, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1239>. Acesso em: 2 fev. 2025.

- MENDES, F.; OLIVEIRA, J. Eco-Gastronomy, Sustainability, and Art: A Design Study With the Chefs of the Future. *Gastronomy and Design Review*, v. 9, p. 45-60, 2022.
- MENDONÇA, C. A. F.; PEREIRA, S. F. R. Turismo de Base Comunitária no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v.13, n.2, p. 201-219, 2020.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Brasília, 2018.
- MITCHAM, C. The Concept of Sustainable Development: Its Origins and Ambivalence. *Technology in Society*, v. 17, n. 3, p. 311-326, 1995.
- MOLDAN, B.; JANOUSHKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. *Ecological Indicators*, v. 17, p. 4-13, 2012.
- Moraes, J. T. (2023). *Atuação da Empresa Natura: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Ambiental*. *Revista Reflexão e Crítica do Direito*, 11(2), 157-180. ISSN 2358-7008.
- MORIN, E. O Método 1: A Natureza da Natureza. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- MORIN, E. O Método 5: A Humanidade da Humanidade: A Identidade Humana. Bertrand Brasil, 2008.
- Munck, L., & Borim-de-Souza, R. (2013). Sustainable development models: theoretical foundations and applications. *Sustainability Journal*, 5(3), 12-34.
- MYRDAL, G. Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations. New York: Pantheon Books, 1968.
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Empire*. Harvard University Press, 2000. Disponível em https://monoskop.org/images/9/95/Hardt_Michael_Negri_Antonio_Empire.pdf. Acessado em 14/01/2025
- NERFIN, M. Another Development: Approaches and Strategies. In: DAG HAMMARSKJÖLD FOUNDATION (Ed.). Another Development: Approaches and Strategies. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 1977. p. 45-76.
- OLIVEIRA FILHO, J. E. Gestão ambiental e sustentabilidade: um novo paradigma econômico para as organizações modernas. *Domus on line: Revista de Teoria Política, Social e Cidadania*, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2004.
- OLIVEIRA, Flávia de Paiva Medeiros de; GUIMARÃES, Flávio Romero. *Direito, Meio Ambiente e Cidadania*. São Paulo: Editora WVC, 2004.
- OLIVEIRA, Jorge Gustavo Barbosa de; SILVA, Janaina Mayara Müller da; BOHN, Lars; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Cyklistforbundet: da ecossocioeconomia à convivencialidade*. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 41, p. 19-39, ago. 2017.
- ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. ONU-HABITAT. Cidades e Comunidades Sustentáveis. 2020.

Organização das Nações Unidas (ONU), 2015. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 25 jan. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015

Organização Mundial do Turismo (OMT), 2017. Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.unwto.org>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo Sustentável para o Desenvolvimento**. 2017. Disponível em: <https://www.unwto.org>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Turismo Sustentável para o Desenvolvimento. 2017. Disponível em: <https://www.unwto.org>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

OUCHI, Carlos Hiroshi Côrtes. Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: uma análise do setor de papel e celulose. 2006. 87 fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPEAD – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PALHUK, KELLY CRISTINE PANEGALLI; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; TEIXEIRA, CRISTINA FRUTUOSO; FISCHER, Dailey; FERNANDES, Valdir; LIMONT, Marcelo. O papel da governança territorial como instrumento para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica: Aprendizado social a partir do Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná, Brasil. *Environmental Science & Policy*, v. 153, p. 103667, 2024.

PEARCE, D.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. *Blueprint for a Green Economy*. Earthscan, 1989.

PELLIN, Valdinho; ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. A Produção Científica no Litoral do Paraná: Uma Análise na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento. In: *Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional*, 4 a 6 de setembro de 2013, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil.

PELLIN, Valdinho; DALLABRIDA, Ivan Sidney; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Sustentabilidade e gestão consorciada entre municípios no sul do Brasil. *LIDER (OSORNO)*, v. 25, p. 93-125, 2014.

PELLIN, Valdinho; GRIMM, Isabel J.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, O. Enoturismo e desenvolvimento: um olhar na orta dos vinhos verdes em Portugal. *TURyDES - Revista de Investigación en Turismo y desarrollo local*, v. 28, p. 1-22, 2020.

PETRINI, Carlo. *Good, Clean and Fair: Principles of Slow Food*. Nova York: Rizzoli International Publications, 2010.

PETRINI, Carlo. *Slow Food: The Case for Taste*. New York: Columbia University Press, 1986.

PETRINI, Carlo. *Slow Food: The Case for Taste*. Nova York: Columbia University Press, 2003.

PIKETTY, T. *Capital and Ideology*. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

PIMENTEL, Ricardo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Contribuições para a Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas: Um Estudo na Associação Acolhida na Colônia Urubici. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 12, p. 177-193, 2023.

PIMENTEL, Ricardo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Contribuições para a Sistematização de Experiências Ecosocioeconômicas: Um Estudo na Associação Acolhida na Colônia Urubici. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 12, p. 177-193, 2023.

PINHEIRO, L. B. G.; PINHEIRO, B. G.; PAIVA, L. E. B. Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro: uma análise de empresas listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 22, e3381, 2023. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3381/2554>. Acesso em: 2 fev. 2025.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Basic Books, 1984.

PISANI, D. J. *Forests and Sustainability*, 2006.

PISANI, J. A. D. *Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*. 2011. Disponível em:

http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_pt.pdf. Acesso em: [data de acesso].

POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1944.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Econômicas de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, K. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press, 1944.

POLLAN, Michael. *In Defense of Food: An Eater's Manifesto*. Nova York: Penguin Books, 2008.

POLLAN, Michael. *The Omnivore's Dilemma: A Natural History of Four Meals*. New York: Penguin Press, 2006.

PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, v.76, n.6, p. 77-90, 1998.

PORTER, M. E. *What is Strategy?* *Harvard Business Review*, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.
Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5569421/mod_resource/content/3/1%20what%20is%20strategy.pdf Acessado em 14/0/2025.

PORTER, M. E. *What is Strategy?* *Harvard Business Review*, v. 74, n. 6, p. 61-78, 1996.
Disponível

https://iqfystage.blob.core.windows.net/files/CUE8taE5QUKZf8ujfYIS_Reading+1.4.pdf
Acessado em 1/01/205

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PORTER, M.; KRAMER, M. Creating Shared Value. *Harvard Business Review*, 2011.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. Strategy & society: The link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, v. 84, n. 12, p. 78-92, 2006.

PROCOPIUCK, Mario. Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, autogestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 20, n. 1, p. 101-120, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.

PROCOPIUCK, Mário; FREDER, Schirlei M.; ROSA, Altair; GARCIA, Manon; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Feiras urbanas de rua em Curitiba sob a perspectiva da ecosocioeconomia. *Journal of Urban Affairs*, p. 1-23, 2022.

PROCOPIUCK, Mário; SOUSA, Roberta M. M.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Ana Paula P. V. Ecosocioeconomias e desenvolvimento local: Experiências em uma feira de agricultores urbanos na Amazônia brasileira. *Local Economy*, v. 35, p. 808-830, 2020.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2023) disponível em https://brasil.un.org/pt-br/255373-us-7-trilh%C3%B5es-s%C3%A3o-investidos-por-ano-em-atividades-que-t%C3%A3o-um-impacto-negativo-na-natureza?utm_source=chatgpt.com. Acessado em 14/01/2025

RADWANSKI, Elvira Maria; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SOBRAL, M. C. M. AGREGAÇÃO DE VALOR À AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL. *REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)*, v. 19, p. 74-96, 2014.

RAWORTH, K. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. White River Junction: Chelsea Green Publishing, 2017.

RAWORTH, K. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Random House, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Desktop/DOCTORADO%202025/2409-ArticleText-3132-1-10-20200408%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Desktop/DOCTORADO%202025/2409-ArticleText-3132-1-10-20200408%20(1).pdf). Acessado em: 14/01/2025.

RAWORTH, K. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. Random House, 2017. Disponível em <file:///C:/Users/User/Desktop/DOCTORADO%202025/2409-ArticleText-3132-1-10-20200408.pdf>. Acessado em 14/01/2025

REDCLIFT, Michael. *Sustainable Development: Exploring the Contradictions*. Routledge, 1987.

REJOWSKI, Mirian; RUBIM, Rebeca Elster. Ecogastronomia: a busca pela ética e o prazer na alimentação e sua influência na relação homem x natureza. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, v. 9, p. 1-15, 2012.

RIBEIRO, Magno A.; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo e Pantanal: as relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *GEO UERJ*, v. 42, p. 1-27, 2023.

RIBEIRO, Magno A.; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo e Pantanal: as relações com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *GEO UERJ*, v. 42, p. 1-27, 2023.

RIBEIRO, Magno A.; ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo em pousadas no Pantanal e possíveis transitoriedades. *TURISMO Y SOCIEDAD (ONLINE)*, v. XXXII, p. 69-93, 2025.

RIBEIRO, MAGNO ALVES; ALCÂNTARA, LILIANE CRISTINE SCHLEMER; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Paradigmas e Transitoriedades: Da Idade Média ao Contemporâneo, Ecosocioeconomias e Economia Ecológica. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 14, p. 77-105, 2024.

RIBEIRO, Magno Alves; ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Paradigmas e Transitoriedades: Da Idade Média ao Contemporâneo, Ecosocioeconomias e Economia Ecológica. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 14, p. 77-105, 2024.

RIBEIRO, MAGNO ALVES; ALCÂNTARA, LILIANE CRISTINE SCHLEMER; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Desafios socioeconômicos no turismo do pantanal mato-grossense. *DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO*, v. 22, p. e15142, 2024.

RIBEIRO, MAGNO ALVES; ALCÂNTARA, LILIANE CRISTINE SCHLEMER; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Paradigmas e Transitoriedades: Da Idade Média ao Contemporâneo, Ecosocioeconomias e Economia Ecológica. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 14, p. 77-105, 2024.

RIBEIRO, Sônia M. C.; SOARES Fo, Britaldo; BACHI, Laura; COSTA, William L.; BILOTTA, Patrícia; SAADI, Allaoua; LOPES, Elaine; ORIORDAN, Tim; HETCH, Susanna B.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Podem os meios de subsistência multifuncionais, incluindo serviços ecossistêmicos recreativos (RES) e produtos florestais não madeireiros

(NTEFP), manter florestas biodiversas na Amazônia brasileira? *Ecosystem Services*, v. 31, p. 517-526, 2018.

RÍOS-OSORIO, L. A. *et al.* Global Sustainability Commitments: Progress and Challenges, 2013.

RÍOS-OSORIO, L. A.; CARDOSO, L. P.; URIBE-RESTREPO, J. M. Sustainability and Sustainable Development: The Intellectual Evolution of the Concept. *Gestão & Produção*, v. 20, n. 1, p. 83-94, 2013.

ROCHA, Washington J. S. F.; VASCONCELOS, Rodrigo N.; CHAVES, Joselisa M.; BILOTTA, Patrícia; GRIMM, Isabel J.; RIBEIRO, Sônia M. C.; NOBREGA, R. A. A.; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI JR, Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Modelo de análise da produção científica em Programas de Pós-Graduação com base em redes de interação: estudo de caso em Ciências Ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)*, v. 58, p. 405-416, 2023.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. *Nature*, v. 461, n. 7263, p. 472-475, 2009.

RODRIGUES, P. W. (2019). *Consumo de Produtos Sustentáveis: Percepções dos Consumidores sobre a Embalagem Natura Ekos de Buriti*. DOI: 10.22533/at.ed.72319030910.

ROMANO, Roberta G.; CARBONE, Amanda S.; KNISS, CLÁUDIA; SILVA, Gérsica. M. N.; GOMES Jr., José Carmino; MELO, Maiara G. S.; BARBOSA, Valeska; SOBRAL, Maria do Carmo Martins; PHILIPPI JR, Arlindo; Sampaio, Carlos Alberto Cioce. Impacto das Ciências Ambientais na Agenda 2030 da ONU: desafios e avanços a partir da experiência da formação de clusters temáticos. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)*, v. 58, p. 185-197, 2023.

ROMANO, Roberta G.; SCHÄFER, Gabriela.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecoenogastronomia - sustentabilidade e resgate cultural na produção de vinhos na Serra Gaúcha, Brasil. *ÁGORA (UNISC. ONLINE)*, v. 21, p. 93-105, 2019.

ROMANO, Roberta Giralardi (org.). *Cadeia produtiva sustentável: ecossocioeconomias no setor agroalimentar*. Organizadores: Roberta Giralardi Romano, Carlos Alberto Cioce Sampaio, Isabel Jurema Grimm, Josué Alexandre Sander, Luciane Cristina Ribeiro dos Santos, Maria José Nascimento Soares, Mario Procopiuck, Roberto Rodrigues de Souza, William de Souza de Barreto. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

ROMANO, Roberta Giralardi; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GRIMM, Isabel Jurema; SANDER, Josué Alexandre; SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos; SOARES, Maria José Nascimento; PROCOPIUCK, Mario; SOUZA, Roberto Rodrigues de; BARRETO, William de Souza. **Cadeia produtiva sustentável: ecossocioeconomias no setor agroalimentar**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. p. 175-196.

ROMANO, Roberta Giralardi; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GRIMM, Isabel Jurema; SANDER, Josué Alexandre; SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos; SOARES, Maria José Nascimento; PROCOPIUCK, Mario; SOUZA, Roberto Rodrigues de; BARRETO, William de Souza. **Cadeia produtiva sustentável: ecossocioeconomias no setor agroalimentar**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2022. 218 p. il., tabs., quadros, fotografia. Inclui bibliografia.

Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2024/02/cadeia-produtiva.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

ROMANO, Roberta Giraldi; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK, Mario; MANTOVANELLI JUNIOR, Oklinger. Alimentação, território e sustentabilidade: delimitando as fronteiras da ecogastronomia. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Garamond, 2007.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, J. D. The Age of Sustainable Development. New York: Columbia University Press, 2015.

SACHS, J. D. The Age of Sustainable Development. New York: Columbia University Press, 2015.

SACHS, J. D. The Price of Civilization: Reawakening American Virtue and Prosperity. Random House, 2012.

SACHS, J. The Age of Sustainable Development. Columbia University Press, 2015.

SAMPAIO, C. A. C. Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau, SC: Edifurb, 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com): Um Projeto Piloto na Comunidade do Entorno da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR). Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 15, n. 1, p. 30-42, 2013.

SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. Revista Da FAE, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/296>.

Sampaio, C. A. C.; Dallabrida, I. S. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. *Revista FAE*, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/296/201..> Acesso em: 15 jan. 2025.

SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MANTOVANELI JUNIOR, O. Ecosocioeconomias: análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR), v. 16, n. 3, p. 383-396, set./dez. 2020.

SAMPAIO, C. A. C.; HENRÍQUEZ ZUÑIGA, C.; FUDERS, F. Ecosocioeconomías: Un concepto en construcción. Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, v. 27, n. 52, p. 13-25, 2018.

Sampaio, C. A. C.; Henríquez, L. H. P.; Fuders, F. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. *Educação & Sociedade*, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v27n52/2358-0194-faeeba-27-52-13.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SAMPAIO, C. A. C.; LEÓN, I. C. de; DALLABRIDA, I. S.; PELLIN, V.; AMAL, M. Arranjos Socioprodutivos de Base Comunitária: Arranjos Produtivos Locais Pensados como Arranjos Institucionais. O Caso da Mondragón Corporação Cooperativa. In: Anais do Encontro Nacional da ANPAD, 2008.

SAMPAIO, C. A. C.; OYARZÚN, E.; SOUZA, M. S.; CÁRCAMO, C.; MANTOVANELI JR., O. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: Análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. *Revista de Negócios*, Blumenau, v. 10, n. 4, p. 288-301, 2005.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L. C. S. Bem viver e Ecosocioeconomias: uma síntese. *Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 1, p. 101-115, 2020.

SAMPAIO, C. A. C.; PROCOPIUCK, M.; GRIMM, I. J.; FREDER, S. M.; SILVA, F. P. S. da; FIGUEIREDO, S. L. Ecosocioeconomias urbanas: arranjos socioprodutivos, autogestão comunitária e desenvolvimento territorial sustentável. *Novos Cadernos NAEA*, v. 21, n. 2, p. 9-31, maio-ago. 2018.

SAMPAIO, C. A. C.; SANTOS, L. C. R. Ecosocioeconomia Empresarial: conciliando Cadeia Produtiva Sustentável e Arranjo Socioprodutivo Territorial. Apresentado no X Encontro Nacional da ANPPAS, 2021.

SAMPAIO, C. A. C.; SILVA, C. S. da; KNAPP, K. W. Ecosocioeconomia: conceitos e práticas. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, 2009.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Governança para o desenvolvimento territorial sustentável. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 51-62, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Homenagem a um economista descalço: Manfred Max-Neef. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 51, p. 370-372, 2019.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCANTARA, L. C. S.; VIEIRA, Paulo Henrique Freire. Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid 19. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 59, p. 162-180, 2022.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; DALLABRIDA, Ivan Sidney. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 45-60, 2015. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GARCIA, Manon. Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. *Gestión turística (Valdivia. Impresa)*, v. 27, p. 44-65, 2017.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GRIMM, Isabel J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; PARKS, C. D.; FERNANDES, Valdir. Ecosocioeconomias: análise de experiências no Oeste dos Estados Unidos da América. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, p. 369-382, 2020.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HENRÍQUEZ Zúñiga, Christian; FUDERS, Felix. Ecosocioeconomias: um conceito em construção. *REVISTA FAE EBA*, v. 27, p. 13-25, 2018.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HOPPE, Aurélio F.; DAMM, H. Análise do cenário socioeconômico brasileiro: uma contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais. *Revista Mosaicos: Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovações*, v. 3, p. 35-51, 2021.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; LENZ, Talita Cristina Zechener; HENRÍQUEZ Zúñiga, Christian; CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; FORTES, Simone Calistro; ALVES, Alan R. Interpretando o turismo comunitário no contexto de algumas experiências integradas no Brasil, Chile e Costa Rica. *Urbanistica Informazioni*, v. XXXXII, p. 122-130, 2015.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; LENZ, Talita Cristina Zechener; HENRÍQUEZ Zuniga, Christian; CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; FERNANDES, Soraia F. F. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, p. 42, 2014.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; OYARZÚN, Edgardo Méndez ; SOUZA, Márcia Silveira de ; CÁRCAMO, Carolina ; MANTOVANELI JR, Oklinger . Arranjo socioprodutivo de base comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. *Revista de Negócios*, v. 10, p. 288-301, 2005

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L.C.S. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. *Saude e Sociedade*, v. 26, p. 40-50, 2017.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PARKS, Craig D.; MANTOVANELI JR, Oklinger; QUINLAN, Robert J.; ALCANTARA, L. C. S. Bem viver e ecossocioeconomia: uma síntese. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 47, p. 121-128, 2018.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos. Ecosocioeconomia empresarial: conciliando cadeia produtiva sustentável e arranjo socioprodutivo territorial. *Anais do X ENANPPAS, Brasília, 2021*. Disponível em: <https://www.even3.com.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA Segovia, Yenifer N. Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia. *TURyDES (Málaga)*, v. 19, p. 1-11, 2015.

SAMPAIO, CARLOS; KNISS, CLÁUDIA; CORBARI, SANDRA; JUNIOR, ARLINDO; SOBRAL, MARIA. Contribuição da pós-graduação brasileira em Ciências Ambientais na implementação da Agenda 2030. *Revista do NUPEM*, v. 12, p. 277-299, 2020.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Flávia Keller; OLIVEIRA, Matildes José de; ROMANO, Roberta Gerald, SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos, DIAS, Adriana; OLIVEIRA, Rafael Kûster de; CAVALCANTE, Kátia Viana; FERNANDES Valdir; MANTOVANELI Jr., Oklinger. Ecosocioeconomias territoriais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Submetido

SANTIAGO, Rita C. C. A.; SILVA, Francisca P. S.; PROCOPIUCK, Mário; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MATTA, Alfredo E. R. Ações educativas numa perspectiva da ecossocioeconomia no antigo Quilombo do Cabula. *ARTEFACTUM (RIO DE JANEIRO)*, v. 16, p. 1-14, 2019.

- SANTOS, Luciane C. R.; CANGIOLIERI Jr., Osiris; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Reflexões sobre a cadeia produtiva da sustentabilidade: produto orientado. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 9, p. 214-227, 2020.
- SANTOS, Luciane C. R.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SILVA, Francisca P. S.; PROCOPIUCK, Mário; PANKE, Raquel. Arranjo Institucional e Socioprodutivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, p. 397-417, 2019.
- SANTOS, M. *et al.* *Desenvolvimento Sustentável e Práticas Locais*. São Paulo, 2021.
- SCHOLZ, T. *Platform Cooperativism: Challenging the Corporate Sharing Economy*. New York: Rosa Luxemburg Foundation, 2020.
- SCHULTZ, G. Cadeias produtivas agrícolas, sistemas agroindustriais e redes agroalimentares (CSRs): interdependências entre setores de produção e distribuição. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/272031/001196749.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- SCHUMACHER, E. F. *Small is Beautiful: Economics as if People Mattered*. New York: Harper & Row, 1973.
- SCHUMACHER, E. F. *Small Is Beautiful: Economics as if People Mattered*. New York: Harper & Row, 1973.
- SCHUMACHER, E. *Small is Beautiful: A Study of Economics As If People Mattered*. Harper & Row, 1973. SILVA, J. *et al.* *Turismo Sustentável e Comunidades*. Rio de Janeiro, 2022.
- SINGER, P. *Economia Solidária: Uma Alternativa Viável*. São Paulo, 2002.
- SELMAN, P. *Local Sustainability: Managing and Planning Ecologically Sound Places*. Routledge, 1996.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SHIVA, Vandana. *Earth Democracy: Justice, Sustainability, and Peace*. Cambridge: South End Press, 2005.
- SHIVA, Vandana. *Stolen Harvest: The Hijacking of the Global Food Supply*. Cambridge: South End Press, 2000.
- SILVA, Diego R.; CORBARI, Sandra D.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; GRIMM, Isabel J. Turismo comunitário em favelas: um estudo do Favela Inn Hostel, Chapéu Mangueira: Rio de Janeiro (BR). *Estudios y Perspectivas en Turismo (En Línea)*, v. 23, p. 786-804, 2014.
- SILVA, J.; SANTOS, M. *História da Interação Humana com o Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Sustentável, 2019.
- SILVA, J.; SANTOS, M.; OLIVEIRA, L. *Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030*. São Paulo: Editora Sustentável, 2020.

SILVA, Janaina M. M.; OLIVEIRA, Jorge G. B.; BOHN, Lars; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Cyklistforbundet: da ecossocioeconomia à convivencialidade. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 41, p. 19-39, 2017.

SILVA, Leonardo da S.; MANTOVANELI JR, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento turístico regional: Governança e territorialidade no caso da Oktoberfest Blumenau (Santa Catarina, Brasil). *Turismo e Sociedade*, v. 7, p. 156-173, 2014.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMEETS, E.; WETERINGS, R. Environmental indicators: Typology and overview. European Environment Agency, 1999.

STAHEL, W. R. The Circular Economy. Década de 2000.

STAHEL, W. The Circular Economy: A User's Guide. London: Routledge, 2019.

STAHEL, W. The Performance Economy. Palgrave Macmillan, 2010.

STANDING, G. The Precariat: The New Dangerous Class. London: Bloomsbury Academic, 2019.

STERN, N. The Economics of Climate Change: The Stern Review. Cambridge University Press, 2007.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. Paris: Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, 2009.

STRONG, Maurice. Where on Earth Are We Going? Texere, 2000.

Tchmolo, M. L., Gonzaga, C. A. M., Putini, F. V. D., Maganhoto, R. F., & Knorek, R. (2024). Proposta de um novo conceito para turismo sustentável, à luz dos saberes de cidadania global e desenvolvimento sustentável. *Turismo - Visão e Ação*, 26, e20056.

TEIXEIRA, F. R.; VIEIRA, F. D.; MAYR, L. R. Turismo de Base Comunitária: un enfoque en la perspectiva del análisis de clusters. *Revista Turismo: Visão e Ação*, v.21, n.2, p.02-21, 2019.

TRANSFORMING our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2015.

TUPY, O. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. *Revista de Estudos Politécnicos*, v. VI, n. 10, p. 73-86, 2008. Disponível em:.

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/40840/1/PROCIOT2008.00326.pdf>.

Acessado em 31/07/2024.

TURNES, Valério A.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; SAUTIER, Denis; GUZZATI, Thaise Costa. A importância de uma marca coletiva na construção de territórios: o caso da Associação Acolhida na Colônia (SC), Brasil. *Sociedade e Território*, v. 3, p. 135-158, 2021.

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. UNEP, 2011.

UNITED NATIONS. *Agenda 21: The United Nations Programme of Action from Rio*. United Nations, 1992.

UNITED NATIONS. *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations, 2015.

UNITED NATIONS. *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations General Assembly, 2015.

UNIVERSIDADE DO MINHO. A comunicação da responsabilidade social corporativa. Repositório da Universidade do Minho. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/88388/1/a_comunicacao_da_responsabilidade_social_corporativa.pdf. Acesso em: 02 fev. 2025.

VASCONCELOS, F.; MILAGRES, L. G.; NASCIMENTO, F. Estratégias de relacionamento nas cadeias produtivas: uma análise no Brasil. *Revista Gestão & Produção*, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/shwF8rsqtxXZZ4xdzL4gmLR/>. Acesso em: 15 jan. 2025

VEIGA, J. E. *A Economia Socioambiental*. Editora Senac São Paulo, 2006.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI*. Editora Garamond, 2005.

VIEIRA, P. H. F. Comunidades Tradicionais e a Construção de uma Ecosocioeconomia. In: SAMPAIO, C. A. C. (Ed.). *Ecosocioeconomia: fundamentos e práticas*. UFSC, 2012.

VIEIRA, P. H. F.; SAMPAIO, C. A. C. *Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: Uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar*. Curitiba: Editora UFPR, 2020.

Vieira, P.; Sampaio, C. A. C. Ecosocioeconomias na encruzilhada do Antropoceno: uma perspectiva sistêmica-transdisciplinar. *Academia.edu*, 2021. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/580/533>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VIEIRA, Paulo Henrique Freire; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: Uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar. *História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 12, p. 168-208, 2022.

Von Carlowitz, Hans Carl. *Sylvicultura Oeconomica, ou Haußwirthliche Nachricht und Naturmäßige Anweisung zur Wilden Baum Zucht*. Lúpsia, 1713. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10214444?page=32,33>. Acessado em 21/01/2025.

WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press, 1974. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7681113/mod_resource/content/1/Immanuel%20Wallerstein%20%20O%20sistema%20mundial%20moderno%20I%20%28cap.%20%20e%203%29.pdf Acessado em 14/01/2025

WATERS, Alice. *Chez Panisse Café Cookbook*. New York: HarperCollins Publishers, 2005.

WATERS, Alice. *Chez Panisse Café Cookbook*. Nova York: HarperCollins, 1999.

WCED – World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

WERTHER, William B.; CHANDLER, David. *Strategic Corporate Social Responsibility: Stakeholders in a Global Environment*. SAGE Publications, 2006.

YUNUS, Mohammed. *Banker to the Poor: Micro-Lending and the Battle Against World Poverty*. Nova York: PublicAffairs, 1998.

ZAMIGNAN, Gabriela. *Impactos da Ecogastronomia na Construção de Percepções para uma Alimentação Sustentável*. 2022.

ZAMIGNAN, Gabriela; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; TEIXEIRA, Cristina Frutuoso. Arranjo Socioprodutivo de Turismo Comunitário: O Olhar dos Protagonistas da Experiência do Rio Sagrado (PR). In: X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), 9 a 11 de outubro de 2013, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.

ZDEPSKI, F. B.; GRIMM, I. J.; PROCOPIUCK, M. Aprendizagem expansiva e ecossocioeconomias na prática artesanal da Feira de Arte e Artesanato do Largo da Ordem em Curitiba-PR. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 52, p. 26-43, 2018. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194. 2018.v27.n52.p26-43.

ZUÑIGA, Christian Henríquez; HABERT, Guillermo Pacheco; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos Socioprodutivos para o Turismo de Interesses Especiais no Território Patagônia Verde (Chile): Uma Alternativa para um Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Revista Turismo Visão e Ação, Eletrônica*, v. 14, n. 3, p. 292-303, set.-dez. 2012.

ANEXO A – Formulário de Catalogação de Experiências de Ecosocioeconomias

1. Nome do Projeto Demonstrativo;
2. Município (sede)/Estado/País da experiência;
3. Bioma predominante;
4. Modalidade adjacente: (a) Agenda 21 Local/ODM/ODS, (b) Turismo de base Comunitária, Solidária e Sustentável, (c) Responsabilidade Socioambiental Corporativo (RSaC)/Environmental, Social na Corporate Governance (ESG), (d) Economia Social/Solidária, (e) Gestão de Unidades de Conservação Ambiental, (f) Gestão Urbana Sustentável, (g) Slow movement, (h) Ecovillas e (i) Tecnologias apropriadas, (j) Para outras modalidades especificar (normalmente experiências de ecosocioeconomias contemplam mais do que uma modalidade)
5. Homepage / Link do vídeo institucional do Projeto;
6. Entrevistado(s): nome, função, data, tempo da entrevista e local, telefone e email de contato;
7. Instituições participantes do projeto:
 - 7.1 Instituições coordenadoras; 7.2 Centros de pesquisa (universitários) que prestam assessoria; e 7.3 Demais instituições; Financiamentos recebidos (nome da instituição, valor do financiamento, período);
8. Produção científica sobre o projeto (teses, dissertações, monografias, artigos, reportagens, vídeos e outros);
9. Gênese (como tudo começou) do projeto:
 - 9.1 Problemática (qual foi o problema que originou o projeto?); e 10.2 Objetivos do projeto (o que se resolveu efetivamente?);
10. Relação do Projeto com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas Metas: Denominar quais são?
11. Localização (território): sede e arredores:
 - 11.1 Descrever localização específica caso se trate de uma bacia hidrográfica/unidades de conservação/microrregião;
 - 11.2 Coordenadas Latitudinais e Longitudinais da localização (Google maps):
 - 11.3 Anexar mapa de boa qualidade que demonstre localização microrregional/estadual;
12. Características do local: 12.4.1 Ecológicas; 12.4.2 Culturais; 12.4.3 Sociais; e 12.4.4 Econômicas;
13. Identificar indicadores que demonstrem sustentabilidade da experiência;
14. Marcos (Estratégias) do Projeto:
 - 14.1 Oportunidades (externo ao projeto) e pontos fortes (internos ao projeto); 14.2 Ameaças (externas) e pontos fracos (internas); 14.3 Tipologia de gestão organizacional predominante (associativismo, empreendedorismo, religiosidade, movimento social e outros); 14.4 Conhecimentos tradicionais/populares considerados no projeto (tecnologias apropriadas); 14.5 Metodologias de trabalho (descentralização/centralização, racional/emotiva, participação induzida/voluntária, gestão profissional/voluntariado e outros); 13.6 Principais ações implementadas; 13.7 Resultados conseguidos durante o projeto; e 13.8 Impactos que ocorreram depois da implementação do projeto;

15. Arranjo Institucional e Socioprodutivo (institucionalidade e cadeia produtiva envolvidas) de base territorial:

Encadeamento Vertical: Identifique local (comunidade, município), microrregional (Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas), estadual, nacional e internacionalmente os: 15.1 Fornecedores de insumos (quando há relação produtiva) / provedores de informação (relação política); 15.2 Distribuidores/consumidores dos produtos (quando há relação produtiva) / informações (relação política);

Encadeamento Horizontal: Identifique as: 15.3 Organizações de apoio ao projeto (instituições que influenciam, como as do Estado e organizações do terceiro setor); 15.4 Terceirizações que ocorrem no projeto (empresas).

Esquematize o arranjo em torno do projeto, conforme a matriz abaixo, aproveitando as informações identificadas dos itens 15.1, 15.2, 15.3 e 15.4.

Encadeamento Vertical

E H n o c r a i d z e o a n m t e a n l t o	Local	15.1 Fornecedor de insumos/provedores de informação	Microrregional
	15.3 Organizações de apoio	Projeto Demonstrativo	15.4 Organizações terceirizadas
	Estadual	15.2 Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	Nacional/Inter

16. Propostas e Intenções Futuras do projeto;

17. Fontes bibliográficas